



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO

COMIDA E PODER:

Análise histórica da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972)

**FORTALEZA
2016**

FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO

COMIDA E PODER:

Análise histórica da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Linha de Pesquisa: Educação, Currículo e Ensino

Eixo Temático: Currículo

Orientador: Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra.

**FORTALEZA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A671c Aragão, Francisco José Alves de.
Comida e poder : Análise histórica da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972) / Francisco José Alves de Aragão. – 2016.
216 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra.
1. Alimentação Escolar. 2. CNAE. 3. Currículo. 4. Educação Brasileira. 5. História e Memória. I. Título.
CDD 370
-

FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO

COMIDA E PODER:

Análise histórica da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972)

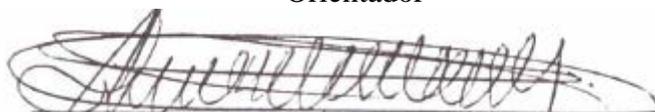
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em 22/07/2016.

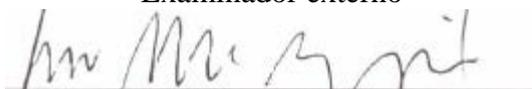
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra – UFC
Orientador



Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier - UNILAB
Examinador externo



Prof. Dr. Luiz Botelho Albuquerque – UFC
Examinador

*Dedico este trabalho a todas as mulheres, especialmente às que fazem parte da minha vida: minha mãe, **Mirian Ribeiro Alves de Aragão**, amálgama de amizade e bondade; minha esposa, **Teresa Cristina Gurjão Fernandes**, amálgama de perseverança e dedicação; minha filha, **Tainá Capelo de Aragão**, amálgama de amorosidade e carinho; minhas avós, **Rita Ximenes de (Aragão) Loyola** (in memorian) e **Maria Luíza Ribeiro Alves** (in memorian), amálgamas de bondade e atenção; minhas irmãs, **Rita Maria Alves de aragão** e **Rosana Márcia Alves de Aragão**, amálgamas de acolhimento e caridade e; finalmente, minha querida cunhada **Lúcia Helena G. Fernandes** (Nanane), uma grande amiga que Deus me deu. O meu muito obrigado a todas vocês em minha vida! Contem sempre comigo (de preferência quando eu não estiver estudando!)*

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com a presente pesquisa, especialmente as listadas abaixo:

Doutos professores da banca de seleção do eixo de Currículo, banca de qualificação do projeto de pesquisa e banca de avaliação final da dissertação, começando pelo orientador, prof. Dr. **José Arimatea Barros Bezerra**, sertanejo nascido em Nova Russas-CE, nos sertões de Crateús, e andarilho cosmopolita, sempre viajando do norte ao sul do globo, mas sempre presente e muito paciente conosco (haja paciência!); prof. Dr. **Francisco Ari de Andrade**, excelente degustador da boa Educação e da boa cachaça brasileira, especialmente a "Famosinha", de Minas Gerais; Prof. Dr. **Paulo Meireles Barguil**, pela participação na banca de seleção e pela autoria de livros que tivemos o prazer de ler, bem como pelo bom vizinho que é; Prof. Dr. **Antônio Roberto Xavier**, pela amizade e disponibilidade em participar da banca de avaliação final; prof. Dr. **Luiz Botelho Albuquerque**, maestro e decano da FACED/UFC, a quem muito devemos pelas orientações informais no decorrer das horas e no correr dos corredores; prof. Dra. **Marlene Lopes Cidrack**, ex-visitadora de alimentação e hoje a mais competente profesora de metodologia científica das terras alencarinhas, bem como a mais nova estudante de História da UFC, pelas contribuições e acesso aos atores mais importantes da pesquisa e; prof. Dra. **Cláudia Sales de Alcântara**, exemplo de disponibilidade e figura da mais alta transdisciplinaridade. A vocês todos a nossa gratidão por proporcionarem esta *praxis* historiográfica;

Alunos e professores do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da UFC, pelo acolhimento e amizade conquistados no decorrer desses anos;

Todos os **colegas do Grupo de Pesquisa AgostoS- Alimentação, gostos e saberes**, com quem efetivamente compartilhamos muitos alimentos, sabores e saberes, especialmente às colegas **Alice Nayara, Cíntya Kelly, Beatriz Brandão e Juliana Gil**, minhas contemporâneas de Pós-graduação;

Tiago Sampaio Bastos, Karen Rodrigues Marcelino, Ricardo Cléber Oliveira e Francisca Leide Rodrigues Freitas, bolsistas pioneiros do Grupo de Pesquisa AgostoS, desbravadores dos arquivos públicos do nosso Ceará, que muito fizeram em termos de coleta de dados, tornando a nossa vida e a dos pesquisadores que vieram depois muito mais fácil. Esta pesquisa é de vocês também;

Doutor **Pedro Almino de Queiroz**, sujeito/ objeto/ fonte histórica primária da pesquisa, que nos disponibilizou as suas memórias, via "História Oral", e o seu vasto material histórico-jornalístico;

Servidores técnico-administrativos, vigilantes e zeladores da Faculdade de Educação, especialmente aos queridos **Geísa, Adalgisa, Ariadina e Sérgio**, do PPGEB, bem como aos mestres **Valério e Raimundo** (do lava-jato do estacionamento), pela amizade e espírito colaborativo de todos;

Queridos **Gina Meyre** (Permissionária e carnavalesca), **Gilmar** (Gerente), **Gildemar** (Sub-gerente), **Gilvan** (colaborador), **Valmir** ("Vavá faz-tudo"), **Suziane** (verdureira), **Dona Edna** (copeira) e **Lucineide** (cozinheira) (todos da cantina da FACED), que muito nos alimentaram o corpo nesses anos;

Marquinhos (da livraria da FACED), queridíssimo de todos nós, que constantemente nos proporcionou a alimentação do espírito;

Turma do almoço, (T)**Alles de (Mileto)Aquino** (do doutorado), **Valdir** (do oxigênio), **Carlos** (do sindicato), **Zarlon** (do queijo) e **Alfiere** (do sindicato dos aposentados);

Pessoal do Cantinho Acadêmico, **Pereira, Ana Clara, Alan, Fernandinha dos Mangás, Zé e Cachoeira**, pelas conversas afiadas e cervejas e almoços fiados;

Amigo **Jairo** (vendedor ambulante), de quem comprei muitas canetas e canetinhas da *Compactor*;

Finalmente e seriamente, à **FUNCAP- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, pela bolsa de pesquisa concedida, sem a qual tudo teria sido mais difícil .

A todos vocês, nosso muito obrigado!

RESUMO

A pesquisa teve como objeto a CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar, no Estado do Ceará, entre 1964 e 1972. O período em questão corresponde às gestões administrativas do médico Pedro Almino de Queiroz e Souza (Representante Federal da Campanha, em nível local/CE) e do veterinário/ general da reserva do exército José Pinto Sombra (Superintendente da Campanha, em nível nacional). O objetivo da pesquisa foi o de analisar histórico-criticamente a Campanha, de modo a empreender uma interpretação que viesse a preencher essa lacuna historiográfica, tais como as que existem em relação à História da Alimentação Escolar no Brasil em recortes de tempo e espaço mais delimitados. As fontes históricas relacionadas ao objeto de pesquisa foram discursos de jornais da época (968 notícias de jornal) e o discurso/ narrativa de Pedro Almino de Queiroz e Sousa, coletado por meio de uma entrevista realizada em abril de 2016 (História Oral). A entrevista se deu de forma aberta e com roteiro semiestruturado, com poucas perguntas, roteirizadas com base nas questões gerais da pesquisa e nas que emergiram da análise inicial dos dados jornalísticos. A forma de registro foi feita por meio de gravação em áudio, posteriormente transcrito. A partir de uma pluralidade metodológica, transdisciplinar e individualizada de acordo com as "características" da pesquisa, utilizamos, como suportes teórico-metodológicos, os fundamentos da Análise do Discurso; da História Nova (*Nouvelle histoire*); da Análise de Conteúdo e; por fim, da História Oral. A Teoria Crítica foi eleita como paradigma teórico-analítico de suporte. A Análise de Conteúdo empreendida nos jornais identificou três dimensões temáticas relativas à CNAE no Ceará (entre 1964- 1972): 1) discursos sobre a dinâmica administrativo-operacional da Campanha; 2) discursos sobre a dinâmica pedagógica da Campanha e; 3) discursos sobre a dinâmica político-ideológica da Campanha. Assim, pudemos aferir e confirmar que a CNAE no Ceará, no período estudado, não fugiu às regras de condução das políticas públicas daquele momento histórico, reproduzindo práticas e discursos que visavam legitimar aqueles governos militares, exacerbadamente tecnocratas e que, ao gerenciar os aparelhos estatais com rigoroso controle, almejavam, na realidade, a dominação da sociedade. *Pari passu*, foram implementadas as ações para a formação de um futuro mercado consumidor e para a instalação da indústria alimentícia em todo o país. Por fim, a pesquisa pretendeu contribuir na aproximação da Educação ao debate/ diálogo transdisciplinar que marca esse campo de saber, uma vez que disciplina científica alguma abarca o fenômeno da alimentação e da comensalidade por completo. A inserção da temática alimentar nas pesquisas educacionais é bastante salutar, pois ainda não há discussão sistemática acerca do assunto, sendo a maioria das pesquisas empreendidas com viés biológico/ nutricional e desenvolvidas por engenheiros de alimentos, nutricionistas e médicos, o que evidencia o desinteresse dos educadores e historiadores por tão relevante estudo.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. CNAE. Currículo. Educação Brasileira. História e Memória.

ABSTRACT

Food and Power: Historical Analysis of the National Campaign of School Nourishment in Ceará State (1964 – 1972)

This research had as object of study the CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar (National Campaign of School Nourishment), in Ceará State, between 1964 and 1972. This period corresponds to the managing administrations of the doctor Pedro Almino de Queiroz e Souza (Federal Representative of the Campaign, at state level/CE) and the veterinarian/general of the army reserve José Pinto Sombra (Campaign Superintendent, at national level). The aim of the research was to assess the Campaign historically and critically, with a purpose of undertaking an interpretation that would fulfill this historiographic lack, such as the ones that exist related to the History of School Nourishment in Brazil, in snips more delimited of time and space. The historical sources related to the object of this research were speeches from newspapers of that period (968 newspapers reports) and the speech/narrative of Pedro Almino de Queiroz e Souza, collected from an interview performed on April 2016 (Oral History). The interview was open and with a semi structured script, with few questions based on the general issues of the research, and on the ones that emerged from the initial analysis of the journalistic data. This interview was first recorded and transcribed afterwards. From a methodological and cross-curricular plurality individualized according to the characteristics of the research, we take as theoretical methodological basis the fundamentals of Analysis of Speech; the New History (*Nouvelle histoire*); the Content Analysis, and lastly, the Oral History. The Critic Theory was elected as theoretical analytical basis. The Content Analysis undertaken from the newspapers identified three thematic dimensions as to CNAE in Ceará (between 1964 and 1972): 1) speeches about the functional administrative dynamic of the Campaign; 2) speeches about the pedagogical dynamic of the Campaign, and 3) speeches about the political ideological dynamic of the Campaign. Thus, we could go over and confirm that CNAE in Ceará State, in the period analyzed, did not deviate the rules of public policies conduct of that historical moment, reproducing practices and speeches that aimed to legitimate those military government, harshly technocrat, and, managing the state agencies with strict control, aimed, actually, to dominate the society. *Pari passu*, actions to the formation of a future consuming market were implemented, and to the installation of foodstuff industry all over the country. Eventually, this research intended to contribute to the approximation of the Education to the debate/dialogue cross-curricular that marks this field of knowledge, once any scientific discipline embodies completely the phenomenon of nourishment and eating sociability. The insertion of the nourish thematic in the educational researches is plenty salutary, whereas there is not systematic discussion about the matter, being most of the researches undertaken through a biological/nutritional bias and developed by food engineers, nutritionist and doctors, what makes clear the disinterest of educators and historians for such significant study.

Keywords: School Nourishment. CNAE. Curriculum. Brazilian education. History and Memory.

LISTA DE SIGLAS

ABAE-	Associação Brasileira de Alimentação Escolar
ABIA-	Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação
ABN-	Associação Brasileira de Nutricionistas
ABRAN-	Associação Brasileira de Nutrologia
ACS-	Agente Comunitário de Saúde
AEC-	Associação de Educação Católica
AFSA-	American School Food Service Association
AIB-	Ação Integralista Brasileira
ANCAR-	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ARENA-	Aliança Renovadora Nacional
BEG-	SIGLA NÃO ENCONTRADA
BNB-	Banco do Nordeste do Brasil
CBAGA-	Companhia Brasileira de Alimentação e Gêneros Alimentícios
CCC-	Commodity Credit Corporation
CE-	Ceará
CESC-	Centro dos Estudantes Secundários do Ceará
CETRECE-	Centro de Treinamento do ceará.
CFP-	Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM-	Companhia Brasileira de Armazenamento
CILA-	Companhia Industrial de Laticínios
CLT-	Consolidação das Leis do Trabalho
CNEG-	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
CNME-	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CME-	Campanha de Merenda Escolar
CNA-	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE-	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
COBAL-	Companhia Brasileira de Alimentos
COLTED-	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
CONAB-	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA-	Conselho de Segurança Alimentar
CSM-	Corn + soy + milk (composto alimentar para tortas do Instituto CORN MILLER EXPORT)
DNC-	Departamento Nacional da Criança
DNOCS-	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATERCE-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRATER-	Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural
EMBRAPA-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENDEF-	Estudo Nacional da Despesa Familiar
EVA-	Escola de Visitadoras de Alimentação
FAO-ONU-	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FISI-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
FNDE-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNABEM-	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IAPB-	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC-	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais
IAPI-	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
INAE-	Instituto Nacional de Assistência ao Estudante

INAN-	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
ITAL-	Instituto de tecnologia de Alimentos
LBA-	Legião Brasileira de Assistência
LDB-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB-	Movimento de Educação de Base
MEC-	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL-	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MTIC-	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
ONU-	Organização das Nações Unidas
PCB-	Partido Comunista Brasileiro
PDS-	Partido Democrático Social
PLAMEG-	Plano de Metas do Governo
PMDB-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND-	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNME-	Programa Nacional de Merenda Escolar
PMA-	Programa Mundial de Alimentos
PME-	Programa de Merenda Escolar
PRONAN-	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSD-	Partido Social Democrático
PSP-	Partido Social Progressista
PTB-	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC(BA)-	Pontifícia Universidade Católica da Bahia
SAB-	Sociedade de Abastecimento de Brasília
SAPS-	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SBCTA-	Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos
SBN-	Sociedade Brasileira de Nutrição
SESP-	Serviço Especial de Saúde Pública
SUDENE-	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUNAB-	Superintendência Nacional de Abastecimento
SUNAMAM-	Superintendência Nacional da Marinha Mercante
S.P.I.-	Serviço de Proteção aos Índios
UDN-	União Democrática Nacional
UECE-	Universidade Estadual do Ceará
UF-	Unidade da Federação
UFC-	Universidade Federal do Ceará
UNE-	União Nacional dos Estudantes
UNICEF-	United Nations Children's Fund
USAID-	United States Agency for International Development

LISTA DE FIGURAS

Nº	HISTÓRICO	Pag.
Fig. 01 -	Sempre influente, Pedro Almino de Queiroz e Souza se lançou candidato a prefeito de Iracema, em 2000, aos 64 anos. Venceu e assumiu em 2001. Em primeiro plano, ao microfone o senador Tasso Jereissati; à esquerda o então governador Lúcio Alcântara e a senadora Patrícia Sabóia; à direita PEDRO ALMINO e o deputado Raimundo Matos	75
Fig. 02-	Pedro Almino nos tempos da CNAE	76
Fig. 03-	General Abimael Clemetino de Carvalho e Pedro Almino de Queiroz e Sousa. Aquele foi o indicador deste ao cargo de Representante Federal da CNAE no Ceará	76
Fig. 04-	PEDRO ALMINO dirige CNAE em todo o Norte	78
Fig. 05-	ASPECTO de uma classe durante a distribuição de almoço	79
Fig. 06-	PAUSA PARA MERENDA	79
Fig. 07-	CONVÊNIO IBGE-CMNE pode acabar escolas fantasmas	80
Fig. 08-	General José Pinto Sombra (à direita) em visita a uma escola no Ceará	82
Fig. 09-	PRESIDENTE da CNAE visita governador (registro de uma das muitas visitas)	83
Fig. 10-	A dobradinha SOMBRA -ALMINO- Superintendente Nacional e Representante Federal da CNAE no Ceará	83
Fig. 11-	Prefeito José Walter Cavalcante e Dr. Pedro Almino renovando convênio entre a Prefeitura e a Merenda Escolar. Merenda para 10 mil crianças das escolas municipais	85
Fig. 12-	CNAE recebe acervo da Escola de Nutrição do extinto SAPS	88
Fig. 13-	CNAE sempre correndo atrás de pessoal. MERENDA quer ociosos da Assembléia	89
Fig. 14-	Pedro Almino e sua equipe. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	90
Fig. 15-	COZINHAS CENTRAIS poderão ser criadas pela CANAE	92
Fig. 16-	DESEMBARCADAS 22 toneladas de alimentos para regiões secas	96
Fig. 17-	GOVERNO quer gêneros da Campanha para flagelados das cheias	96
Fig. 18-	AJUDA da CNAE prejudicará planos da Merenda Escolar	97
Fig. 19-	CÁRITAS e Campanha admitem os desvios	99
Fig. 20-	Curso de EDUCAÇÃO ALIMENTAR	102
Fig. 21-	USAID dá Bolsa	104
Fig. 22-	ENSINANDO as normas da boa alimentação	105
Fig. 23-	ALIMENTAÇÃO Escolar vai entrar nos currículos primário e norma	106
Fig. 24-	PESQUISA sobre Alimentação Escolar	108
Fig. 25-	RAPADURA faz parte agora do cardápio das crianças da CNAE	114
Fig. 26-	CANAE trocará o açúcar pela rapadura cearense na merenda de 4 mil alunos.	114
Fig. 27-	CAMPANHA de Alimentação planeja uso de frutas na Merenda Escolar.	115
Fig. 28-	CONCURSO para docentes do ensino primário.	117
Fig. 29-	ALUNOS do curso primário participam do concurso sobre alimentação escolar	117

Fig. 30-	VITÓRIA do estudante cearense	118
Fig. 31-	I SEMANA da Comunidade em realização em Fortaleza	119
Fig. 32-	CNAE abriu Semana de Alimentação pedindo colaboração das autoridades	120
Fig. 33-	PARADA de 7 de SETEMBRO. Os postos da Merenda Escolar estão marcados em vermelho	122
Fig. 34-	CEARÁ no curso da AID sobre Alimentação Escolar	132
Fig. 35-	OS 10 TÉCNICOS da CNAE viajaram no dia 11 de Abril de 1968	132
Fig. 36-	GOOD FOOD Creates Common Bond, Breaks Language Barrier. (Comida boa cria laços comuns e quebra a barreira da linguagem).	133
Fig. 37-	HONORARY TENNESSEAN. 10 Brazilians Start State School Tour Dez administradores da merenda escolar do Brasil começaram uma excursão de 10 dias nas escolas do Tennessee. J. H. Warf, Comissário do State Education, apresenta à Sra Magnolia Pessoa Figueiredo, uma dos 10 administradores da merenda escolar do Brasil, um certificado de cidadania honorária do Tennessee, conferido pelo Governador Bufford Ellington. Neif Calixto de Nova York, um dos dois intérpretes que acompanham o grupo, está à direita	134
Fig. 38-	VÉM AÍ TRINTA vacas mecânicas	137
Fig. 39-	A VACA Mecânica	138
Fig. 40-	TÉCNICO condena substituição do feijão de corda pela soja	139
Fig. 41-	ESTUDANTES repelem o manifesto do SESC	141
Fig. 42-	MOINHO FORTALEZA lançou o livreto "Pão- O rei da alimentação" na Campanha Nacional de Alimentação Escolar	144
Fig. 43-	FESTIVAL vai mostrar ao fortalezense porque se deve consumir mais ovo	145
Fig. 44-	ABAE terá também diretoria no Ceará	148

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A -	Entrevista com Pedro Almino de Queiroz e Souza	171
Apêndice B -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	179
Anexo A -	Parecer Consubstanciado nº 1.357.043, do Cômite de Ética em Pesquisa da Academia Cearense de Odontologia, aprovando a pesquisa.	181
Anexo B -	Relação das Fontes Históricas secundárias pesquisadas.	184
Anexo C -	Lista de Sujeitos/ atores revelados nas fontes históricas secundárias da pesquisa.	185
Anexo D -	Sumários das notícias pesquisadas nas fontes históricas secundárias da pesquisa.	193
Anexo E-	FOTOS DO ENTREVISTADO - Pedro Almino de Queiroz e Souza	215
Figura 01 -	(1962) Passeata dos calouros da Medicina, na Rua Senador Pompeu. Identificamos : Pedro Almino de Queiroz, Pedro Mauro, Aguiar Ramos, Tamburini, Chico Leite, Carvalho Nunes.	215
Figura 02 -	(2001) Posse como Prefeito de Iracema, sendo cumprimentado por Danilo e Danúbio e o primo Carlos Queiroz Bessa.	215
Figura 03 -	Em Iracema, sendo empossado na Academia Iracemense de Letras e Artes.	215
Figura 04 -	Na inauguração da sede da COOPEGO, que recebeu seu nome. Descerramento da placa alusiva a inauguração. Vemos Vera, Pedro Almino de Queiroz, Edmar T. Vieira, Danilo e Aluisio Soares.	215
Figura 05 -	Homenagem da Câmara Municipal aos filhos de Iracema: Drs. Luis Porto e Pedro Almino de Queiroz.	216
Figura 06 -	Em Ribeirão Preto, na Clínica Diagnosis: Dr. Luis Cesar, Professor Bailão, Pedro Almino de Queiroz e o Dr. Luis Arnaldo.	216

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	PARADIGMAS UTILIZADOS NA PRESENTE PESQUISA CIENTÍFICA: da necessidade de uma metodologia plural e transdisciplinar...	22
1.1	Dos fundamentos da Análise do Discurso com suporte na Teoria Crítica.....	24
1.2	Dos fundamentos da História Nova (<i>Nouvelle histoire</i>).....	30
1.3	Dos Fundamentos da Análise de Conteúdo em dados jornalísticos.....	33
1.4	Dos Fundamentos da História Oral.....	36
2	REVISÃO DE LITERATURA E INTRODUÇÃO AO CONTEXTO HISTÓRICO(<i>lato</i>) DO OBJETO DE PESQUISA(<i>stricto</i>).....	41
2.1	Breve histórico da CNAE: da Campanha de Merenda Escolar (1955) até o início da gestão do superintendente José Pinto Sombra (1964), quando se transformou em CNAE.....	44
2.2	Epistemologia alimentar: significados da alimentação no Brasil em torno de 1964.....	52
2.3	Contexto histórico-político e educacional brasileiro e cearense em torno de 1964.....	59
3	COMIDA E PODER: Análise histórica da CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972).....	69
3.1	A dinâmica administrativo-operacional da Campanha.....	74
3.1.1	<i>Pedro Almino de Queiroz e Souza, o Representante Federal no Ceará e Assessor Regional Norte da Campanha.....</i>	<i>74</i>
3.1.2	<i>"No começo era tudo improvisado...": do improviso à moralização no controle e distribuição da merenda.....</i>	<i>78</i>
3.1.3	<i>A Fiscalização e controle: as visitas regulares do general superintendente e outros militares.....</i>	<i>82</i>
3.1.4	<i>O sistema de convênios e a logística da Campanha.....</i>	<i>84</i>
3.1.5	<i>A intensificação da Campanha no Estado: criação dos Setores Regionais e formação de pessoal.....</i>	<i>86</i>
3.1.6	<i>Cantinas escolares, cozinhas centrais, merenda nas férias: novas idéias, utopias ou realidades?.....</i>	<i>91</i>
3.1.7	<i>Desvios de finalidade da Campanha.....</i>	<i>95</i>
3.1.7.1	<i>Atendimento a calamidades, secas e enchentes.....</i>	<i>95</i>
3.1.7.2	<i>Furtos de gêneros alimentícios.....</i>	<i>98</i>
3.1.7.3	<i>Problemas com o fisco e embalagens.....</i>	<i>100</i>
3.2	A dinâmica pedagógica da Campanha.....	101
3.2.1	<i>Ações pedagógicas docentes: cursos e currículos.....</i>	<i>102</i>
3.2.1.1	<i>A proposta da Educação Alimentar nos currículos do primário e normal.....</i>	<i>106</i>
3.2.1.2	<i>As relações entre merenda e evasão, desnutrição e fracasso escolar: o discurso de sempre.....</i>	<i>107</i>
3.2.2	<i>Ações pedagógicas discentes: ensino e extensão.....</i>	<i>112</i>
3.2.2.1	<i>As hortas escolares.....</i>	<i>112</i>
3.2.2.2	<i>A introdução dos alimentos regionais na merenda "internacional".....</i>	<i>113</i>
3.2.2.3	<i>Os concursos de redação.....</i>	<i>117</i>
3.2.2.4	<i>Semanas da comunidade e semanas da alimentação escolar.....</i>	<i>118</i>

3.2.2.5	<i>A merenda nos desfiles cívico-militares.....</i>	122
3.3	A dinâmica político-ideológica da Campanha.....	123
3.3.1	<i>Reestruturação: Setores e Assessorias Regionais nos moldes da USAID.....</i>	127
3.3.2	<i>Os congressos nacionais da CNAE e suas resoluções.....</i>	128
3.3.3	<i>As viagens de formação nos Estados Unidos: um modelo americano para os representantes da CNAE.....</i>	130
3.3.4	<i>As "vacas mecânicas" importadas da Dinamarca: fiasco diplomático absorvido pela CNAE, muita tecnologia e pouca infra-estrutura</i>	136
3.3.5	<i>E tome soja americana!.....</i>	139
3.3.6	<i>A campanha do leite.....</i>	140
3.3.7	<i>O manifesto dos estudantes do CESC.....</i>	141
3.3.8	<i>O assédio da indústria alimentícia.....</i>	143
3.3.9	<i>A criação da ABAE no Ceará.....</i>	147
	CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS E PROVISÓRIAS.....	150
	REFERÊNCIAS.....	153
	REFERÊNCIAS HEMEROGRÁFICAS.....	162
	APÊNDICES.....	170
	ANEXOS.....	180

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de analisar histórico-criticamente a CNAE- Campanha Nacional da Merenda Escolar, especificamente no Ceará, entre 1964 e 1972.

Iniciado em 1954, o Programa Nacional de Alimentação Escolar seguiu sua execução por meio da CME- Campanha da Merenda Escolar (31/03/1955), depois pela CNME- Campanha Nacional da Merenda Escolar (11/04/1956), até que em 1965 prosseguiu com o nome de CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar (aproximadamente o marco inicial da presente pesquisa).

O nome da CNME, como se vê, foi então alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e a principal justificativa para essa alteração foi a intenção de promover um atendimento em âmbito nacional. Em 1979, por fim, é que a Campanha passou a se chamar PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar, denominação que mantém até hoje.

Conforme percebemos, totaliza a história da CNAE 62 (sesenta e dois) anos até os nossos dias, passando por diversas terminologias e configurações administrativas. No entanto, até 1972 a Campanha era centralizada, somente começando a se descentralizar em 1973 (aproximadamente o marco final da presente pesquisa).

A primeira e maior justificativa para o recorte espaço-temporal proposto nesta pesquisa (1964-1972, no Ceará) é a da disponibilidade das fontes.

O período em questão, correspondente às gestões administrativas do médico Pedro Almino de Queiroz e Souza (representante federal da Campanha, em nível local/CE) e do veterinário/ general da reserva do exército José Pinto Sombra (superintendente da Campanha, em nível nacional), privilegiou-nos no tocante às fontes históricas de âmbito local, uma vez que o primeiro disponibilizou uma enorme coleção de notícias de jornais da época (968, no total), acerca da Campanha, ao grupo de pesquisa *AgostoS*, ao qual nos vinculamos.

Ademais, o médico em comento ainda encontra-se vivo e profissionalmente ativo, o que nos proporcionou entrevistá-lo.

A centralização administrativa do período citado foi prejudicial para obtenção de quaisquer dados relativos à Campanha, uma vez que as Assessorias Regionais e Representações Federais locais, quando destituídas, não preservavam seus arquivos, apagando portanto muitas memórias que poderiam ser levantadas.

Tem-se que recorrer a arquivos e memórias privados quando se quer reconstituir qualquer história referente a essa época da Campanha.

Coimbra, Meira e Starling (1982, p. 26), os primeiros a se lançarem em uma reconstrução histórica da alimentação escolar no Brasil, disseram que fazer sua história tornou-se muito difícil, pois também os arquivos do órgão central eram quase inexistentes, principalmente no que tange a dados mais antigos.

A Campanha não produziu estatísticas confiáveis, pois faltavam desde os registros mais simples aos mais complexos. Os citados pesquisadores precisaram procurar notícias e dados em inúmeros lugares dispersos, cada um fornecendo informações isoladamente. Também precisaram fazer muitas entrevistas para suprir as lacunas historiográficas.

Portanto, a demarcação espaço-temporal da presente pesquisa se justifica, inicialmente, pelas raras fontes históricas disponíveis. Uma vez que tivemos contato com tão escassas fontes de pesquisa, não nos restou outra alternativa senão a de partimos para a empreitada deste trabalho.

A segunda justificativa dá-se pelo fato de que o período proposto coincide com o momento inicial da ruptura político-institucional acontecida no Brasil, o chamado Golpe Militar de 1964. Com a mudança de poder político para as forças armadas, o reflexo das novas ideologias espalhou-se para todos os órgãos da administração pública direta e indireta, nos três níveis de governo.

Foi um momento de forte instabilidade governamental e era preciso, doravante, de um dirigente para a CNAE com um *status* compatível com os novos tempos, ou seja, um "general", que a tornasse um instrumento de presença nacional, capaz de reconciliar as massas com o Estado.

As Representações Federais da Campanha nos estados foram fortalecidas, adquirindo grande autonomia e estabilizando seus relacionamentos com as elites locais. A administração do general José Pinto Sombra e seus subordinados foi a que mais durou perante a Alimentação Escolar no Brasil, totalizando 8 anos (IDEM, p. 31). Praticamente pelo mesmo período se manteve o representante federal da Campanha no Ceará, Dr. Pedro Almino de Queiroz e Sousa (Jun/1964 - Mar/1971), fato que atesta o alinhamento de toda a equipe dessa etapa histórica.

Outra justificativa é a de que o período proposto foi um momento de uma grande transição na Campanha, assim delineada: o fim da participação do FISI (UNICEF); o surgimento da *USAID* como principal supridora de gêneros para a Política (o que levou à mudança do leite em pó como principal produto para uma cesta mais variada, incluindo cereais e misturas enriquecidas) e; a expansão geográfica da Política, quando atingiu a maioria dos escolares brasileiros;

Portanto, trata-se de um período com alterações profundas na Política de Alimentação Escolar no Brasil, com estabilidade de direção, com a presença maciça do Programa Alimentos Para a Paz, do Programa Mundial de Alimentos e outros que se constituíram na espinha dorsal do Programa Nacional. Enfim, a Campanha adquiria dimensão nacional e se tornaria um dos programas sociais de maior longevidade realizado pelo governo brasileiro até hoje.

Empreendemos, como suportes teóricos e metodológicos da pesquisa, os fundamentos da **Análise do Discurso**, com suporte na **Teoria Crítica** (no que tange aos discursos coletados sob a forma de notícias jornalísticas, bem como ao discurso/ narrativa coletado por meio de entrevista); os fundamentos da **História Nova** (*Nouvelle histoire*) (no tocante aos aspectos de interdisciplinaridade, ao caráter construtivo da História, a ampliação das fontes históricas e metodologias, bem como a expansão dos campos históricos e possibilidades de objetos de estudo disponíveis ao historiador); os fundamentos da **Análise de Conteúdo** aplicada a notícias jornalísticas (no que concerne aos procedimentos para identificação de categorias ou dimensões temáticas implícitas nas notícias de jornais que compuseram nossas fontes históricas) e; por fim, os fundamentos da **História Oral** (no que concerne à "entrevista" que permeia toda a extensão do nosso último capítulo, realizada com Pedro Almino de Queiroz e Sousa).

A Teoria Crítica foi eleita como paradigma teórico-analítico de suporte da presente pesquisa. Quatro filósofos da área da Educação, em sua matriz crítica, nos auxiliaram para tanto: o educador brasileiro Paulo Freire; os norte-americanos Henry Giroux e Michael Apple e; o canadense Peter McLaren.

A Análise de Conteúdo consistiu em relacionar a frequência da citação de alguns temas, sendo medido o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo(s) seu(s) autor(es). Socorremo-nos, então, da quantificação para estabelecermos a frequência estatística dessas unidades de significado (temas).

Desta forma, a Análise de Conteúdo empreendida acabou por identificar as seguintes dimensões temáticas relativas à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, no Ceará, no recorte temporal proposto (1964- 1972):

- 1) discursos sobre a dinâmica administrativo-operacional da Campanha;
- 2) discursos sobre a dinâmica pedagógica da Campanha e;
- 3) discursos sobre a dinâmica político-ideológica da Campanha.

Diante dessas categorias ou dimensões temáticas foi-nos possível realizar muitos questionamentos, dentre os quais:

- 1) Como se deu a implantação da Campanha no Ceará, a organização e funcionamento da Representação Federal, bem como de que maneira se organizou a Assessoria Regional Norte, que funcionava simultaneamente em Fortaleza?
- 2) Qual(is) a(s) sistemática(s) utilizada(s) na logística da Campanha, no tocante ao recebimento e distribuição dos gêneros, bem como quais alimentos predominavam?
- 3) Houve adequação dos alimentos da Campanha aos hábitos e práticas alimentares locais?
- 4) Qual a cobertura e regularidade de atendimento?
- 5) Houve crises e como tais crises repercutiram no Ceará?
- 6) Qual o papel e aproximação da Escola Regional de Nutrição Agnes June Leith com os objetivos da Campanha?
- 7) Quais concepções de educação alimentar orientavam as várias medidas tomadas pela Campanha?
- 8) Qual o papel da Campanha no âmbito das políticas de alimentação, tais como as de abastecimento, educação alimentar e formação de pessoal?
- 9) Como se dava o debate/ discurso sobre a desnutrição em face do fracasso escolar?
- 10) A merenda e/ ou o almoço escolar influenciaram de alguma forma na questão pedagógica e de que maneira(s)?
- 11) Havia alguma relação entre a merenda e a evasão escolar?
- 12) Como se organizavam os cursos e currículos da Escola de Nutrição e qual a relação e alinhamento destes com os demais cursos e escolas regulares?
- 13) Como se deram as ações de extensão da Campanha, semanas da comunidade, semanas de alimentação escolar e quais os seus propósitos?
- 14) Quais outras eventuais ações de educação alimentar eram realizadas?
- 15) Houve desvios de finalidade da Campanha e como se davam?
- 16) Como se davam as relações locais, regionais e internacionais da Campanha?
- 17) E os acordos com as agências internacionais, FISI, *USAID*, FAO, como se efetuavam?
- 18) Como se deu o processo do curso de formação realizado no exterior, em 1968 (USA), pelos representantes federais e quais seus objetivos?
- 19) Houve reações ao regime militar por parte dos estudantes no Ceará e em que sentido repercutiram na questão da Campanha?
- 20) Que funções (ideológicas, econômicas, sociais) tal política exerceu durante os governos militares do período?
- 21) Como eram realizadas as atividades de fiscalização e controle da Campanha?

Enfim, todas essas questões emergiram do plano inicial e superficial de análise dos dados disponíveis, merecendo análises críticas mais aprofundadas. Foi o que fizemos, ao empreendermos um cotejamento com as mais diversas fontes de pesquisa a que tivemos acesso, revisões da literatura científica, fontes históricas clássicas sobre a história política,

social e educacional do Brasil no período estudado, fontes documentais e legislativas, bem como o amparo da Teoria Crítica.

No primeiro capítulo, portanto, tratamos de expor os fundamentos teórico-metodológicos que foram aplicados à pesquisa, como já delineamos acima. As fontes históricas relacionadas diretamente com o objeto de pesquisa foram: os discursos dos jornais da época (968 notícias de jornal) e; o discurso/ narrativa de Pedro Almino de Queiroz e Sousa, coletado por meio de uma entrevista realizada em abril de 2016 (História Oral).

No caso da entrevista realizada, esta se deu sob a forma aberta e com roteiro semiestruturado. Ou seja, poucas perguntas, roteirizadas com base nas questões gerais de pesquisa e nas que emergirem da análise do material veiculado nos jornais, tudo com o intuito de colher sentimentos, percepções e avaliações pessoais daquele sujeito.

A forma de registro foi feita por meio de gravação em áudio, posteriormente transcrito.

Cabe destacar, neste momento, que desde a década de 1990, quando se aguçou ainda mais o vigor analítico das teorias críticas, pôs-se em questão inclusive a posição social do autor da pesquisa, a onipotência descritiva do texto científico e a transcrição objetiva da realidade.

Ou seja, todos nós estamos marcados pela realidade social (pesquisadores e pesquisados). O texto produzido não escapa, portanto, à posição dos atores no contexto político, sendo tal objetividade (do texto escrito e provisório) delimitada pelo comprometimento dos sujeitos com suas realidades circundantes. (CHIZZOTTI, 2011, p. 56).

No segundo capítulo tratamos de aproximar nosso objeto de pesquisa de toda a contextualização histórica (social, política, econômica, educacional) em que o mesmo se processou. Ou seja, trouxemos para primeiro plano todas as questões que achávamos pertinentes ao diálogo com a História da Campanha Nacional de Alimentação Escolar-CNAE, no Ceará, no recorte de espaço e de tempo propostos (1964- 1972).

Assim, procuramos expor uma breve revisão de literatura sobre trabalhos similares ao que aqui empreendemos, seguido de uma sintética História da CNAE até o momento do Golpe Militar de 1964, quando se inicia nosso recorte, nas gestões de José Pinto Sombra (nacional) e Pedro Almino de Queiroz e Sousa (Ceará). Em seguida, discorreremos sobre os significados da alimentação no Brasil até aquela época, em forma do que chamamos de "epistemologia alimentar". Ou seja, desde a constituição de um campo de saber em torno do objeto "alimentação" até as orientações e sentidos dados ao mesmo até aquele período.

Vencida esta etapa, fizemos uma exposição do contexto histórico-político do Brasil e do Ceará de então, diante dos novos cenários pré e pós-Revolução. Por fim, relatamos acerca da

política educacional brasileira e cearense daquele período, intensamente marcada por acordos internacionais com a agência americana *USAID*.

Todas essas questões visaram aclarar para os leitores aquele momento histórico e suas singularidades, de modo que pudéssemos nos familiarizar com as várias questões que estavam relacionadas à política pública que ora estudamos (na delimitação proposta).

Só no último e principal capítulo é que adentramos o *sensu stricto* da pesquisa, descrevendo e analisando a História da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará, entre 1964 e 1972, em face das dimensões temáticas estabelecidas.

Na literatura especializada encontra-se registrada a hipótese de que as políticas de alimentação no Brasil, notadamente as de merenda escolar, foram incorporadas ao discurso de grandes projetos nacionais que supostamente agiam e agem como mecanismos de legitimação para diferentes governos¹.

Essa hipótese principal já havia sido levantada por outros estudiosos, dando conta da reprodução de um discurso que vinculava a imagem dos governos militares como comprometidos com os problemas da população e, nesse ínterim, utilizavam-se também da Política de Alimentação Escolar como uma das suas fontes de legitimação (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982).

Assim, nesse momento da pesquisa pudemos aferir e confirmar que a CNAE no Ceará, no período estudado, não fugiu às regras de condução das políticas públicas daquele momento histórico, reproduzindo as práticas e os discursos que visavam legitimar aqueles governos militares, exacerbadamente tecnocratas e que, ao gerenciar os aparelhos estatais com rigoroso controle, almejavam, na realidade, a dominação da sociedade.

Outra hipótese verificada e confirmada dá conta de que, naquele momento, foram implementadas as ações para a formação de um futuro mercado consumidor e para a instalação da futura indústria de alimentação moderna do país, principalmente a do setor de derivados de soja, beneficiada sobremaneira pelo Regime.

Para tanto, fora criada a ABAE, em 1968, nos moldes da similar americana AFSA-American School Food Service Association, em razão do contexto de expansão industrial no país, quando se procurava traçar um perfil do quadro de oportunidades oferecidas à indústria de alimentação local.

Como nos mostram Coimbra, Meira e Starling (IDEM, p.530), a indústria alimentar soube utilizar da situação para organizar uma "estratégia comercial muito mais ampla, que se

¹ Exemplo mais próximo é o da proposta primordial do primeiro governo Lula (2003), inserindo o PNAE no "Programa Fome Zero", viga-mestra de seu programa de governo

tornaria viável depois de testada, nos escolares, com a aceitação dos produtos derivados da soja". Portanto, a CNAE, naquele momento, se constituiu em campo de ensaio para toda uma gama de produtos alimentícios desenvolvida desde então, como um mercado pré-teste, antes do lançamento em escala nacional.

Confirmamos também a tese de Bezerra (2003) de que a Política de Merenda Escolar foi uma das medidas inseridas dentro de um projeto amplo de intervenção do Estado junto à sociedade, visando, dentre outros objetivos, dotar a população de bons hábitos alimentares, materialidade do processo de transformação do discurso sobre alimentação em tema de política e prática governamental.

Por último, a pesquisa pretendeu contribuir na aproximação da Educação ao debate/diálogo transdisciplinar que marca essa área de saber, uma vez que nenhum campo científico abarca o fenômeno alimentar/ comensal por completo.

A inserção da temática alimentar nas pesquisas educacionais é bastante salutar, uma vez que ainda não há discussão sistemática sobre o assunto e a maior parte das pesquisas foram desenvolvidas por engenheiros de alimentos, nutricionistas e médicos, o que evidencia o desinteresse dos educadores e historiadores por tão relevante estudo.

Enfim, a pesquisa foi uma tentativa de análise, à luz dos paradigmas teóricos e metodológicos anunciados, de revelar o "implícito", o "não dito", o "subjacente", o "escamoteado", o "latente", o que está "por detrás das aparências" e, assim, conseguirmos realizar um trabalho digno, coerente, sincero e transparente, como deve ser o do historiador profissional. Uma História analítica e problematizadora, que traga questões não só do tempo retratado e de seus personagens, mas também as questões que se colocam a partir do presente e de toda a sua complexidade.

Como sugere Catroga (2015, contra-capá), temos que ter a ousadia de fazer perguntas decisivas ao passado: qual a leitura que o domina? quem pretende preservá-la? quem ou o que ficou recalcado? Temos, portanto, que equacionar todos os elos entre Memória, História e Historiografia para respondermos (ainda que provisoriamente) às questões que aqui suscitamos, que aqui levantamos, que aqui indagamos.

1 PARADIGMAS UTILIZADOS NA PRESENTE PESQUISA CIENTÍFICA: *da necessidade de uma metodologia plural e transdisciplinar*

Todo pesquisador adota um caminho de explicitação da realidade que investiga, guiado por um modo de conhecê-la e de explorá-la, porque tem uma pré-concepção do que ela é. Destarte, uma pesquisa pressupõe, implícita ou explicitamente, uma metodologia, os pressupostos epistemológicos e uma concepção da realidade que assume.

As formas de conhecer a realidade, segundo Habermas (1968), procedem de um interesse fundamental: científico (interesse técnico- transformar a natureza pelo trabalho); hermenêutico (interesse na comunicação- elucidar o sentido da linguagem) e; **crítico**² (interesse na emancipação das formas de opressão).

A pesquisa precisa seguir uma teoria articulada, que contenha princípios, fundamentos lógicos e epistemológicos que sustentem a análise da realidade, e que tenham alcance e valor esclarecedor universal. A isto damos o nome de "epistemologia" (teoria do conhecimento).

Aparece, então, a questão dos caminhos a seguir, para esclarecer o problema e sistematizar uma ou mais afirmações fidedignas (hipóteses) sobre o objeto de estudo. Esse caminho determina as estratégias, técnicas e métodos de alcançar a comprovação sobre as afirmações feitas. O caminho eleito também elege as técnicas que permitirão reunir as informações indispensáveis à pesquisa.(CHIZZOTTI, 2011, p. 26)

Adota o pesquisador, então, um ou vários procedimentos, que são regras operatórias necessárias para atualizar a metodologia assumida, e que responda a certos requisitos exigidos pelo conhecimento científico (credibilidade, consistência e fiabilidade). Recorre, destarte, a técnicas de coleta de dados que devem estar conexas e subordinadas aos procedimentos adotados.

Se o pesquisador supõe, por exemplo, que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade, nas diferentes interações humanas e sociais, será necessário encontrar fundamentos para uma análise e interpretação dos fatos atribuídos a tais interações. (IDEM, p. 28).

Esse tipo de pesquisa, como a que aqui também começamos, são designadas "pesquisas qualitativas", porquanto pretendem interpretar o(s) sentido(s) do(s) evento(s) a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem, podendo usar ou não de quantificações.

² Interesse primaz da presente pesquisa científica, que adota como paradigma teórico de análise os fundamentos da Teoria Crítica.

Diferentemente das pesquisas de cunho exclusivamente "quantitativo", as pesquisas de ordem qualitativa devem recorrer à inferência interpretativa e à intuição humana, que se fundamentam em paradigmas estabelecidos e vigentes ao tempo em que é feita.

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar que envolve ciências humanas e sociais, assumindo multiparadigmas de análise, que derivam do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, do construtivismo e da **teoria crítica**.

Adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, procura-se encontrar "sentido" para o(s) fenômeno(s), bem como interpretar o(s) significado(s) que as pessoas lhe(s) dão. (IBIDEM, p. 28)

Cabe destacar aqui o momento de transição vivido pelas ciências hoje, onde uma concepção humanística das ciências sociais procura fundi-la com as ciências naturais, colocando a pessoa no centro do conhecimento e a natureza no centro da pessoa. De acordo com Santos (2010, p. 72) "*não há natureza humana porque toda a natureza é humana*".

Assim, este autor menciona o caráter analógico do atual estágio científico, dito Pós-moderno, relacionando-o metodologicamente a várias categorias matriciais, tais como a lúdica, a dramática, a textual e a biográfica. Portanto, o mundo visto como um jogo, um palco, um texto ou uma autobiografia. Neste sentido, o mundo é comunicação onde interagem intertextualidades.

O conhecimento atual é um conhecimento sobre as condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo, a partir de um espaço-tempo local. Consoante destacamos acima, o conhecimento atual constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica, transdisciplinar e individualizada de acordo com a "característica" de cada trabalho.

No nosso caso, o presente estudo implica uma partilha densa com as pessoas, fatos e locais que constituem o objeto da pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e também os significados latentes, que somente serão perceptíveis com uma atenção mais sensível. Somente após esse tirocínio é que se pode interpretar e traduzir os significados patentes ou ocultos do objeto de pesquisa.

Feitas essas considerações introdutórias, decidimos realizar a presente pesquisa científica empreendendo, como suportes teóricos e metodológicos os seguintes fundamentos: da **Análise do Discurso**, com suporte na **Teoria Crítica** (no que tange aos discursos coletados sob a forma de notícias jornalísticas, bem como ao discurso/ narrativa coletado por meio de entrevista); da **História Nova** (*Nouvelle histoire*) (no tocante aos aspectos de interdisciplinaridade, ao caráter construtivo da História, a ampliação das fontes históricas e metodologias, bem como a expansão dos campos históricos e possibilidades de objetos de estudo disponíveis ao historiador); da

Análise de Conteúdo aplicada a notícias jornalísticas (no que concerne aos procedimentos para identificação de categorias ou dimensões temáticas implícitas nas notícias de jornais que compuseram nossas fontes históricas) e; por fim, da **História Oral** (no que concerne à "entrevista" que permeia toda a extensão do nosso último capítulo, realizada com Pedro Almino de Queiroz e Sousa).

Passaremos a descrever, doravante, todos esses suportes teóricos e metodológicos que serviram de paradigma analítico para a presente pesquisa, que tem como objeto a análise histórica da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, no Estado do Ceará, do início do ano de 1964 até o final do ano de 1972.

Nesse período de oito anos, estavam à frente de sua gestão Pedro Almino de Queiroz e Sousa (Representante Federal no Estado do Ceará) e, o general do exército José Pinto Sombra (Superintendente), cargo máximo em nível nacional,.

É preciso ter em mente, antes de prosseguirmos, que as fontes históricas da presente pesquisa procederam de dois *locus* distintos: de uma série de notícias de jornais da época em estudo (fonte histórica secundária) e; do discurso oral (fonte histórica primária) por nós coletado recentemente (abril de 2016), por meio de entrevista, com o senhor Pedro Almino de Queiroz e Sousa, que ainda se encontra vivo e profissionalmente ativo, às vésperas dos seus 80 anos de idade.

Portanto, passemos a discorrer sobre os vários fundamentos teórico-metodológicos que embasaram cientificamente a presente pesquisa, paradigmaticamente-a.

1.1 Dos fundamentos da Análise do Discurso com suporte na Teoria Crítica

Conforme Chizzotti (IBIDEM, p. 120), a **Análise do Discurso** recobre um amplo espectro de teorias e práticas, que correspondem a objetivos e finalidades diversas e nutrem uma diversidade de orientações de pesquisas e disciplinas. Há uma profusão de escolas de análise do discurso, amparadas em pressupostos filosóficos e orientações teóricas diversas.

"Discurso" não tem significado único. Em pesquisa *"é análise de um conjunto de ideias, um modo de pensar ou um corpo de conhecimentos expressos em uma comunicação textual ou verbal, que o pesquisador pode identificar quando analisa um texto ou uma fala"*. (IBIDEM, p. 120)

O discurso é, portanto, a expressão de um sujeito no mundo, que explicita sua identidade (quem sou, o que quero) e social (com quem estou) e expõe a ação pela qual constitui a realidade. Este discurso constituinte da realidade deve ser o alvo mais relevante da

análise: decifrar a genealogia do poder, segundo Foucault; desvendar as relações de opressão, conforme a **análise crítica** (o caso da nossa pesquisa), que subjazem ao discurso. (IBIDEM, p. 121)

A tendência analítica que ora adotamos pressupõe o discurso enquanto situado em um contexto sócio-histórico, e considera que ele só pode ser compreendido se relacionado com o processo cultural, socioeconômico e político nos quais acontece, crivado pelas relações ideológicas e de poder.

Importa, desta forma, o processo, a fala, o "sentido" elaborado no momento da sua produção, com todas as subjetividades (desejos, instintos), determinações sociais (ideologias, contradições e formas linguísticas), incoerências, repetições, omissões. (IBIDEM, p. 121)

Um discurso é determinado, segundo o autor citado, pela posição do produtor-receptor na estrutura social e condicionado pelas forças assimétricas que o afetam, assim como afetam também a posição social dos interlocutores: patrão-operário; vendedor-consumidor; etc.

O discurso está conexo, destarte, com as relações sociais e é revelador da posição dos interlocutores no contexto. Portanto, só pode ser compreendido quando se tem presente as relações de força nele contidas. (IBIDEM, p. 122)

Elegemos, como paradigma teórico-analítico de suporte da presente pesquisa, no que tange aos discursos coletados sob a forma de notícias jornalísticas e ao discurso coletado em forma de entrevista, a **Teoria Crítica**, que passaremos a comentar doravante.

A Análise Crítica teve origem na escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Habermas, etc.), que já na década de 1920 empreenderam suas críticas às instituições políticas e sociais que historicamente oprimiam as pessoas (IBIDEM, p. 126).

A tradição do pensamento legado pelos filósofos da Teoria Crítica nos permite realizar uma perspectiva crítica de análise dos arranjos sociais e educacionais de nosso tempo. Assim, permite-nos pensar nas muitas formas (culturais e simbólicas) pelas quais uma sociedade altamente administrada vem a controlar seus membros para propósitos de dominação.

Depois daqueles primeiros filósofos idealizadores, a Teoria Crítica esprou-se pelas várias áreas do conhecimento. Na área da Educação, que é de onde falamos enquanto autores deste estudo, vários pensadores adotaram uma postura intelectual em seus trabalhos considerada como vinculada à Teoria Crítica.

Para o suporte teórico necessário à presente pesquisa, elegemos quatro filósofos da área da Educação, em sua matriz crítica, que são: o educador brasileiro Paulo Freire; os norte-americanos Henry Giroux e Michael Apple e; o canadense Peter McLaren.

Acreditamos que as suas teses irão abarcar adequadamente a análise crítica das fontes históricas do presente trabalho, uma vez que os referidos filósofos formularam conceitos e teorias que são ligadas à questão da Educação, mas que a ultrapassam, podendo ser igualmente empregadas para análises crítico-políticas, históricas e sociais dos fenômenos humanos.

De **Paulo Freire** destacamos a "teoria da ação antidialógica", trabalhada em sua obra *Pedagogia do oprimido*, onde o autor explicita que, por detrás das práticas de dominação e opressão social, há uma teoria que fundamenta e reproduz logicamente tais práticas, por meio dos interesses políticos e ideológicos dos opressores.

Ou seja, o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, por meio da qual organiza os processos concretos de controle dos diferentes setores sociais oprimidos. (FREIRE, 1987, p. 183).

Freire analisa as práticas de dominação das classes hegemônicas, que no mundo todo impõem seus planos de controle sobre as demais classes sociais, e chega à conclusão de que há uma lógica coerente intrínseca à reprodução e à continuidade dessas práticas.

Ensina-nos o grande educador pernambucano que "[...] é precisamente quando, às grandes maiorias, se proíbe o direito de participar como sujeitos da história, que elas se encontram dominadas e alienadas [...] por isto é que a única forma de pensar certo, do ponto de vista da dominação, é não deixar que as massas pensem. (IDEM, p. 127)

A observação arguta de Paulo Freire analisa os mecanismos de controle das massas, que se dá muitas vezes por meio da comunicação social. Os sistemas midiáticos sutilmente desmobilizam os interesses sóciopolíticos da população, deixando-a isolada, sem diálogo e sem canais de debate sobre sua relação com o mundo e com os outros.

Assim, quanto mais alienados cultural, política e socialmente se encontrarem as pessoas, posto que estão passivas e divididas, mais os controladores continuarão perpetuando-se no poder, pelo domínio da maioria.

Portanto, Paulo Freire nos remete para a necessidade de pensar sobre essas realidades de opressão. As elites dominantes sempre encontrarão métodos e estratégias para controlar os oprimidos, mantendo-os acomodados com a vida que levam. Usam a força da mídia e o poder do discurso veiculado nos meios de comunicação para apaziguar os efeitos das contradições do sistema de dominação.

Freire está, destarte, fortemente vinculado ao pensamento da Escola de Frankfurt, que reconhece a hegemonia exercida por poucos centros de produção e transnacionalização da

informação, universalizando uma visão de mundo forjada pelo interesse das classes dirigentes. (Cf. PUCCI, 1994, p. 196)

Henry Giroux, por sua vez, nos coloca diante de reestruturações das noções de dominação, classe, cultura e ideologia, no embate de perspectivas culturalistas e estruturalistas.

Defende o autor de "Pedagogia radical" e de "Teoria Crítica e Resistência em Educação: *para além das teorias de reprodução*" que esses termos podem ser situados numa perspectiva teórica que esclareça como a estrutura e a ação pressupõem uma à outra e que o valor de tal pressuposto é enorme para se desenvolver uma teoria radical de escolarização. (GIROUX, 1986, p.161)

Um dos debates mais significativos que se desenvolveu a partir desse universo de paradigmas centralizava-se em torno dos problemas agudamente contrapostos de cultura e ideologia. Em primeiro lugar, a centralidade do conceito de cultura é baseado no pressuposto de que ela é um conjunto de ideias nas quais determinados modos de vida são integrados.

Nesse contexto, a cultura se torna democratizada e socializada através de padrões que sustentam toda a vida social. Isso leva ao pressuposto (culturalista) da importância da ação humana e da experiência como um fundamento teórico da análise social e de classes. (IDEM, p. 167-169)

A relação entre dominação, classe e cultura indica outro pressuposto importante da perspectiva culturalista: a mensagem central é a de que a dominação não elimina a ação humana nem a resistência, uma vez que o sujeito constituinte simplesmente não pode ser reduzido aos ditames do modo de produção da vida material, ou à lógica da dominação, ou às agências de reprodução social como a escola, a família etc. (IDEM, p.169- 170)

Outro pressuposto fundamental dessa perspectiva é o de que a teoria só é importante na medida em que vai além das tipologias abstratas e volta ao concreto. Isto é, a teoria se torna crítica e valiosa na medida em que questiona seus próprios pressupostos *a priori*, examinando e descobrindo os modos pelos quais o significado humano se produz nas experiências vivenciadas e nos artefatos históricos produzidos por tais experiências (IDEM, p.170).

Assim, são as estruturas detentoras do poder que constituem e determinam o comportamento humano.

Em oposição aos enfoques culturalistas vistos acima, as análises estruturalistas postulam uma noção de totalidade e autonomia relativa. Voltam-se principalmente aos conceitos de classe e ideologia. A classe, na perspectiva estruturalista, é conceitualizada primariamente

como "uma posição objetiva estabelecida pelo lugar da pessoa na rede de relações de propriedade". (GIROUX, 1983, p. 175)

Portanto, se são as relações de propriedade que estabelecem as posições de classe social, a perspectiva estruturalista é incompatível com o pressuposto de que as classes sociais são de certa forma determinadas e, também com a ideia de que a própria natureza da intersubjetividade humana é uma expressão de determinantes políticos e ideológicos.

A ideologia, por sua vez, para essa perspectiva, tem como função inserir os indivíduos nas relações sociais, para as quais eles servem apenas como simples sustentáculos. (IDEM, p. 175-176).

Outro autor de suma importância e que também dá suporte ao presente trabalho é **Michael Apple**. Este pensador oferece um entendimento diferente de ideologia, que além de focar na reprodução, analisa o conflito, a contradição e as mediações produzidas pelos sujeitos concretos.

A ideologia, para Apple, não deve ser entendida como uma "falsa consciência" diretamente imposta pelas relações econômicas, mas como parte da cultura vivida, encharcada de senso comum. As ideologias se conectam com problemas reais das pessoas, com a experiência cotidiana delas. (Cf. REGO, 2011, p. 34)

Portanto, o senso comum é formado (não de forma exclusiva) por ideologias hegemônicas, pois as classes (ou raça, gênero) dominantes são capazes de apresentar sua visão de mundo como a forma "natural" de entender e operar na sociedade. Um discurso se torna hegemônico porque consegue ancorar-se em entendimentos já presentes no senso comum e mobilizá-los, de modo que esta seja a única forma de ver e viver no mundo social. (IDEM, p. 34)

Apple nos ajuda a entender que esse processo é contínuo, pois os grupos dominantes precisam lutar para manter a liderança da sociedade. A forma como a hegemonia se instaura é dada pela crença e pela forma de ver o mundo de forma prática, produzindo um efeito de realidade única.

No entanto, não há garantia de que a hegemonia tenha uma longa duração, estabeleça-se para sempre. O bloco hegemônico precisa, para tanto, conectar o seu discurso à vida prática. Este é um trabalho que ele tem de realizar constantemente, ou seja, o estabelecimento de um discurso como aquele que "faz sentido", algo que é visto como a forma "natural" de pensar e proceder. (IDEM, p. 35)

Nenhuma ideologia se torna dominante, segundo Apple, se não está, ao menos parcialmente, ligada ao senso comum de cada período histórico. Ou seja, aquilo que Apple

nos mostra como o que a ideologia dominante promove não é uma ideia estranha às pessoas, nem uma realidade falsa.

Uma grande parte da hegemonia é obtida exatamente quando o discurso dominante consegue converter-se em senso comum e é capaz de articular-se aos elementos de bom-senso nele presentes. Na verdade, o senso comum preserva sempre características de fragmentação e contradição, perpassado por múltiplas e diferentes ideologias. A sua "colonização" não é estável, permanente; o senso comum é sempre uma arena de disputa. (IBIDEM, p. 36)

Michael Apple nos ajuda a entender, portanto, a complexidade das alianças hegemônicas, quando discorre e explica sobre todos esses conceitos, senso comum, ideologia, hegemonia. Apple tem mostrado que não apenas a classe social, mas também as dinâmicas de gênero e raça têm um papel central na análise das alianças hegemônicas e contra-hegemônicas, e na própria manutenção destas alianças.

Por fim, outro cientista ligado à Teoria Crítica e que nos ajuda a analisar o presente trabalho é **Peter McLaren**. Sua obra é direcionada à vida escolar, particularmente à vida escolar cotidiana, especialmente em sua obra "*Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na Educação*", onde nos mostra um grupo oprimido em sua articulação com uma estrutura injusta e insensível.

Esta obra é considerada um primor metodológico, que deve ser lida, estudada e criativamente imitada, em um processo artesanal de aprendizagem de "ver fazendo". McLaren nos ajuda a entender o funcionamento de uma escola numa sociedade capitalista, onde qualquer incidente na vida escolar cotidiana dos jovens por ele estudados tinham significados e implicações muito maiores, ou seja, tudo estava ideologicamente direcionado para torná-los trabalhadores e católicos. (McLAREN, 1991, p. 12)

Segundo Tomaz Tadeu da Silva, a falta de significados que esses jovens encontram diariamente na escola observada por McLaren, "onde se observam duas culturas separadas e incomunicáveis (a cultura viva e vital desses jovens e a cultura rotineira e formal da escola), levam-nos a entrar no beco sem saída da reprodução" e caracterizam muito bem a instituição que todos nós conhecemos não só em Toronto, como muito mais aqui no Brasil: a Escola. (IDEM, p. 12)

Entretanto, McLaren não acredita que não se possa fazer nada para intervir, passando a sugerir formas pelas quais o aparentemente inevitável caminho circular da reprodução poderia ser interrompido. Por isto, seu estudo não é apenas um estudo sociológico ou antropológico da Escola, mas uma alternativa para a construção de uma verdadeira pedagogia de oposição. (IDEM, p. 13)

Na realidade, essas contínuas demonstrações ritualísticas da vida escolar, em suas múltiplas significações, fornecem-nos a fundamentação cultural para os modos de dominação e resistência. As mensagens ideológicas e as práticas materiais se unem em ícones, falas de professores, uso da oração, colocação do mobiliário, gestos corporais autoritários, etc. Todos estes gestos são rituais para se operar/ exercer o poder e encarnam uma força para disciplinar, administrar e limitar as atividades dos alunos. (IBIDEM, p. 18-19)

Podemos concordar que, não obstante a obra se trate de um estudo de caso escolar com abordagem etnográfica, a análise apresentada, com base na Teoria Crítica, é um modelo paradigmático para análise de qualquer instituição ou atividade humana.

Para concluirmos este tópico, de acordo com McLaren (2000, p. 279), a proposta da Teoria Crítica (que ora se aplica ao presente trabalho), traz as seguintes premissas básicas:

- 1) **Todo pensamento é fundamentalmente mediado por relações de poder**, que são social e **historicamente constituídas**;
- 2) Os fatos nunca estão fora do domínio dos valores ou separados de alguma forma de inscrição ideológica;
- 3) **A relação entre o conceito e o objeto**, entre o significante e o significado nunca é estável ou fixa, **é sempre mediada por relações sociais de produção e de consumo** capitalistas;
- 4) **A linguagem é central na formação da subjetividade**, seja consciente ou inconscientemente; **certos grupos**, em qualquer sociedade, **são privilegiados em relação a outros**. (McLAREN, 2000, p. 279) (grifo nosso)

Portanto, a tarefa de uma "análise crítica do discurso" é: considerar a linguagem conexa com a estrutura social; avaliar a função do discurso, sua ideologia na produção, manutenção e transformação das relações sociais de poder; desmistificar os discursos dominantes e; construir uma consciência crítica. (FAIRCLOUGH, 1995)

1.2 Dos fundamentos da História Nova (*Nouvelle histoire*)

Discorreremos agora sobre os fundamentos da **História Nova** ou *Nouvelle histoire*, uma vez que a presente pesquisa pretende-se inserida na *práxis* historiográfica dessa escola.

Como se sabe, a prática historiográfica alterou-se significativamente nas últimas décadas do Séc. XX, com a terceira geração dos *Annales*³ que, sem negar a relevância das questões estruturais de longa duração, nem a pertinência dos estudos econômicos e

³ A terceira geração compõe-se de uma ampla cadeia de historiadores, entre os quais François Furet, George Duby, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Michèle Perrot, Mona Ozouf e Pierre Nora (PINSKY, 2005, p. 143)

demográficos que precisavam de fontes com tratamento estatístico, propunha "novos objetos, problemas e abordagens". (PINSKY, 2005, p. 112).

Os aportes analíticos provenientes de outras ciências humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras de sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar.

Jacques Le Goff e Pierre Nora explicitaram que pretendiam promover um novo tipo de história, ligada a três processos: *novos problemas*, que colocavam em causa a própria história; *novas abordagens*, que modificavam, enriqueciam e subvertiam os setores tradicionais da história e; *novos objetos*, que começariam a aparecer no campo epistemológico da história. (LE GOFF; NORA, 1978, p. 11-12)

O processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores ficou mais evidente pela renovação temática, que passou a incluir o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História.

Passava-se de um paradigma de análise macroeconômica (então primordial) para uma História que focalizava, doravante, os sistemas culturais. De Certeau formula o seguinte pensamento acerca da História Nova:

O Historiador não é mais um homem capaz de construir um império, nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio. (DE CERTEAU, *Apud* BOUTIER, 1998, p. 25-29)

Tais mudanças alteraram a concepção que se tinha de "documento", fonte histórica primaz para se realizar qualquer trabalho historiográfico. Os pontos essenciais sobre a questão do "documento" foram sistematizados por Jacques Le Goff no prefácio-manifesto para a História Nova:

Uma nova concepção de documento, acompanhada por uma nova crítica deste. **O documento não é inocente**, não decorre apenas da escolha do historiador, parcialmente determinado ele próprio por sua época e seu meio; o documento é **produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado como para dizer a "verdade"**. A crítica tradicional dos documentos forjados é muito insuficiente. **É preciso** desestruturar o documento para **entrever suas condições de produção**. Quem detinha, em dada sociedade do passado, a produção de testemunhos que, voluntária ou

involuntariamente, tornaram-se documentos da história? É a partir da noção de documento/ monumento, proposta por Michel Foucault em *A arqueologia do saber*, que a questão precisa ser considerada. Ao mesmo tempo, **é preciso localizar, explicar as lacunas, os silêncios da história**, e fundamentá-la tanto nesses seus vazios como na densidade daquilo que sobreviveu. (LE GOFF, *Op. cit.*, prefácio) (grifo nosso)

Não podemos deixar de mencionar também a renovação do Marxismo, marcante nos estudos de Raymund Willians, Perry Anderson, Christopher Hill, Erik Hobsbawm e E. P. Thompson. Este último fez uma verdadeira revolução ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a "*história vista de baixo*", trazendo à cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspirando abordagens inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência (PINSKY, *Op cit*, p. 114).

Ao longo dessa trajetória, a visão telescópica proveniente do amplo campo de observação e das séries quantificáveis que não prescindiam do auxílio do computador, foi confrontada com o olhar da *Micro-história*, sensível aos detalhes e objetos modestos, o que colocou em pauta a questão dos complexos "jogos de escalas" manipulados pelos historiadores. (IDEM, p. 114)

Dentro desse processo todo de consolidação da *Nouvelle histoire* (ou 3ª geração dos *Annales*), pode-se falar da virada linguística (ou desafio semiótico), que evidenciou o caráter narrativo do texto historiográfico e forçou a discussão de sua natureza, gerando polêmicas quanto à (in)existência de referências externas ao próprio discurso. Também merecem destaque, nesse contexto, a História do Tempo Presente (História imediata) e o retorno da História Política.

Enfim, não podemos prescindir das inúmeras contribuições teórico-metodológicas alcançadas nas últimas décadas, onde se aproximaram e se entrecruzaram os âmbitos da História Cultural (que está no centro das renovações) e da História Política, na sua acepção renovada, expressas em termos de política cultural e cultura política.

Se a História Total é o maior ponto de discordância entre as primeiras gerações dos *Annales* e a *Nouvelle Histoire*, a interdisciplinaridade é o aspecto que as une, o grande traço de identidade que unifica todo o movimento dos *Annales*, sincrônica e diacronicamente.

A interdisciplinaridade assegura a possibilidade de unir a História-problema, o caráter construtivo da História, a ampliação das fontes históricas (e de metodologias para a sua abordagem) e a expansão dos campos históricos e das possibilidades de objetos de estudo disponíveis ao historiador. (Cf. BARROS, 2012, p. 355)

Encaminhamo-nos já para o próximo sub-capítulo, no entanto, para fecharmos adequadamente este tópico sobre os fundamentos da História Nova devemos mencionar que, entre as conquistas dos *Annales* que se universalizaram, existe ainda uma outra: a percepção de que não apenas o tempo é vital para a historiografia, mas também o espaço. O surgimento da História Regional, por exemplo, ao propor uma nova possibilidade de recorte do espaço para a historiografia, foi uma dessas contribuições.

Portanto, concluímos este tópico afirmando, juntamente com Cardoso e Brignoli (2002, p. 34), que a *Nouvelle Histoire* é uma abordagem histórica que objetiva produzir conhecimento em torno das mais variadas práticas culturais constituídas na vivência das relações sociais, onde as experiências dos sujeitos são enfocadas como um campo de conflitos e tensões, marcado por várias táticas e estratégias de poder.

1.3 Dos Fundamentos da Análise de Conteúdo em dados jornalísticos

A **Análise de Conteúdo** é pertinente à presente pesquisa, uma vez que é uma técnica adequada para se elaborar/ extrair categorias temáticas de uma grande quantidade de textos (discursos/ narrativas), sejam jornalísticos (como é o nosso caso) ou de outro tipo. Este procedimento permite que se vincule as muitas fontes, desorganizadas, às categorias temáticas elencadas, de modo a organizar e sistematizar os dados, para uma melhor compreensão e análise posterior.

A técnica de Análise de Conteúdo construiu, ao longo do tempo, um conjunto de procedimentos de extração do sentido de um texto, por meio das unidades elementares de que se compõem produtos documentários (jornais, p. ex.): Palavras-chave, categorias, temas, procurando identificar a constância dessas unidades para fazer inferências e extrair os significados inscritos no texto a partir de indicadores objetivos. (CHIZZOTTI, *op cit*, p. 115).

A Análise de Conteúdo surgiu nos Estados Unidos, no início do Século XX, para análise de material jornalístico. Posteriormente, entre 1940 e 1950, os cientistas começaram a se interessar pelos símbolos políticos, tendo este fato contribuído para seu desenvolvimento. Depois se estendeu, entre 1950 e 1960, para várias outras áreas. (LASWEL, 1952, *Apud* CHIZZOTTI, 2006, p. 115).

Portanto, essa técnica existe há mais de 55 anos entre as Ciências Humanas e Sociais, sendo anterior, inclusive, à Análise do Discurso, já comentada alhures.

A Análise de Conteúdo pode ser quantitativa e/ ou qualitativa, a depender da abordagem que se dá aos textos. Na abordagem quantitativa traça-se uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto; na abordagem qualitativa, por sua vez, considera-se a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características em um determinado fragmento da mensagem.

O fracionamento e a quantificação não impedem analisar, com proveito, qualquer tipo de comunicação, nem inviabilizam uma análise qualitativa de um texto. Nessas análises qualitativas, o pesquisador procura penetrar nas idéias, mentalidade, valores e intenções do produtor da comunicação para compreender sua mensagem.

São analisadas as palavras, as frases e temas que dão significado ao conjunto, para relacioná-las com os dados pessoais do autor, com a forma literária do texto, com o contexto sócio-cultural do produtor da mensagem: as intenções, as pressões, a conjuntura, a ideologia que condicionaram a produção da mensagem, em um esforço para articular o rigor objetivo, quantitativo, com a riqueza compreensiva, qualitativa. (Cf. CHIZZOTTI, *Op cit.*, p. 116-117)

A eleição das categorias é fundamental para se atingir os objetivos que se pretende, pois devem estar claramente definidas e serem pertinentes aos objetivos pretendidos na pesquisa, a fim de condensar um significado a partir de unidades temáticas.

Essas unidades correspondem a uma ideia, em geral uma afirmação que vai ser demonstrada ou tratada, ou uma sentença com sujeito e predicado que exprima um significado a partir do qual são compreendidas as palavras significativas. Destarte, os temas são codificados, com os dados brutos reunidos e condensados, de modo a permitir a descrição objetiva das características mais relevantes do conteúdo.

Para o que interessa à nossa pesquisa, a análise consistiu em relacionar a frequência da citação de alguns temas, sendo medido o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo(s) seu(s) autor(es). Socorremo-nos, então, da quantificação para estabelecermos a frequência estatística dessas unidades de significado (temas).

Os procedimentos acima descritos nos possibilitaram identificar três categorias ou dimensões temáticas implícitas nas notícias de jornais que compuseram nossas fontes históricas. Assim, nos foi possível agrupar/ vincular todas as notícias de jornais (968, no total) da nossa pesquisa a uma das três dimensões temáticas elaboradas por meio da nossa análise de conteúdo .

Desta forma, acabamos por identificar as seguintes dimensões temáticas relativas à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, no Ceará, no recorte temporal proposto (1964-1972):

- 1) discursos sobre a dinâmica administrativo-operacional da Campanha;
- 2) discursos sobre a dinâmica pedagógica da Campanha e;
- 3) discursos sobre a dinâmica político-ideológica da Campanha.

Essa descoberta, no entanto, exigiu-nos qualidades psicológicas complementares, como a fineza, a sensibilidade e a flexibilidade para apreender aquilo que importava à pesquisa. Foi necessário, ademais, passar por etapas que incluíram a pré-análise do material; a sua exploração e; por fim, o tratamento dos resultados e interpretação.

Na primeira etapa organizamos o material por meio de procedimentos de leitura flutuante, hipóteses, objetivos e indicadores que pressupúnhamos como fundamentos à interpretação.

Na segunda etapa codificamos os dados a partir das unidades de registro.

E, na última etapa, fizemos a categorização, que consistiu na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e diferenças, com agrupamento em função de características comuns.

Queremos aqui, antes de adentrarmos na questão da História Oral, discorrer um pouco acerca das minúcias de análise de fontes históricas jornalísticas, como é o caso da nossa pesquisa, pois é muito importante que o pesquisador entenda o processo de análise inerente a esse tipo de fonte histórica.

Não obstante a longa entrevista colhida com o principal sujeito histórico da nossa pesquisa, bem como a intensa pesquisa junto aos vários bancos de documentações, repositórios institucionais, livros, artigos e demais documentos que a cotejaram, temos que o jornal é uma das principais fontes de informação histórica, mas que nem sempre a independência e a exatidão dominam seu conteúdo, caracterizado como "mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso". (PINSKY, *Op cit*, p. 116)

Será sempre difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se em um dado momento sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo, etc. É preciso se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com as instituições políticas, grupos econômicos e financeiros. (IDEM, p. 116)

Assim, muitos historiadores experientes do passado já questionaram sobre o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações, selecionadas e utilizadas ao '*bel prazer*' do pesquisador. Daí prescreviam sobre a prudência de

não se correr riscos com essas fontes de pesquisa. Recomendavam, inclusive, que só dispusessem dos mesmos quando da absoluta falta de outras fontes. (IBIDEM, p. 116)

Outros historiadores, porém, tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, como mera caixa de ressonância de seus valores, interesses e discursos ideológicos. Assim, tais leituras contribuía para uma "interpretação" da realidade, vinculada a ideologias dominantes.

O fato é que, desde o trabalho pioneiro de Gilberto Freyre⁴, que por meio dos anúncios de jornais estudou diferentes aspectos da sociedade brasileira do Século XIX, a produção de vários pesquisadores⁵ não tem dispensado o uso de jornais em suas pesquisas, seja para evidenciar aspectos da vida social e política, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços), sempre com resultados originais e postura muito distante da temida ingenuidade comentada acima. (IBIDEM, p. 117)

Na década de 1970, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. A tese precursora de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973), já indicava esse caminho ao valer-se da Semântica e da Linguística para analisar o vocabulário político-social de um conjunto de jornais publicados entre o final do Primeiro Reinado e o início da Regência (1827-1835). Assim, o trabalho identificou os matizes da ideologia dominante num momento de acirrada disputa pelo controle dos quadros políticos e burocráticos da nação recém-independente.

Portanto, cremos que diante dessas observações e do manancial de instrumentos de análise que hoje dispomos e que, inclusive aqui já destacamos, não caímos na tentação da interpretação "literal" do material jornalístico utilizado na presente pesquisa, uma vez que esta se pretende crítica, com todas as implicações desta corrente teórica.

1.4 Dos Fundamentos da História Oral

Pois bem, discorramos agora sobre os fundamentos da *História Oral*, esta que também se faz presente na pesquisa, por meio do procedimento de "entrevista".

A História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a "histórias dentro da História". Amplia, portanto, as possibilidades de interpretação do passado.

⁴ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3ª ed. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

⁵ Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz, Leôncio Martins Rodrigues. (PINSKY, 2005, p. 117)

Trata-se de uma metodologia iniciada após a invenção do gravador a fita (meados do Séc. XX) e que consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram ou testemunharam de acontecimentos e conjunturas do passado e/ ou do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de pesquisas como a que empreendemos, e deve-se definir quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido. (IBIDEM, p. 155)

No caso da nossa pesquisa (que se passa na década de 1960 e início da década de 1970), a grande maioria dos atores/ sujeitos⁶ envolvidos já estão falecidos. Os demais encontram-se dispersos ou sem que saibamos seus endereços, residências ou domicílios. Por sorte do destino, o principal ator envolvido com o nosso objeto de estudo encontra-se vivo e profissionalmente ativo, que é o Sr. Pedro Almino de Queiroz e Sousa.

Realizamos, junto a este ator/ sujeito da pesquisa, uma "entrevista" que permeia toda a extensão do nosso último capítulo, intitulado **COMIDA E PODER: Análise histórica da CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972)**. Trata-se do capítulo mais importante do trabalho, uma vez que adentra na parte da pesquisa *stricto sensu*.

O trabalho com a História Oral é fundamentado em ferramentas teóricas diferentes das que normalmente são empregadas nas Ciências Humanas. Trata-se de uma metodologia interdisciplinar por excelência, pois pode ser aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento, como na Educação (que é de onde falamos), por exemplo.

Na década de 1960, paralelamente ao desenvolvimento do gravador portátil, tornaram-se frequentes as entrevistas de "histórias de vida" com membros de grupos sociais que, em geral, não deixavam registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo. Era praticada por pesquisadores que identificavam naquela nova metodologia uma solução para "dar voz" às minorias e possibilitar a existência de uma História "vinda de baixo". (IBIDEM, p. 157)

Empregar a metodologia da História Oral é muito dispendioso, pois o preparo das entrevistas, o contato com os entrevistados, a gravação dos depoimentos, suas transcrições, revisões e análises leva muito tempo e requer recursos financeiros. Por essa razão, é bom ter claro que a opção pela História Oral responde apenas a determinadas questões e não é solução para todos os problemas. (IBIDEM, p. 165)

⁶ O "Anexo C" da presente dissertação traz uma relação com 306 pessoas. São nomes que emergiram das fontes históricas disponíveis. Achamos importante disponibilizar tal relação neste trabalho, uma vez que muitos leitores certamente conhecem ou conheceram essas pessoas, podendo desta forma lembrá-las ou relacioná-las a outros contextos que não o contexto estrito da pesquisa.

No caso concreto de nossa pesquisa, a realização de apenas uma entrevista foi plenamente satisfatória para responder às mais variadas dúvidas emergidas na fase exploratória, uma vez que o personagem entrevistado praticamente participou da grande maioria dos fatos e atos históricos registrados por meio dos jornais da época, em virtude de ser o principal gestor da CNAE no Ceará, naquele momento.

Como o que se almeja ao obter uma "versão" do passado, por meio de um testemunho oral, por exemplo, é "o que se pode revelar da sua subjetividade, ou seja, muito dos anseios e lutas não visíveis, o significado de algum silêncio e/ou esquecimento de outrora" (POLLACK, 1992, p. 24), no caso da presente pesquisa essas questões foram complementadas pela entrevista realizada.

O relato oral poderá, destarte, suprimir deficiências nos documentos disponíveis, alcançar informações não registradas ou inacessíveis, compreender o contexto vivido para além das informações oferecidas pelos documentos, extrair perspectivas não oficiais. (Cf. CARDOSO & BRIGNOLI, *Op. cit.*, p.59).

A entrevista poderá, muitas vezes, contradizer as generalizações feitas sobre o passado, o que permite a ampliação da percepção histórica e, nesse sentido, uma mudança de "perspectiva". É nesta esteira de pensamento que a História Oral permite o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais.

Assim, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de "histórias" dentro da "História" que, dependendo da sua dimensão e alcance, podem até alterar a "hierarquia de significações historiográficas". (Cf. PINSKY, *Op cit*, p. 166)

Segundo Thompson (1988, p. 44), a História Oral

é construída em torno da pessoa. Admite heróis vindos não somente dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade, extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados e, especialmente, os idosos, a conquistar dignidade e confiança. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos.

Mas é importante, contudo, que saibamos que há problemas a se enfrentar com a opção pela História Oral, uma vez que estamos diante de uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas culturais e ideologicamente mediadas. Então, entre gravar entrevistas e tirar delas conclusões consistentes para os campos de investigação escolhidos vai uma grande distância.

Pierre Bourdieu já chamou a atenção para a "ilusão biográfica", que se trata do fato de a *unidade do eu* ser, na verdade, uma abstração. Essa ilusão dá a idéia de coerência do relato, de coerência da identidade relatada. Uma trajetória bem definida, com projetos, intenções, acontecimentos sucessivos, uma ordem cronológica bem organizada, tudo imprimindo uma lógica retrospectiva e prospectiva preocupada em dar sentido à existência. Mas, a verdade é que o *eu* é fracionado e múltiplo. (IBIDEM, p. 170)

Cabe ao historiador, portanto, estar atento ao fato de significados atribuídos a ações e escolhas do passado serem determinados por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas.

A História Oral é um procedimento, um meio, um caminho para a produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento - o tempo passado -, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido - o tempo presente -. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades, arremata Delgado (2006, p. 16).

O alicerce da História Oral é a narrativa, o que significa dizer que ela se constitui no momento mesmo da entrevista. O entrevistado, ao contar suas experiências, transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Consoante descrevemos acima, é importante perceber a "ilusão biográfica", bem como as interferências das circunstâncias em que se realizou a entrevista. Muitas vezes o que o entrevistado fala depende do modo pelo qual ele percebe seu interlocutor. Quando é solicitado a falar sobre o passado diante de uma câmera poderá criar uma situação artificial, pois a narrativa oral não é associada a um registro, como o texto escrito. (Cf. PINSKY, *Op cit*, p. 171)

Nesse sentido, cabe destacar que desde a década de 1990, quando se aguçou ainda mais o vigor analítico da(s) **Teoria(s) Crítica(s)**, pôs-se em questão inclusive a posição social do autor da pesquisa, a onipotência descritiva do texto científico e a transcrição objetiva da realidade. Ou seja, todos nós estamos marcados pela realidade social (pesquisadores e pesquisados).

Assim, o texto produzido ou a produzir não escapará à posição dos atores no contexto político, sendo tal objetividade (do texto escrito e provisório) delimitada pelo comprometimento dos sujeitos com suas realidades circundantes. (Cf. CHIZZOTTI, *Op cit.*, p. 56)

Por fim, registramos aqui a importância de se preparar adequadamente a entrevista a realizar, bem como seu posterior tratamento. É importante que se faça um roteiro da entrevista, com as devidas perguntas. Deve-se ter claro que a metodologia da História Oral seja adequada à questão concreta da pesquisa, bem como que a narrativa dos entrevistados seja importante para os seus propósitos. Além disso, é preciso que o desenvolvimento da pesquisa seja factível, isto é, que haja entrevistados em condições de prestar seu depoimento.

No caso da presente pesquisa, realizamos uma entrevista⁷ do tipo temática, aberta, porém com roteiro semi-estruturado, o que permitiu ao entrevistado responder abertamente às questões suscitadas, com abertura para ampliar as respostas e falar sobre o que quisesse. Assim, pudemos trazer à tona algumas revelações da subjetividade do entrevistado, como anseios e lutas não visíveis nos demais documentos históricos.

Damos por encerrado o presente capítulo, no que passaremos agora à segunda parte do nosso trabalho, onde trataremos de realizar uma revisão de literatura acerca do nosso objeto de pesquisa, bem como de aproximá-lo dos contextos históricos em que se deu.

Ou seja, discorreremos sobre a História da CNAE: da criação (1955) até a véspera da gestão do general-superintendente José Pinto Sombra (1964); faremos uma exposição acerca do conhecimento sobre alimentação no Brasil até 1964, trazendo assim uma Epistemologia (teoria do conhecimento) sobre os significados dessa alimentação e; por fim, contextualizaremos o Brasil e o Ceará de então, em suas faces sócio-histórica, política e educacional.

Só depois de expormos essas revisões, epistemologias e contextos é que poderemos adentrar na parte estrita do nosso objeto de pesquisa, que será empreendida no capítulo final (capítulo 3).

⁷ "APÊNDICE A" - **Entrevista** com Pedro Almino de Queiroz e Souza; **Tipo:** Entrevista temática; Aberta, com roteiro semi-estruturado.

2 REVISÃO DE LITERATURA E INTRODUÇÃO AO CONTEXTO HISTÓRICO(*lato*) DO OBJETO DE PESQUISA(*stricto*)

Neste capítulo intermediário tentaremos aproximar nosso objeto de pesquisa de toda a contextualização histórica (social, política, econômica, educacional) em que o mesmo se processou. Ou seja, traremos para primeiro plano todas as questões que achamos pertinentes ao diálogo com a História da Campanha Nacional de Alimentação Escolar- CNAE, no Ceará, no recorte de espaço e de tempo ora propostos (1964- 1972).

Assim, procuraremos expor nos próximos parágrafos uma breve revisão de literatura sobre trabalhos similares ao que aqui empreendemos, seguida de uma sintética História da CNAE até o momento do Golpe Militar de 1964, quando se inicia nosso recorte, nas gestões de José Pinto Sombra (nacional) e Pedro Almino de Queiroz e Sousa (Ceará).

Mais para a frente traçaremos uma noção sobre os significados da alimentação no Brasil até aquela época, em forma do que chamamos de "epistemologia alimentar". Ou seja, desde a constituição de um campo de saber em torno do objeto "Alimentação" até as orientações e sentidos dados ao mesmo até aquele período.

Vencida essa etapa, faremos uma exposição do contexto histórico do Brasil e do Ceará de então, diante de novos cenários políticos e sociais, pré e pós-Revolução. Por fim, relataremos acerca da política educacional brasileira e cearense daquele período, intensamente marcada por acordos internacionais com a agência americana *USAID*.

Todas essas questões visam aclarar para os leitores aquele momento histórico e suas singularidades, de modo que possamos nos familiarizar com as várias questões que estavam relacionadas à política pública que ora estudamos (na delimitação proposta). A tarefa será feita com base nos recursos disponíveis, livros, artigos, documentos, pesquisa em bibliotecas e repositórios institucionais de literatura especializada.

Sigamos, então, aproveitando o espaço desta introdução capitular, para lavrar uma breve revisão de literatura acerca dos estudos similares ao desta pesquisa.

E começamos por dizer que, apesar dos esforços dos Programas de Pós-Graduação brasileiros em relação a tentar um estabelecimento sistemático de pesquisas sobre alimentação escolar no país, o número de publicações é deveras insuficiente para abarcar toda a vastidão do tema.

As muitas peculiaridades, os muitos atores públicos e privados envolvidos, delimitações espaciais e temporais, influências, políticas de estado, os diversos momentos

históricos, intervenções comerciais nacionais e internacionais estão entre os muitos fatores possíveis e passíveis de investigação analítica.

Alguns estudos já realizados por Bezerra (2003; 2005) dão conta de que há uma carência de estudos de natureza histórica sobre esse tema no Brasil como um todo. Da sua ensinância extraímos que há novas tendências de estudos sobre merenda escolar. (IDEM, 2005, p. 440). O autor analisou a produção bibliográfica sobre o tema entre a década de 1980 e início dos anos 2000 e identificou quatro tendências de estudos: uma relativa ao debate desnutrição *versus* fracasso escolar; outra relativa a aspectos históricos e políticos; uma outra relativa a dimensões pedagógicas e simbólicas da merenda e; uma última, que relaciona a merenda com o comer saudável dentro do espaço escolar.

O estudioso citado também discutiu acerca da evolução da Política de Alimentação Escolar no Brasil, periodizando-a em três fases: internacional (1955-1973); nacional centralizada (1973-1993) e; nacional descentralizada (1993-...). (IDEM, p. 444).

Afirma ainda aquele hermeneuta que a implementação da política de merenda escolar foi uma medida inserida em um conjunto amplo de ações, entre as quais aquelas desenvolvidas pelo SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) e pelas Escolas Regionais de Nutrição (Fortaleza e Belo Horizonte), que constituíam eixos centrais de um projeto amplo de intervenção do Estado junto à sociedade, visando, dentre outros objetivos, dotar a população de bons hábitos alimentares, materialidade do processo de transformação do discurso sobre alimentação em tema de política e prática governamental (IDEM, 2003).

Também Pipitone (1997, p.19) já havia mencionado em sua dissertação de mestrado que a produção bibliográfica acerca do Programa de Alimentação Escolar no Brasil era muito pequena, estando dispersa entre diferentes universidades, institutos e núcleos de pesquisa brasileiros.

Para esta autora, esse tipo de pesquisa se dá apenas em dois sentidos, em duas correntes: um que se ocupa dos aspectos científicos e tecnológicos, nutritivos e; outro que, como a nossa pesquisa, se ocupa dos aspectos históricos, político-administrativos dos programas públicos de alimentação escolar, mas quase sempre em sua relação com a escola e com os educadores. (IDEM, 1997, p.20).

Na obra de Fonseca (1987), dez anos antes da última obra citada, podemos enxergar nitidamente o quão complexa é a questão da merenda escolar no Brasil, uma vez que o autor, que tinha como objetivo principal de seu estudo analisar aspectos administrativos da merenda escolar paulista, viu-se no decorrer da mesma envolto em questões que hoje chamamos "transdisciplinares" ou transversais.

Eram questões diversas, tais como o fenômeno da desnutrição, da concentração de renda, da produção de alimentos, dos transportes, do escoamento de produção, da política agropecuária, da política econômica, dos interesses históricos dominantes, da administração pública, etc., mas todas questões comunicantes em relação ao objeto de estudo principal, qual seja, a Alimentação Escolar. (IBIDEM, 1987, p. ix).

Portanto, é válido destacar, conforme depreendemos do acima exposto, que sempre haverá a necessidade de uma compreensão mais ampla do objeto de estudo "Alimentação Escolar", a abarcar os contextos social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Vasconcelos (1988) referenciou o programa de merenda brasileiro em seu estudo sobre as políticas de alimentação e nutrição, pesquisadas entre o Estado Novo (1937) e meados da década de 1980 (Nova República). Segundo esse autor, a política de merenda surgiu e evoluiu intimamente ligada ao projeto de expansão e desenvolvimento do capital internacional.

A miséria e a fome de grandes contingentes populacionais impulsionou a criação de uma série de organismos. Tais mecanismos se utilizaram da fome dos países subdesenvolvidos para objeto de intervenção, por meio do alimento, dando cumprimento às novas exigências da ordem econômica mundial, estabelecidas pelas grandes potências capitalistas após a II Guerra Mundial. (IDEM, p. 46)

Recuando um pouco mais no tempo e no espaço, chegamos à obra de Coimbra, Meira e Starling (1982), que recompõe a trajetória histórica da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) desde sua criação, em 1955, até 1979, ou seja, um pouco antes da data de publicação do estudo.

Esta obra é tida como inaugural, em relação aos estudos da segunda corrente citada acima por Pipitone (aspectos históricos e político-administrativos), corrente esta à qual vinculamos a presente pesquisa. Destacamos que a obra de Coimbra, Meira e Starling tinha como objetivo avaliar as diretrizes do referido programa e evitar a repetição de antigos erros. (Cf. COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 500)

Além dos autores e estudos citados acima, outros poucos estudos mais recentes são relacionados por Bezerra (*Op cit*, 2005, p. 444- 446), dizendo tratar-se de pesquisas sobre os aspectos políticos e pedagógicos da alimentação escolar. Enfocam os estudos assuntos sobre as práticas de descentralização (COSTA, 2004; PINHEIRO, 2002; MACIEL, 2003 *Apud* Bezerra, *Op cit*, 2005, p. 444- 446), sobre a dimensão pedagógica (CECCIM, 1995; HOLANDA, 1995; ABREU, 1996 *Apud* Bezerra, *Op cit*, 2005, p. 444- 446) e sobre a inserção da alimentação escolar nos currículos escolares (NISKIER, 1990; NORONHA, 1986 *Apud* Bezerra, *Op cit*, 2005, p. 444- 446).

Estudos acadêmicos enfocando os aspectos históricos do programa de merenda escolar brasileiro, principalmente em períodos anteriores a 1973 (fase internacional), salvo raras exceções porventura encontradas em pesquisa minuciosa, ou desconhecemos ou não encontramos. Em sentido oposto, existem centenas de estudos que abordam aspectos científicos, tecnológicos e nutricionais da merenda escolar.

A razão, desconfiamos, talvez seja o vínculo destes às "ciências duras", que primam pela análise quantitativa. Mas também, como elucidaremos mais adiante nesta pesquisa, as fontes disponíveis para os estudos de natureza histórica sobre a alimentação escolar no Brasil são escassas, uma vez que, com as mudanças de gestão e de governos, quase sempre se dava o expurgo sistemático de documentos nas muitas assessorias, escritórios e setores regionais.

Bem, caminemos...o fato é que há, realmente, a necessidade de mais estudos acerca da História da Alimentação Escolar no Brasil em momentos históricos específicos, o que nos deixa honrados em agregar esta pequena contribuição à academia.

As obras acima apontadas, até propositalmente em sentido decrescente de tempo, foram citadas para enfatizar que nos encontramos há 34 anos daquela tida como inaugural e, embora tenhamos assistido a uma expansão dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, dos inúmeros periódicos especializados, etc., a produção acadêmica referente ao tema continua tímida e desproporcional, levando-se em conta as publicações da primeira corrente citada (a dos estudos com viés tecnológico e nutricional).

Sem mais delongas passaremos ao primeiro sub-capítulo desta seção, onde trataremos de discorrer sobre a História da CNAE, desde a sua "criação" (1955) até à véspera do Golpe Militar de 1964, momento em que se iniciavam as gestões de Pedro Almino de Queiroz e Sousa (representante federal no Ceará) e de José Pinto Sombra (superintendente nacional) à frente da mesma.

O intuito, como dissemos, é o de cada vez mais situarmos o intérprete leitor no caminho contextualizante do nosso objeto de estudo. Ademais, não deixa de ser o próximo tópico a continuação deste intróito revisional, uma vez que traremos à lume outros trabalhos e autores que enfrentaram questões correlatas à História da Merenda Escolar no Brasil.

2.1 Breve histórico da CNAE: da Campanha de Merenda Escolar (1955) até o início da gestão do superintendente José Pinto Sombra (1964), quando se transformou em CNAE

Na realidade, esta delimitação da criação da Campanha de Merenda Escolar (1955) não coincide com o desenvolvimento inicial da Política de Alimentação Escolar no Brasil, que já

vinha se processando desde, pelo menos, os anos 1930. As discussões sobre as práticas de alimentação na escola partiram, desde esse tempo, com base na concepção de que o brasileiro era desnutrido porque, uma vez que era mal educado, não se sabia alimentar, no sentido qualitativo do termo.

Também, como se verá no próximo tópico, havia uma interpretação de um discurso relacionado à raça, esta tida como barreira ao desenvolvimento nacional. Esta é uma tese relacionada à constituição do campo de saber em alimentação no Brasil. (Cf. Bezerra, 2001)

O fato é que, esses pressupostos começaram a ser contestados na década de 1930, pelos estudiosos da alimentação, os nutrólogos. Para estes, o subdesenvolvimento do país estaria ligado à subnutrição e à fome que atingia grande parte da população.

A solução proposta por esses estudiosos foi "o combate à fome por meio de políticas de alimentação e nutrição, orientadas para ensinar o brasileiro a comer". Inserida nessas propostas estavam os serviços de merenda escolar, onde se fazia um controle do que os alunos comiam nas escolas. (IDEM, 2006, p. 6)

No começo, a participação da comunidade foi deveras importante, organizando-se por meio de entidades filantrópicas e caixas escolares. As Caixas Escolares, por exemplo, eram formadas por pais de alunos e por pessoas interessadas em contribuir com bens, material didático, merenda, material de limpeza, etc. Seus recursos supririam as necessidades não providas pelo governo. (Cf. COIMBRA; MEIRA; STARLING, *Op cit*, p. 296)

Cada escola possuía a sua caixa escolar que, embora funcionando de forma precária e com interrupção na oferta de merenda, era o que se podia realizar naqueles momentos iniciais e sem maior participação governamental. Sua gestão normalmente era confiada à diretora da escola, que também formulava cardápios para a merenda.

Segundo os autores citados, houve várias experiências de distribuição de merenda no Brasil, antes de 1955, embora fossem atividades pontuais. Nas cidades de Campo Grande, Corumbá e Porto Esperança (então Estado do Mato Grosso), desde 1908 funcionava a "Seleta Caritativa Humana", que era ligada à maçonaria. (IDEM, p. 305)

No Rio de Janeiro, constituiu-se um programa de alimentação escolar a partir de 1937, decerto o pioneiro no Brasil. Este pioneirismo deve-se ao fato de que o Rio de Janeiro sediava a capital da república nessa época, e também porque, desde os anos 1920, médicos faziam levantamentos sobre o estado nutricional do brasileiro naquela capital.

Também Anísio Teixeira (então secretário de educação do Rio de Janeiro) contribuiu muito para a realização do programa, já que articulava entidades filantrópicas como o Rotary

Club e as Caixas Escolares. Depois, aquele educador criou um setor de alimentação escolar (SAE), que passaria a administrar tal programa.

Em São Paulo não se estabeleceu a mesma iniciativa, a não ser modestas caixas escolares, posteriores a 1945. Depois foi que o Governo Estadual criou a Seção de Nutrição, para cuidar do programa de merenda escolar local. Esta Seção não logrou muito êxito, de modo que, em São Paulo, só se implementou efetivamente um programa de merenda escolar quando o Governo Federal criou a Campanha de Merenda Escolar, em 1955.

Outras experiências são descritas pelos autores citados, como as do Ceará, do Paraná, do Amazonas e do Piauí. No Ceará e no Paraná, por exemplo, a merenda era distribuída pelas caixas escolares, fiscalizadas então pelas Inspetorias de Associações Escolares, especialmente criadas para tentar estruturar e controlar as caixas.

No Amazonas, foi desenvolvido um programa de alimentação pela Polícia Militar, que preparava e fornecia a comida. No Piauí, especificamente em Teresina, a LBA foi quem começou a operacionalizar o fornecimento de merenda escolar, de modo que a Legião distribuía as verbas para as escolas, que compravam os mantimentos.

Só repassavam a próxima verba após a devida prestação de contas. O interessante é que esse modelo implementado pela LBA do Piauí é muito similar às práticas descentralizadas atuais.

E assim se deram as iniciativas pioneiras em alimentação escolar no Brasil. Iniciativas pontuais, com pequena abrangência, com participação maior da comunidade local e das instituições filantrópicas do que mesmo dos próprios governos. Estes, aqui e acolá apoiavam os programas desenvolvidos, mas com muitas limitações e deficiências.

Mas, o mais importante é que essas pequenas ações formaram e fundamentaram a base de todos os programas posteriores de alimentação escolar no Brasil.

Chegamos então ao momento em que se criou um Programa de Alimentação Escolar de forma oficial no Brasil, por meio da Campanha de Merenda Escolar, em 1955. Uma década antes, porém, vale-se ressaltar, fora criada a CNA, que tinha por finalidade estudar e propor normas para a política de alimentação. Esta Comissão é que foi realmente a gênese de toda a história da alimentação, no âmbito oficial.

Estamos falando de 1945, final da primeira fase do governo populista de Getúlio Vargas. O movimento dos médicos nutrólogos pressionava esse governo populista a direcionar planos de trabalho na área da alimentação para as camadas populares. (COUTINHO, 1988, p. 34)

A Comissão estudara o estado de desnutrição e os hábitos alimentares da população brasileira. Todas essas ações desencadearam o surgimento, em 1954, do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), este que é o primeiro passo da política de alimentação voltada realmente "para os escolares". Um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob responsabilidade pública (BEZERRA, 1996, p. 17)

E, finalmente, em 1955, instituía-se a CME- Campanha de Merenda Escolar, em 31 de março (Decreto Lei 37106). Pouca coisa mudara em relação ao PNME, sendo praticamente uma continuação deste Programa, mas abria-se a perspectiva de desenvolvimento e expansão das atividades de merenda escolar no país, uma vez que teria que se dar de forma continuada e previsível.

Naquele mesmo ano foi assinado um convênio com o FISI (Unicef) para recebimento de leite em pó. Este Fundo havia sido criado após a II Guerra Mundial, com a finalidade de assistência às crianças órfãs vítimas da guerra na Europa, porém a assistência foi ampliada para outros países fora daquele continente. (Cf. COUTINHO, *Op cit.*, p. 34)

Na realidade, permitam-me os leitores aqui abrir parênteses para explicar a leitura crítica daquele momento, já emitida por outros intérpretes muito mais capazes do que nós: Como sabemos, em períodos de guerra são sempre priorizadas as indústrias de armamentos e de alimentação, pois são fundamentais à dinâmica dos confrontos.

Daí, terminada a guerra, o óbvio é que os americanos contavam com grandes estoques de alimentos, em decorrência da não comercialização dos mesmos (durante guerras praticamente se paralisa o comércio exterior). O leite em pó era um dos alimentos em destaque naquela grande estocagem, havendo necessidade de se comercializá-lo urgentemente, mesmo que por preços irrisórios. (IDEM, p. 35)

Outra questão que sobressai desse contexto é a de que o mundo, naquele momento de pós-guerra, vivia a tensão do que se passou a chamar de "Guerra-Fria". Ou seja, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as duas potências mundiais emergentes, lutavam, por meio de imposições ideológicas e de intervencionismos militares, para que os outros países aderissem aos seus projetos estruturais: Capitalismo (ideologia dos EUA) ou; Socialismo (ideologia da URSS).

O Capitalismo, estrutura capitaneada pelos Estados Unidos, necessitava e necessita ininterruptamente da ampliação de mercados consumidores e de investimentos em setores produtivos para que possa girar sua roleta econômica (*empresas x fatores de produção x consumidores*).

Então, os programas de ajuda e outras ações intermediadas por meio do FISI, FAO/ONU, *USAID*, etc., surgiram nesse contexto de estimulação de novos padrões de consumo nos países subdesenvolvidos (que mais tarde seriam potenciais consumidores). Afinal, sem consumidor não há como funcionar o sistema industrial capitalista.

Como bem nos adverte Coimbra, Meira e Starling (*Op cit.*, p.487), "esses programas utilizados pelos EUA para supostamente promover a imagem de um país democrático e preocupado em resolver a miséria dos seus aliados capitalistas foram, na realidade, a solução comercial de seus excedentes de produtos alimentares".

Havia, portanto, no intuito de conquistar mais e mais aliados, a necessidade de difundir uma boa imagem, que retratasse as boas condições de vida de um povo vivendo sob aquele sistema paradigmático. No caso dos EUA, a imagem de um país democrático, da liberdade e da livre iniciativa, também preocupado em melhorar as condições de miséria dos países subdesenvolvidos. Isto ficou conhecido e difundido como "*American way of life*" (estilo americano de vida).

Bem, mas voltemos ao trilho da História da CNAE. Fato é que o leite em pó foi introduzido em nossa alimentação, tendo o Brasil se comprometido com uma contrapartida no fornecimento da merenda, o que complementaria o leite. (IDEM, p. 380- 382)

Montou-se então uma estrutura administrativa que funcionava da seguinte maneira: uma superintendência nacional e representações regionais nos estados. As representações estaduais deveriam ser custeadas pelos próprios estados, que também arcariam com as despesas de instalação e funcionamento das mesmas. Também aos estados cabia a complementação alimentar a ser adicionada ao leite.

Esta dita complementação alimentar era o que se chamava de "alimentos formulados", ou seja, de alto valor nutritivo. Seriam principalmente farináceos compostos de cereais e leguminosas, tais como milho, arroz e soja, mais minerais e vitaminas. Era a conhecida "alimentação racional". (IDEM, p. 394)

Lamare (1968, p. 213) descreve essa composição de merenda, que permaneceu até meados da década de 1960: "[...] um copo de leite em pó diluído complementado, às vezes, com uma pílula de vitaminas lipossolúveis. A complementação de formulados à base de farinhas se deu de forma inexpressiva e descontínua".

Já no final da década de 1950, esse modelo via FISI entraria em processo de esgotamento. Os Estados Unidos argumentavam escassez, mas o que acontecia era que a questão dos excedentes alimentares já estava superada, e o CCC (Commodity Credit Corporation) não queria mais vender leite em pó para o Brasil naquelas condições comerciais.

Em 1961, outro programa se inicia, o dos "Alimentos Para a Paz", que se realiza por meio da agência *USAID*, criada para implementar a política americana "Aliança Para o Progresso", do governo Kennedy.

Mais uma vez, há razões históricas implícitas para as supostas "benesses" dessas políticas "de ajuda". Inclusive a passagem da gestão do FISI para a *USAID* se deu de forma espantosamente rápida e a liberação da primeira contribuição foi realizada antes mesmo da assinatura de qualquer acordo.

O fato é que, em 1959, havia se dado a Revolução Cubana, com a vinculação daquele país ao sistema socialista (da URSS), e os Estados Unidos estavam com medo de que tal fato pudesse contribuir para mais avanços dessa ordem no Continente Americano. Portanto, reformas para satisfazer as necessidades básicas do povo pobre do continente deveriam ser implementadas com urgência. (IBIDEM, p. 453)

Ainda mais no caso do Brasil, com a ascensão de Jânio Quadros à presidência, seguido por João Goulart. Este representava uma ameaça, com ideologia de reformas de base e críticas ao imperialismo norte-americano. Também havia, segundo os autores acima citados, um alto risco de revoluções por todo o Norte de Goiás e Sertão Nordestino (exemplificadas por manifestações anteriores, como as de Canudos e do Sítio Caldeirão, com figuras revolucionárias como Antônio Conselheiro, Lampião, José Lourenço e Padre Cícero Romão). (IBIDEM, p. 481)

Enfim, o leite em pó passou a ser fornecido pela *USAID*, mas o Brasil deveria comprar anualmente 5000 t. A *USAID* superava o que era conseguido anteriormente pelo FISI e CCC, todavia os americanos só cumpririam integralmente as remessas depois do golpe de 1964, que afastaria João Goulart do poder.

Durante os primeiros anos da década de 1960, o acordo não foi cumprido (foi virtualmente suspenso) devido à influência comunista no governo de João Goulart, que tinha nos sindicatos a sua base de sustentação. A Agência Americana passou a negociar com governos estaduais que não fossem aliados do governo federal.

O leite em pó, naquele momento, passaria a ser usado "ideologicamente" pelos EUA, sendo disponibilizado apenas o suficiente para minar as bases já precárias do último governo populista brasileiro. (IBIDEM, p. 488)

Nos dias seguintes à instauração do Regime Militar no Brasil (abril de 1964) o fornecimento de alimentos pela *USAID* multiplicou-se, inclusive com o fornecimento de gêneros diferentes do leite. Em 1965, inclusive, instituiu-se o Programa de Almoço Escolar,

como veremos no próximo capítulo com mais detalhes, composto de trigo, farinha de milho, bulgor, manteiga, óleo vegetal e queijo cheddar. (IBIDEM, p.490)

Chegamos então aos tempos da gestão do superintendente nacional José Pinto Sombra e do representante federal no Ceará, Pedro Almino de Queiroz e Sousa (1964- 1972), que serão alvos específicos do presente estudo no próximo capítulo (a História da CNAE no Ceará nesse recorte espaço-temporal).

Foi quando se deu a reestruturação do Programa, passando os cargos e funções principais a ser ocupados por militares. Como se sabe, os militares infiltraram-se em todos os órgãos e programas governamentais, com a finalidade de manter o controle político, ideológico e repressivo que a Ditadura necessitava para se manter no poder.

Foi também quando o Programa passou a se chamar CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar, em setembro de 1965, passando a ter uma nova abrangência. Será também durante esse período que haverá a transição da "fase internacional" da Campanha para sua fase "nacional centralizada", acabando-se gradativamente as remessas de alimentos do exterior (em outubro de 1973 deu-se a última remessa).

Como destaca Bezerra (*Op cit.*, 2003), o fornecimento dos gêneros alimentícios para a Política de Alimentação Escolar no Brasil se deu por meio da USAID até o início dos anos 1970, período este que "consolidou o desenvolvimento da indústria alimentícia brasileira, bem como a entrada maciça de produtos de alimentação de multinacionais".

Obviamente, toda a situação foi gerada pelo contexto sócio-econômico brasileiro, que havia implantado sua fase inicial de industrialização (governo Juscelino Kubitschek); pelo novo modelo econômico de substituição das importações; pela participação maior das classes populares na vida nacional, passando a exigir do Estado uma maior intervenção econômica via políticas públicas. Enfim, o modelo nacional-desenvolvimentista não era mais conciliável com a entrada crescente do capital estrangeiro.

Entretanto, conforme Pimenta e Gonçalves (1992, p. 42) sintetizam, o Golpe Militar foi a "solução dessa contradição", uma vez que determinou mudanças no modelo político, porém manteve o modelo econômico anterior. Dizem os autores que "[...]para garantir a continuidade de implantação do Capitalismo, já agora internacionalizado, modificaram-se as estruturas de poder político e aniquilaram-se as conquistas democráticas".

Também naquela gestão da CNAE, implementou-se a ABAE- Associação Brasileira de Alimentação Escolar (1968) (em similaridade à americana AFSA- American School Food Service Association), que é quem na fase seguinte (nacionalizada- 1973...) passará a

formalizar acordos entre o programa de alimentação e as indústrias nacionais e multinacionais de alimentos.

O Regime Militar beneficiou sobremaneira a indústria alimentícia, principalmente o setor de derivados da soja. Como nos mostra Coimbra, Meira e Starling (*Op cit.*, p.530) a indústria alimentar soube utilizar a situação como "estratégia comercial muito mais ampla, que se tornaria viável depois de testada, nos escolares, a aceitação dos produtos derivados da soja".

Antecipamos abaixo uma citação feita no nosso próximo capítulo, mormente a precisão deste momento da escritura, onde a ABAE deixa claro que é uma entidade aberta a quaisquer interessados, entretanto é nítida a sua vinculação e incentivo maior às indústrias, proposta clara dos seus estatutos fundacionais:

O Programa de Alimentação Escolar, educando **as crianças a comer certos produtos, torna-as, portanto, compradores potenciais**. O Programa de Alimentação Escolar é, no momento, **um mercado de possibilidades ilimitadas para produtos alimentícios e equipamentos**. A alimentação escolar desenvolve e expande sua técnica, servindo maior variedade de alimentos (In: Revista da CNAE, nº 10, 1968, p. 17 *Apud* COIMBRA; MEIRA; STARLING, IDEM, p. 533) (grifo nosso)

Trata-se, portanto, aquela época, de um período de transição em que a indústria alimentícia nacional e multinacional iriam ser beneficiadas pelos governos militares. A ABAE é muito clara acerca da formação de uma futura classe consumidora, pelo contato entre as crianças e os produtos, conforme a citação acima, quando diz: "[...]O programa de alimentação escolar educa as crianças a comerem certos produtos e as torna, portanto, compradores potenciais" (IDEM, p. 533)

Restava ao Brasil, no final daquela gestão da CNAE, reformular sua estratégia para administração da Campanha, sem ajuda externa. Buscou-se então racionalizar e tornar mais eficiente a Campanha, reduzindo a máquina administrativa, órgãos e recursos humanos, bem como descentralizando ações e; novos acordos com a indústria alimentícia interna, para o fornecimento dos gêneros alimentícios.

Certo é que o Programa não poderia mais ser interrompido, uma vez que se consolidara como política pública, incorporada nas expectativas da clientela e das suas famílias, e também agora, por outro lado, pela pressão dos empresários das indústrias de alimentos nacionais e internacionais aqui instaladas.

Para finalizarmos o presente tópico, podemos resumir as teses elencadas por Coimbra, Meira e Starling (IBIDEM, p.540- 541) para aquele contexto: o Regime Militar encontrou na política de alimentação escolar uma de suas fontes de legitimação, contribuindo para a imagem de um governo voltado para os problemas da população, ao contrário dos governos anteriores; o Regime Militar favoreceu a instalação e expansão do setor industrial alimentar moderno no país, via CNAE, pois esta se constituiu em campo de ensaio para toda uma gama de produtos alimentícios desenvolvida a partir de então, como mercado pré-teste, antes do lançamento em escala nacional e; a Política de Alimentação Escolar institucionalizou-se em caráter definitivo, passando a atingir todo o território nacional e servindo como instrumento de combate à desnutrição infantil, não podendo mais ser interrompida, como até hoje se vê.

No nosso próximo capítulo emergirão muitas minúcias e questões pontuais acerca do funcionamento da CNAE, durante a gestão do período 1964-1972, que é o nosso foco analítico maior.

Para o momento, achamos suficiente a contextualização histórica apresentada acerca da CNAE desde a sua criação até os anos iniciais da década de 1960. Prosseguiremos agora nossa narrativa tentando demonstrar para os leitores quais os significados da alimentação no Brasil até aquele momento histórico.

Isto é também de suma importância na nossa missão de contextualizar cada vez mais o leitor hermenêuta desta pesquisa em relação ao nosso objeto de estudo, pois o(s) "sentido(s)" dados a qualquer objeto, no nosso caso a alimentação, notadamente em seu âmbito escolar, depende(m) fundamentalmente da(s) teoria(s), do(s) paradigma(s) que se estabelece(m) em relação a esse objeto.

Então, é pertinente questionar quais "significados" são dados à alimentação naquele momento para o brasileiro, especialmente para os especialistas que direcionam as massas populares por meio das políticas governamentais. É o que passaremos a expor agora, questionando como se constituiu a gênese de campo de saber em alimentação no Brasil e quais orientações foram formuladas por esse campo de saber até aquele momento.

2.2 Epistemologia alimentar: *significados da alimentação no Brasil em torno de 1964*

A pesquisa que trata da recuperação do processo de gênese da constituição de um campo de saber em alimentação no Brasil, conseqüentemente imbricada também com a temática da Educação Alimentar e da Merenda Escolar, deve muito aos trabalhos de Coimbra, Meira e

Starling (1982), Fonseca (1987), Pipitone (1997), Lima (1997), Vasconcelos (1988; 1997; 2011) e Bezerra (2001; 2003; 2006; 2009; 2012).

São pesquisas que recuperam a memória dos muitos estudiosos que foram precursores na escrita sobre alimentação no país. É com base nesses estudos que aqui traçaremos, de forma breve mas contundente, esse percurso historiográfico que nos permitirá visualizar a "epistemologia" sobre a alimentação no nosso país.

Vale o registro aqui, sintético, dos estudiosos precursores identificados nas pesquisas desses autores, que são: Josué de Castro, José Messias do Carmo, Ruy Coutinho, Thalino Botelho, Mário Rangel, Dante Nascimento Costa, Alexandre Moscoso, Orlando Parahym, Francisco Pompêo do Amaral, Peregrino Júnior, Pedro Escudero (médico argentino), Gilberto Freyre, Sálvio de Souza Mendonça, Rubens de Siqueira, Hélio Vecchio Alves Maurício, Pedro Borges, Walter Silva, Walter Santos, Geraldo Horácio de Paula Souza, Nélon Chaves, Jamesson Ferreira Lima, Thales de Azevedo, Nabuco Lopes, Emília Pechnik, Lieselotte Ornellas, Irma Fioravante, Naíde Teodósio, Neide Gaudêncio, Debble Smaira Pasotti, Ione Cintra de Souza, Dalva Oliani, Eunice de Oliveira, Arcelina Ribeiro, Enilda Lins da Cruz Gouveia (décadas de 1930- 1940).

Em relação às concepções científicas ou paradigmas que nortearam a atuação desses cientistas, Vasconcelos (2011, p. 83) identifica três momentos e matrizes teóricas orientadoras. O primeiro momento, e ponto pacífico entre os pesquisadores, deu-se na década de 1930 e 1940, onde a tese orientadora dos pesquisadores de então era a do "*valor eugênico da alimentação*", que procurava construir a nação e o homem brasileiro, este que sofria do "*mal de fome e não de 'raça'*".

Esta matriz ideológica procurava desfocar o preconceito étnico/ climático que se tinha sobre o povo brasileiro, notadamente o da mestiçagem, "*da questão racial para a questão sociocultural*" (IDEM, p. 84). Os cientistas afirmavam a "*tese do aprimoramento eugênico do povo brasileiro mediante uma alimentação racional*". (IDEM, p. 84)

Era, em síntese, o refutamento da doutrina racial de Goubineau (1853- 1855), que fora aperfeiçoada pela antropologia física e influenciara os estudos raciais no Brasil da República Velha, para se aproximarem da antropologia cultural da escola americana de Franz Boas, difundida no Brasil por Gilberto Freyre, seu discípulo, que se tornou um interlocutor privilegiado no conjunto da produção sobre alimentação e nutrição. (Cf. LIMA, 1997, p. 6)

Um segundo momento, para o penúltimo autor citado, deu-se no período circunscrito a 1950 - 1963 (vésperas do limite inicial desta pesquisa). Neste momento, a matriz teórico-

cognitiva entra em sintonia com as *teorias do nacional desenvolvimentismo*, hegemônicas no período.

E, no período de 1964 a 1984 (consolidação do campo de saber), predominaram as *abordagens multicausais da determinação do processo fome/ desnutrição*, baseadas em *concepções positivistas e funcionalistas*.

Nos últimos anos da década de 1970, as *concepções estruturalistas* da determinação do processo fome/ desnutrição passaram a ser enfatizadas. Desta forma, consideravam-se elementos estruturais como distribuição de renda, distribuição da terra e formas de organização social como principais determinantes do fenômeno. (VASCONCELOS, *Op cit.*, p. 85)

Atualmente, o campo da alimentação e nutrição está vivendo uma era pós-genômica, caracterizando-se cada vez mais como uma *ciência ou campo científico multidisciplinar*, constituído pela *integração de dimensões biológicas, sociais e ambientais*. É, para nós, a influência da Pós-modernidade, norteada por seu *paradigma "transdisciplinar" de Educação*. (ARAGÃO; BEZERRA, 2015)

A partir de 1939, identifica-se a criação dos primeiros cursos de formação em alimentação e nutrição (nutrólogos, nutricionistas, dietistas, auxiliares de alimentação, economistas domésticas). Desse momento em diante começava a demarcação das fronteiras definidoras de competência, de autonomia e de poder entre essas especialidades, conformadoras do campo da alimentação e nutrição que se constituía no país. (VASCONCELOS, *Op cit.*, p. 83)

Entre 1930 e 1963 esse campo de saber materializou-se por meio das políticas públicas empreendidas nas diversas conjunturas do período: no Estado Novo de Vargas (1937- 1945); no Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) de Gaspar Dutra (1946- 1950); no retorno do populismo de Vargas (1951- 1954); no rápido Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955- 1960); nas reformas de base de João Goulart (1961- 03/1964).

Dentro dessas conjunturas, o campo de saber foi se materializando, por meio da instituição da "ração essencial mínima" (Decreto-Lei 399, de 30/04/1938), do salário mínimo (Decreto-Lei 2162, de 01/05/1940), da criação do SAPS (Decreto-Lei 2478, de 05/08/1940) e da CNA (Decreto-Lei 7328, de 17/02/1945), da instituição da CNME (Decreto 37106, de 31/03/1955). Portanto, foram essas intervenções estatais, por meio de ações e programas de assistência alimentar e nutricional para os trabalhadores, gestantes, nutrizes, crianças e escolares que materializaram esse campo de saber. (IDEM, p. 83)

As organizações internacionais de ajuda alimentar, criadas após a II Guerra Mundial (FAO, UNICEF, Alimentos Para a Paz -USAID, Programa Mundial de Alimentos-ONU), iriam se articular com esses programas.

Sobre os veículos de circulação de ideias acerca desse campo de saber, destacam-se os seguintes para o período 1930-1963: **Arquivos brasileiros de nutrição**, idealizado por Josué de Castro, o mais importante veículo de saber científico em Alimentação e Nutrição produzido no Brasil de então; o livro **Alimentação brasileira à luz da geografia humana**, publicado por Josué de Castro em 1937, principal difusor da tese "mal de fome e não de raça"; o livro clássico de Josué de Castro, **Geografia da fome**, de 1946, onde traçava o mapa da fome e das carências alimentares e nutricionais do país, além de ser um dos principais difusores das teorias vigentes sobre o nacional desenvolvimentismo; a **SBN- Sociedade Brasileira de Nutrição**, de 1940, passaria a defender os interesses dos profissionais do campo, principalmente dos médicos nutrólogos e; a **ABN- Associação Brasileira de Nutricionistas**, fundada em agosto de 1949, que defendia os interesses dos nutricionistas/ dietistas. (IBIDEM, p. 84)

Para o período seguinte (1964- 1984), identificado como o da consolidação desse campo de saber, identificam-se as pesquisas de base populacional, com amostras de todas as regiões do país. Também foram incorporadas as técnicas de planejamento nutricional ao planejamento econômico, e as pesquisas passaram a ser conduzidas sob a direção do INAN.

O início da década de 1970, segundo o autor citado, assistiu a um contexto de crise do Capitalismo, em que a questão da fome ressurgiu a partir da crise mundial de alimentos. No Brasil, a pauperização da vida das massas trabalhadoras, excluídas pelo crescimento econômico, foi atestada por vários estudos, particularmente pelo(s) ENDEF(s)- Estudo Nacional de Despesas Familiares, realizados nos anos de 1974 e 1975. (IBIDEM, p. 84)

É a partir dessa conjuntura, portanto, que os organismos internacionais como a OMS, a FAO e o Unicef passaram a defender a incorporação do planejamento nutricional ao planejamento econômico dos países do Terceiro Mundo. No Brasil, surgiram o I e o II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), incorporando políticas sociais ao planejamento econômico.

Destacam-se, nesse período, os seguintes veículos de circulação das ideias desse campo de saber: o clássico **Nutrição básica e aplicada**, de 1978, publicado por Nelson Chaves, que se tornou uma das principais referências do processo de formação do nutricionista e outros profissionais (a visão ecológico-humanista dos métodos de diagnóstico, prevenção e tratamento do processo fome/ desnutrição desse estudo constituiu-se no paradigma dominante

da Alimentação e Nutrição no Brasil, seja como ciência, seja como profissão e política pública); Os **Arquivos brasileiros de nutrição**, que parariam de circular em 1968, provocando, por mais de uma década, um importante vazio no processo de difusão desse campo de saber; Em 08/04/1967, ocorreu a criação da **SBCTA**- Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos, que funcionava no **ITAL**- Instituto de Tecnologia de Alimentos, em Campinas (SP), que tinha objetivos voltados aos profissionais da Tecnologia de Alimentos. Em janeiro de 1981, foi lançada a primeira edição da revista **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, da SBCTA, que passou a se constituir no principal periódico de circulação das ideias em Ciência e Tecnologia de Alimentos no Brasil; Em 1980, foi lançado o primeiro número da revista **Alimentação & Nutrição**, periódico da FEBRAN que passou a ser um importante veículo de circulação de ideias no campo da Alimentação e Nutrição e; Em 1973, no Rio de Janeiro, foi criada a **ABRAN**- Associação Brasileira de Nutrologia, visando congregando os interesses dos médicos nutrólogos brasileiros. (IBIDEM, p. 85)

A digressão feita até aqui, neste tópico específico, procurou mostrar o contexto de autores, obras e paradigmas que intervieram no campo de saber da alimentação e da nutrição no Brasil, desde 1930 até o período em que se consolidou esse campo de saber (1964- 1984).

Encaminhamo-nos para o final deste tópico, na certeza de termos atingido o propósito inicialmente estabelecido, qual seja, fornecer uma visão "epistemológica" da alimentação no Brasil, na ambiência de tempo e de espaço do nosso objeto de pesquisa (A História da CNAE, no Ceará, de 1964 a 1972). E, apenas para não passar em branco algumas das ações e questões que refletiram diretamente no Ceará, faremos um breve fechamento trazendo esses dados.

Como vimos, no Brasil as primeiras idéias e discussões sobre o processo de constituição de um campo de saber específico sobre alimentação e nutrição deram-se a partir dos anos 1930, sob a égide dos movimentos higienista e eugênico, que ganharam forma sob a denominação de Nutrologia.

A propagação do higienismo criou um ambiente favorável ao desenvolvimento da Nutrologia, o que era reforçado com as teorias eugênicas e os ideais de constituição da nacionalidade brasileira.

Segundo Bezerra (2001), tal saber propõe, em sua emergência, o desenvolvimento de cruzadas de "educação alimentar", com a finalidade de "educar" o povo com hábitos alimentares "corretos", necessários à constituição de uma nação sadia, forte e trabalhadora.

Na busca de um estado de alimentação caracterizado pela sobriedade, moderação e equilíbrio, ou seja, uma alimentação racional, algumas propostas se destacaram por terem sido

assumidas pelo poder público: O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); a criação de cursos de formação de recursos humanos em nutrição e; a Merenda Escolar.

Em 1940, considerando as recomendações dos nutrólogos, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio criou o SAPS, com o propósito de “melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares”. (IBIDEM, 2009, p. 2)

Na rotina dos restaurantes do SAPS, com características de sobriedade, higiene e moralidade, o trabalhador vivenciaria uma prática de alimentação racional, iniciando-se por "um cardápio elaborado cientificamente, que incluía legumes e verduras no prato principal, acompanhado de fruta (como sobremesa), leite ou suco, servido em bandeirão e em local correto para comer". (IBIDEM, p. 2)

Em casa, esses trabalhadores entrariam em contato com as noções corretas de alimentação trazidas da escola pelas crianças, que as teriam aprendido na prática via merenda escolar, bem como por meio de preleções de professores e de especialistas em nutrição.

Portanto, a Escola seria, ao lado do SAPS (1940 -1967), a outra frente de atuação prática dos nutrólogos. A educação alimentar promovida pela merenda escolar ocorreria por meio de uma aprendizagem indireta, na prática, resultando também na difusão de conhecimentos para as famílias.

Segundo o autor citado, quando o governo federal instituiu a política de merenda escolar, estabeleceu como objetivos desta a melhoria das condições nutricionais e a capacidade de aprendizagem dos alunos; a redução dos índices de absenteísmo, repetência e evasão escolar; o aumento e a resistência das crianças a infecções e; a melhoria dos hábitos alimentares dos alunos que, por sua vez, influenciariam os de suas famílias. (IBIDEM, p. 3)

Tornava-se premente a formação de recursos humanos nessa área, em um país "mal educado" para as questões de alimentação. Este processo se iniciaria em 1940, quando começou a funcionar o Curso de Nutrição, ligado ao Instituto de Higiene, da Universidade de São Paulo. Nesse mesmo ano, criou-se o Curso de Auxiliares de Alimentação, ligado ao IAPI, no Distrito Federal.

Em 1944, o SAPS funda em Fortaleza a Escola de Serviço de Visitação Alimentar ou Escola de Nutrição Agnes June Leith, tendo por finalidade formar pessoal para orientar as populações do interior do Brasil, principalmente das regiões Norte e Nordeste, para o melhor aproveitamento de suas possibilidades de alimentação.

Em 1951, criou-se a Escola de Visitadoras de Alimentação Firmina Sant`Ana, em Belo Horizonte, para suprir as outras regiões do país (Sul, Sudeste e Centro-Oeste). As visitadoras

de alimentação eram formadas para atuação nas escolas, nos restaurantes e postos de subsistência do SAPS, no serviço de extensão rural (Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural - ANCAR) e em hospitais. (IBIDEM, p. 4)

Em 1945, o SAPS instalou em Fortaleza um armazém de gêneros alimentícios, um restaurante popular – dotado de uma biblioteca e uma discoteca, postos de subsistência nos principais bairros e um serviço de visitação alimentar.

As “visitadoras de alimentação” formadas pela Escola de Nutrição Agnes June Leith passaram a atuar junto às famílias, às escolas, no restaurante popular, na extensão rural (ANCAR), no Hospital de Messejana e na Santa Casa de Misericórdia. Essas profissionais atuaram também como professoras da Escola de Nutrição, até 1966, e constituíram parte do corpo docente do primeiro curso de Nutrição criado no Ceará, em 1973.

Foram essas as questões de âmbito local e, mais anteriormente, de âmbito nacional, que queríamos colocar para o leitor hermenêutico, no contexto de formação do que chamamos aqui de "**Epistemologia alimentar: significados da alimentação no Brasil até 1964**".

Portanto, na década de 1930 e 1940, a tese orientadora dos pesquisadores era a do **valor eugênico da alimentação**, que procurava construir a nação e o homem brasileiro, este que sofria do "*mal de fome e não de 'raça'*". Esta matriz ideológica, como dissemos, procurava desfocar o preconceito racial/ climático que se tinha sobre o povo brasileiro, notadamente o da mestiçagem, da questão étnica para a questão sociocultural. Afirmava-se a "**tese do aprimoramento eugênico do povo brasileiro mediante uma alimentação racional**".

No período de 1950 a 1963 (vésperas da delimitação inicial desta pesquisa), a matriz teórico-cognitiva entra em sintonia com as **teorias do nacional desenvolvimentismo**, hegemônicas no período.

E, no período de 1964 a 1984 (consolidação do campo de saber), predominaram as **abordagens multicausais da determinação do processo fome/ desnutrição**, baseadas em **concepções positivistas e funcionalistas**.

Nos últimos anos da década de 1970, e início dos anos 1980, as **concepções estruturalistas** da determinação do processo fome/ desnutrição passaram a ser enfatizadas.

Passaremos agora ao tópico final deste capítulo, tratando de contextualizar o momento histórico-político e educacional brasileiro e cearense em torno de 1964, notadamente a face educacional daquele momento, uma vez que a Educação Brasileira estava profundamente influenciada pelos acordos realizados entre o MEC e a agência norte-americana USAID, que passaria a ditar os rumos da nossa educação.

Devemos lembrar, ainda, que é no âmbito escolar que se processavam e se processam (no caso, hoje, do PNAE) os principais fatos relacionados à História da CNAE, pois sua finalidade última era, é (no caso, hoje, do PNAE) e sempre será a alimentação do aluno dentro do ambiente escolar e no tempo que este destina às horas de estudo diário.

Só depois, no último e principal capítulo, entraremos no contexto estrito da nossa pesquisa, contudo, já estaremos embasados historicamente em relação a todas as questões específicas que lá emergirão e que serão analisadas. E, tudo graças a este capítulo precedente, que reputamos imprescindível para adentrarmos naquela História da CNAE, no Ceará, no período de 1964 a 1972.

2.3 Contexto histórico-político e educacional brasileiro e cearense em torno de 1964

Este tópico é de profunda importância, pois expõe o "pano de fundo", as estruturas e conjunturas em que se processou nosso "objeto" de pesquisa. Assim, é fundamental compreendermos o que acontecia no Brasil e no Ceará em torno do ano de 1964, em seus aspectos políticos, sociais e educacionais.

Iniciemos pelo contexto nacional. Os anos 1960 foram marcados por crises no Brasil, crise política, crise econômica, crise social. Desde os anos 1930, o Brasil procurava saídas para a crescente urbanização e a quebra do modelo agro-exportador anterior.

Como se sabe, direcionou-se o país, que se tornava cada vez mais urbano, para a industrialização. Nesse processo, evidentemente, procurou-se conciliar capital e trabalho. E, como vimos anteriormente, instalou-se o "modelo de substituição das importações" nos finais dos anos 1950, o que possibilitou a hegemonia industrial nos anos 1960. (CUNHA; GOÉS, 1985, p. 8)

Abrir um amplo mercado interno foi o desafio do governo João Goulart, com seu programa de Reformas de Base. Mas, a situação não era fácil, pelos mais diversos motivos: os grandes latifúndios; os grupos ligados ao capital internacional; o movimento operário vulnerável, dependente do Estado; o setor camponês começando a se organizar em Ligas Camponesas e sindicatos; as camadas médias bombardeadas pela propaganda anti-comunista; a "Aliança Para o Progresso" com a ideologia contra a Revolução Cubana e contra as reformas de Jango; os intelectuais da classe dominante formando opinião em prol da "civilização ocidental e cristã". (IDEM, p. 9)

A crise política se revelou, principalmente, pelo esgotamento do modelo populista (1930- 1964). O avanço das camadas urbanas e os setores ligados ao campo escaparam do controle dos grupos dirigentes, o que fez com que estes entrassem em uma crise orgânica, ameaçada na sociedade civil e na estrutura econômica, visualizando riscos à acumulação de capital.

Quando se armou o confronto, não havia mais como dar andamento ao modelo de substituição de importações, no bojo daquela crise social. Não havendo mais condições políticas para o Populismo, este deixou a cena para o novo "Estado tecnocrático-civil-militar". Os novos tempos passaram a ser comandados pela internacionalização do capital e dirigidos pela tradicional classe dominante, doravante com propostas de modernização. (IBIDEM, p.10)

Precisamos questionar, entretanto e naquele contexto, como e onde estavam os educadores e a Educação, qual sua visão de mundo, qual o papel do Estado em sua condução, como e onde estava o povo. Deve-se, para tanto, desvelar as intenções, os planejamentos estratégicos e as práticas dos governantes, interpretando a educação no contexto do capitalismo liberal, que transcendeu a esfera teórico-discursiva.

Entre os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, houve caminhos e descaminhos na Educação Nacional. Com a crise dos anos 1950- 1960, alguns educadores começaram a olhar e estudar o mundo de fora da sala de aula.

Paulo Freire é tido como marco dessa nova postura, quando relatou sobre as populações marginais que viviam nos mocambos, sem educação. Era preciso educar os adultos, analfabetos e pobres.

O educador citado defendia a educação "*com*" o homem, denunciando a educação "*para*" o homem. Pregava ainda que a aula deveria ser em forma de discussão, e não expositiva. As metodologias eram motivo de sua preocupação, pois demonstrava-se por meio desses instrumentos o lugar (social, político, educacional) do educador, em detrimento do educando, passivo, a receber conteúdos sem questionar. (IBIDEM, p. 11)

No final do governo JK foi discutida a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vários locais, Congresso, órgãos educacionais, sindicatos, imprensa, inclusive comícios da campanha eleitoral de 1960.

1961 se inicia com Jânio Quadros no poder (31 de janeiro), que governa 07 meses (até 25 de agosto), data em que renuncia. Nesse ínterim, assinou um convênio com a Igreja Católica criando o MEB- Movimento de Educação de Base.

Posteriormente à sua renúncia, segue-se o modelo parlamentarista, com a posse de João Goulart. Esse governo também teve um programa de educação, elaborado por Tancredo Neves, com os seguintes objetivos: expansão da rede escolar; recuperação dos analfabetos; extensão da Cultura a todos os brasileiros; incentivo à criação artística, intelectual e científica.

Em 1962, o governo parlamentarista ainda colocou duas medidas para a educação: a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo e o Programa de Emergência para o Ensino Primário e Médio. (IBIDEM, p. 12)

Mas, a grande discussão desse período foi mesmo a LDB (Lei 4024, de 1961). O grande confronto era entre os privatistas do ensino e os educadores que defendiam a escola pública, gratuita e laica. Na trincheira ficaram os católicos, sob a liderança da AEC- Associação de Educação Católica, em oposição à Campanha de Defesa da Escola Pública.

A AEC mobilizou os colégios católicos, os Círculos Operários e pressionou o Congresso Nacional. A Campanha em Defesa da Escola Pública, por sua vez, mobilizou a opinião pública progressista, o movimento estudantil e os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo.

Esse contexto de discussão da LDB fez renascer o pensamento de Anísio Teixeira, Pascoal Leme e outros, que fundaram a Associação Brasileira de Educação, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a Universidade do Povo, os Comitês Democráticos, etc. (IBIDEM, p. 14)

O fato é que a LDB terminou sendo uma conciliação desses antagonismos, tornando o ensino no Brasil um direito tanto do poder público quanto da iniciativa privada. Abria-se a porta, entretanto, para o Estado financiar a escola privada.

Mas, passada essa fase e, uma vez tomado o poder em 1964, como fazer o controle do sistema educacional, diante da nova ideologia, condizente com os interesses do Capitalismo? Precisamente por meios de novos mecanismos: a repressão se abateu sobre os intelectuais reformistas; o Estado procurou novos quadros. À mão estava sua fonte de poder: a Aliança Para o Progresso, via USAID. (IBIDEM, p. 32)

A tarefa que se impunha seria a de reordenar a educação nacional, sigilosamente. Isto se deu nas gestões dos ministros Suplicy de Lacerda, Raimundo Moniz de Aragão e Tarso Dutra. Somente quando ameaçado de crime de responsabilidade, em processo instaurado pelo então deputado Márcio Moreira Alves, o Sr. Tarso Dutra prestou informações ao Congresso e tudo começou a se esclarecer.

Alves (1968, p. 23), então deputado, diz que os ministros que assinaram os acordos entre o Governo Brasileiro e a Embaixada Norte-Americana, no setor da educação, tiveram a

consciência exata de que estavam sancionando documentos contrários ao interesse nacional. Como decorrência dessa consciência, a omissão, conforme traduz o autor:

[...] Este foi o motivo de haverem procurado sonegar à opinião pública as informações referentes aos acordos. A tentativa de sonegação foi ao ponto de **procrastinarem enormemente a entrega das informações que deviam ao Congresso Nacional**. Assim agiram tanto os Srs. Suplicy de Lacerda e Raimundo Moniz de Aragão como o Sr. Tarso Dutra, que ao Congresso só prestou informações depois de haver eu contra êle iniciado um processo de crime de responsabilidade[...] (In: ALVES, 1968, p. 24) (grifo nosso)

A interferência americana na educação brasileira, camuflada de "assistência técnica", não era novidade, todavia no governo Castelo Branco tomou proporções escandalosas. Os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, desde o ensino primário até o ensino superior, treinamento de professores e veiculação de livros didáticos.

Os acordos começaram em junho de 1964 e prosseguiram até janeiro de 1968, cobrindo os mais variados assuntos relativos à educação: aperfeiçoamento do Ensino Primário; melhoria do Ensino Médio; treinamento de técnicos rurais; aperfeiçoamento de professores do Ensino Médio; reformulação das faculdades de Filosofia; modernização da administração universitária; cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais; etc. (CUNHA; GÓES, *Op cit.*, p. 34)

E, no bojo dessas propostas, a transformação das universidades federais existentes em fundações, o que representava uma tentativa de se restringir ainda mais as já quase nulas possibilidades de acesso dos filhos da pequena classe média e do operariado ao ensino superior, para eles a única forma possível de ascensão social.

E, para além disto, colocar-se-ia todo o sistema universitário brasileiro na dependência do interesse direto e imediato do poder econômico norte-americano. A razão, segundo o autor citado, é que as fundações não contariam, para garantir sua sobrevivência, com o compromisso de verbas federais, nem com recursos próprios independentes. Somente sobreviveriam e se expandiriam se dispusessem de doações particulares. (ALVES, *Op cit.*, p. 24)

Márcio Moreira Alves, acima citado, analisou minuciosamente todos os acordos MEC-USAID, no intuito de desmascarar toda a ideologia latente aos mesmos, chegando a dizer que "[...] A transformação das universidades brasileiras em fundações seria a condenação definitiva do Brasil ao subdesenvolvimento [...]". Mais a frente o autor aduz que "[...] É importante ainda desmascarar certo tipo de argumentação desonesta empregada por homens

que, dentro ou fora do Governo brasileiro, servem aos interesses norte-americanos e procuram confundir a opinião pública [...]" . (IBIDEM, p. 23)

Depois, diz o autor, em relação à crítica dos defensores de tais acordos, ao argumentarem por que não se criticavam os acordos feitos também com países socialistas:

[...] porque são eles referentes a compras de máquinas ou de laboratórios. **Máquinas e laboratórios não têm ideologia.** Um planejamento não pode deixar de ter uma ideologia. Assim, a **importação de máquinas e laboratórios não condiciona o futuro de um país.** A importação de **um planejamento ideológico, não apenas condiciona, como determina esse futuro.** Os acordos com os países socialistas são para a compra de coisas. **Os acordos com os Estados Unidos são para a venda de gente.** Queremos comprar coisas; **não queremos que comprem a nossa juventude** [...] (IBIDEM, p. 27) (grifo nosso)

Paulino (s.d., p. 1945) sintetiza toda a situação, dizendo que, se por um lado, os militares utilizaram a política educacional como estratégia de hegemonia, por outro deixaram de fornecer a escolarização e qualificação dos trabalhadores, privilegiando a classe elitizada em detrimento das classes populares, sofredoras da exclusão social.

Se o Estado Militar melhorou os índices de crescimento econômico do país, por outro lado observou-se uma das maiores taxas de concentração de renda até então existente no Brasil. (IDEM, p. 1945)

É importante destacar de forma deveras negativa, dentro desse período, o trabalho do Grupo da Reforma Universitária (1968), formado por pessoas especialmente designadas pelo presidente-general Costa e Silva que, baseados no Relatório Atcon (Rudolph Atcon- teórico norte-americano), extinguiu a Cátedra (cargo de professor universitário), unificava o vestibular e aglutinava as faculdades em universidades, tendo em vista maior eficácia e produtividade.

Tratava-se, na realidade, de “racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando a questão da privatização do ensino” (ARANHA, 1996, p. 214)

Basicamente, a Reforma tinha os seguintes pontos de mudanças: 1) a criação das unidades departamentais, que buscava eliminar a duplicidade de trabalho e otimizar a utilização do espaço físico, instalações, equipamentos e professores; 2) instituição do regime de matrícula por disciplina (regime de créditos); 3) instituição do curso básico; 4) unificação do vestibular por região; 5) O vestibular passou a ser classificatório, o que tem como consequência o fato de que, dependendo do número de vagas, candidatos de fraco desempenho poderiam ingressar em cursos superiores.

Destacava-se, ainda, “a fragmentação do grau acadêmico de graduação”. Antes, os cursos correspondiam a um curso profissional completo. Essa mudança propiciou o surgimento de cursos de curta duração, como foi o caso das chamadas “licenciaturas curtas”.

A criação de carreiras profissionais com base em cursos de curta duração seria atribuída, como sabemos, às necessidades do mercado de trabalho. (IBIDEM, p. 214)

A reestruturação completa da administração visava, portanto, racionalizar e modernizar o modelo, com a integração de cursos, áreas e disciplinas; a nomeação de reitores e diretores de unidades dispensaria a exigência de pessoas ligadas ao corpo docente universitário, bastando possuir “tirocínio da vida pública e empresarial”; o controle externo de várias decisões, como seleção de pessoal geraria, evidentemente, a perda de autonomia da universidade e; a divisão em departamentos fragmentaria a unidade e instauraria um processo muito mais burocrático.

Portanto, como se percebe, a Reforma Universitária de 1968 interpôs incisivamente o viés técnico, em detrimento do viés pedagógico. (IBIDEM, p. 214)

Se até então os alunos eram reunidos em classes compondo uma turma, o novo sistema de matrícula por disciplina desfazia grupos relativamente estáveis. Romper a interação entre as pessoas era uma forma bastante utilizada pelos técnicos norte-americanos para atenuar a politização dos estudantes. (IBIDEM, p. 214)

Mas, e no Ceará, como se processou essa fase da História política e educacional, em nível local?

O Golpe de 1964 aconteceu durante o governo de Virgílio Távora. A marca deste governo fora a “modernização conservadora”, com grande atenção à indústria. Não deixa de ser uma reprodução do que acabamos de descrever em relação ao nível nacional de análise.

Houve, segundo Farias (2007, p. 284), grande agitação popular no Estado, no início dos anos 1960. Com o Golpe, ocorreram várias prisões de militantes de esquerda e cassações de parlamentares. Virgílio Távora escapou da deposição por sua amizade com Castelo Branco e influência do tio, Juarez Távora, junto aos golpistas.

Houve uma reorganização partidária local, com políticos da UDN, PSD, PSP e até do PTB entrando na ARENA, enquanto políticos do PSD e PTB ingressavam no PMDB. Durante a Ditadura não havia eleição direta para governador, sendo, na prática, indicação dos militares.

Assim, Plácido Aderaldo Castelo chegou ao executivo cearense, em 1966. As esquerdas buscaram se organizar após o golpe, tendo grande influência junto ao movimento estudantil, através do PCdoB. Este partido liderava o movimento estudantil universitário e instalou

campos de treinamentos de guerrilheiros visando apoiar a futura Guerrilha do Araguaia. (IBIDEM, p. 284)

Virgílio Távora buscou situar o Ceará, portanto, nos rumos da modernização conservadora, atingindo desde a qualificação dos professores até a instalação de energia elétrica no Estado, advinda de Paulo Afonso, com o auxílio do Governo Federal. (Cf. GOMES, 2012, p. 51)

Foi também o responsável pela implantação do PLAMEG (Plano de Metas do Governo), considerado avançado e que teve como bandeira a consolidação de instrumentos de incentivo fiscal e obras de infraestrutura, favorecendo a instalação de indústrias no Estado.

Eram ideias bastante inovadoras para o período, para um coronel, e mesmo para um Estado como o Ceará, que se encontrava com uma economia basicamente agrícola, com relevância ínfima da indústria e serviços. (IDEM, p. 51)

O próximo governador do Ceará, Plácido Castelo (1966-1971), governou sem criatividade. O Estado passou por uma estagnação, sem o devido envolvimento com o processo de desenvolvimento do País.

Entretanto, dentre as realizações de sua administração, destacam-se a criação do Banco de Desenvolvimento do Ceará (Bandece), a pavimentação da “estrada do algodão”, a edificação de escolas, hospitais, açudes, presídios e a construção do Estádio Castelão. (IDEM, p. 52)

No que concerne à Educação nesse período, Férrer (2010, p. 118) diz que o Ceará tinha, em 1960, os seguintes estabelecimentos de ensino secundário, mantidos pelo Governo do Estado: Colégio Estadual do Ceará ou Liceu; Colégio Estadual Justiniano de Serpa; Colégio Estadual de Quixeramobim; Ginásio Dom Tupinambá da Frota (Sobral); Ginásio Estadual de Iguatu; Ginásio Estadual Governador Flávio Marcílio (Russas) e; Ginásio Estadual de Juazeiro do Norte. A expansão do ensino profissionalizante dependia inteiramente de recursos federais.

O Governo Estadual anunciou, em mensagem à Assembléia, que em 1960 deliberou a criação de sete escolas de artes industriais em Sobral, Baturité, Nova Russas, Várzea Alegre, Juazeiro do Norte, Camocim e Russas. Em 1961, houve o desdobramento da Secretaria de Educação e Saúde, em Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde e Assistência. (IDEM, p. 118)

Quando Virgílio Távora assumiu o Governo do Ceará, sua primeira mensagem, referente ao ano de 1963, refletia as mudanças que ele pretendia executar na sua gestão:

tratava-se do PLAMEG, como discorrido acima, que fora a plataforma de seu programa de governo, apresentado durante a campanha.

Segundo a autora citada, na mensagem do governador havia o discurso de que a ação do governo, no setor educacional, devia ser entendida como "a prestação de um serviço público de capital importância, que a todos deveria ser oferecido, para o desenvolvimento integral da comunidade". (IBIDEM, p. 119)

Dentro dessa perspectiva, dizia a mensagem: "[...] foram empenhados esforços no sentido de que o Estado ofereça um número maior de vagas, ao lado de condições mais satisfatórias e melhor qualidade de ensino". (Mensagem, 1963, p.30/31 *Apud* FÉRRER, IBIDEM, p. 119)

Portanto, o Governo de Virgílio Távora procurou sistematizar o ensino em seus aspectos qualitativos, mudando a política do "entusiasmo" para o "otimismo" pedagógico. Vários ginásios e colégios foram estadualizados nesse período no interior do Estado.

Outra questão que sobressai do contexto dessa época é a de que a mudança de populações do meio rural para o urbano e, deste para as capitais, com a necessária qualificação para a obtenção de emprego, gerou uma demanda efetiva que, no caso cearense, não estava necessariamente ligada à industrialização, mas à urbanização.

Havia uma visão da educação como salvação, que seria a única forma de se conseguir trabalho decente e bem remunerado. Mas não necessariamente uma educação técnica e/ou científica. Daí a desigualdade entre a necessidade de crescimento econômico e a falta de pessoal qualificado, como se verificou em vários projetos aplicados pela SUDENE e BNB no Ceará. (IDEM, p. 120)

Foram essas as considerações para o presente tópico, em nível local de análise.

Depreendemos, pela pesquisa aqui realizada, que a aliança MEC – USAID confiou àquela agência internacional a reordenação educacional brasileira, sob muito sigilo. A USAID era responsável por todo o nosso sistema educacional, desde o primário, secundário até o superior.

A ela foram confiadas a elaboração da reforma curricular, a articulação entre os níveis de ensino e elaboração de materiais didáticos. Fazia também treinamento de professores e assessorava as universidades no processo de modernização.

O Plano Nacional de Educação – PNE, elaborado em 1962, foi revisado em 1965 e teve suas metas alteradas. Além de privilegiar o setor privado, delegando-lhe e financiando-lhe pela oferta de educação aos pobres, o repasse das verbas públicas para o setor privado foi acrescido do ensino primário ao ensino superior.

A pressão internacional para erradicação dos analfabetos adultos crescia, especialmente pela UNESCO, que intimava o Brasil a responder às altas taxas de analfabetismo que contabilizavam 40% na década de 1960. O analfabetismo era visto como “empecilho para que o indivíduo pudesse desenvolver atividades sociais econômicas, ter experiências e formar opiniões no decorrer da sua vida”. (PAIVA, 1983, p. 266).

Por fim, ainda no período que iremos analisar no próximo capítulo, fora instituída a LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71), que estabeleceu as diretrizes e bases do ensino supletivo, excluindo do sistema de ensino os alunos que não haviam cursado a série referente às suas idades, criando alternativas para atender essa clientela.

A ideia era atender a demanda por mão de obra qualificada, ajustando horários e metodologia aos alunos que já estavam no mercado de trabalho. A LDB de 1971 apresenta, no texto do Capítulo IV, que trata da Finalidade do Ensino Supletivo, o seguinte:

[...]

a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos, que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;

b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

[...]

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e atualização de conhecimentos.

§ 1º Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.

§ 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos. (BRASIL, 1971, **Lei nº 5.692**)

A principal característica do ensino supletivo era a aceleração dos processos formativos (quatro anos em quatro semestres). Tal método foi disseminado no imaginário popular como um projeto educacional inovador, atento ao processo de modernização do Brasil na década de 1970. (GOMES, *Op cit.*, p. 37)

Portanto, o pensamento educacional brasileiro da época focou nas necessidades momentâneas do país, atendendo um grande número de alunos, massificando o ensino por meio de uma proposta de escolarização neutra.

Essa suposta neutralidade deslocava a visão dos técnicos em educação sobre os problemas sociais e econômicos da população, que incidiam nos índices apresentados, para uma pretensa solução de curto prazo, necessária ao desenvolvimento econômico e político do Brasil (Haddad e Di Pierro, 2000, p. 118 *Apud* GOMES, IBIDEM, p. 38).

Enfim, após realizarmos uma breve revisão de literatura sobre trabalhos similares ao da presente pesquisa, bem como traçarmos um rápido panorama da História da CNAE no período anterior a 1964, assim como conhecermos acerca dos significados que se davam à alimentação naquele momento histórico e, por fim, contextualizarmos a situação histórico-política e educacional do Brasil e do Ceará em torno daquele ano de 1964 (e década), creio estarmos agora seguros a conduzir o intérprete leitor à História da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará, no período de 1964 a 1972.

Uma vez que estamos cientes de todos os detalhes que envolveram aquele momento histórico, adentremos no *stricto sensu* da pesquisa.

3 COMIDA E PODER: Análise histórica da CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972)

Chegamos ao ponto nevrálgico da nossa pesquisa, que é a análise histórica da CNAE no Ceará, entre 1964 e 1972. Cabe, inicialmente, delinear as justificativas para o recorte espaço-temporal proposto, uma vez que a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, em todas as suas configurações administrativas e terminologias, abrange um período muito maior.

Na década de 1950 fora elaborado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, de nome "Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil". Por meio deste plano é que, pela primeira vez, estrutura-se no Brasil um programa de merenda escolar, em âmbito nacional e sob a égide do poder público.

Iniciado em 1954, o Programa Nacional de Alimentação Escolar seguiu sua execução por meio da CME- Campanha da Merenda Escolar (31/03/1955), depois pela CNME- Campanha Nacional da Merenda Escolar (11/04/1956), até que em 1965 prosseguiu com o nome de CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar (aproximadamente o marco inicial da presente pesquisa).

O nome da CNME, como se vê, foi então alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e a principal justificativa para essa alteração era a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Em 1979, por fim, é que a Campanha passou a se chamar PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar, denominação que mantém até hoje.

Conforme acima se percebe, totaliza a história da CNAE 62 (sesenta e dois) anos até os nossos dias, passando por diversas terminologias e configurações administrativas. Cabe destacar que, até 1972, a Campanha era muito centralizada, somente começando a se descentralizar em 1973 (aproximadamente o marco final da presente pesquisa).

São várias e importantes as justificativas para o recorte espaço-temporal desta pesquisa (1964-1972, no Ceará), sendo a primeira a da disponibilidade das fontes. O período em questão, correspondente às gestões administrativas do médico Pedro Almino de Queiroz e Souza (Representante Federal da Campanha, em nível local/CE) e do veterinário/ general da reserva do exército José Pinto Sombra (Superintendente da Campanha, em nível nacional), privilegiou-nos no tocante às fontes históricas de âmbito local, uma vez que o primeiro cedeu uma enorme coleção de notícias de jornais da época (968, no total), acerca da Campanha, ao grupo de pesquisa *AgostoS*, ao qual nos vinculamos.

Ademais, o médico em comento ainda encontra-se vivo e profissionalmente ativo, o que nos proporcionou também entrevistá-lo.

A centralização administrativa do período citado foi prejudicial para obtenção de quaisquer dados relativos à Campanha, uma vez que as Assessorias Regionais e Representações Federais locais, quando destituídas, não preservavam seus arquivos, apagando portanto muitas memórias que poderiam ser levantadas. Tem-se que recorrer a arquivos e memórias privados quando se quer reconstituir qualquer história referente a essa época da Campanha.

Também Coimbra, Meira e Starling (*Op Cit.*, p. 26), os primeiros a se lançarem em uma reconstrução histórica da alimentação escolar no Brasil, disseram que fazer sua história tornou-se muito difícil, pois também os arquivos do órgão central eram quase inexistentes, principalmente no que tange a dados mais antigos.

A Campanha não produziu estatísticas confiáveis, pois faltavam desde os registros mais simples aos mais complexos. Os citados pesquisadores precisaram procurar notícias e dados em inúmeros lugares dispersos, cada um fornecendo informações isoladamente. Também precisaram fazer muitas entrevistas para suprir as lacunas historiográficas.

Portanto, a demarcação espaço-temporal da presente pesquisa se justifica, inicialmente, pelas raras fontes históricas disponíveis. Uma vez que tivemos contato com tão escassas fontes de pesquisa, não nos restou outra alternativa senão a de partimos para a empreitada deste trabalho.

Não obstante, ainda há várias justificativas. A segunda dá-se justamente pelo fato de o período proposto coincidir com o momento inicial da ruptura político-institucional acontecida no Brasil, o chamado Golpe Militar de 1964. Com a mudança de poder político para as forças armadas, o reflexo das novas ideologias espraia-se para todos os órgãos da administração pública direta e indireta, nos três níveis de governo.

É um momento de forte instabilidade governamental e era preciso, doravante, de um dirigente para a Campanha com um *status* compatível com os novos tempos, ou seja, um "general", que a tornasse um instrumento de presença nacional, capaz de reconciliar as massas com o Estado.

As representações federais da Campanha nos estados foram fortalecidas, adquirindo grande autonomia e estabilizando seus relacionamentos com as elites locais. A administração do general José Pinto Sombra e seus subordinados foi a que mais durou perante a Alimentação Escolar no Brasil, totalizando 8 anos (IDEM, p. 31). Praticamente pelo mesmo período se manteve o representante federal da Campanha no Ceará, Dr. Pedro Almino de

Queiroz (Jun/1964 - Mar/1971), fato que atesta o alinhamento de toda a equipe dessa etapa histórica.

Outra justificativa plausível é a de que o período proposto é o de uma grande transição na Campanha, assim delineada: o fim da participação do FISI (UNICEF); o surgimento da *USAID* como principal supridora de gêneros para a Política (o que leva à mudança do leite em pó como principal produto para uma cesta mais variada, incluindo cereais e misturas enriquecidas) e; a expansão geográfica da Política, quando atinge a maioria dos escolares brasileiros;

Portanto, é um período de alterações profundas na Política de Alimentação Escolar no Brasil, com estabilidade de direção, como já dito, com a presença maciça do Programa Alimentos Para a Paz, do Programa Mundial de Alimentos e outros que se constituíram na espinha dorsal do Programa Nacional. Enfim, a Campanha adquiria dimensão nacional e se tornaria um dos programas sociais de maior longevidade realizado pelo governo brasileiro até hoje.

Pelo exposto e, diante das fontes de que dispúnhamos, acharmos por bem desenvolver o trabalho descrevendo e analisando a Campanha no Ceará em dimensões temáticas. O que nos levou a tomar tal decisão foi a frequencialidade dos dados, diante das análises de seus conteúdos.

Dados recorrentes ou com poucas nuances devem ser enquadrados em categorias temáticas, possibilitando assim uma análise mais conjunta, mais estrutural. Assim, nos foi possível enquadrar a maioria dos dados da pesquisa em três grandes categorias principais, quais sejam: a) **dados sobre dinâmica administrativo-operacional da Campanha**; b) **dados sobre a dinâmica pedagógica da Campanha** e; c) **dados sobre a dinâmica político-ideológica da Campanha**.

Diante dessas categorias ou dimensões temáticas foi-nos possível realizar muitos questionamentos, dentre os quais:

- 1) Como se deu a implantação da Campanha no Ceará, a organização e funcionamento da Representação Federal, bem como de que maneira se organizou a Assessoria Regional Norte, que funcionava simultaneamente em Fortaleza?
- 2) Qual(is) a(s) sistemática(s) utilizada(s) na logística da Campanha, no tocante ao recebimento e distribuição dos gêneros, bem como quais alimentos predominavam?
- 3) Houve adequação dos alimentos da Campanha aos hábitos e práticas alimentares locais?
- 4) Qual a cobertura e regularidade de atendimento?

- 5) Houve crises e como tais crises repercutiram no Ceará?
- 6) Qual o papel e aproximação da Escola Regional de Nutrição Agnes June Leith com os objetivos da Campanha?
- 7) Quais concepções de educação alimentar orientavam as várias medidas tomadas pela Campanha?
- 8) Qual o papel da Campanha no âmbito das políticas de alimentação, tais como as de abastecimento, educação alimentar e formação de pessoal?
- 9) Como se dava o debate/ discurso sobre a desnutrição em face do fracasso escolar?
- 10) A merenda e/ ou o almoço escolar influenciaram de alguma forma na questão pedagógica e de que maneira(s)?
- 11) Havia alguma relação entre a merenda e a evasão escolar?
- 12) Como se organizavam os cursos e currículos da Escola de Nutrição e qual a relação e alinhamento destes com os demais cursos e escolas regulares?
- 13) Como se deram as ações de extensão da Campanha, semanas da comunidade, semanas de alimentação escolar e quais os seus propósitos?
- 14) Quais outras eventuais ações de educação alimentar eram realizadas?
- 15) Houve desvios de finalidade da Campanha e como se davam?
- 16) Como se davam as relações locais, regionais e internacionais da Campanha?
- 17) E os acordos com as agências internacionais, FISI, USAID, FAO, como se efetuavam?
- 18) Como se deu o processo do curso de formação realizado no exterior, em 1968 (USA), pelos representantes federais e quais seus objetivos?
- 19) Houve reações ao regime militar por parte dos estudantes no Ceará e em que sentido repercutiram na questão da Campanha?
- 20) Que funções (ideológicas, econômicas, sociais) tal política exerceu durante os governos militares do período?
- 21) Como eram realizadas as atividades de fiscalização e controle da Campanha?

Enfim, são essas e muitas outras questões que emergiram "de plano" na consulta das nossas fontes históricas, merecendo análises críticas mais aprofundadas. Destarte, efetuamos um cotejamento dos dados com as mais diversas fontes de pesquisa a que tivemos acesso, revisões da literatura científica já delineada alhures, fontes históricas clássicas sobre a história política, social, econômica e educacional do Brasil no período estudado, fontes documentais e legislativas, dentre outras.

É importante destacar que se pode exercer plenamente uma violência simbólica por meio da comida, assim como estabelecer limites identitários bastante nítidos entre as pessoas, em razão de sua cultura alimentar e comensal. Lévi-Straus (1991) já utilizou muito bem o exemplo da comida para estabelecer que, por meio da cozinha, as identidades também se consolidam.

Aquilo que comemos pode nos dizer muito sobre quem somos e sobre a cultura na qual vivemos. A forma como organizamos a comida também importa. O consumo de alimentos

pode indicar quão ricas ou cosmopolitas as pessoas são, bem como sobre suas posições religiosas e étnicas. Identidades são definidas com base no que certas pessoas comem, por exemplo, quando só comem alimentos orgânicos ou só vegetais.

Há também uma dimensão política no consumo de alimentos, quando nos recusamos a comer alimentos de determinada procedência geográfica, por qualquer motivo. E há, por fim, uma dimensão material/ econômica importante, na medida em que as pessoas só podem comer o que podem comprar ou o que lhes está disponível.

Enfim, comida não é só para se comer, mas para se pensar, porquanto é portadora de significados simbólicos. É o que estamos tentando realizar aqui neste trabalho, uma análise à luz dos paradigmas teóricos e metodológicos já anunciados no primeiro capítulo, como forma de trazer à luz o "implícito", o "não dito", o "subjacente", o "escamoteado", o "latente", o que está "por detrás das aparências" no tocante ao objeto de pesquisa delineado.

Pretendemos, assim, a realização de um trabalho digno, coerente, sincero e transparente, como deve ser o fazer historiográfico na Academia, uma história analítica e problematizadora, que traga questões não só do tempo retratado e de seus personagens, mas também as questões que se colocam a partir do presente e de toda a sua complexidade.

É, portanto, uma procura de "sentido" que se coloca sempre do presente para o passado, acerca de questões que ou não fazem sentido, ou que estão sem sentido, ou que nunca foram questionadas. E este é o desafio do pesquisador, encontrar sentido para o "caos", interpretar a realidade que se coloca em qualquer objeto a estudar, seja ele de qualquer natureza ontológica.

Há, aliás, quem diga que não existe passado, justamente porque as perguntas partem de nós, que estamos vivos e presos ao presente, ao "aqui e agora". Assim, as inquietações são suscitadas sempre pelo tempo e pelo espaço em que o historiador se situa, ou seja, sempre a partir do presente. Este que será, mais adiante, o "passado" novamente, e será mais uma vez questionado por novos paradigmas, em um novo presente, levando a um ciclo hermenêutico sem fim, constituído pela conhecida tríade "tese- antítese- síntese (ou nova tese)".

Como sugere Catroga (2015, contra-capá), temos que ter a ousadia de fazer perguntas decisivas ao passado: qual a leitura que o domina? quem pretende preservá-la? quem ou o que ficou recalçado? Temos, portanto, que equacionar todos os elos entre Memória, História e Historiografia para respondermos (ainda que provisoriamente) às questões que aqui suscitamos, que aqui levantamos, que aqui indagamos. Partamos então para o campo, entremos nos dados, nas fontes históricas da pesquisa, façamo-las as perguntas, cotejemo-las e procuremos um "sentido" que nos traga as respostas, sejam elas boas ou más.

3.1 A dinâmica administrativo-operacional da Campanha

Uma breve explicação faz-se necessária antes de seguirmos: não são estanques, independentes e incomunicáveis estas categorias de análise que traçamos. É evidente que todas estão entrelaçadas, permeadas de ideologias, de relações políticas, de relações educativas, econômicas e sociais, pois qualquer ato ou fato humano tem implicações às mais diversas.

A presente divisão se faz meramente por tentarmos empreender uma organização, uma seletividade, de acordo com o que entendemos ser o assunto mais relevante encontrado em cada notícia, imagem, depoimento ou narrativa. Como é e sempre foi próprio do homem selecionar, organizar, racionalizar, eis que assim fizemos e cremos ter encontrado uma certa ordem para o enredo que se segue.

Evidentemente, há certa ordem cronológica, mas não muito precisa, uma vez que todos os tipos de eventos são encontrados nos mais diversos momentos e entrelaçados a outros eventos que acreditamos ser de outra natureza temática. Enfim, procuramos chegar o mais próximo possível de uma ordem compreensível ao leitor intérprete.

3.1.1 *Pedro Almino de Queiroz e Souza, o Representante Federal no Ceará e Assessor Regional Norte da Campanha*

De início, recomporemos um pouco da trajetória do principal agente da CNAE no Ceará à época, Dr. Pedro Almino de Queiroz e Souza, até o momento inicial de seu ingresso na Campanha, como Representante Federal, bem como sua posterior ascensão a titular da Assessoria Regional Norte, momento em que coordenava os estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

Pedro Almino de Queiroz e Souza é natural da cidade de Mossoró-RN, onde nasceu em 06 de julho de 1936. É filho de João Almino de Souza e Natália Queiroz e Souza. Em 1952 fez o 1º científico no Colégio Santo Antônio em Natal, transferindo-se em 1953 para Fortaleza-CE. Nesta cidade concluiu o 2º grau, nos Colégios "Cearense" e "São José", respectivamente. Logo em seguida prestou vestibular para a Faculdade de Medicina da UFC, concluindo o curso em 1962.

Como médico, especializou-se em Ginecologia, Obstetrícia e Cirurgia. Trabalhou nos seguintes hospitais: César Cals, Policlínica, Casa de Saúde São Raimundo, Maternidade

Escola Assis Chateaubriand, Assistência Municipal (hoje IJF), Hospital Cura D'ars, Hospital Batista Memorial e Pronto Socorro de Acidentados.



Fig. 01 - Sempre influente, Pedro Almino de Queiroz e Souza se lançou candidato a prefeito de Iracema, em 2000, aos 64 anos. Venceu e assumiu em 2001. Em primeiro plano, ao microfone o senador Tasso Jereissati; à esquerda o então governador Lúcio Alcântara e a senadora Patrícia Sabóia; à direita PEDRO ALMINO e o deputado Raimundo Matos. Fonte: **Acervo particular de Pedro Almino de Queiroz e Souza.**

presidente do Clube do Médico (3 vezes), presidente da COOPEGO (Cooperativa dos Ginecologistas e Obstetras). Em 1967 ingressou no Lions Clube Fortaleza-Jangada, sendo seu Presidente no mandato 1972/1973 (Cf. SOUSA, 2009).

Essas informações, retiradas de seu próprio livro, resumem sua vida, sempre muito cheia de obrigações. Nota-se que Pedro Almino é pessoa muito dinâmica, inquieta, sempre ativo e que gostava e gosta de exercer as mais variadas funções. Ainda hoje, às vésperas dos seus 80 anos, atende como médico na cidade de Iracema (Ce).

Permitam-me os leitores abrir aqui parênteses para transcrever a justa homenagem feita por Pedro Almino, na apresentação de seu livro, ao douto professor José Arimatea Barros Bezerra (FACED/UFC- orientador desta dissertação), que ele diz ter sido o grande incentivador do resgate de suas memórias:

[...] o Professor universitário José Arimatea Bezerra me procurou, interessado em fazer uma pesquisa sobre a Merenda Escolar e a Escola de Nutrição Agnes June Leith, pois havia tomado conhecimento do material fotográfico e recortes de jornais em meu poder, da época em que aquelas entidades estavam em funcionamento. Após examinar o acervo **sugeriu também um livro de memórias** [...] (IDEM, p. 4) (grifo nosso)

Pedro Almino foi diretor da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, do Instituto Dr. José Frota (IJF), secretário municipal de saúde de Fortaleza, secretário de saúde do Estado do Ceará, diretor do Centro de Saúde José de Alencar, secretário municipal de saúde das cidades de Iracema e de Pereiro, prefeito da cidade de Iracema. Foi vice-presidente do Centro Médico Cearense (2 vezes) e Sindicato dos Médicos do Ceará, conselheiro-tesoureiro do Conselho Regional de Medicina (2 vezes),

Pedro Almino, como se percebe, sempre foi muito influente, tem peculiar fluidez no discurso, o que só lhe trouxe benefícios e cargos. Acerca dos cargos de Representante Federal e Assessor Regional da CNAE, manifesta ele em seu livro de memórias "*Prosas, Fatos e Fotos*",

muito apreço pelos cargos que exercera na Campanha, uma vez que estava iniciando sua vida profissional e aquilo lhe rendera grande experiência, muitas viagens e aprendizado profissional:

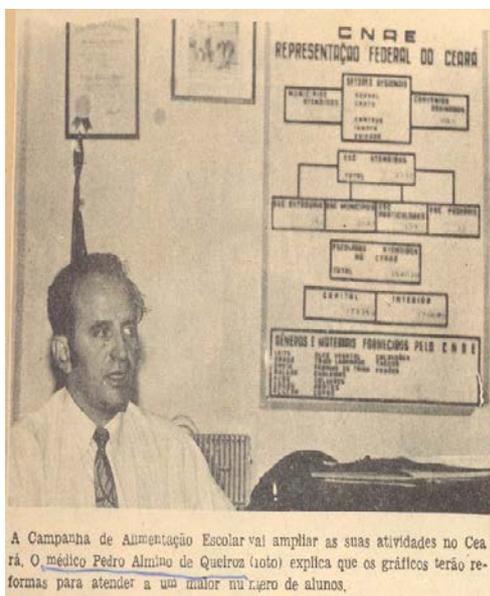


Fig. 02 - Pedro Almino nos tempos da CNAE. Fonte: **Jornal Unitário**, 04/12/1970

[...]De Junho de 1964, a Março 1971 ocupei a direção da Merenda Escolar (órgão do Ministério da Educação), aquela época denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar, que pouco depois passou a intitular-se CNAE (Campanha Nacional de Alimentação Escolar). A jurisdição inicialmente daquela entidade era restrita ao Estado do Ceará mas posteriormente a área de abrangência estendeu-se aos Estados do Piauí e Maranhão. Foi um período muito rico de trabalho, viagens aos três Estados, reuniões freqüentes no Rio, Brasília, São Paulo e outras cidades, inclusive curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Uma experiência administrativa muito salutar para minha atividade profissional principalmente no que se relaciona ao setor da administração pública.[...] (IBIDEM, p. 21)

As palavras acima são de um tempo bem recente, no entanto, à época, o ingresso de Pedro Almino na CNAE foi algo inusitado, que ele mesmo nem esperava e muito menos estava interessado, pois, segundo ele mesmo relata, achava que aquilo "*não teria nada a ver com medicina*".

Ledo engano do doutor, pois a Alimentação no Brasil sedimentou seu campo de saber por meio dos "médicos nutrólogos", como já dissemos alhures. Mesmo com o parcial desconhecimento acerca dessa constituição de campo de saber (que continuamente se desenvolvia) e com pouca experiência, o nome de Pedro Almino deve ter sido sugerido por sua formação e desenvoltura.

Seu antecessor era também um médico, o Dr. Thomás Barreto, que foi afastado logo após a Revolução de 64 (provavelmente por vinculação política divergente), surgindo assim o nome de Pedro Almino para ocupar tal cargo, então vago.



Fig. 03 - General Abimael Clemetino de Carvalho e Pedro Almino de Queiroz e Sousa. Aquele foi o indicador deste ao cargo de Representante Federal da CNAE no Ceará. Fonte: **Jornal Unitário**, 30/12/1967.

Pedro Almino relata, em trecho de sua entrevista transcrita abaixo, não saber como seu nome fora aventado, mas a dinâmica das relações sociais indica que o seu antecessor, o Dr. Thomás Barreto, provavelmente o indicou para o interventor da Campanha no Ceará, general Abimael Clementino de Carvalho, pois aquele, nas palavras do próprio Pedro Almino "*...era muito amigo meu, eu já o conhecia antes...*".

Então, mesmo em início de carreira e com pouca experiência, seu nome fora indicado ao superintendente da CNAE (então CNME) no Rio de Janeiro, general José Pinto Sombra, pelo general Abimael Clementino de Carvalho, então interventor naquele órgão, no Ceará.

Na entrevista que nos concedeu, indagamos se a sua indicação não teria sido por uma eventual vinculação ao Regime Militar. Pedro Almino negou, bem como discorreu assim sobre esses momentos iniciais:

[...]Não, não... é certo que foi exatamente em 1964, mas na época eu apenas era um médico recém-formado (+) o meu antecessor era médico também, que era o Dr. Tomás Barreto (++) e com a revolução que surgiu houve uma espécie de inquérito por lá "e tal", (+) então ele foi afastado (inclusive ele era muito amigo meu, eu já o conhecia antes), mas ele saiu sem nenhum trauma e a Campanha ficou sob a intervenção de um general, que em nível nacional era o general Sombra; aqui no Ceará era o general Abimael Clementino de Carvalho, que depois foi até Secretário de Fazenda (+) ele ficou como interventor, fez lá o trabalho dele e apontou para o MEC a necessidade de um médico para assumir a pasta da Campanha (+) e o meu nome surgiu assim, nem sei como, eu não tinha nada a ver com o Regime, apenas era um médico, civil, tinha apenas 02 (dois) anos de formado, fui convidado, estava praticamente sem emprego, tinha apenas um emprego no IJF (Instituto Dr. José Frota) como médico, e como dava para acumular 2 (dois) empregos (++) (inclusive eu não estava muito interessado porque não era hospital, não era nada disso...), mas me disseram "Nada, rapaz, lá você desenvolve...", então eu aceitei, "né"! Aceitei e procurei desenvolver um trabalho, que foi considerado bom (+) inclusive, como você falou, posteriormente houve uma abrangência para os 03 (três) estados, Ceará, Piauí e Maranhão, e o Ceará encabeçava a região, ficando como uma espécie de assessoria. Lá eu era o assessor para essa região, ou seja, eu era diretor da Região Ceará e assessor da Região Norte; chamava-se norte, não era bem norte, porque aqui é nordeste, mas o nome era esse: "norte". Então a Campanha ficou dividida no Brasil em várias assessorias, tinha a minha e tinham outras e eu acumulava esse trabalho de assessor para a Região Norte e diretor da Região do Ceará.[...]

(In: SOUSA. APÊNDICE A. Entrevista. 2016, p. 171- 178) (grifo nosso)

A presença da intervenção militar, espalhando-se por toda a organização estatal, inclusive na administração indireta, seus órgãos e representações em todo o Brasil, é manifesta.

Contudo, como não dava pra abarcar todos os cargos de direção, preenchia-se os demais com os civis, procurando-se, no entanto, pessoas qualificadas de acordo com a área de conhecimento. Foi dessa forma que se deu o ingresso do médico Pedro Almino de Queiroz

nos quadros da CNAE, inusitadamente, em início de carreira, com apenas 02 anos de formado.

Dentro da CNAE, no entanto, o médico pôs-se a desenvolver o seu trabalho com afinco e a boa vontade inerente aos que estão iniciando na vida profissional, ainda mais naquele alto cargo comissionado, em um programa público de nível federal.

Tanto foi assim, que seu trabalho foi sempre admirado e elogiado por seus superiores, principalmente pelo general José Pinto Sombra, que declarou várias vezes ser o Ceará o local de melhor desenvolvimento da Campanha no Nordeste e um dos mais bem executados no país, como veremos mais adiante, nomeando-o posteriormente (1968) no cargo de Assessor Regional Norte, no que passou a coordenar os estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Passou Pedro Almino a acumular dois cargos: o de Representante Federal (no Ceará) e o de Assessor Regional, como dito.

Era uma relação não só de trabalho, mas de respeito e amizade, tanto que, no final do ano seguinte, Pedro Almino convida o general para ser padrinho de seu casamento com Cláudia Crisóstomo Monteiro Gondim, na Igreja de Fátima, em Fortaleza. O general vem com muito bom gosto, como noticiaram os muitos jornais da época.

Uma vez que já conhecemos um pouco da trajetória do gestor principal da CNAE no Ceará naquela época, entremos agora mais amiúde nas questões administrativas da Campanha. Começemos primeiro por descrever e analisar o que se dizia ser a Campanha naquele tempo, assim que os militares tomaram para si a sua direção, um verdadeiro "caos" e tudo feito na base "da improvisação".

3.1.2 *"No começo era tudo improvisado...": do improviso à moralização no controle e distribuição da merenda*

Com base no depoimento do próprio Pedro Almino de Queiroz e nas muitas notícias veiculadas pelos jornais da época, a Campanha vinha funcionando, há muito tempo, na base da improvisação e do esforço particular.

Nos três primeiros anos da Campanha, após assumir o cargo de Representante Federal, Pedro Almino fez da tentativa de moralização da mesma uma questão de honra, chegando a

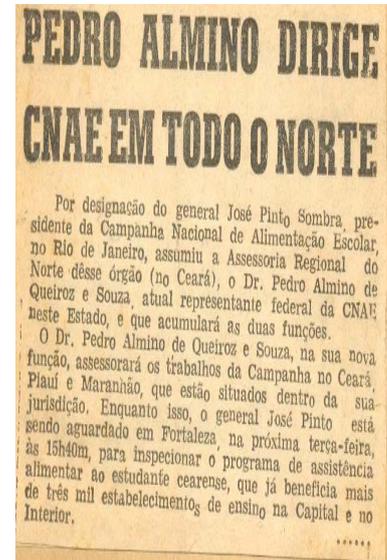


Fig. 04 -PEDRO ALMINO dirige CNAE em todo o Norte. Fonte: **Jornal O Povo**, 03/12/1968.

fechar acordos com o IBGE para identificar as suas reais situações, no tocante até mesmo às suas existências, pois os prefeitos, em sua grande maioria, corruptos, declaravam escolas e alunos demais, no intuito de receberem mais e mais alimentos, que passavam obviamente a desviar dos objetivos da Campanha para servir a seus compadrios.

Outra questão atinente à moralização da Campanha no Ceará é a questão da adaptação das escolas, a maioria sem a menor condição para o preparo dos alimentos, pois sempre faltava gás, açúcar e verduras, o que levava as professoras e diretoras a se quotizarem, bem como a cobrarem dos alunos que podiam pagar.

Isso tudo porque a Secretaria de Educação não cumpria as cláusulas do convênio com a CNAE, deixando faltar transporte, combustível e açúcar na maioria dos grupos escolares.

Dessa forma, o programa de almoço e merenda escolar ia sendo tocado improvisadamente. Segundo noticiado pelo Jornal O Povo, de 25/05/1966, Isabel Colares, diretora do G.E.Castelo Branco dizia que conseguia dinheiro para a merenda escolar à custa de muito sacrifício das professoras, bem como da ajuda de transporte fornecida pela 10ª Região Militar. A Secretaria de Educação, dizia a diretora, já pensou em transformar o almoço em merenda, *"mas isso seria uma desumanidade, porque os bichinhos vivem ansiosos e mal podem suportar a hora da refeição, de tão famintos que vivem"* (JORNAL O POVO, de 25/05/1966).

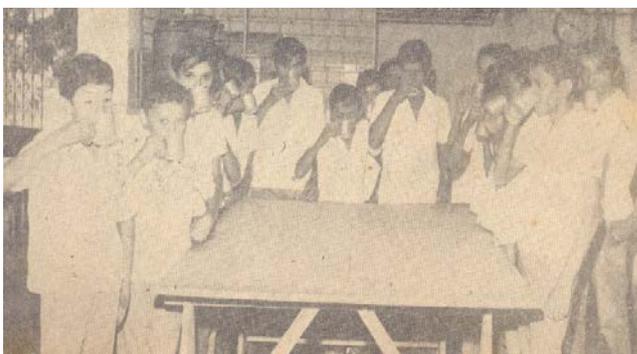


Fig. 06 - PAUSA PARA MERENDA. Fonte: **Jornal Unitário**, 27/08/1969.

que não faltasse para as refeições.



Fig. 05 - ARAGÃO, Ezaclir. ASPECTO de uma classe durante a distribuição de almoço..Fonte: **Jornal O Povo**, 17/05/1966.

Também as professoras do G.E.Félix de Azevedo se quotizavam com os alunos para comprar o gás, para que os meninos não deixassem de comer. Igualmente faziam as professoras do G.E. Mozart Pinto, para comprar gás, açúcar e verduras. Até mesmo a água faltava, sendo racionada, de modo que cada criança só bebesse uma vez por dia, para

A reportagem feita pelo jornal pôde observar a inexistência de condições de instalação, cantinas apropriadas, refeitórios, pias ou tanques para lavagem de louças. O diretor da CNAE, Pedro Almino, instado a se pronunciar, disse então que já tinha solicitado várias vezes as medidas necessárias, mas a Prefeitura e o Estado pareciam fazer "*ouvidos de mercador*". E, "*no interior, a coisa é muito pior*", frisou. (IBIDEM).

Pedro Almino relatou, então, a precariedade não só do sistema estadual e municipal de ensino, no que concerne à alimentação na escola, mas também a da Campanha no Ceará, naquele momento, pois a mesma só dispunha de 03 funcionários. Foi uma justificativa plausível para a má fiscalização e controle da Campanha naquele momento, pois, dizia ele, "*à Campanha compete distribuir os alimentos e supervisionar o Programa, mas só dispomos de três funcionários, sendo impossível ficar a par de tudo o que ocorre*". (IBIDEM).

Pedro Almino resolveu então tomar uma medida mais severa: retirar do mapa de distribuição de merendas para 1967 todas as escolas que estivessem com as instalações precárias, sem condições de atender bem o aluno na hora da sua alimentação.

Depois de visitar diversas cidades sertanejas, Pedro Almino se apercebeu de que os dados fornecidos pelos prefeitos sobre o número de escolas e de professoras eram muito exagerados, o que ensejava a remessa de uma quantidade muito superior de merenda para as prefeituras, desviando os reais objetivos da Campanha.

Foi quando teve o gestor a excelente idéia de, a partir de então, fundamentar-se nos números do IBGE, confrontando-os com os fornecidos pelas prefeituras e pelo Departamento de Ensino do Segundo Grau. Esta medida foi, inclusive, levada pelo gestor ao Encontro Anual dos dirigentes da CNAE, obtendo enorme sucesso e sendo replicada Brasil afora.

Pedro Almino anunciou a nova medida, destinada a evidenciar a realidade do Programa. O convênio firmado com o IBGE objetivava redobrar a fiscalização em mais de 100 municípios, e as escolas com atendimento já assegurado e as que pretendiam ser atendidas só poderiam ser contempladas, daquele momento em diante, depois que apresentassem uma declaração de cadastro assinada pelo IBGE.



Fig. 07 - CONVÊNIO IBGE-CMNE pode acabar escolas fantasmas. Fonte: **Jornal Gazeta de Notícias**, 18/01/1967.

A medida evitativa, assim, a inclusão de escolas-fantasma ou de origem duvidosa, nas relações encaminhadas pelas prefeituras. Escutemos do próprio Pedro Almino o que tem a dizer sobre essa questão:

[...]Era o seguinte: antes vinham **os prefeitos, pegavam os alimentos e levavam e ninguém sabia nem como é que eles distribuía lá (+)** tanto é que depois muitos inquéritos foram abertos para apurar desvios, pois **eles diziam que tinham, vamos dizer, 100 (cem) escolas (como é que uma prefeitura podia ter cem escolas?), então eles levavam alimentos para cem escolas ((risos)), e, na realidade, tinha uma meia dúzia de escolas lá (+)** Então fizemos um levantamento geral sobre isso e procuramos moralizar essa coisa.

[...]o **problema mais sério que eu encontrei quando eu assumi foi a questão da distribuição**, pois era "muito bom" para **os prefeitos, que recebiam os alimentos, distribuía com quem queriam**, a parte política e tudo mais(+) então nós procuramos moralizar isso aí, **eu fui ao IBGE, inclusive, procurar saber quais eram e quantas eram as escolas em todos os municípios**, eu consegui tudo isso, e precisava o prefeito trazer um atestado do IBGE para poder receber a merenda, para poder moralizar a coisa(+) [...]

(In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Percebe-se que a corrupção já estava enraizada e se fazia presente em todos os momentos e em todos níveis administrativos da vida pública brasileira, algo que fazia e faz parte de um inconsciente coletivo, pois de onde se pudesse tirar vantagem indevida, certamente os gestores públicos tirariam. No último tópico deste capítulo, sobre *Os desvios de finalidade da Campanha*, discutiremos mais sobre essas questões.

Naquele momento, quatro grupos escolares de Fortaleza estiveram na iminência de perder as quotas da CNAE, porquanto continuassem apresentando anomalias na distribuição dos produtos. A utilização parcial da cota recebida, o desaparecimento, a falta de condições em geral e até mesmo o suposto desvio de merenda escolar foram os defeitos mais flagrantes descobertos pela fiscalização do escritório local da CNAE, que passaria, doravante, a admoestar as diretoras.

Como disse o gestor Pedro Almino, no trecho da entrevista estampado acima, começou a moralizar essas questões. E como? Começando a realizar uma fiscalização mais sistemática, apesar dos poucos funcionários lotados na repartição, mas agora com a constante presença do general Sombra e outros militares, que sempre acorriam a Fortaleza e a toda a Região Nordeste e Norte do Brasil, em missões de fiscalização e controle.

3.1.3 A Fiscalização e controle: as visitas regulares do general superintendente e outros militares

Este tópico basicamente continua o anterior, mas com a diferença de inserir uma maior participação nas atividades por parte do superintendente nacional e outros militares envolvidos com a Campanha naquele momento, no Ceará.

Pedro Almino estava decidido a intensificar a fiscalização aos grupos escolares públicos e particulares que eram beneficiários da Campanha. Para tanto precisou preparar 50 supervisoras municipais. Foi solicitado então às prefeituras que designassem uma candidata para o treinamento, de preferência uma professora diplomada e com experiência, que deveria se apresentar no escritório da CNAE em Fortaleza.



Fig. 08 - General José Pinto Sombra (à direita) em visita a uma escola no Ceará- Fonte: **Jornal Gazeta de Notícias**, 30/03/1969.

No interior, as supervisoras atuavam em Crato, Crateús, Iguatu e Sobral, locais onde foram criados setores regionais, como se verá adiante. Assim, a fiscalização evitaria os desvios de gêneros alimentícios que vinham sendo praticados pelos prefeitos, como relatou Pedro Almino em sua entrevista recente, acima transcrita.

Ao mesmo tempo fez-se mais intensa a presença dos militares administradores da Campanha por estas bandas do Brasil. Um dos militares que mais estiveram em Fortaleza nessa época foi o major Natal Ferreira Mendes, então Assessor Regional Norte, de quem Pedro Almino logo herdaria o cargo.

Em novembro de 1965 ele esteve juntamente com Pedro Almino na redação do Jornal O Povo, explicando a reestruturação que seria feita na CNAE. Disseram que o país seria dividido em oito regiões, estando o Ceará na segunda delas, tendo sua sede em Fortaleza. A meta da CNAE, segundo o major, seria proporcionar merenda e almoço gratuitos a todos os alunos do pré-primário, primário, médio e supletivo (escolas municipais e estaduais). (JORNAL O POVO, 09/11/1965).

O programa daria, ainda, cursos sobre a subnutrição e a higiene. Naquele momento havia, nas palavras do militar, "um total de 31.000 alunos beneficiados pelo almoço e mais de 2000 escolas com merenda para 167.000 alunos". O Superintendente Pedro Almino, por sua

vez, disse ter enviado circular a todos os prefeitos do interior, informando sobre o material mínimo para funcionamento do almoço escolar. O major Natal Mendes, por fim, chamou a atenção dos dirigentes escolares para celebrarem o "termo de ajuste"(convênio) com a CNAE.

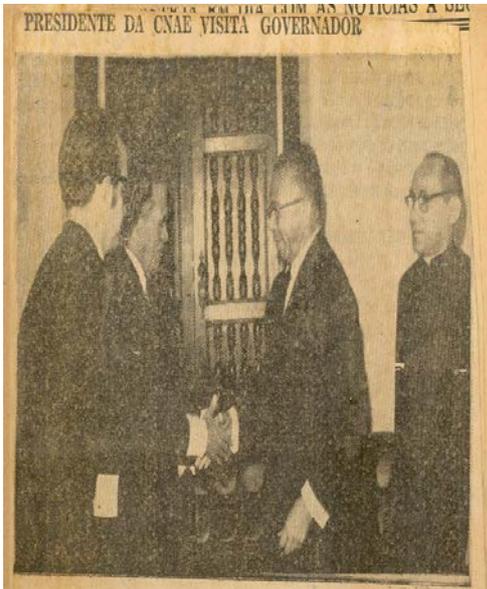


Fig. 09 - PRESIDENTE da CNAE visita governador (registro de uma das muitas visitas). Fonte: **Jornal Unitário**, 06/12/1968.

O general José Pinto Sombra, presidente da CNAE, foi o que esteve mais vezes em Fortaleza, realizando de três a quatro viagens anuais para as bandas do norte, sempre no árduo trabalho da Campanha da Merenda. Em uma de suas passagens pela cidade declarou o general que o Programa no Ceará era um dos mais bem executados do País e, certamente, o melhor do Nordeste, atendendo diariamente 400 mil estudantes de 126 municípios. O general destacou a boa colaboração que vinha prestando o Governo Plácido Castelo à CNAE, bem como as prefeituras e a imprensa (**JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ**, 04/12/1968).

Em outra passagem, em julho de 1969, o general Sombra, em entrevista antes de prosseguir para o Piauí e Maranhão, disse que a CNAE pretendia atender a 15 milhões de estudantes em todo o Brasil, entre 1970 e 1971. Um Bilhão era o número de refeições escolares diariamente distribuídas pelo órgão nas escolas brasileiras, segundo aquele gestor do governo federal. (**JORNAL CORREIO DO CEARÁ**, 01/07/1969).

Nessa mesma visita, Sombra visitou o Governador Plácido Castelo e declarou-se entusiasmado com a cooperação que vem recebendo do setor estadual. Na Escola de Nutrição Agnes June Leith, então recentemente vinculada à CNAE, José Pinto Sombra entregou diplomas a uma turma de mais de 30 professoras de um curso especial de nutrição, representantes dos estados do Ceará, Bahia e Alagoas. Depois de cumpridas as obrigações que viera realizar no Ceará, o general Sombra e Pedro Almino seguiram viagem ao Piauí e Maranhão, onde visitaram Parnaíba, Floriano,

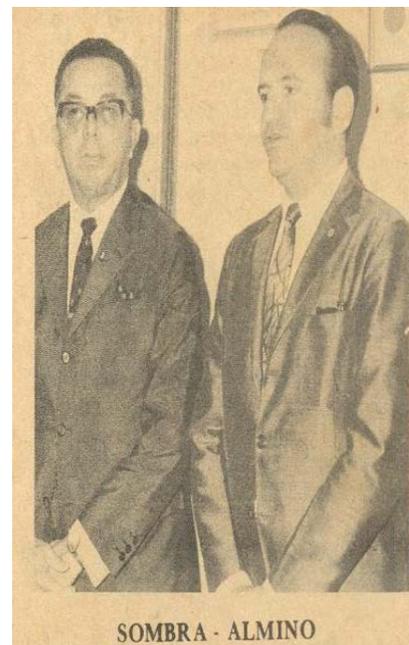


Fig. 10 - A dobradinha SOMBRA - ALMINO- Superintendente Nacional e Representante Federal da CNAE no Ceará. Fonte: **Jornal Tribuna do Ceará**, 02/03/1971.

Oeiras, Correntes, Campo Maior e Picos; no Maranhão firmaram convênio com o Governo José Sarney. (IBIDEM).

Como se vê, as coisas estavam tentando se ajustar, se amoldar, com uma reestruturação que tentava colocar a Campanha nos trilhos, uma nova visão de moralidade administrativa imposta pelos militares para aqueles "novos" tempos.

Mas, por falar em convênio, este que era a ferramenta jurídico-administrativa mais utilizada pela gestão da CNAE de então, fazendo tudo funcionar de acordo com seus ditames contratuais, como é que tudo se dava na prática? É certo que é a partir desses instrumentos que se desenvolvia toda a logística e administração do Programa. É o que veremos no próximo tópico.

3.1.4 O sistema de convênios e a logística da Campanha

O sistema de convênios era amplamente utilizado pela CNAE, como forma de organizar e estabelecer a relação jurídica entre as partes, ou seja, entre a Campanha e os entes federativos beneficiados, que deveriam cumprir a sua parte no que era definido.

Normalmente os convênios eram firmados entre a CNAE e os governadores, no tocante às unidades de ensino da competência destes. Também com os prefeitos, com relação às escolas primárias, que eram de suas responsabilidades.

Perguntado sobre o processo de logística da merenda escolar, Pedro Almino explica como se dava a questão. Escutemo-lo:

[...] **Eram na forma de convênios**, ou seja, **ambas as partes tinham suas obrigações**; tinha a parte da **prefeitura, que cedia alguns funcionários** (+) no caso do escritório, por exemplo, ela pagava o funcionário-chefe, e os outros ou eram do Estado (Secretaria de Educação) ou das prefeituras locais, cedidos para trabalhar ali (+) houve uma época que nós recebemos também funcionários federais de algumas repartições que foram extintas, como a LBA, alguns funcionários da Assembléia Legislativa que estavam ociosos também foram cedidos para lá.

[...] **cada prefeitura recebia aqueles alimentos através de um convênio e os levavam para as escolas** (+) agora, se a prefeitura fosse mais organizada (as maiores por exemplo), que tivesse sua Secretaria de Educação, muitas criavam um setor para melhor desenvolver o programa [...] (In: SOUSA, *Op. Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Conforme nos relatou Pedro Almino em outro trecho de sua entrevista (mais adiante), havia uma centralização de recursos que o impedia de realizar compras de gêneros para a Campanha. Estes gêneros, como se sabe, basicamente eram provenientes das organizações

internacionais e distribuídos conforme determinação da coordenação geral da Campanha, no Rio de Janeiro. No entanto, era preciso complementar esses alimentos com o "toque culinário" local, senão não havia como fazer a criança comer. Mais adiante falaremos sobre essas questões.



Fig. 11 - Prefeito José Walter Cavalcante e Dr. Pedro Almino renovando convênio entre a Prefeitura e a Merenda Escolar. Merenda para 10 mil crianças das escolas municipais. Fonte: **Jornal O Estado**, 15/02/1970.

Por enquanto falemos mais sobre a dinâmica dos convênios. O *Jornal Unitário* (27/03/1965) noticiou que a CNAE firmara convênio com o então prefeito Murilo Borges, de Fortaleza. O intuito era o de cumprir o Programa de Almoço e Merenda Escolar nas escolas municipais da cidade.

Em contrapartida estabelecida no documento, o prefeito se responsabilizaria por aparelhar os 13 grupos do município. A capital cearense foi o primeiro município a pôr em funcionamento o Programa, iniciado em 13 de abril de 1965. Como já discorreremos alhures, as escolas não tinham a mínima estrutura para funcionarem adequadamente em relação a um programa de alimentação.

O *Jornal Correio do Ceará* (10/01/1967) noticiava que o então governador Plácido Castelo e o Dr. Pedro Almino (CNAE) renovaram, na semana anterior a da notícia, um convênio destinado a fornecer merenda e almoço para cerca de 300.000 escolares. O governo, cujas escolas eram as maiores beneficiárias, entraria com armazenagem e despesas eventuais. O Programa no Ceará era um dos maiores do Nordeste, segundo a notícia, contando com o apoio dos "Alimentos Para a Paz".

Como podemos perceber, sempre havia, como obrigação das partes beneficiadas pela Campanha, a implementação de medidas de infra-estrutura física para adequação dos espaços escolares reservados à alimentação, bem como obrigações de logística, como transporte e armazenagem.

A CNAE também firmava convênios com entidades como a ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural), proporcionando às escolas primárias do interior do meio rural, mantidas por aquela entidade, a assistência alimentar dos seus associados (em geral agricultores pobres, fora de faixa-etária, e seus filhos). Tais convênio beneficiaram,

segundo os periódicos informativos da época, 43 municípios cearenses. (In: JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 10/07/1968)

Os governadores, muitas vezes, aproveitavam-se de eventuais encontros com o governo federal pela região, para firmarem novos convênios. Foi o que fez o governador Plácido Castelo durante a reunião do presidente Costa e Silva com governadores do Nordeste, no Recife. Nesse encontro, em que também estiveram presentes o ministro Tarso Dutra, o general José Pinto Sombra e Pedro Almino, o governador determinou, como contrapartida, a inclusão de Mil Cruzeiros Novos no orçamento do Estado, no intuito de aumentar o número de escolas beneficiadas. (In: JORNAL UNITÁRIO, 19/09/1967).

Pedro Almino, na ocasião, falou que os benefícios das refeições eram consideráveis, registrando-se um aumento considerável de frequência às aulas, um melhor rendimento escolar, com melhores notas e uma sensível melhoria no estado nutritivo e sanitário geral das crianças. Naquele momento, o programa cobria 62 mil escolares na capital e 198 mil no interior, que pertenciam a 600 escolas estaduais, 2.500 escolas municipais, 450 escolas particulares gratuitas e 35 escolas federais, onde frequentavam alunos do pré-primário ao curso médio (IDEM). A credibilidade desses dados, como se sabe, é duvidosa.

Por enquanto, achamos suficiente a descrição e análise deste tópico, no que passaremos a falar agora da intensificação da Campanha no Estado, com a criação dos Setores Regionais e a conseqüente formação profissional dos servidores da Campanha, que aumentava a cada dia em número de colaboradores.

3.1.5 A intensificação da Campanha no Estado: criação dos Setores Regionais e formação de pessoal

O general José Pinto Sombra, juntamente com Pedro Almino, reuniram-se para acertar a criação dos setores do Ceará, que ficariam então subordinados àquele representante federal. Tudo visava à progressiva descentralização do atendimento da CNAE, partindo para áreas carentes do interior.

Seria uma "marcha para o sertão", e pretendia contar com o apoio dos poderes públicos e da comunidade em geral. Os setores criados pretendiam contar principalmente com a colaboração dos prefeitos, dos vigários, das professoras e dos pais e mães dos alunos, para que se pudesse alcançar sucesso no atendimento. (Cf. JORNAL UNITÁRIO, 16/12/1965)

O primeiro setor criado foi o da cidade de Sobral, que passaria a atender 34 municípios daquela zona do estado, ficando responsável pelo abastecimento dos gêneros. O prefeito de Sobral à época, Cesário Barreto, prometeu apoio incondicional à CNAE. Para dirigir aquele setor foi designada a Sra. Raimunda Aragão Carneiro, uma das que realizaram o curso de Supervisora. O setor entrou em ação no começo do ano letivo de 1966, com pessoal administrativo, depósito e viatura ficando a cargo da prefeitura. (IBIDEM)

Sobre a criação desse setores, Pedro Almino nos confidenciou que

[...]os Setores Regionais, com escritórios, **ficavam nas regiões mais importantes da época**, que eram: Quixadá, Iguatu, Crato, Sobral e Crateús. Em todas essas cidades nós fizemos reuniões com a comunidade, explicávamos a finalidade da Campanha e **a própria comunidade indicava, sugeria um nome para dirigir aquele escritório** (+) Todas elas passaram por esse crivo, **não era uma indicação política, era uma indicação da comunidade**, geralmente um professor, etc... **teve até um promotor que assumiu esse encargo**, o Dr. Glauco Magalhães, lá em Quixadá.

[...] Ah, bom isso aí **foi para melhor desenvolver o programa em nível local**, porque cada prefeitura recebia aqueles alimentos através de um convênio e os levavam para as escolas (+) agora, **se a prefeitura fosse mais organizada** (as maiores por exemplo), que tivesse sua Secretaria de Educação, muitas **criavam um setor para melhor desenvolver o programa**, isso já era o começo da descentralização administrativa da Campanha. **E uma das melhores coisas que eu fiz aqui no Ceará foi a criação dos Setores Regionais**, para um melhor desenvolvimento do Programa ((e que também era uma espécie de descentralização local)) [...]. (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

A Campanha havia realizado um curso sobre relações humanas para seus funcionários, no CETRECE, para melhorar a eficiência dos seus serviços administrativos; bem como um Curso de Supervisoras, para os fins de intensificação e fiscalização dos grupos escolares públicos e particulares beneficiários.

Algumas dessas supervisoras, nas palavras de Pedro Almino, em sua entrevista recente, acima, dirigiriam os escritórios dos setores e seriam escolhidas pela comunidade local, sem ingerência política. Também não precisaria ser professora, como aponta o gestor para o caso de Quixadá. No entanto, o fato é que as prefeituras é quem designavam suas candidatas para os treinamentos, bem como quem quisessem para dirigirem os escritórios municipais, de preferência professoras diplomadas e com experiência. (IDEM, p. 171- 178).

O caso de Quixadá é uma exceção, tendo em vista tratar-se de um Promotor de Justiça influente, também envolvido com o Lions Club. Tal sistemática, no entanto, tentaria evitar, doravante, os desvios de gêneros alimentícios da Campanha.

Uma das maiores dificuldades encontradas naquele momento, pela CNAE, foi a inexistência de merendeiras em número suficiente para preparar os alimentos. Isso aconteceu primordialmente nas escolas particulares gratuitas atendidas, onde, para não haver descontinuidade, as mães faziam a função das serventes, preparando os pratos, num sistema de rodízio. (IBIDEM)

Também a Secretaria de Educação do Estado designou 4 funcionárias para prestarem trabalhos no setor de fiscalização. A Campanha passaria a realizar regularmente diversos cursos por meio da Escola de Nutrição Agnes June Leith, que fazia parte do acervo do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), e que foi repassada à CNAE quando da extinção daquele órgão.

Na fala de Pedro Almino notamos a significância do repasse infra-estrutural do SAPS à CNAE:



Fig. 12 - CNAE recebe acervo da Escola de Nutrição do extinto SAPS. Fonte: **Jornal Tribuna do Ceará**, p. 1, 06/04/1967.

[...] em determinada época essa **Campanha recebeu um acervo que pertencia ao antigo SAPS- Serviço de Alimentação da Previdência Social, que também tinha a Escola Agnes June Leith**, cuja diretora era a Maria Semírames de Oliveira, depois passou a ser diretora a Maria José Queiroz, que é minha irmã. Esta escola passou **todo o acervo, toda a parte física e estrutural, assim como os funcionários, tudo passou para a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, sob a minha coordenação, subordinados à minha pessoa [...]**(In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Tal acervo englobava o Restaurante Popular de Jacarecanga, postos, serviços, auto-serviços e agências. Boa parte dos servidores do SAPS ficaram lotados junto à CNAE, inclusive as sua 11 visitadoras, que foram inicialmente transferidas para a COBAL, porém por falta de trabalho foram devolvidas à CNAE, onde evidentemente foram aceitas.

Começava a crescer significativamente o número de colaboradores da Campanha. O repasse do SAPS foi realizado em 03 de abril de 1967, na presença de representantes do MEC- Ministério da Educação e Cultura (Aprígio Pagnez), da coordenação nacional da CNAE (Clóvis Mascarenhas), bem como do coordenador da Campanha no Ceará (Pedro Almino) e do delegado do SAPS (Campos Leiros). (Cf. JORNAL UNITÁRIO, p. 8, 05/04/1967).

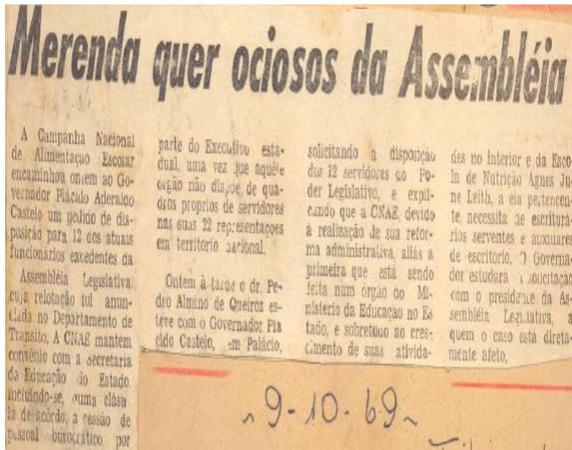


Fig 13 - CNAE sempre correndo atrás de pessoal. MERENDA quer ociosos da Assembléia. Fonte: **Jornal Correio do Ceará**, 09/10/1969.

hábitos alimentares dos trabalhadores, escolares e suas famílias.

Posteriormente foi denominada de Escola de Visitadoras de Alimentação – EVA. Nessa época, a Escola recebia alunas de todo o Brasil e mesmo de outros países da América do Sul, pois era a única escola de visitadoras do País.

Em 1952, foi criada a Escola de Nutrição Firmina San"Ana, em Belo Horizonte, dirigida pelo médico Pedro Escudero. Esta escola passou então a receber alunas dos estados do Sul, Sudeste e Centro–Oeste, ficando a Escola de Fortaleza responsável pela preparação das alunas do Norte e Nordeste brasileiros. (IDEM, p. 64).

Tão logo recebeu o acervo da Escola de Nutrição, Pedro Almino disse que a partir do dia 17 daquele mesmo abril de 1967, a CNAE realizaria ali seu primeiro curso sobre Educação Alimentar. Também os cursos que antes vinham se realizando nos setores do interior (Crato, Sobral, Crateús), exigindo a mobilização do pessoal discente e material, passariam agora a se realizar naquela Escola.

As professoras das escolas primárias fariam, doravante, seus cursos na capital. Ainda em 1967, a CNAE partiria para um amplo programa de atividades na Escola, após realizar um estudo sobre os meios econômicos e práticos para um programa de formação de pessoal de nível médio no campo da nutrição. (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, p.7, 05/04/1967)

Sobre o desenvolvimento do plano da distribuição dos setores, a CNAE pretendia dividir o estado em 10 zonas, onde os alimentos seriam distribuídos com a orientação das Visitadoras de Alimentação, encarregadas de instruir o povo sobre o uso da alimentação. Pedro Almino afirmou que uma equipe de professoras havia sido designada para ministrar aulas a alunos e mestres sobre alimentação escolar. (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 09/08/1967).

A aquisição mais importante nesse contexto foi, sem dúvida a Escola de Nutrição, pois proporcionou toda uma geração mais qualificada de pessoal atuante na Alimentação Escolar. Cidrack (2010, p. 101), em sua ensinância, diz que a Escola de Nutrição Agnes June Leith foi criada no Ceará em 17 de agosto de 1944, com o intuito de preparar jovens mulheres com formação normalista para atuarem na educação e mudança de

Por todo o conjunto dos fatos analisados sobre esse período de expansão administrativa, notamos que muitas notícias foram seguidamente emitidas falando do excelente trabalho de assistência alimentar da CNAE junto ao estudante cearense. O Programa da CNAE cearense seria proclamado, várias vezes, como o melhor do Nordeste.

A CNAE, em Fortaleza, localizava-se na Rua Pedro I, 584, 2º andar. No Brasil, a Campanha mantinha convênios com o Programa "Alimentos Para a Paz" (responsável por 50% dos gêneros) e com o "Programa Mundial de Alimentos" da ONU. A CNAE mantinha, desde o início da gestão de Sombra (1964), na administração de seu Programa, as seguintes Assessorias e Assessores: REGIÃO AMAZÔNICA OCIDENTAL (Magnólia Pessoa Figueiredo); REGIÃO AMAZÔNICA ORIENTAL (Graziela Natalina de Oliveira); REGIÃO NORTE (Pedro Almino de Queiroz e Souza); REGIÃO NORDESTE (Rosemiro Rodrigues de Barros); REGIÃO LESTE SETENTRIONAL (Antônio Caldas Rolim); REGIÃO CENTRO (Roberto Kafuri); REGIÃO CENTRO-OESTE (Gal. Ênio Gratidiano Dorileo); REGIÃO LESTE MERIDIONAL (Gen. Severo Barbosa) e; REGIÃO SUL (Gen. José Liberato Souto Maior).

A tarefa da CNAE, conforme fora amplamente noticiado nos periódicos jornalísticos, era difícil, pois as condições físico-demográficas eram as mais variadas, a infra-estrutura muito diversificada, a população distribuída de maneira irregular, os hábitos alimentares diferindo muito de região a região, com valores nutritivos muito díspares.

Havia uma grande variedade dos meios de transportes empregados, pois as dificuldades de comunicação eram tremendas, desde as sedes para os vários setores, e destes para os municípios; também

dos supervisores municipais com as diretoras dos grupos escolares situados nos interiores, dentre outras dificuldades relatadas, como falta de pessoal habilitado para o preparo das refeições, controle de serviços, combate às pragas, confecção de mapas e relatórios. (In: JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, RJ, 07, 08/1969).

Foi, portanto, nessa linha dinâmica de ação, sempre tentando buscar os recursos humanos necessários ao seu funcionamento, ao tempo em que se tentava formar, qualificar essa mão-de-obra, que a Campanha seguia sua rotina administrato-operacional. À medida que



Fig. 14 - Pedro Almino e sua equipe. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Fonte: **Jornal Unitário**, 27/02/1966.

seguia sua expansão geográfica, implantando-se mais e mais setores, novos problemas surgiam.

Nesse ínterim, novas idéias, novos métodos criativos adaptavam-se para driblar os mais diversos problemas operacionais, sendo implantados como pré-teste, como laboratório pela CNAE no Ceará (leia-se Pedro Almino), tanto para ajudar e facilitar o trabalho diário de distribuição da alimentação, como para ajudar as escolas a adaptarem suas instalações físicas e de equipamentos. É o que vamos ver agora.

3.1.6 Cantinas escolares, cozinhas centrais, merenda nas férias: novas idéias, utopias ou realidades?

O primeiro problema, já descrito anteriormente, de ordem prática e operacional, era o fato de as escolas não possuírem cantinas escolares. Como alimentar com o mínimo de dignidade as crianças sem um local adequado? Em muitas escolas o alunado comia em pé, ou na própria sala de aula, ou sentado no chão, ou nos batentes, ou em algum degrau qualquer.

Essa questão passou a fazer parte das implementações da própria CNAE, uma vez que os prefeitos e governadores continuavam a fazer "ouvidos de mercador", como dissera Pedro Almino, descumprindo assim suas obrigações de conveniados.

As providências iniciais foram implementadas por volta de junho de 1966, quando foram instaladas 30 cantinas nas regiões flageladas do Ceará, em 21 cidades, dentre elas Quixadá, Morada Nova, Jaguaruana, Russas, Limoeiro do Norte, Tabuleiro, Jaguaribe, Alto Santo, Iracema, Pereiro, São João do Jaguaribe, Itaiçaba, Jaguaribara e Aracati. Cerca de cem mil crianças da região da seca foram, com isso, beneficiadas pela CNAE. (Cf. JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 17/06/1966)

Em abril de 1967 ainda vemos notícias sobre a implementação de cantinas e aquisição de material para as mesmas, a serem instalados nos estabelecimentos de ensino do interior do Estado. A campanha dos "Alimentos Para a Paz" chegou a enviar novas doações de alimentos, para evitar a paralisação dos trabalhos da Merenda Escolar naquele semestre, uma vez que certamente iria faltar alimentação nas escolas, devido ao empréstimo dos mesmos a algumas cidades atingidas por catástrofes como enchentes ou seca extrema. A notícia do Jornal Gazeta de Notícias, p. 3, de 27/04/1967, diz que está sendo esperada uma liberação de 10 mil cruzeiros novos para compra de material de cantinas.

Foi assim que começou a luta pela implantação de cantinas e seu devido material de funcionamento, onde hovesse escola pública. O passo inicial dado pela CNAE, tanto nas

escolas federais, como em algumas providências pontuais como as elencadas acima, sensibilizaram, enfim, os gestores estaduais e municipais, que passaram a construir cantinas em suas jurisdições.

Afinal, eles também não podiam arriscar ter suspensas as remessas de alimentos, caso não tivessem locais adequados, já que esta era uma das exigências dos novos convênios e da fiscalização mais acirrada que se passou a praticar na CNAE.



Fig. 15 - COZINHAS CENTRAIS poderão ser criadas pela CNAE. Fonte: **Jornal O Povo**, 04/07/1968.

viram por lá. As "cozinhas centrais", que empolgaram o diretor Pedro Almino na cidade de Memphis e nos condados de Bolívar e Moscow, nos EUA, foram então sugeridas à direção da CNAE.

Tratava-se de núcleos de cocção e distribuição dos pratos do Programa de Alimentação Escolar Norte-americano. A cosmopolização da merenda escolar e o espírito comunitário da zona rural dos EUA impressionaram os representantes da CNAE. Por meio dessas cozinhas centrais as rações eram preparadas e entregues em caminhão apropriado às escolas, chegando ainda quentes e apetitosas.

No Brasil, se implantadas, poderiam substituir a parte de cozinha das cantinas. Os prefeitos cearenses chegaram a receber uma circular da CNAE instando-os a custearem cozinhas daquele tipo em seus municípios, pela qual contemplariam toda a população estudantil.

Mas tudo não passou de um sonho. Nada se realizou nesse sentido. Pedro Almino comentou sobre essa questão em sua entrevista:

Uma idéia muito pertinente, que se chegou a tentar mas que não deu certo, foi a das cozinhas centrais. O Jornal O Povo, de 04 de julho de 1968, chegou a noticiar em letras garrafais que "COZINHAS CENTRAIS PODERÃO SER CRIADAS PELA CNAE", mas tudo não passou de utopia, como se verá.

O caso é que os representantes federais da CNAE estiveram nos Estados Unidos naquele ano⁸ e todos voltaram entusiasmados com o que

⁸ Este assunto será explorado mais adiante, no sub-capítulo 3.2, dimensão pedagógica da Campanha.

[...](**E a cozinha central, o senhor sugeriu quando voltou?**) Sugeriu, mas a cozinha central **não deu certo porque teríamos que ter uma estrutura maior e não tínhamos recursos para isso**. Com relação a essa questão, o que eu fiz foi em relação ao pão, um convênio com a 10ª Região Militar, que tinha uma padaria ali por detrás de onde é a Secretaria de Saúde atualmente, e eles distribuía o pão em algumas escolas de Fortaleza. Nós selecionamos as escolas, eles faziam o pão e nós fornecíamos todo o trigo que tínhamos. A 10ª Região Militar colaborou muito nessa época, pois nós não tínhamos dinheiro, nós não pagávamos, nós usamos a estrutura deles lá, nós só tínhamos o alimento[...](In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Pedro Almino dá uma justificativa curta, dizendo que a Campanha não teria recursos para tal. Mas, como narrado acima, o próprio Pedro Almino enviou uma circular da CNAE na tentativa de que os prefeitos custeassem cozinhas daquele tipo em seus municípios. Prefere, desta forma, não comentar, hoje, a falta de sensibilidade dos gestores municipais da época em implementar uma ação que traria muitos benefícios de logística, pois se eliminaria muito trabalho e mão-de-obra, realizados em todas as unidades escolares.

De fato, a CNAE não poderia assumir o ônus desse encargo, em milhares de escolas, em milhares de municípios, no Ceará e no Brasil, a não ser com a participação dos municípios envolvidos. Pedro Almino, inspirado na experiência dos Estados Unidos, conseguiu implementar somente um sistema de distribuição de pães para algumas escolas e, ainda assim, com toda a infra-estrutura da 10ª Região Militar, conforme depreendemos de sua entrevista, acima. A CNAE, neste caso, entrava apenas com o trigo.

No tocante à implementação do almoço durante as férias, foi outra tentativa, desta feita razoavelmente bem sucedida naquela época. Na realidade, tudo começou quando o Jornal do Brasil, do dia 4 de março de 1969, publicou um diálogo entre o chefe do Distrito Educacional de Bangu (RJ) e várias mães de alunos das escolas Joana Angélica e Gal. Alcides Etchegoyen.

Alegavam as mães que, durante as férias, as crianças comiam pouco e que, agora, no período das aulas, era preciso descontar. O professor Augusto Scobedo, chefe do distrito, respondeu ser descabida a reclamação, pois as crianças poderiam repetir a merenda quantas vezes quisessem.

Aquela reclamação tinha por fundamento a notícia de que, noutras escolas, o Secretário de Educação mandara servir a merenda também nas férias. As suplicantes achavam que a solução seria fornecer mais uma merenda às 17h, quando se encerrava o último turno.

"A gente não precisa dar jantar aos meninos", diziam as mães. O professor Scobedo retrucou, dizendo que não poderia fazer nada, que as crianças poderiam repetir a merenda e que a reivindicação não tinha o menor sentido. As mães saíram contrariadas.

O jornalista Ademar Távora, do Jornal O Povo, de Fortaleza, comentou o fato:

[...]Uma dúvida me assaltou o espírito: a de que nas escolas públicas do Ceará, mesmo as que funcionam na capital, seja distribuída merenda aos alunos. **Na Guanabara, Estado que mais arrecada depois de São Paulo, as mães de família querem que seja fornecida merenda também nas férias**, passando assim o Governo a dar-lhes alimento o ano todo. O fato mostra que no antigo Distrito Federal há muita gente vivendo na miséria e o Governo fornece alimento abundante e sadio na época das aulas. No Ceará, vemos núcleos populacionais com centenas de meninos, sem receberem nenhuma instrução. **Os pais se contentariam em vê-las frequentando a escola, mesmo sem receberem merenda nas férias, como acontece na Guanabara.** Já seria muita coisa se recebessem ao menos o pão do espírito[...] (In: TÁVORA, Ademar. MERENDA. para engordar alunos. **Jornal O Povo**, 20/03/1969). (grifo nosso)

Nas férias do final daquele mesmo ano, noticiou-se que o coordenador da CNAE no Ceará, Pedro Almino, estava cumprindo o atendimento, na capital e interior do estado, do plano de distribuição de alimentação escolar nas férias, atingindo um total de 20 escolas, que provassem que existia frequência, naquele período, de certo percentual de alunos. As escolas que estivessem paradas, mas que oferecem condições de recreação para seus alunos, também receberiam a ajuda.

Assim, os alunos de centenas de escolinhas públicas espalhadas pelo interior cearense puderam, no período das férias, receber a merenda escolar, bastando que o prefeito solicitasse à CNAE.

A idéia da merenda nas férias já funcionava, há muito tempo, nas escolas de regime de *internato*, pois nestas permaneciam bastante alunos nesses períodos. Pedro Almino afirmou então que, se a merenda escolar passasse a funcionar regularmente nas férias, daria uma assistência bem maior ao pré-escolar, que na maioria das cidades do interior são mal assistidos. E o argumento que fechou a questão foi o de que a medida contribuiria também para aproximar as crianças com o Grupo, naqueles períodos em que a escola permanecia fechada.

Isto iria ao encontro das opiniões do jornalista Ademar Távora, acima citado, para quem *"no Ceará, vemos núcleos populacionais com centenas de meninos, sem receberem nenhuma instrução. Os pais se contentariam em vê-los frequentando a escola, mesmo sem receberem merenda nas férias, como acontece na Guanabara. Já seria muita coisa se recebessem ao menos o pão do espírito"*. (IDEM)

Perguntamos ao doutor Pedro Almino de Queiroz se ele participou da idéia do programa de alimentação a funcionar nas férias, no que ele respondeu:

[...]Não, quer dizer, houve um congresso, **não fui eu sozinho, mas eu participei dessa idéia com um grupo de colegas, que visava fixar o aluno na escola.** Em determinadas escolas de bairros mais pobres a merenda passou a funcionar nas

férias, mas não era em todo local, não, (+) a gente precisava da colaboração das pessoas, pois precisava abrir a escola, servir a merenda, etc...[...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Pelo exposto nos discursos acima transcritos, a idéia sobre "*fixar o aluno na escola*" era mais importante do que "*alimentá-lo*". A ociosidade da meninada durante as férias poderia ser combatida com o ingresso no prédio escolar, pois este detinha os equipamentos de brincar que os entreteriam, como quadra de esportes e parque de diversões.

Por enquanto é só. Passemos a falar sobre os desvios de finalidade da Campanha, como tópico final da discussão sobre sua dinâmica administrativo-operacional no Ceará, na época estudada.

3.1.7 *Desvios de finalidade da Campanha*

Englobaremos neste tópico os desvios de finalidade da Campanha, sejam estes desvios lícitos ou ilícitos, pois entendemos que mesmo os desvios lícitos se configuram como desvirtuamentos das reais finalidades da Campanha, que é a alimentação no âmbito da escola, a "alimentação escolar".

Muitos desvios prejudicaram a CNAE e muita gente, como sabemos, desviaram os produtos e enriqueceram à custa do sacrifício de quem realmente precisava se alimentar, no caso, os educandos brasileiros e cearenses, crianças pobres e muitas vezes desnutridas.

Começaremos falando de desvios lícitos, como os para atendimentos de emergência a calamidades como enchentes e secas, bem como quando do estrago de alimentos em razão de alguma demora de desentranhamento aduaneiro ou fiscal.

Depois falaremos de desvios ilícitos, como furtos e roubos ocorridos. São todos eventos que prejudicaram o alunado de alguma forma e que devem ser aqui lembrados, de forma a deixar registrado, nestes casos, a irresponsabilidade para com os recursos públicos, seja pela incapacidade gerencial, seja pela incapacidade do poder de vigilância, seja até mesmo pelo fenômeno do "*jeitinho brasileiro*" de "*fazer vista grossa*" a muitas irregularidades.

3.1.7.1 *Atendimento a calamidades, secas e enchentes*

Nos anos de 1966 e 1967 aconteceram fenômenos climáticos alternados no Ceará. No primeiro, uma terrível seca; no segundo, grandes inundações. Naqueles momentos era comum o pedido de socorro por parte das autoridades, pois se tratava de questão humanitária e, assim, era difícil receber um "não" como resposta.

Mesmo assim, houve momentos em que a CNAE não liberava os produtos, como era o caso de quando os estoques estavam muito baixos, posto que certamente faltaria para os alunos.

Em junho de 1966, Pedro Almino teve que fazer um plano de emergência para as regiões atingidas pelas secas. No aeroporto Pinto Martins, chegaram e foram descarregados alimentos para o referido plano de emergência, solicitado à CNAE.

O plano abrangeria cerca de 20 municípios, e Pedro Almino, autor da estratégia, estava presente ao desembarque, juntamente com outros funcionários da CNAE, fiscalizando *in loco* o descarregamento, afinal, não se podia confiar que tudo correria bem, sem nenhum desvio. (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 16/06/1966)

Amplamente noticiadas foram as enchentes de 1967, por todo o Ceará, de Sobral a Limoeiro do Norte. Várias toneladas de alimentos seguiram, em 10 de abril pela manhã, para o município de Sobral, por ordem do Governo do Estado, em virtude da situação crítica de várias centenas de pessoas desalojadas de suas residências pelas enchentes.

Os gêneros se compunham de óleo, fubá e leite em pó, além de medicamentos. O Secretário de Saúde, Jonathas Nunes de Barros, viajara na tarde anterior para comandar a distribuição de alimentos.

O governador Plácido Castelo endereçou cabograma urgente ao general José Pinto Sombra, solicitando empréstimo de algumas toneladas de alimentos da CNAE, estocadas em Fortaleza, no que o major Natal Mendes (Assessor da CNAE- Nordeste) logo disponibilizou 33 toneladas de



Fig. 16 - DESEMBARCADAS 22 toneladas de alimentos para regiões secas. Fonte: Jornal Tribuna do Ceará, 15/06/1966.



Fig. 17 - GOVERNO quer gêneros da Campanha para flagelados das cheias. Fonte: Jornal Unitário, p. 2, 13/04/1967.

alimentos para distribuição nas cidades de Itaiçaba, Aracati, Sobral, Jaguaruana e outras mais ribeirinhas do Rio Jaguaribe. (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 26/04/1967)

Pedro Almino (CNAE- Ceará), juntamente com Austregésilo Rodrigues (Delegacia do Trabalho-CE), formularam um plano de atendimento às vítimas das cidades inundadas. Em 16 de maio, seguiram para Limoeiro do Norte, por solicitação do Governo do Estado à CNAE, mais 07 toneladas de alimentos. Os gêneros destinavam-se à distribuição entre as famílias desabrigadas com as novas enchentes do Rio Jaguaribe, e constavam de bulgor, trigo, cacau, entre outros. (JORNAL O POVO, 17/05/1967).

Pedro Almino informou, em 18 de maio, que o total de alimentos distribuídos com as populações flageladas já somavam 102 toneladas. Era muito alimento. No entanto, o representante federal não deixou de opinar, em certo sentido, desfavoravelmente àquela exorbitante distribuição, uma vez que prejudicaria os alunos da merenda escolar, a real destinatária de toda aquela quantidade de gêneros. Pedro Almino informou aos dirigentes da Campanha que as doações atrapalhariam os planos de atendimento para o primeiro semestre do ano, prevendo que viesse a ser suspensa a merenda nas diversas escolas do interior no início de maio, devido à falta dos produtos.

A CNAE solicitou então ao Programa "Alimentos Para a Paz" novas doações de alimentos, para evitar a paralisação dos trabalhos da Merenda Escolar naquele semestre.

Em sua entrevista, que nos concedeu no mês de abril de 2016, Pedro Almino confirmou que

[...] era porque nós tínhamos um estoque de alimentos muito grande e quando surgiam esses problemas de secas e enchentes, havia sempre solicitação por parte de prefeitos e governador. O governo do Estado também liberava alimentos que vinham de fora, doados [...](In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

De fato era enorme a quantidade de alimentos estocada, a ponto de se descobrir que, no decorrer daquela década, muita gente havia enriquecido desviando os gêneros alimentícios da CNAE.



Fig. 18- AJUDA DA CNAE prejudicará planos da Merenda Escolar. Fonte: **Jornal Gazeta de Notícias**, p. 3, 27/04/1967.

3.1.7.2 *Furtos de gêneros alimentícios*

Os desvios de finalidade já apontados no início deste capítulo, realizados por prefeitos que levavam quantidades exorbitantes de alimentos da Campanha, uma vez que informavam quantidades de escolas e alunos inexistentes, eram desvios em razão da corrupção endêmica e institucionalizada na política brasileira.

Eram realizados por agentes públicos, agentes políticos, traidores da confiança de quem os elegeu mandatários eletivos de suas funções públicas. Estes que apresentaremos agora são desvios realizados por terceiros, comerciantes, leiteiros, que não se sabe como adquiriram gêneros alimentícios da CNAE, posto que esses produtos não poderiam ser comercializados, não poderiam ser vendidos.

Certo é que adquiriram, e venderam, e comercializaram, e muito, os gêneros alimentícios da merenda escolar brasileira. A prática não deve ter ocorrido somente no Ceará, mas por todo este imenso Brasil, gerando muito prejuízo aos nossos educandos e muito lucro a pessoas que não merecem o menor respeito por parte da coletividade, usurpadores que são do alimento alheio e, assassinos, indiretamente, de muitas crianças inocentes, em situação de extrema miséria, como se verificava existir por todos os sertões nordestinos.

Em abril de 1970, mais de 10 mil litros de leite "in natura", que vinham sendo comercializados com elevada percentagem de água e leite em pó do FISI, foram apreendidos pela SUNAB.

Todo o volume foi derramado, eis que sem qualquer condições para o consumo, pois perdeu completamente as propriedades. Apesar disso, muitos continuaram fraudando, exercendo um comércio desonesto, principalmente nos subúrbios, onde existiam vacarias em abundância, abastecendo milhares de residências em Fortaleza.

Airton Gomes de Barros, então diretor da SUNAB, esclarecia que a ação contra a irregularidade competiria à Saúde Pública e não à SUNAB. Em Parangaba, disse o diretor, foram constatados vários casos de utilização de leite em pó do FISI, desviados da Merenda Escolar, na mistura com o leite "in natura".

As investigações, no entanto, continuaram sendo feitas pela SUNAB, tentando desbaratar a quadrilha que vinha operando em Fortaleza, no comércio de venda de leite, utilizando leite em pó doado pelo Programa Norte-americano "Alimentos Para a Paz".

Chegaram à conclusão, finalmente, de que quase todo o produto empregado pela "gang" era desviado da CNAE. Mais de 300 sacos de leite em pó foram apreendidos em poder do

leiteiro José Saraiva que, em depoimento, declarou adquirir a mercadoria do comerciante Josias Cordeiro, estabelecido no Viaduto Moreira, 118, Praia de Iracema.

O comerciante, entretantes, não revelou onde adquirira o produto, se limitando a reconhecer que procedia realmente da Merenda Escolar. O general José Araquen Rodrigues recomendou então à SUNAB que desse andamento às investigações, para que os culpados fossem identificados e aplicadas as sanções previstas em lei. (NOTÍCIA COM REFERÊNCIA ILEGÍVEL)

A fiscalização da SUNAB também autuou a "Casa Lemos", de propriedade de Rubens Lemos, na Av. João Pessoa, 6005. Aquele comerciante negociava com diversos leiteiros, vendendo um saco de leite em pó, com 23 quilos, a 55 cruzeiros novos.

O infrator, ao pressentir a chegada da SUNAB, fugiu para local ignorado. No entender do fiscal Airton Gomes de Barros, *"muitos enriqueceram à custa de mercadorias do Programa 'Alimentos para a Paz' e continuam insistindo na prática do comércio desonesto, agora com verdadeira rede implantada no Ceará"*. (JORNAL UNITÁRIO, 30/04/1970).

Poderia também ser leite que vinha para outras instituições, como a Cáritas. Diante das constatações feitas pela fiscalização da SUNAB, o padre Océlo Lemos, diretor regional da Cáritas, afirmou que *"desconhecia o assunto, não crendo que alguma negociação tenha se processado, desviando os alimentos distribuídos pelo órgão"*. (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 18/05/1970)

O comando das diligências passou ao então delegado da SUNAB no Ceará, dr. Danilo Arruda, que manteve sigilo acerca dos nomes dos implicados, sabendo-se que as atenções continuaram concentradas nos comerciantes Rubens Lemos e Josias Cordeiro, estes que eram os maiores distribuidores, mas que não confessaram como conseguiram o leite em pó da CNAE.

A impressão que se tinha era a de que a quadrilha tinha contatos na Merenda Escolar.

Em Sobral, constatou-se que grande parte do leite *"in natura"* vendido à população continha leite em pó do FISI, provavelmente desviado. Naquele município, mais de 1000

litros foram apreendidos e entregues aos flagelados que perambulavam pela cidade. (IDEM)



O Dr. Pedro Almino e o Pe. Ocelo Lemos respondem pela Campanha de Alimentação Escolar e a CÁRITAS, órgãos esses que atualmente vêm sendo citados no desvio de alimentos do Programa Aliança para o Desenvolvimento.

Fig. 19 - CÁRITAS e Campanha admitem os desvios. Fonte: **Jornal Unitário**, 07/04/1970.

3.1.7.3 Problemas com o fisco e embalagens

Os problemas decorrentes da não liberação dos produtos por parte das autoridades fazendárias geravam estragos, o que se traduzia em perdas de alimentos e, conseqüentemente, mais criança sem se alimentar.

Em março de 1967, grande quantidade de mercadorias doadas pela Campanha "Alimentos Para a Paz" estava se deteriorando nos armazéns da Alfândega de Fortaleza, em face da falta de condições de segurança dos depósitos naquele inverno severo, como já sabemos.

O delegado da SUNAB, Danilo Arruda, oficiou às instituições consignatárias, Confederação Evangélica, Confederação dos Bispos do Brasil, CNAE e o próprio Governo do Estado, dando ciência das condições em que se encontravam as mercadorias, já mofadas em boa parte. (JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/03/1967).

A SUNAB, que funcionava como órgão encarregado da fiscalização das mercadorias, mostrava-se preocupada com a perda das citadas mercadorias. A situação perdurou até dezembro daquele ano, quando foi esclarecida a situação. Tratava-se do fato de que a Cia. Docas do Ceará estava exigindo o pagamento de taxa de armazenamento dos produtos.

Pedro Almino mostrou àquela empresa o Decreto nº 5.777, que isentava a CNAE de qualquer taxa de armazenamento de seus produtos em qualquer porto do Brasil. A Cia. Docas, por sua vez, se apoiava em outro Decreto, o de nº 1016, afirmando que a CNAE deveria pagar a referida taxa. A alimentação, enfim, foi liberada, no entanto, após 09 meses de armazenamento, o que gerou deterioração, ainda mais com o pesado inverno. (Cf. JORNAL O POVO, 21/12/1967).

Sobre essa questão Pedro Almino nos contou que

[...] quando a Cia. Docas por algum motivo não liberava, e uma vez eu me lembro que não liberou, **o alimento ficava lá estocado, e a imprensa "caiu em cima" de mim** e eu disse que "não dependia de mim, o problema é com a Docas" (+) **eu fui falar com o governador Plácido Castelo**, que autorizou a Docas a liberar o alimento, que estava preso lá, estocado, e os alunos precisando dos alimentos. Até que enfim deu certo. [...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Naquele mesmo ano, por conta de embalagens inapropriadas, os alimentos escolares "bicharam" e até apodreceram. O número de crianças atendidas pela CNAE no Ceará poderia ter sido bem maior se não tivessem apodrecido sacas e sacas de CSM, aveia, búlgor e fubá, em diversas escolas municipais e estaduais.

Algumas pessoas diziam que os produtos já chegariam velhos ao Brasil, mas o doutor Pedro Almino ligou a perda dos gêneros às embalagens inapropriadas. Para o ano de 1968, aquele representante da CNAE dissera que promoveria a substituição dos invólucros.

No entanto, o estrago já estava feito e várias toneladas de alimentos foram para a lixeira. Para justificar, Pedro Almino disse que o formulado CSM deu prejuízo maior em outros estados, com mais toneladas ainda perdidas.

Mais uma vez se verifica a incompetência da CNAE em gerir o patrimônio público, destinando ao lixo, somente no Ceará, cerca da metade dos oito mil sacos de trigo provenientes dos programas assistenciais internacionais. Eram alimentos oriundos dos excedentes da super-safra americana, como sabemos, mais isso não diminui o demérito da incompetência da nossa administração pública.

Foram essas as considerações sobre a dimensão administrativa da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará, entre 1964 e 1972. Vamos passar agora ao segundo subcapítulo desta seção, onde trataremos da sua dinâmica pedagógica.

3.2 A dinâmica pedagógica da Campanha

A CNAE no Ceará, no período ora estudado, foi um órgão privilegiado para a disseminação das ações educativo-alimentares no meio do alunado, da comunidade e do professorado. Este último foi mais ainda privilegiado, pois como sabemos, a Escola de Nutrição Agnes June Leith fora repassada do SAPS para a competência da Campanha em abril de 1967.

A Escola, assim que encampada pela CNAE, transformou-se no principal centro de treinamento de supervisores de alimentação, ficando responsável pela formação de pessoal habilitado desde o Estado da Bahia até o Amazônas.

Por ocasião dos 23 anos de funcionamento da Escola Regional de Nutrição Agnes June Leith, em outubro de 1967, Maria Semírames de Oliveira Costa, então diretora, informou à imprensa que aquela escola já havia diplomado 370 Visitadores de Alimentação, uma classe de técnicos que, juntamente com nutricionistas e médicos nutrólogos, formavam os profissionais do campo da nutrição. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/10/1967)

A partir do ano de 1968, a Escola Regional de Nutrição, única no Norte e Nordeste que era mantida pelo extinto SAPS, passaria por profundas mudanças, em face das suas novas diretrizes atribuídas pela CNAE/ MEC. O Representante Federal da CNAE no Ceará, Pedro

Almino de Queiroz e Sousa, intensificou as ações pedagógicas da Escola, capacitando assim centenas de professoras.

Apesar de ter dito anteriormente que concentraria ali todos os cursos, inclusive os que eram realizados nos setores regionais do interior, Pedro Almino só conseguiu realizar parcialmente esse plano de centralização educativa, pois provavelmente a logística de deslocamento das professoras do interior para a capital não permitiu tal projeto. Assim, continuou-se, paralelamente, a serem realizados cursos nas localidades interioranas e na Capital.

3.2.1 Ações pedagógicas docentes: cursos e currículos

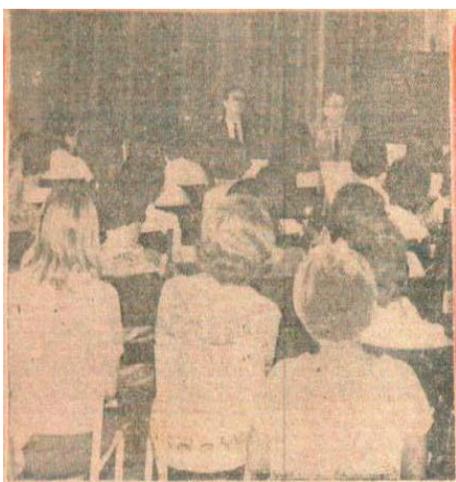


Fig. 20 - MOTA, Klinger. Curso de EDUCAÇÃO ALIMENTAR. Fonte: **Jornal Unitário**, p. 6, 11/05/1967.

A Assessoria Regional Norte da CNAE, juntamente com a direção da Escola Agnes June Leith, agora sua subordinada, começaram a reestruturar os currículos para os novos cursos, a serem ministrados a partir de 1968.

O curso de Visitadoras de Alimentação passou a se denominar Supervisoras de Alimentação, com 4 meses de duração. Implementou-se também um curso para professoras titulares e não tituladas e outro para merendeiras. O propósito era de que essas especialistas integrar-se-iam posteriormente aos diversos setores da

CNAE.

Os cursos seriam em tempo integral, com disciplinas tais como: Nutrição; Artes Culinárias; Educação de Alimentos; Higiene; Enfermagem; Puericultura; Recursos Áudio-Visuais; Técnica de Supervisão; Noções de Assistência Social; Recreação; Psicologia Aplicada; Noções de Agricultura; Economia Aplicada e Técnica de Visitaçào.

Assim, os currículos para formar supervisoras, professoras e merendeiras passaram a abarcar os seguintes conteúdos: Curso de Noções Sobre Cantinas Escolares - a) cantinas escolares; b) nutrição; c) técnicas de instalação; d) arte culinária; e) técnicas de preparação de alimentos; f) noções de agricultura. Curso de Nutrição- a) alimentação da criança; b) necessidade de alimentos do pré-escolar; c) necessidade de alimentos do escolar adolescente ou adulto; d) noções de áudio-visual; e) aplicação de cartazes e flanelógrafos; f) arte culinária; g) preparação de sopas enriquecidas. Outros itens referentes ao curso foram: os objetivos

nacionais do programa e seu funcionamento; pequenas culturas domésticas e sua aplicação e; controle do programa através de relatórios e documentos de prestação de contas. (Cf. JORNAL UNITÁRIO, 07/12/1967).

De acordo com Maria Semírames, esses cursos preparariam um novo pessoal, mais habilitado, para substituir o pessoal antigo, improvisado, que trabalhava junto às escolas no programa alimentar. Como se percebe, houve realmente uma grande reviravolta na capacitação de pessoal para o trabalho com a alimentação escolar, que passaria a contar com mais e melhor qualificação, dali em diante.

Ainda em dezembro de 1967, a Escola iniciara um treinamento de 49 representantes de grupos escolares do Ceará, Piauí e Maranhão, na sua sede, vizinho ao prédio do extinto SAPS. O curso contava com 15 representantes do Maranhão, 17 do Ceará e 16 do Piauí. O major Natal Mendes fora convidado para ministrar a aula inaugural, que versou sobre "O que é a CNAE e seus objetivos". (IDEM)

Pretendia-se transformar a "ESCOLA" de Nutrição Agnes June Leith em "CENTRO" Regional de Treinamento, o que foi debatido em fevereiro de 1968, durante o Encontro Nacional dos Dirigentes da CNAE, em Goiânia. Naquele encontro, a CNAE avaliou e definiu novas áreas de atuação para as duas escolas de nutrição que pertenciam ao SAPS (a outra era a Escola de Nutrição Firmina Sant'Ana, em Belo Horizonte) e que agora integravam aquele órgão do MEC. (JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/01/1968)

Ao que nos consta, a mudança de nomenclatura não logrou êxito como esperado, mas sim com a terminologia "Escola Regional de Nutrição...". A propósito, falando em congresso, a respeito desses congressos nacionais da CNAE, esclarece-nos Pedro Almino que os mesmos

[...] eram feitos anualmente pela Campanha, em nível nacional. No Rio, São-Paulo, Goiânia, Manaus... Nesses congressos **havia debates sobre o Programa**, com apoio das entidades governamentais (+) **Daí foram criados o Manual da Merenda Escolar, a Revista da CNAE**, e aqui **eu criei também um jornalzinho** para divulgação, com o título de "**A Comunidade**" [...](In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Voltando ao nosso tema, cerca de uma dúzia de cursos de Educação Alimentar ainda foram implementados durante o ano de 1968, privilegiando os municípios de Iracema, Crateús, Crato, Quixadá, Irauçuba, Jaguaribe, Cascavel, Maranguape, Baturité, Sobral, Iguatu e Icó. Os cursos foram direcionados às supervisoras e às merendeiras das escolas estaduais, municipais e particulares beneficiadas pela Campanha, ao todo cerca de 500 pessoas,

habilitadas dali em diante a conduzir bem a distribuição alimentar nos seus locais de trabalho. (In: JORNAL O POVO, 02/08/1968)

A Agência americana USAID (United States Agency for International Development) e o UNICEF (United Nations Children's Fund), por várias vezes patrocinaram esses cursos de formação, não só para o pessoal ligado à CNAE, mas também às pessoas ligadas aos programas Diaconia, Cáritas, Frentes de Trabalho e ao Departamento Nacional da Criança, do MEC.

Em setembro de 1969, realizou-se o I Curso Regional de Educação Alimentar, patrocinado pela *USAID*- Nordeste, reunindo participantes do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Sob regime intensivo, o curso abrangeu 76 horas-aula, incluindo a parte prática.

Para coordená-lo veio a Sra. Marlene Trigo, nutricionista da *USAID* no Recife e integrante da Divisão de Alimentos do programa americano. O currículo do curso contava com os seguintes conteúdos: Princípios Nutritivos; Alimentação dos Grupos Vulneráveis; Técnica Dietética; Horticultura; Criação de Pequenos Animais Domésticos; Educação Nutricional; Recursos Audiovisuais e Dinâmica de Grupos.

A CNAE, através da Escola Regional de Nutrição, a ANCAR, a Escola de Agronomia, a Secretaria de Saúde do Estado, a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública e o Serviço de Nutrição e Dietética do INPS também colaboraram, cedendo pessoal docente. (Cf. JORNAL O POVO, 07/08/1969)



Fig. 21 - USAID dá Bolsa. Fonte: **Jornal Gazeta de Notícias**, 18/06/1970.

A ajuda das agências internacionais dava-se na forma de distribuição de bolsas de estudo. Em junho de 1970, o Ceará foi beneficiado com oito das quarenta bolsas de estudos distribuídas pela USAID e UNICEF no Norte e Nordeste, inclusive territórios.

Essas bolsas destinavam-se ao treinamento de supervisoras de alimentação escolar, como informara Pedro Almino à época. Os 40 bolsistas, pertencentes à região que se estende da Bahia ao Acre, participaram do curso, que foi realizado na Escola Agnes June Leith, percebendo a quantia variável de 180 a 230 cruzeiros, oriunda da bolsa de pesquisa. Os bolsistas cearenses foram selecionados tanto na capital como no interior. (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 18/06/1970)

São muitas as notícias veiculadas pelos jornais da época acerca desses cursos, no que procuramos compilar aqui as que mais repercutiram, dada a importância pedagógica dos mesmos.

Voltando um pouco atrás, no ano de 1966 a CNAE ministrou vários cursos, ainda sem contar com a efetividade da Escola. Naquele ano as principais cidades contempladas com os cursos foram: Sobral, Crato, Crateús, Iguatu, Quixadá, Russas (as novas sede de escritórios de setores regionais), Icó, bem como a capital, Fortaleza.

Em janeiro daquele ano, a CNAE realizou em Sobral um curso sobre Educação Alimentar. À frente estavam o major Natal Mendes, Pedro Almino, Conceição Bastos Peixoto (chefe do setor técnico) e Jandira Carvalho (nutricionista do Programa Alimentos Para a Paz). O curso destinava-se a formar supervisoras nos 34 municípios daquela jurisdição da CNAE. (JORNAL UNITÁRIO, 06/01/1966).

Em 12 de agosto, ao encerrar o mesmo curso no Crato, a CNAE anunciou a realização de mais quatro outros, ainda para o mesmo semestre, em Crateús, Iguatu, Quixadá e Russas. Informou ainda que os cursos seriam ministrados pelas supervisoras municipais da Campanha a professoras das escolas assistidas com alimentação, sob a coordenação de quatro funcionárias especializadas e das representantes dos "Alimentos Para a Paz", Jandira Carvalho e Ms. Leslie Hayes, esta última coordenadora do programa americano no Nordeste. (Cf. JORNAL O POVO, 12/08/1966)

Como se percebe, a presença de representantes das organizações internacionais é constante, tanto para funções de coordenação pedagógica, como propriamente para ministrar aulas.

No encerramento do curso de Educação Alimentar realizado no Colégio Adahil Barreto, em outubro, a sessão de encerramento contou com a presença de Dom Mauro Ramalho, especialmente convidado. 34 professoras procedentes de 13 municípios receberam diplomas. Em nome das cursistas discursou Maria Júlia Sombra. Pela CNAE, discorreu o doutor Pedro Almino sobre as finalidades da Campanha, que passaria a dar assistência às escolas primárias federais, estaduais, municipais e de entidades particulares. Encerrando a solenidade, Dom José Mauro apontou a necessidade da alimentação nas escolas, principalmente no meio rural, mais desassistido. (Cf. JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, de 28/10/1966)



ENSINANDO AS NORMAS DA BOA ALIMENTAÇÃO, a Campanha Nacional de Alimentação, no Ceará, dirigida pelo Dr. Pedro Almino de Quelros, vem realizando diversos cursos para merendeiras, no interior do Estado. A foto é um flagrante de um desses cursos, em Iguatu.

Fig. 22 - ENSINANDO as normas da boa alimentação. Fonte: **Jornal Unitário**, 18/07/1968.

3.2.1.1 A proposta da Educação Alimentar nos currículos do primário e normal

Aproveitando o impulso da nova fase educativa da Campanha, o superintendente nacional José Pinto Sombra esteve em Fortaleza, onde debateu com as autoridades locais da Educação acerca da inclusão da temática ou disciplina "Educação Alimentar" nos currículos das escolas oficiais cearenses. O general fez uma longa exposição ao secretário de educação, Monsenhor André Camurça, que prometeu estudar o assunto. (JORNAL O POVO, 02/03/1968).

Logo em seguida, o Conselho Estadual de Educação aprovou a sugestão do secretário, para incluir nos currículos primário e normal a Educação Alimentar, medida esta que a CNAE considerava essencial ao desenvolvimento intelectual e físico dos estudantes. E, também, básica, para um melhor aproveitamento da alimentação do escolar.

Segundo o general José Pinto Sombra, presidente da CNAE, a inclusão da disciplina de "Educação Alimentar" já constava dos currículos dos demais estados brasileiros, apresentando ótimos resultados. O general estava de posse de estudos que afirmavam que o brasileiro, e mais agudamente o nordestino, não sabia comer. Aprendendo na escola primária, o aluno teria a instrução para toda a vida, enquanto os alunos do "normal" iriam aprender a "ensinar a matéria", também.



Fig. 23 - ALIMENTAÇÃO Escolar vai entrar nos currículos primário e normal. Fonte: **JORNAL O Povo**, 27/03/1967.

Um mês depois, o Conselho Estadual de Educação emitiu um parecer conclusivo, dizendo que há muito tempo o Estado já cuidava da educação alimentar nos currículos primário e normal. O parecer emitido pelo Conselho Estadual de Educação, no processo que tratou da inclusão de "Educação Alimentar" nos currículos do primário e normal, por solicitação da CNAE, após vários considerandos, evidenciou que o Estado já cuidava do assunto, esclarecendo que a matéria tornou-se preocupação dos educadores havia alguns anos. (Cf. JORNAL O POVO, 14/04/1969)

O Conselheiro-relator do processo mostrou que o "Livro da Professora - guia de currículo oficial das escolas do Ceará", quando estabelece os objetivos das diversas atividades escolares sugeridas, determinava inúmeras metas, constituindo-se a "Alimentação" em área amplamente estudada.

Nos tópicos de "Ciências Naturais", em todo o curso primário, um dos objetivos seria "a formação de hábitos que ajudem a criança a ter mais saúde". No 2º ano primário, no estudo das plantas, eram abordadas as diversas qualidades das frutas e sua utilização, bem como em outros tópicos do 3º e 4º anos existiam unidades relacionadas ao assunto, demonstrando a preocupação de dar aos escolares noções de higiene e alimentação.

Já no Curso Normal, as disciplinas de Biologia Educacional, Metodologia das Ciências Físicas e Naturais e Medicina Preventiva já se ocupavam do problema alimentar. Diz o Parecer que "*em Metodologia das Ciências a futura professora é preparada para orientar seus alunos no desenvolvimento de boas práticas de saúde no lar, na escola e na comunidade, como conhecimento da adequada utilização dos alimentos*". (IBIDEM).

O Estado, concluiu o parecer, preocupava-se com o problema desde a elaboração do Livro da Professora. A CNAE havia juntado ao pedido, entre outros documentos, um programa de noções de nutrição e educação alimentar, sugestões para um programa de educação alimentar e um programa para o curso primário. (IBIDEM).

Ou seja, ficou tudo como anteriormente estava, uma vez que o Conselho de Educação do Ceará firmara a estreita convicção de que a Educação no Estado contemplava plenamente tal disciplina.

Decerto que não contemplava adequadamente, senão não haveria tido o reclame por parte da CNAE, órgão que já detinha a dianteira nos estudos e na prática sobre a alimentação do escolar, com mais de 15 anos nesse mister, mas não restava nada a fazer por parte da CNAE, diante daquela tecno-burocracia impeditiva do Estado.

3.2.1.2 *As relações entre merenda e evasão, desnutrição e fracasso escolar: o discurso de sempre*

Iremos discutir, neste tópico, um discurso recorrente em toda a História da Alimentação Escolar no Brasil: a questão de se relacionar a merenda à evasão escolar, bem como a desnutrição ao fracasso escolar.

Como vimos no tópico anterior, a insistência do superintendente nacional da CNAE em estabelecer a temática da Educação Alimentar nos currículos das instituições de ensino oficial foi tema relevante na Campanha àquela época.

A passagem do general José Pinto Sombra por Fortaleza, para discutir a questão, deu-se no início de 1968. Ocorre que a situação toda estava relacionada a um estudo encomendado

pela CNAE à PUC-BA (Pontifícia Universidade Católica - Bahia), versando sobre a aplicação da alimentação na escola, frequência e aproveitamento.

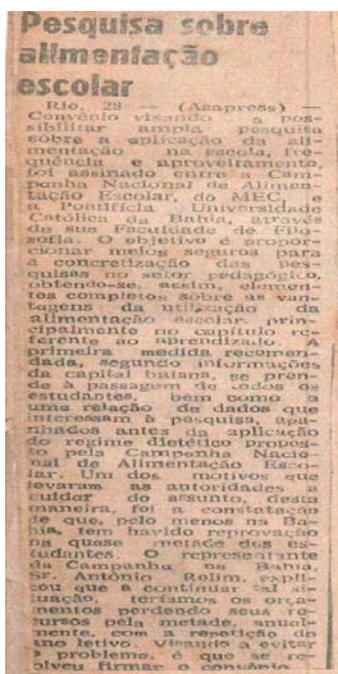


Fig. 24 - PESQUISA sobre Alimentação Escolar. Fonte: **Jornal O Povo**, 28/06/1967.

O objetivo do estudo era o de proporcionar meios para concretização de pesquisas no setor pedagógico sobre as vantagens da utilização da alimentação escolar, principalmente no que se refere ao aprendizado. A primeira medida recomendada se prendia à questão de o estudante ser reprovado ou aprovado em razão da desnutrição. Para tanto, foram coletados dados que interessavam à pesquisa, apanhados antes da aplicação do regime dietético proposto pela CNAE.

Um dos motivos que levaram as autoridades a cuidar do assunto dessa maneira foi a constatação de que, na Bahia, havia reprovação de quase a metade dos estudantes. O representante da CNAE na Bahia, Antônio Rolim, explicava que "*a continuar tal situação, terão os orçamentos se perdido pela metade, anualmente, dada a repetição do ano letivo*". (JORNAL O POVO, 28/06/1967)

Portanto, a CNAE estava convencida de que as crianças não aprendiam por subalimentação e que a fome crônica seria a causa da redução do rendimento escolar, desatenção às aulas e pouca assiduidade dos alunos das escolas primárias brasileiras e cearenses.

Essa teoria, segundo a CNAE, foi comprovada inclusive na prática pela representação do Ceará, por meio dos relatórios unânimes das professoras da capital e do interior. Algumas delas constataram que o estado geral de saúde dos escolandos melhorara consideravelmente depois de terem recebido o almoço supletivo, tornando-se menor a incidência de doenças regionais como a verminose, anemia, amarelão.

O diretor da CNAE, Pedro Almino, disse então que seria devido ao bom teor de vitaminas e proteínas dos produtos da CNAE, particularmente do CSM⁹, que é a base deles, mais hidratos de carbono e gorduras. (IDEM)

Esse discurso foi amplamente propagado em todo o Brasil, por meio da imprensa. O Jornal Correio do Ceará, de 22 de novembro de 1967, fez um longo editorial acerca dessa questão, que aqui compilamos:

⁹ Corn + soy + milk (composto alimentar para tortas do Instituto CORN MILLER EXPORT)

[...] Trabalho dos mais notáveis é o que a CNAE vem desenvolvendo em todo o país, proporcionando merenda e, em muitos casos, almoço, concorrendo para a melhoria do padrão alimentar da nova geração de brasileiros. Padrão este atualmente insatisfatório para crianças e adultos, mas que poderia ser superado se as autoridades e as pessoas estivessem interessadas em resolvê-lo. Não se explica que, em um país como o Brasil, com incalculável possibilidade de produção de alimentos, o povo encontre dificuldade para se prover. **A fome constitui um atestado vergonhoso de incapacidade** e irresponsabilidade, pois **quando se admite a sub-nutrição (aliás, característica da quase totalidade dos brasileiros) é por se alimentarem mal, irracionalmente**. Questão originada da **falta de conhecimentos nutricionais**, disciplina que não consta do programa de nenhuma escola primária ou secundária. **No lar não existe orientação** pertinente à boa alimentação, pois **os pais, desconhecedores do assunto**, não estão em condições de cuidar da subsistência dos filhos, nem da própria. No Brasil há uma tradição alimentar com diversos tabus e abusos, sem que os reformadores se voltem para o problema, de interesse fundamental, uma vez que **um povo subnutrido tem sua vitalidade diminuída**. Cuidar da alimentação é tratar da saúde, da resistência física, **predispondo as pessoas a trabalhar mais, vencendo a preguiça, um "mal brasileiro", porque é sintoma da sub-nutrição característica da nacionalidade**. A CNAE não deve ter precipuamente a preocupação de fornecer uma simples merenda, mas de **criar hábitos alimentares**, em vista dos quais as futuras gerações se eduquem. A missão da Campanha não se extingue com a refeição que ela proporciona, mas sim um plano muito mais vasto de conteúdo educacional e econômico, atento a problemas de produção e comercialização. Entendida como de Educação Alimentar, a missão terá muito maior significação para o Brasil, concorrendo para a solução de um grande problema da nacionalidade, do qual depende da melhoria sanitária e da produtividade do povo brasileiro. (In: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. **Jornal Correio do Ceará**, de 22/11/1967) (grifo nosso)

O Jornal expõe que a sub-nutrição do povo brasileiro é causada pela incapacidade de se alimentar adequadamente, carregando junto dela a "preguiça", característica da nacionalidade. Percebe-se na notícia, implicitamente, a reprodução de um velho e conhecido discurso que busca a eugenia, o higienismo, por meio da constituição de um brasileiro forte e robusto, necessário à formação da nação brasileira. Para nós, um discurso atrelado ao "determinismo social".

Outras notícias veiculadas tratam da evasão escolar, responsabilizando a falta de alimentação na escola como a culpada por esse fenômeno. O Jornal Unitário, de 05 de setembro de 1969, dizia que *"a evasão escolar no Ceará, em decorrência da falta de alimentação, chega a 70% ao ano"*. Salientava ainda que *"na medida em que o estabelecimento de ensino passa a receber sua quota de merenda, pressente-se uma gradativa mudança"*. (Cf. JORNAL UNITÁRIO, 05/09/1969)

A CNAE, por meio do doutor Pedro Almino, dizia que no passado é que era pior ainda, mas, com os programas de alimentação, já se verificava uma firme reação, em proveito de todos. Pedro Almino asseverava que uma criança sub-alimentada assimilava pouco e até mesmo nas simples cópias sentia dificuldades. *"Quando a merenda é suspensa o aluno deixa*

de frequentar a escola, mas quando ela volta, todos acorrem novamente ao estabelecimento", dizia Pedro Almino. (IBIDEM)

A cristalização e a naturalização desse discurso se faz presente ainda hoje, não obstante a opinião divergente de diversos pesquisadores. Pedro Almino, em sua entrevista recente e ainda mantendo o mesmo discurso, relatou-nos que,

[...]sem dúvida, isso é essencial (+) nós procurávamos explicar muito bem isso à comunidade, pois **fixava o aluno na escola, o aprendizado do aluno dependia muito do alimento**, pois grande parte dos alunos chegavam sem ter ((se alimentado)) nada, eram **peessoas pobres, e aquela falta de alimento prejudicava, dificultava o aprendizado**, então eles chegando na escola e **recebendo o alimento melhoravam o rendimento escolar**, melhoravam inclusive a frequência à escola, **diminuía muito a evasão escolar**. [...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Espalhou-se também a notícia de que havia uma diferença marcante no rendimento dos alunos da rede escolar que recebia o apoio da CNAE, em detrimento da que não recebia.

O Jornal O Povo, de 13 de março de 1969, dando total credibilidade a esse discurso, salientava que o binômio escola-alimentação "*é hoje de importância vital para a infância brasileira. Milhões de crianças em todo o país vão à escola não apenas para aprender, mas para se alimentar, obter os nutrientes de que não dispõem em suas casas*". (Cf. JORNAL O POVO, 13/03/1969)

A importância da alimentação escolar seria sublinhada, pois, de acordo com o discurso oficial, funcionava como um fator relevante contra a evasão escolar no ciclo primário (que tinha nas condições sócio-econômicas da população um de seus determinantes). Assim, o Estado mesmo oferecendo a escola, o professor e o livro, não podia dizer, porém, que tinha ofertado tudo, haja vista a necessidade de prestar assistência alimentar a camadas da população infantil sem suporte econômico.

O general José Liberato Souto Maior, assessor da CNAE, em uma passagem por Fortaleza, afirmou que o Nordeste era uma área de grande necessidade alimentar, principalmente entre a sua população escolar. O general estava recolhendo informações para uma medida de aceleração do programa na região, porque existia um elevado número de crianças que necessitavam se alimentar para poder frequentar a escola. (JORNAL O ESTADO, 21/12/1967).

Segundo aquele general, "*era uma dispendiosa estupidez educar uma criança com fome*". Ainda disse que uma criança precisa se alimentar bem até os 04 anos e que, entre dez crianças nascidas no Nordeste (faixa de 01 a 04 anos), sete apresentavam sequelas de

subnutrição, destacando-se a redução da capacidade motora, intelectual, da visão e deformações ósseas. (IBIDEM).

Analisando criticamente esse discurso, amplamente divulgado, na realidade o mesmo respondia apenas parcialmente à problemática da fome e da desnutrição em relação à evasão e ao fracasso escolar.

A busca de causas biológicas (sub-nutrição) ou, dito de outra forma, a medicalização do fracasso escolar, para responsabilizar o atraso dos estudantes brasileiros, é uma forma de eximir a Escola e, conseqüentemente o Estado dessa questão, cuja solução é muito mais complexa.

O estudo pioneiro de Cunha (1980, p. 221-222) acerca da questão ensina-nos que a situação de fome da classe trabalhadora era algo necessário ao funcionamento da sociedade, baseada nas formas de dominação.

A Escola, segundo o autor, é a instituição que executa, como mandatária, o papel de discriminar as pessoas que são portadoras de *cultura*, ou que conseguem interiorizá-la rapidamente, conferindo-lhes um sinal distintivo: o diploma.

A cultura da classe dominante é aceita oficialmente pelo sistema escolar como "natural" e indiscutível, e a cultura da classe trabalhadora é tida como rejeitada, indecente, primitiva, grosseira.

Portanto, essa é a tese que atesta a principal razão das taxas de evasão e repetência na série inicial da escola primária brasileira, ou seja, pelos mecanismos cotidianos da prática escolar que expressam esses estereótipos e concorrem "objetivamente" para a exclusão das crianças de origem de classes operárias. (IDEM, p. 123)

Vê-se que, por essa crítica, está superada a tese da evasão escolar baseada na fome e disposição das crianças irem à escola apenas para se alimentar.

No tocante ao fracasso escolar, não se pode concluir, em bases científicas, que a desnutrição afete a inteligência e leve àquele. Moyses (1989, p. 98) afirma que não é a desnutrição tal causa, mas um conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais que influenciam o indivíduo, principalmente a criança.

O autor aduz que não se pode estudar as conseqüências do fracasso escolar considerando apenas a desnutrição como fator causal único e isolado. O mais adequado seria tratar o problema como uma interrelação de fatores integrantes de um complexo de doença social, em que se torna impossível estabelecer limites nítidos quanto à importância de cada um dos fatores acima relacionados, como agente causal em relação a qualquer efeito que se pretenda estudar. (IDEM, p. 99)

Ademais, conforme Valla (1994, p. 60), os estudos que procuraram estabelecer vínculos entre a desnutrição e o fracasso escolar no Brasil foram normatizados a partir de crianças oriundas da classe média alta, desconsiderando totalmente o contexto sócio-cultural das crianças das classes trabalhadoras.

Trata-se, portanto, de um discurso que foi implantado como diagnóstico inquestionável para o problema. E, dentro dessa perspectiva, a merenda escolar surgia como instrumento de correção.

3.2.2 Ações pedagógicas discentes: ensino e extensão

Com relação ao que chamamos "ações pedagógicas discentes", entendemos estas como um conjunto de ações práticas empreendidas, relacionadas ou não com o ambiente formal da sala de aula, no intuito de estabelecer uma ação pedagógico-educativa sobre a alimentação para alunos, professores e população em geral.

Foram realizadas muitas ações nesse intuito durante o período aqui estudado, tanto de ensino como de extensão, destacando-se, entre muitas outras, as ações relativas à implantação das "*hortas escolares*", as de "*introdução de alimentos locais no cardápio da merenda escolar*", as relativas às "*semanas da comunidade*", os diversos "*concursos de redação*" e a "*implantação da merenda escolar durante as festividades cívico-militares*".

Achamos por bem descrever essas atividades aqui neste tópico específico, embora possam estar relacionadas com outras dimensões da Campanha. Porém, no nosso entendimento, é nesta categoria temática que elas melhor se enquadram.

3.2.2.1 As hortas escolares

A idéia das hortas escolares, entendida hoje como uma ação de educação extensiva e interdisciplinar, parece ter partido inicialmente das agências internacionais que fomentavam o programa de alimentação escolar brasileiro.

Diversas tentativas e cursos foram patrocinados por essas agências (USAID, UNICEF), na intenção de estabelecer a ligação daquela alimentação de base "internacional", não muito bem aceita pelos alunos, com a variedade de legumes e hortaliças locais. Além disso, a tarefa educativa complementar seria a prática do plantio pelos próprios discentes.

Assim, a partir de maio de 1967, a CNAE colocaria em prática o primeiro projeto de hortas-escolares, mediante convênio com a USAID e o Ministério da Agricultura, que forneceria os recursos necessários. Valdir Santos, então chefe do setor administrativo da CNAE, informou que recursos da ordem de 89 milhões de cruzeiros da USAID seriam aplicados no programa.

A CNAE esperava cumprir, naquele ano, uma experiência piloto de criação e preparação adequada de hortas em dezenas de educandários cearenses, despertando os alunos para que a prática fosse fomentada da melhor maneira possível.

Enfim, as hortas visavam enriquecer as refeições e lanches, com os legumes plantados pelos alunos, onde a CNAE forneceria os recursos para compra de adubos e implementos, que seriam colocados à disposição dos horticultores-mirins. Dois técnicos itinerantes do Ministério da Agricultura deveriam percorrer todo o país para orientá-los no cultivo, a serviço da Campanha. (Cf. JORNAL UNITÁRIO, de 13/10/1966)

Também foi introduzido, nos cursos ministrados aos participantes do programa de alimentação, conhecimentos sobre a feitura de hortas escolares, como ocorreu nos cursos ofertados pela CNAE no Ceará, em 1968, nos municípios de Iracema, Crateús, Crato, Quixadá, Iruçuaba, Jaguaribe, Cascavel, Maranguape, Baturité, Sobral, Iguatu e Icó.

Já discorremos, alhures, sobre essas ações educativas que se destinavam às supervisoras e às merendeiras das escolas estaduais, municipais e particulares beneficiadas pela Campanha, mas aqui introduzimos este novo horizonte curricular, tratando da implantação das citadas hortas escolares.

A CNAE do Ceará, entretanto, muitas vezes firmou acordos com a ANCAR- Ceará, que disponibilizava o pessoal técnico para ministração dos rudimentos sobre formação das hortas escolares, uma vez que o plano de utilização dos técnicos do Ministério da Agricultura se mostrou logisticamente inviável para atender as milhares de escolas brasileiras. (Cf. JORNAL O POVO, 02/08/1968)

3.2.2.2 *A introdução dos alimentos regionais na merenda "internacional"*

Seguindo a esteira de pensamento delineada no tópico anterior, mas complementando-a a interpretação, a ação de introdução de alimentos locais no cardápio da Campanha foi uma iniciativa que teve, por principal motivo, a não-adaptação, pelos alunos, da alimentação exógena aqui introduzida pelas agências internacionais.

Era necessário um certo período de tempo para adaptação e sedimentação da "formação do gosto" pelos alunos. Neste meio termo, a introdução dos alimentos regionais cumpriria bem essa amálgama de transição do gosto alimentar local para um gosto "padronizado" e "serializado" pela indústria alimentar multinacional¹⁰.



Fig. 25 - RAPADURA faz parte agora do cardápio das crianças da CNAE. Fonte: **Jornal O Povo**, 15/02/1968.

Pois bem, não só a introdução de verduras e hortaliças resolveria a questão, mas também a de outros alimentos regionais do grupo dos carboidratos e dos lipídios. A CNAE, por todo o Brasil, promoveria uma alimentação mais diversificada e nutritiva, à base de produtos regionais, conforme prometido para o ano de 1967.

Castanha do Pará, mate, rapadura, macarrão, chocolate, bolachas e roscas foram os principais alimentos introduzidos, mas poderiam ser acrescentados outros, ao lado dos que já eram

fornecidos. A CNAE contava com uma máquina própria de fabricação de bolachas, em Niterói-RJ, que produzia 500.000 unidades/h, bem como macarrão. (Cf. JORNAL O POVO, de 19 e 20/11/1966)

A coordenação local da CNAE estava realizando um teste piloto com a rapadura nos cardápios, e levou a idéia para a superintendência nacional, no VII Congresso da CNAE em Goiânia, de 11 a 17 de fevereiro daquele ano, quando foi aceita a sugestão de inclusão daquele alimento na alimentação escolar. Na merenda, a rapadura viria diversificada, bem como se estabeleceria mercado certo para as zonas produtoras do Cariri, Planalto da Ibiapaba, litoral cearense e as áreas úmidas do alto sertão (Mombaça, Monsenhor Tabosa, Iguatu, etc.)

Pedro almino confirma as notícias dos jornais sobre a introdução da rapadura nos cardápios escolares:

[...]É como lhe falei, **nós procuramos sempre incentivar nossos alimentos regionais**. Em um desses congressos **eu apresentei um trabalho sobre a**



Fig. 26 - CANAE trocará o açúcar pela rapadura cearense na merenda de 4 mil alunos. Fonte: **Jornal O Povo**, 24/01/1968.

¹⁰ Esta questão estudaremos mais adiante, no sub-capítulo 3.3.8, dinâmica político-ideológica da Campanha.

rapadura, que foi muito bem aceito, nós procuramos desenvolver isso por aqui. **Tinha a nossa rapadura, o cacau da bahia, o mate no Sul**, etc...[...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

A indústria da rapadura no Ceará vibrou com a introdução de seu produto na merenda escolar, mandando editar várias notícias de incentivo nos jornais locais, acerca dos seus benefícios. Uma dessas notícias dá conta da inestimável ajuda àquela indústria, como noticiado na "Crônica do sertão", no *Jornal Unitário* de 30 de maio de 1967:

[...]A CNAE instituiu, a título de experiência, a rapadura na merenda dos alunos. Alimento nutritivo, sendo incluído em meio dos demais, resultará em alimentação completa e saborosa. Faltava algo para dar um fim à rapadura. **Os engenhos se fechando e a rapadura desaparecendo comercialmente, mas veio esse período em que ela passou a figurar como elemento da merenda.** Deu um pulo em progressão geométrica. Necessário se faz **que a CNAE leve à sério o seu emprego, não deixando que qualquer pronunciamento infundado a leve a tomar outro rumo, o da marginalização.** A rapadura se afina muito bem com o menino da roça. Lá **ela irá se encontrar com o estudante rural.** Deu-se um destino acertado à rapadura. Experimentar, verificar, examinar, provar... Essa política orienta e pode abrir novos horizontes. Novas perspectivas surgem e continuemos a procurar meios, condições e comércio para a rapadura. [...] (In: *Jornal Unitário*, Coluna Crônica do Sertão, 30/05/1967, p. 3.) (grifo nosso)

Interessante associação é feita pelo jornalista, acerca do "gosto" do "menino da roça" pela rapadura, esta que iria encontrá-lo no seu mundo, o mundo rural. Há também, na notícia, certo temor por uma eventual descontinuidade do uso daquele alimento, fundado no receio de "difamação", provavelmente realizada pelas indústrias concorrentes, que assediavam a CNAE para introduzir seus produtos na merenda escolar.

Quanto à questão da adequação do gosto alimentar local aos alimentos exógenos, a rapadura poderia ser misturada a bolos, canjicas de Búlgor, panquecas com melado, roscas e outras guloseimas.

As frutas locais, por sua vez, também foram objeto de introduções no cardápio da merenda escolar, em variados contextos. O Diretor da CNAE no Ceará, Pedro Almino, juntamente com o então Secretário de Educação, professor Lúcio Melo, em 1966, trataram de um plano-piloto de atendimento, com frutas regionais nas refeições escolares. Seriam convocados técnicos de ambas as



Fig. 27 - CAMPANHA de Alimentação planeja uso de frutas na Merenda Escolar. Execução. Fonte: *Jornal Gazeta de Notícias*, 21/12/1966.

repartições para elaboração do plano, objetivando deslocar para outros setores assistenciais a ajuda da Campanha "Alimentos Para a Paz", dos Estados Unidos.

O Plano piloto deveria entrar em vigência em 1967, já prevendo a compra pela CNAE e Secretária de Educação de frutas da área de Baturité e Uruburetama. O Plano contava com a aprovação da direção nacional da CNAE e do Governo Estadual. (Cf. JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, 21/12/1966)

Como se percebe, foi uma medida tomada no contexto das secas e enchentes por nós já retratadas anteriormente, quando houve desvios de enormes quantidades de alimentos para atender a população flagelada no interior do Estado. Destarte, com tal medida amenizar-se-ia a situação da merenda, em termos quantitativos.

Sobre a introdução dos alimentos regionais nos cardápios do program de alimentação escolar, bem como sobre a adaptação do gosto alimentar pelos infantes, Pedro Almino legitima a ação, dizendo que

[...](//) **a tendência foi ficar o alimento a nível regional**, porque o Programa Alimentos Para a Paz tinha um limite, ele iria se acabar, uma época ele iria se acabar; havia o problema regional também, porque **as crianças não gostavam, pois o alimento que vinha não era o nosso alimento regional. O Bulgor, por exemplo, é um alimento que não existe no Brasil**, eles tinham em excesso lá nos Estados Unidos e eles aqui eram aproveitados, **era um alimento, de qualquer forma, mas não fazia parte do nosso cardápio aqui**. A gente tinha que fazer, principalmente no almoço escolar, era com nossos alimentos, e **procuramos sempre introduzir alimentos da nossa região, frutas, verduras**. Tudo isso também era com a colaboração da Escola de Nutrição Agnes June Leith. Enfim, O Programa "Alimentos Para a Paz" um dia iria se acabar, não íamos ficar para sempre recebendo aqueles alimentos dos Estados Unidos.[...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171-178) (grifo nosso)

E assim se deu a dinâmica de introdução e manutenção dos gêneros alimentícios regionais, locais, na Campanha de Alimentação à época, que trabalhava com gêneros alimentícios exógenos, que não faziam parte da cultura alimentar dos alunos brasileiros. Estes tiveram, assim, que se adaptar.

No entanto, para conseguir tal adaptação, foi necessária a mistura daquela alimentação estrangeira com os nossos produtos locais, como a castanha do pará, o mate (no Sul), a rapadura, bolachas e roscas. Desta forma, conseguir-se-ia uma mistura que levaria à transição de um gosto alimentar local para um gosto "padronizado" pela indústria alimentar multinacional.

Assim, vamos encerrando este sub-capítulo, para continuarmos agora a falar de outra ação pedagógica importante efetivada pela CNAE naquela época: os concursos de redação.

3.2.2.3 Os concursos de redação

Por várias vezes, durante o período estudado, houve a realização de concursos de redação, tanto para docentes como para discentes. Eram iniciativas que partiam da coordenação nacional da Campanha, com os recursos para premiações oriundos dos organismos internacionais.

Registraremos aqui alguns desses concursos, os que mais foram divulgados pela imprensa. Ainda em 1966, a CNAE lançou um concurso nacional de dissertação sobre o tema "A Alimentação Escolar e Seus Efeitos", para professoras de nível primário.

Cada candidata poderia concorrer com apenas um trabalho, de no máximo de 20 páginas. O trabalho deveria ser enviado à superintendência nacional, por meio do Setor Regional de Fortaleza, até 30 de Julho.

Como premiação, as cinco primeiras colocadas receberiam prêmios de 200 mil cruzeiros e a vencedora de cada estado receberia, além do dinheiro, uma viagem e a publicação do trabalho. As escolas das cinco primeiras colocadas também receberiam Enciclopédias Barsa.



FIG. 29 - ALUNOS do curso primário participam do concurso sobre alimentação escolar. Fonte: **Jornal Gazeta de Notícias**, 03/04/1969.

As Candidatas não poderiam concorrer com mais de um trabalho, e as representações da CNAE nos estados se incumbiriam de selecionar os cinco melhores trabalhos de suas jurisdições e remeter os manuscritos à CNAE na Guanabara. Às escolas a que pertencessem

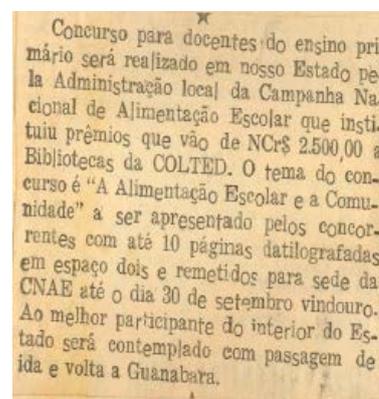


Fig. 28 - CONCURSO para docentes do ensino primário. Fonte: **Jornal Unitário**, 13/08/1968.

A entrega do prêmio seria feita no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, pelo Ministro da Educação e outras autoridades, além do presidente da CNAE. (Cf. JORNAL O POVO, 25/05/1966)

Em 1968, houve mais uma vez a realização do mesmo concurso, desta feita com o tema "A alimentação escolar e a comunidade". Deveriam, desta vez, realizar uma dissertação em dez laudas sobre o tema dado. Poderiam participar professoras primárias de todo o Brasil, e a premiação agora seria de 500 cruzeiros novos aos cinco melhores trabalhos de cada Estado, mais viagem e estada custeadas à Guanabara.

as premiadas ganhariam bibliotecas didáticas da COLTED, ofertadas pelo seu diretor, Sr. Ruy Baldaque. (Cf. JORNAL O POVO, 15/07/1968)

Também aos alunos foram dirigidos vários concursos de redação. Em abril de 1969, os alunos do curso primário puderam participar de um concurso sobre alimentação escolar. A CNAE e o Programa "Alimentos Para a Paz" abriram inscrições aos estudantes de todo o país, para escreverem sobre o tema "O que representa para mim a Alimentação Escolar".

Poderiam participar alunos entre 08 e 12 anos. A CNAE, por fim, selecionaria os três melhores trabalhos do Estado, que seriam enviados à direção nacional do Programa "Alimentos Para a Paz", a fim de concorrerem ao prêmio de melhor trabalho do país. O vencedor seria agraciado com uma enciclopédia BARSA, a ser entregue no estabelecimento de ensino onde o aluno estivesse matriculado, por um representante dos "Alimentos Para a Paz". (Cf. JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, 03/04/1969).



Fig. 30 - VITÓRIA do estudante cearense.
Fonte: **Jornal Unitário**, 05/10/1969.

A grata surpresa desse concurso, especificamente, foi a vitória do estudante cearense Francisco Luciano Gomes da Silva, aluno do 4º ano do Grupo Municipal Antônio Sales, no bairro Rodolfo Teófilo. O fato encheu de contentamento diretores, professores e alunos daquele estabelecimento de ensino da prefeitura.

O aluno Francisco Luciano recebeu das mãos do Sr. George Warner, coordenador da USAID no Brasil, o prêmio a que fez jus e o diploma outorgado por aquela agência norte-americana. Estavam presentes ao evento o jornalista Epitácio Cruz, que era então secretário municipal de Educação, o doutor Pedro Almino, da CNAE, Miss Vicky Johnson e a diretora do grupo Antônio Sales. (Cf. JORNAL UNITÁRIO, 05/10/1969).

Passaremos agora a comentar mais duas ações pedagógicas da CNAE naquele momento, que eram as semanas da comunidade e as semanas da alimentação escolar.

3.2.2.4 *Semanas da comunidade e semanas da alimentação escolar*

A semana da comunidade foi instituída pelo Decreto nº 60.081, de 17 de janeiro de 1967, do governo federal, consistindo, de acordo com o seu artigo 1º, em reuniões, conferências, debates, cursos, exposições e demonstrações práticas, visando a difusão de

conhecimentos sobre a alimentação dos escolares e sua adaptação às características sócio-econômicas das diversas regiões do País e ao incentivo à associação dos indivíduos da comunidade em atividades produtivas adequadas.



Fig. 31 - I SEMANA da Comunidade em realização em Fortaleza. Fonte: **Jornal Unitário**, 22/09/1967.

De acordo com o artigo 2º do decreto, a Semana da Comunidade deveria ser comemorada no período de 18 a 23 de setembro de cada ano, cabendo à Campanha Nacional de Alimentação Escolar- CNAE- coordenar as providências para a sua realização, inclusive em colaboração com órgãos públicos e particulares.

Portanto, era uma ação educativa que tinha a coordenação da CNAE e que visava, como dizia a legislação, difundir conhecimentos sobre alimentação, de acordo com as peculiaridades de

cada região. No que tange à organização, cada representante federal tinha sua forma peculiar de realizar o evento, como por exemplo, quais os tipos de atividades a desenvolver, como se dariam as reuniões, as conferências, os debates, etc.

No Ceará, naquela época, quem coordenava o evento era, evidentemente, o seu representante federal, Pedro Almino de Queiroz e Sousa, que se desdobrava para desenvolver o maior número possível de atividades. Como a maioria das atividades se davam no âmbito externo ao do espaço escolar, podemos considerar as semanas da comunidade como sendo ações de extensão pedagógica no seio da comunidade.

Pedro Almino, um grande entusiasta daquelas semanas, reunia-se sempre na "Casa de Juvenal Galeno", com representantes da ANCAR, LBA, Cáritas, Rotary, Lions e Serviços Sociais de vários órgãos para elaborar o programa das comemorações alusivas àquela efeméride. Na programação elaborada por essa equipe constavam sempre palestras, visitas a escolas e bairros, entrevistas, etc.

Pedro Almino nos relatou, em sua entrevista, sobre as semanas da comunidade:

[...] um Decreto Federal, para realizarmos trabalhos junto às escolas (isso é também educação), junto às entidades, envolvendo a comunidade (porque a Merenda Escolar quando surgiu não tinha verbas, praticamente...), pois **nós precisávamos do apoio da comunidade**, dos pais dos alunos (+), e tínhamos que fazê-los entender o que era aquilo, **um trabalho educativo e também nutricional**, explicar que **o aluno indo à escola e merendando ele teria um melhor rendimento escolar**, passava melhor e tudo mais (+) **então surgiu essa idéia da "Semana da Comunidade"**, em nível nacional (não fui eu que criei aqui...), e aqui também nós desenvolvemos

essa "**Semana da Comunidade**". A Educação Alimentar nas escolas e entidades nós procuramos desenvolver exatamente porque era uma das finalidades da CNAE-Campanha Nacional de Alimentação Escolar; **um dos seus objetivos era que o povo procurasse se alimentar bem**, e também procurar alimentos alternativos, **fazíamos cursos** com relação a isso, com apoio da Escola de Nutrição Agnes June Leith, que nos ajudava muito nesse sentido. (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)



Fig. 32 - CNAE abriu Semana de Alimentação pedindo colaboração das autoridades. Fonte: **Jornal O Povo**, 23/03/1966.

Na Semana da Comunidade de 1967, a primeira, um dos pontos principais seria a criação do "Conselho dos Moradores de Bairros de Fortaleza", por meio da orientação de diversas entidades particulares como o Lions, Rotary, Assistentes Sociais da Secretaria de Educação e do Trabalho, da CNAE, além de outras. (Cf. JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, de 03/09/1967)

Na Semana da Comunidade de 1968, houve palestras à tarde e à noite, no Grupo Escolar Visconde do Rio Branco e Centro Social Lar de Todos, no Pirambu, além de outras muitas palestras, no total de quatro por dia. Também foi realizado um curso de educação alimentar e sanitária, assistido por professoras e domésticas do bairro Floresta, culminando com distribuição de merenda em um dos grupos escolares daquele bairro. (Cf. JORNAL O POVO, 18/09/1968)

Segundo o Jornal O Povo,

A "Semana da Comunidade" fita acender o espírito associativista dos grupos comunitários, mostrando-lhes ao mesmo tempo a relevância de uma alimentação mais escolhida do que volumosa e das regras práticas de educação sanitária. (In: JORNAL O POVO, 18/09/1968)

Eis aí estampada a definição dos objetivos das semanas da comunidade, que podemos resumir em duas premissas: educação para o alimento e; espírito associativista.

Havia também as Semanas de Alimentação Escolar, estas mais no âmbito das escolas e comemoradas em torno do dia 11 de abril, data de criação da CNAE. No ensejo das comemorações da 10ª Semana de Alimentação Escolar (1968), o governador Plácido Castelo, em agradecimento à cooperação que a CNAE prestava ao Estado, disse ao povo que

O Governo do Estado do Ceará expressa o apoio que a Semana da Alimentação Escolar merece, tendo em vista o seu elevado alcance promocional. Tanto merece o apoio de sua parte, como de todos que têm uma parcela de responsabilidade no futuro do povo cearense e da nação brasileira. Esse futuro dependerá do preparo de uma geração física e intelectualmente apta para a execução das pesadas e complexas tarefas que se está a exigir, cada vez mais, para superar as condições de atraso ainda notadas no Brasil, particularmente na Região Nordeste. **A condição essencial para a eficiência da aprendizagem é uma alimentação que supra as calorias necessárias ao crescimento físico da criança e adolescente. O Estudante mal alimentado não sente disposição para o estudo, nem tem condições para a atenção ao desenvolvimento de uma aula.** Pela cooperação que essa Campanha presta ao Governo do Ceará, na solução do problema alimentar do estudante, manifesto, neste ensejo, os sentimentos de gratidão de toda uma coletividade. A Semana de Alimentação Escolar que ora se inicia, em prol da **formação de uma geração mais sadia e preparada**, revigora as esperanças daqueles que jamais desceram na capacidade dos brasileiros, particularmente dos cearenses, de edificarem o futuro, com a grandeza que somente uma nação de homens bem alimentados e educados pode atingir." (In: NOTICIÁRIO DOS ESTADOS. **Revista da CNAE, MEC**, nº 9, 1968) (grifo nosso)

O governador repetia o discurso da CNAE e seus nutrólogos, aquele mesmo discurso que já discutimos alhures, que relaciona o fracasso escolar à desnutrição, a evasão escolar à alimentação na escola. Preconizava-se que a alimentação propiciava não somente maior higidez ao estudante, mas uma maior disposição para o estudo, com o rendimento didático aumentado.

Pois bem, o fato é que as semanas de alimentação escolar eram dedicadas, em todo o Brasil, à alimentação; e realizavam-se em abril, pois era preciso-se manter viva a memória do objetivo maior da Campanha, qual seja: o de executar um programa de melhoria das condições alimentares do brasileiro.

A CNAE já era considerada uma experiência vitoriosa, ainda que fosse razoavelmente recente, naquele momento, com apenas 15 anos de execução. Porém, ainda teria uma longa jornada pela frente, dados os processos de distribuição de alimentos que executava. O número de crianças atendidas crescia a cada ano, daí a percepção da magnitude do programa. O Jornal Correio do Ceará assim se manifestou sobre a CNAE, a Educação Alimentar e a alimentação dos nossos alunos:

[...] um dos instrumentos principais na construção de um Brasil novo, apto para todas as tarefas. Para além do fornecimento de gêneros, **é a mudança de mentalidade dos brasileiros no tocante à alimentação o que visa a Campanha.** A subalimentação consiste em não saber selecionar os alimentos pelas propriedades que possuem para atendimento das exigências orgânicas e, neste aspecto, incorre a grande maioria do povo brasileiro, pela **falta de educação alimentar.** Pelo hábito que cria no estudante e na comunidade, por meio das **noções de nutrição e através**

de visitadoras de alimentação, a Campanha vem fazendo notável trabalho de mudança de mentalidade. O Ceará pode se orgulhar de seu pioneirismo, pois aqui existe a mais antiga Escola de Nutrição do país, fato memorável neste ano em que transcorre o 15º aniversário de sua fundação. O cearense, por suas difíceis condições de vida, merece o maior empenho na melhoria de seus padrões alimentares. [...] (In: **Jornal Correio do Ceará**, 01/04/1970)

Eram essas as considerações a tecer sobre as semanas da comunidade e as semanas de alimentação escolar no âmbito da CNAE no Ceará, no período ora estudado. Discorreremos brevemente, agora, sobre uma ação desenvolvida em nível local por Pedro Almino de Queiroz, de modo a fecharmos este sub-capítulo. Trata-se da merenda nos desfiles cívico-militares.

3.2.2.5 A merenda nos desfiles cívico-militares

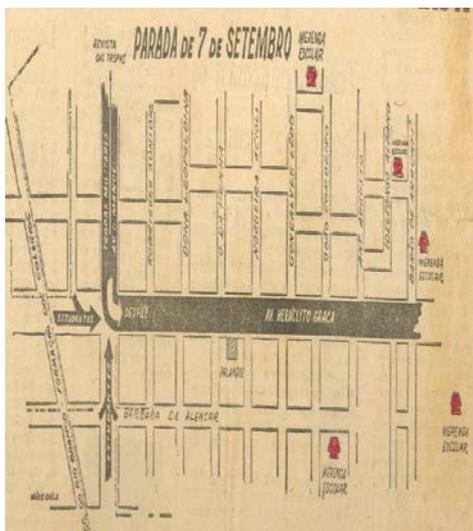


Fig. 33 - PARADA de 7 de SETEMBRO. Os postos da Merenda Escolar estão marcados em vermelho. Fonte: **Jornal O Povo**, 06/09/1968.

Seremos muito breves neste tópico, pois os dados disponíveis são escassos. Pedro Almino de Queiroz, por sua própria iniciativa, resolveu contemplar os alunos que estivessem participando dos desfiles cívicos do dia da independência do Brasil, o 7 de setembro.

Foi uma iniciativa salutar, que ia ao encontro dos objetivos de outras iniciativas, como as próprias semanas da comunidade e semanas de alimentação escolar. Escutemos o que nos disse Pedro Almino, em pequeno trecho de sua entrevista, sobre essa ação:

[...] Nós procurávamos ao máximo entrar na comunidade, em todas as instituições, **na época do 7 de Setembro eu fui na 10ª Região Militar e eu sugeri dar alimentos para os alunos que iriam participar do desfile.** Acho que **por dois desfiles aconteceu isso**, eles montavam as barracas em pontos estratégicos e os alunos que participaram receberiam o lanche.[...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Em 1968, os jornais davam conta de que no dia 07 de setembro, a CNAE distribuiria merenda para 1000 escolares. A distribuição seria efetuada por intermédio de quatro postos situados nas ruas escolhidas para o escoamento dos participantes da parada do dia da independência.

O doutor Pedro Almino, segundo noticiado, estaria dispondo de 180 kg de leite, 30 kg de chocolate, 120 kg de açúcar, 18 mil biscoitos, 4 viaturas e 30 funcionários para a distribuição da merenda aos que participarem dos festejos. (Cf. JORNAL UNITÁRIO, 28/08/1968)

Também em 1969 aparecem dados sobre essa iniciativa. Desta feita, informando que 04 postos de distribuição de merendas funcionariam no dia 07 de setembro, instalados pela CNAE, para atendimento aos 9000 estudantes que participariam da Parada. Ou seja, 8000 alunos a mais do que no ano anterior.

As merendas constariam de leite com chocolate e biscoitos, e a Companhia Industrial de Laticínios (CILA) e a Nestlé colaborariam com a iniciativa, fornecendo 1200 litros de leite pasteurizados e 45 quilos de Nescau. Os postos deveriam funcionar a partir das 08h 45min, com 32 funcionários e 2 caminhões para abastecimento. (Cf. JORNAL UNITÁRIO, 04/09/1969)

Passaremos agora às questões de cunho político-ideológico da História da CNAE no Ceará, entre 1964 e 1972.

3.3 A dinâmica político-ideológica da Campanha

Este sub-capítulo é muito importante para a presente pesquisa, pois é nesta dimensão que se percebe todo o jogo ideológico e político que condicionam as relações de poder, que caminham subjacentes às outras dimensões já analisadas, ao colocar-se o discurso sob o refinamento da análise Teórica Crítica.

É fundamental descrever e analisar, na medida do possível, as relações de poder existentes na sociedade, ainda mais as relações de poder entre os que detêm o acesso à comida, por meio de um programa de alimentação, por exemplo, e os que dele necessitam.

No estudo que ora empreendemos, muitos questionamentos emergiram sobre as funções manifestas na História da Campanha Nacional de Merenda Escolar, mas também sobre muitas questões latentes, subjacentes, encobertas.

Dentre essas questões, diversas teses já levantadas por muitos estudiosos, neste trabalho também se fizeram presentes, explícita ou implicitamente, tais como:

- a) Não teria sido a Campanha utilizada apenas para colocação dos excedentes de alimentos americanos no mercado brasileiro?;

- b) O real interesse da indústria nacional e multinacional de alimentos não foi apenas utilizar a Campanha como um projeto-piloto de testes para formulação de seus futuros produtos, bem como para a formação de um futuro mercado consumidor?;
- c) Os profissionais da área da alimentação, como médicos nutrólogos, não estariam com seus discursos vinculados a essas indústrias, dando o aval necessário à população que iria consumir seus produtos (note-se que a indústria de leite em pó se desenvolveu com o aval do discurso desses profissionais e do marketing, a respeito da substituição do aleitamento materno pelo artificial; depois voltou atrás e mudou o discurso, quando foram admoestadas dos danos que causavam) ?;
- d) Teria sido a Campanha apenas uma das muitas medidas de um amplo projeto de intervenção estatal, visando transformar o discurso sobre alimentação em tema de política e prática governamental, materializada por dotar a população de bons hábitos alimentares?;
- e) A Política de Alimentação Escolar não seria uma forma de intervenção do Estado na sociedade, com finalidade de controle e ajustamento social, uma vez que há maneiras pacíficas de se conseguir isso (repare-se que as políticas sociais podem muito bem ocultar as contradições internas do modelo econômico, ao mesmo tempo em que podem desarticular as formas de organização e luta dos trabalhadores)?;
- e) Não teria o Regime Militar encontrado na Política de Alimentação Escolar uma de suas fontes de legitimação, já que é um programa de amplo espectro e elevado interesse social, contribuindo para a imagem de um governo voltado para os problemas fundamentais da população?;
- f) A busca de causas biológicas (sub-nutrição) ou, dito de outra forma, a medicalização do fracasso escolar, para responsabilizar o atraso dos estudantes brasileiros, não seria uma forma de eximir a Escola e, conseqüentemente o Estado dessa questão, cuja solução é muito mais complexa?;
- g) As práticas relacionadas à merenda escolar não atuariam como um elemento curricular de reforço à submissão dos alunos, tendentes a naturalizar a situação de exclusão em que se encontram?;

Nos objetivos da própria CNAE, consta o fomento ao mercado para produtores locais e indústrias de beneficiamento de alimentos e máquinas para cozinha. Em outras palavras, tratava-se realmente da tentativa de expandir o setor industrial alimentar moderno no país, tendo a CNAE servido como campo de ensaio de seus produtos. (Cf. COIMBRA; MEIRA; STARLING, *Op cit.*, p. 500).

São, enfim, inúmeras teses já formuladas e ligadas às mais diversas correntes epistemológicas, todas de alguma forma ligadas aos fundamentos da História da Campanha de Alimentação Escolar no Brasil, de modo que não poderíamos, neste singelo e delimitado trabalho, ter pretensões de superar qualquer delas.

No máximo, pretendemos aqui apontar o que achamos ser coerente ou incoerente, evidenciando idiosincrasias, influências, reações, características comportamentais de grupos ou pessoas, enfim, qualquer processo que possa estar relacionado com o objeto de estudo e que lhe dê algum sentido passível de investigação e interpretação.

Pois bem, aproximemos então nossa narrativa para um momento mais contextualizante ao nosso objeto de pesquisa, em seu viés político-ideológico.

No momento por nós delimitado como marco inicial desta pesquisa, ou seja, os primeiros meses de 1964, o Brasil assistia a uma ruptura na ordem institucional democrática, para viver 21 anos do que se convencionou chamar "ditadura militar".

Obviamente, os conspiradores do golpe de 31 de março começaram a ocupar gradualmente todas as organizações burocráticas do Estado, preenchendo primeiramente os cargos de maior importância para, só depois disso, ocuparem as instituições secundárias.

Isto se deu na medida da importância que os militares atribuíam às instituições, o que levou mais dois meses e meio (junho de 1964) para que abarcassem a então CNME e definissem seus dirigentes.

O general José Pinto Sombra, em entrevista, disse que estava de passagem por Brasília, quando recebeu um convite para dirigir a então CNME. O pedido partiu de seu conterrâneo Jacundino Furtado, então chefe de gabinete do ministro Suplicy de Lacerda. Jacundino e Suplicy eram também catarinenses, como o general Sombra. (IDEM, p. 495)

O general Sombra era do corpo de veterinários do exército e já estava, inclusive, na reserva, mas assim mesmo aceitou a missão e logo se tornaria o dirigente de maior longevidade à frente da Campanha (08 anos). Em nível local, o general nomeou o médico Pedro Almino de Queiroz e Sousa (junho de 1964) como representante federal da Campanha no Ceará, conforme já vimos no sub-capítulo 3.1.

A CNME estava, desde setembro de 1961 até aquele início de 1964, passando por turbulências, não se sabendo que rumo tomaria, ou se seria extinta. A SUNAB, criada em setembro de 1962, estava com poderes especiais para indicar administradores de vários órgãos, dentre eles os da Campanha. Passaram por sua superintendência, nesse período, nada menos do que nove administradores, durante os governos Jânio Quadros e João Goulart. (IBIDEM, p. 461)

Foi um momento, portanto, em que se procurou desvincular a Campanha das mãos da SUNAB e reincorporá-la ao MEC. Ao ser empossado e, logo em seguida encontrar-se com o presidente Castelo Branco, o novo superintendente, general Sombra, recebeu as ordens: a) reestabelecer as boas relações com a *USAID* e; b) reativar e "interiorizar" a ação da Campanha. (IBIDEM, p. 496)

Como bom militar, uma vez recebidas as ordens, estas não se discutiriam, se cumpririam. Evidentemente, para a missão, o general precisaria montar sua equipe de trabalho, que passou a contar com vários oficiais e civis.

Ao assumir, o general dispunha de apenas sete funcionários. Começa aqui a história da então CNME nessa nova etapa, que durante o ano de 1964 é replanejada e reformulada, buscando ampliação do número de aliados dentro e fora do governo.

A reestruturação da Campanha iria se basear nos planos traçados pela *USAID*, que tinha como premissa "*estabelecer, desenvolver, e apoiar a CNAE, como uma instituição permanente de apoio à merenda escolar, tendo a capacidade logística e administrativa para assumir e manter plenamente a execução produtiva e controle do Programa de Merenda Escolar*". (AID Brazil-School-Feeding, 1975, p. 4 Apud COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982, p. 498).

Seria preciso, portanto, para combater a fome e melhorar a qualidade nutricional dos escolares brasileiros, expandir geograficamente a Campanha, até que esta tivesse a infraestrutura logística necessária para levar a merenda aos mais longínquos lugares do país.

E a base necessária para que isso acontecesse dar-se-ia pelos "Setores Regionais", pontos extremos da ação da Campanha. Também foram criadas, posteriormente, as "Assessorias Regionais". As representações federais foram mantidas. Como já vimos anteriormente, o doutor Pedro Almino de Queiroz e Sousa acumulou as funções de representante federal no Estado e assessor regional norte da Campanha.

Mas, sigamos agora falando da reestruturação da Campanha, nos moldes da *USAID* e da proposta dos Setores e Assessorias Regionais.

3.3.1 *Reestruturação: Setores e Assessorias Regionais nos moldes da USAID*

As representações nos estados foram mantidas, pois eram as unidades de ligação entre os governos estaduais e a instituição. Elas tinham basicamente dois papéis: "coletar" as pressões políticas e; centralizar/ distribuir as mercadorias recebidas das fontes externas que contribuíam para com o Programa (*USAID*, UNICEF).

A novidade seria a criação dos Setores Regionais, que consistiam de um certo número de entrepostos, situados em municípios estrategicamente localizados, equipados com armazém para estocagem dos gêneros e pessoal técnico treinado para supervisionar sua distribuição aos municípios jurisdicionados.

Cada setor abrangeria, em média, 15 municípios, sendo os custos locais bancados pelas prefeituras. Estas deveriam criar os setores, que seriam assistidos pela CNME mediante os convênios de que já discutimos alhures.

Foram criadas, então, as "Assessorias Regionais", como instâncias executivas intermediárias entre a superintendência e as representações federais. Era uma forma de mediatizar as relações entre a superintendência e os coordenadores regionais (muitos destes já estavam vinculados politicamente aos governos estaduais, precisando de maior controle). (IBIDEM, p. 499)

Por fim, à Superintendência, órgão máximo, ficariam as funções de coordenação geral do sistema e de articulação política com o governo federal e entidades internacionais colaboradoras. Outras metas seriam instalações de cantinas escolares, capacitação de pessoal, geração de empregos, etc.

Os primeiros setores regionais começaram a ser criados ainda no final de 1964, nas cidades de Lages, Mafra e Chapecó (SC); e Nilópolis e Campos (RJ). No Ceará, como vimos, somente no início de 1966 começaria a funcionar o primeiro setor criado no Estado, o de Sobral. (IBIDEM, p. 501)

No plano das alianças internacionais foi um momento de consolidação e ajuste com as agências internacionais, USAID e Programa Mundial de Alimentos (PMA- FAO/ONU). Quanto às relações com outras instituições do Estado brasileiro, a CNME assinou convênios para assistir algumas das escolas por elas mantidas. Foram conveniadas as escolas da FUNABEM, DNOCS, RFFSA, S.P.I., SUNAMAM, etc. Portanto, há aproximado um ano de atuação da gestão Sombra, a CNME estava em franco processo de expansão e fortalecimento, tanto em nível de relações nacionais, como internacionais.

A Campanha não era mais considerada como simples fornecedora de lanche, mas uma organização com um projeto que pretendia elevar o nível nutricional da população, já não mais nos estreitos limites da merenda. Em setembro de 1965, quando o Programa de Almoço Escolar é lançado, este era concebido como uma refeição completa, capaz de fornecer todos os nutrientes do escolar. Para tanto, devia-se misturar o leite e farináceos recebidos do exterior com verduras, legumes e proteínas, que deveriam ser fornecidos pelos estados e comunidades locais.

Com o lançamento do Programa de Almoço Escolar, ao mesmo tempo em que se procurava ampliar o espectro da clientela, esta que passava a abarcar os estudantes dos cursos supletivos, parte do secundário e parte dos pré-escolares, a CNME transformara-se em CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Ou seja, a terminologia passou de "merenda" para "alimentação", entendendo-se por isso a noção de "refeição".

A CNAE é criada, então, em 20 de setembro de 1965, pelo Decreto nº 56886.

Como esforço para legitimar o Regime Militar, a instituição realizou uma série de atividades, no sentido de propagar seu trabalho junto à população: o boletim da CNME passou a ser uma revista trimestral; houve realizações de exposições alusivas à Campanha em diversos estados e; renovou-se a tradição da reunião anual de representantes, como modo de promover um diálogo mais direto entre a superintendência e seus agentes estaduais.

Vamos entrar agora na questão desses congressos nacionais, que se realizavam anualmente, porém com ênfase nas notícias veiculadas nos jornais cearenses, que fazem parte da base de dados das nossas fontes históricas, e que aqui no Ceará repercutiram.

3.3.2 *Os congressos nacionais da CNAE e suas resoluções*

Os congressos anuais da Campanha são renovados em 1965, alternando-se entre as diversas capitais do país. Retratamos aqui a 7ª Reunião de Representantes da CNAE, realizada no Rio de Janeiro, em 1967.

Nesta reunião fora condecorado com a Medalha de Mérito da Alimentação Escolar o governador da Bahia, Luiz Viana Filho, pelos esforços e dedicação em favor da assistência e educação alimentar aos escolares daquele estado, em particular aos do médio São Francisco. Dutra de Oliveira, professor convidado, proferiu palestra sobre a temática "Novas perspectivas em alimentação e nutrição", no que defendeu a merenda escolar.

O Jornal O Povo, em matéria de 04 de fevereiro daquele ano, informava que, do Ceará viajariam para o evento o diretor Pedro Almino, mais dois auxiliares e os inspetores de Sobral, Crato, Crateús e Iguatu. Estariam eles no Rio de Janeiro, entre os dias 19 de fevereiro e 03 de março, como delegação do Estado "em congresso para avaliar os resultados até agora obtidos, permutar experiências e sugestões e ajustar os pormenores do plano de distribuição escolar para 1967", dizia o jornal cearense. (JORNAL O POVO, 04/02/1967)

Pedro Almino aproveitou a ocasião para levar as experiências que introduzira no Ceará, como o convênio com o IBGE, a delimitação e instalação dos Setores Regionais e a inserção de produtos regionais no cardápio da alimentação escolar. Também durante o congresso, aproveitaria para firmar convênios com vários outros órgãos federais, no intuito da ampliação do atendimento da CNAE. (IDEM)

Ao regressar deste VII Congresso da CNAE no Rio, o diretor Pedro Almino disse que várias sugestões foram lá apresentadas e aprovadas, dentre elas a elaboração de 03 tipos de alimentos para distribuição nas escolas, contendo uma média de 2.500 calorias, o suficiente para alimentação do estudante das regiões mais pobres.

O Ceará apresentou, na ocasião, duas sugestões, como dissemos: o cadastramento de todas as escolas beneficiadas no IBGE e; a introdução da rapadura na alimentação escolar dos estudantes das zonas Sul e Norte do Estado, dado o seu alto valor nutritivo e baixo custo aquisitivo.

Entre as sugestões apresentadas naquele encontro, destacaram-se as seguintes: criação de maior número de setores regionais da CNAE; ênfase aos cursos de alimentação escolar; elaboração de um manual escolar para uso em todas as escolas brasileiras; publicação de uma revista sobre os objetivos e realizações da CNAE; instituição de grupos volantes nos estados, para supervisionar a distribuição dos alimentos nas escolas; melhoria das embalagens; amplo entrosamento SUNAB - ALFÂNDEGA - CNAE; providências para que os gêneros fossem enviados aos estados nos períodos de férias e; a introdução da castanha do pará nas refeições escolares. Houve recepções, destacando-se a realizada nos salões da Embaixada Americana. (Cf. JORNAL O POVO, 08/03/1967)

O diretor do Programa Mundial de Alimentos, Sr. A. H. Boerma, também se fez presente ao evento, e declarou que o organismo tinha naquele momento 489 projetos em execução, em 60 países. O projeto em execução no Brasil, via CNAE, seria o maior de todos, com cerca de 5 milhões de dólares aplicados (13 milhões e 500 mil cruzeiros novos).

Existiam ainda, segundo aquele diretor, cerca de 70 solicitações de projetos de outros países. Além do diretor Boerma, compareceram ao Encontro o ministro Luís Viana Filho

(governador eleito da Bahia, como já dissemos), o professor Edson Franco (diretor do Departamento Nacional de Educação, representando o Ministro da Educação, Raimundo Moniz de Aragão), o Dr. John Wowe (Chefe da missão da Unesco no Brasil), o Dr. Thomás Pompeu Acioli Borges (diretor do escritório regional da FAO) e autoridades civis e militares.

Mr. Boerma referenciou o trabalho, que vinha sendo executado pela CNAE no Vale do São Francisco, acrescentando que o mesmo era "*um modelo que poderá ser posto em prática em outras partes do mundo, onde o PMA tem projetos*". (In: JORNAL O POVO, 10/03/1967)

Tratava-se do projeto 339 do PMA, desenvolvido no Vale do São Francisco, único em todo o mundo. Os voluntários, técnicos-agrícolas, iriam embarcar para o Vale naquela semana, a fim de incrementarem hortas-escolares e atividades correlatas.

Geremias Fontes (governador do Rio) inaugurou, em Niterói, o setor industrial da CNAE, onde se destacava a máquina que foi doada pela "Aliança", destinada à fabricação de roscas de leite para suplementação das refeições. O Sr. Leord Wolf, diretor da "Operação Crianças" da "Guerra contra a fome na América Latina", ressaltou a importância do setor inaugurado e seu espírito de auto-ajuda. (IDEM)

Vamos discorrer agora sobre um assunto que repercutiu muito nos jornais locais, que foi a viagem de formação dos representantes da CNAE aos Estados Unidos, em 1968.

3.3.3 *As viagens de formação nos Estados Unidos: um modelo americano para os representantes da CNAE*

Cabe ressaltar que o superintendente da CNAE, José Pinto Sombra, já estivera antes nos Estados Unidos, a convite da Missão Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, em novembro de 1966, juntamente com o diretor da SUNAB.

O convite tinha como objetivo sensibilizar aqueles dirigentes locais para a implementação do plano de retirada progressiva das doações da agência americana e, conseqüentemente, o encorajamento para operar o programa de alimentação com recursos próprios. Como dissemos anteriormente, a reestruturação da CNAE nos moldes da USAID implicaria em "[...] *capacidade logística e administrativa para assumir e manter plenamente a execução produtiva e controle do Programa de Merenda Escolar*". (COIMBRA; MEIRA; STARLING, *Op cit.*, p. 498).

Desta viagem inicial é que nascerá, depois, a iniciativa da viagem dos representantes federais, em 1968, bem como da criação da futura ABAE- Associação Brasileira de Alimentação Escolar, em similaridade à AFSA-American School Food Service Association.



Fig. 34 - CEARÁ no curso da AID sobre Alimentação Escolar. Fonte: **Jornal Unitário**, 09/04/1968.

Basicamente, o percurso desta viagem inicial, de delegação menor, formaria o roteiro da viagem posterior, de 1968. Em 66, declarava-se que os brasileiros estudariam a produção de alimentos, a industrialização e a logística do programa americano. (IBIDEM, p. 512)

José Pinto Sombra pôde ter contato com a *USAID*, com o Departamento de Agricultura e com o Serviço de Intendência do Exército

Americano. Promoveu-se também, naquela ocasião de 1966, um conjunto de reuniões com as organizações religiosas implicadas no Programa (Cáritas, igrejas evangélicas e luteranas). Desta forma, o general conheceu a AFSA, uma sociedade de caráter privado que organizava a base operacional do almoço escolar norte-americano. (IBIDEM, p. 513)

Faziam parte do sistema da AFSA as indústrias de máquinas de beneficiamento alimentar, de equipamentos de cozinha industrial, associações de produtores rurais e de laticínios, frigoríficos e muitos voluntários, pessoas aposentadas, etc.

Por fim, os representantes brasileiros visitaram várias indústrias americanas interessadas no nosso mercado, tais como o terminal de exportação da Farmers Union, em Minnesota, o frigorífico de Armour, a usina de leite da Land O' Lakes Creameries Inc., entre outras. (IBIDEM, p. 514)

Nesta etapa da viagem, a comitiva foi homenageada em dois jantares, um oferecido pela indústria da soja e, outro, por Mr. B. C. Fuller, diretor da Cargill Incorporated. Esta empresa, segundo Coimbra, Meira e Starling (IBIDEM, p. 514) seria uma das maiores organizações norte-americanas na área de beneficiamento, insumos e comercialização de alimentos, em especial de soja e derivados.

Pois bem, em 1968 um novo convite se realizou pela agência americana, desta vez para que a CNAE enviasse dez representantes federais dos estados, com o mesmo intuito: conhecer o programa norte-americano de alimentação escolar. As relações com a *USAID* prosseguiram estreitas.

Seria uma viagem de 45 dias conhecendo aquele programa, quando percorreriam 18 estados, visitando entidades educacionais, instituições relacionadas à alimentação escolar e grandes centros de produção agrícola e industrial. Como se vê, programa bastante semelhante àquele cumprido pelo superintendente Sombra, em 1966.

Pedro Almino de Queiroz, representante do Ceará, seguiu com a comitiva, haja vista ser, reconhecidamente, um dos melhores administradores da CNAE no Brasil. A imprensa local noticiou fervorosamente a participação do representante "cearense" no "curso" da *USAID*.

Um jornal local assim noticiou:

CEARÁ no curso da AID sobre Alimentação Escolar. O Dr. Pedro Almino, diretor da CNAE no Ceará, irá ao exterior com a delegação brasileira da CNAE, composta de 10 técnicos. Participarão de um curso de atualização em Alimentação Escolar nos Estados Unidos, a convite da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID). (In: **Jornal Unitário**, 09/04/1968).



Fig. 35 - OS 10 TÉCNICOS da CNAE viajaram no dia 11 de Abril de 1968. Fonte: REFERÊNCIA ILEGÍVEL.

Dr. Pedro Almino de Queiroz e Souza (Ceará); Prof. Giardino Paese (Rio Grande do Sul); Magnólia Pessoa Figueiredo (Amazonas); Maria José Cordeiro (Alagoas), Min. Stuart Van Dyke (Diretor da USAID) e; Sr. George Warner, (Coordenador do Programa "Alimentos para a Paz"). (REFERÊNCIA ILEGÍVEL)

Também a imprensa norte-americana noticiou a viagem dos representantes brasileiros. Do acervo particular de Pedro Almino de Queiroz retiramos algumas notícias naquele país publicadas, às quais empreendemos tradução e que vamos reproduzir a seguir, muito embora não tenhamos as referências completas, pois as mesmas não aparecem nos *scaneamentos* realizados.

Outro jornal estampou manchete dizendo que "OS 10 TÉCNICOS da CNAE viajaram no dia 11 de Abril de 1968". E a ilustrava com uma bonita fotografia da comitiva, descrevendo os participantes: Da esquerda para a direita: Dr. Lourival Chagas da Silva (Rondônia); Dr. Mauro de Barros Fonseca (CNAE/Rio); General Felisberto Vilhena (Estado do Rio); John Peabody (Chefe da Seção de Treinamento da USAID/ Brasil); Capitão Honório Melo (Paraná); José Alberto Livramento de Abreu (Santa Catarina);

Diz a manchete de um jornal americano, ilustrada com a foto de um almoço: "GOOD FOOD Creates Common Bond, Breaks Language Barrier" (Comida boa cria laços comuns e quebra a barreira da linguagem), para prosseguir a notícia dizendo que a fotografia se tratava de "um bate-papo informal, uma conversa fiada entre os convidados para um almoço da cantina da Hardison School. Era um encontro de um grupo de administradores da merenda escolar do Brasil com o pessoal da cantina e funcionários da escola", continuava a notícia. (REFERÊNCIA ILEGÍVEL, 05/1968)



Fig. 36 - GOOD FOOD Creates Common Bond, Breaks Language Barrier. (Comida boa cria laços comuns e quebra a barreira da linguagem). Fonte: **REFERÊNCIA ILEGÍVEL**, 05/1968.

O grupo de 10 pessoas em excursão ao Tennessee visitaria os municípios de Marshall e Summer, depois faria uma visita às escolas de Metro e Nashville e ao Departamento Estadual de Saúde. O grupo se dividiu em duas partes e suas visitas também se dividiram entre Lewisburg e uma outra localidade. O grupo foi acompanhado em Nashville pela Sra. Louise Harrison, da Secretaria Estadual de Educação (Programa de Sala de Almoço) e Frank Perkins, administrador da Seção de Distribuição de Mercadorias do Departamento de Agricultura do Tennessee. Eles se reuniram no Hardison School para um almoço, oferecido pela Sra. Emma D. Guillum (supervisora da Cantina do Município de Marshall), com presença de John O. Barnes (superintendente de Educação), Delton Porter (presidente da Associação de Pais e Mestres da Hardison), Sra. Porter e sua pequena filha, Tom Muse, Folk Lambert (do Conselho de Educação), William F. Shelter (diretor da Hardison) e Earl Barnes (supervisor de instrução). (IDEM)

O almoço, prosseguia a notícia, "tinha o objetivo de mostrar uma comida típica, servida nas escolas do município de Marshall". Ao final da refeição, aconteceu um bate-papo com Giardino Paese, representante da CNAE em Porto Alegre, Brasil. Ele expressou seus agradecimentos à Sra. Brandon, Sra. Gillum e aqueles que tinham acompanhado o grupo em outra excursão a escolas do município de Marshall, durante a manhã.

Salientava a notícia que "ele falou do alto padrão de vida que se tem aqui, que estão contentes por nós, embora o mesmo não seja verdade no Brasil". Mr. Barnes convidou o grupo para voltar e expressou prazer por Marshall County ter sido escolhido para fazer parte da visita.

Sobre as diferenças de comida que haviam observado nos Estados Unidos, o Couve de Bruxelas foi um dos vegetais com os quais eles não estariam familiarizados, bem como "não estão acostumados com a mistura de frutas e vegetais em salada como nós fazemos". E prossegue, por fim, dizendo que "no Brasil, muitas frutas são cultivadas e usadas como sobremesa. Eles ficaram surpresos, também, com a atenção que a sua visita tinha criado". (IBIDEM)

Outro jornal dos Estados Unidos destacava sobre os "HONORARY TENNESSEAN. 10 Brazilians Start State School Tour" (Dez administradores da merenda escolar do Brasil começaram uma excursão de 10 dias nas escolas do Tennessee). A notícia dá conta de que eles foram recebidos oficialmente pelo comissário do State Education J. H. Warf, que os presenteou com certificados de cidadania honorária do Tennessee, conferidos pelo governador Buford Ellington.

Dois intérpretes, Sônia J. Docal e Neif Calixto, retransmitiram a conversa com uma conexão por fone de ouvido. Presenteado também com o certificado estava o General Felisberto Vilhena, representante federal da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Rio de Janeiro. O general disse: "Vocês podem ter certeza de uma coisa: Os Estados Unidos da América têm um bom amigo no Brasil. Se pudessem, todos os brasileiros viriam visitar este grande país, para verem por si mesmos". (REFERÊNCIA ILEGÍVEL, 26/04/1968)

O grupo, liderado por Lawrence Bartlett, diretor do School Food Services, do State Education Department, visitou as escolas de Metro e o State Department of Health, para discutir padrões e controle de alimentos e saneamento. Os brasileiros iriam visitar Marshal e Summer counties. Posteriormente, iriam viajar para Jackson e, em seguida, para Memphis; depois seguiriam para Fayette e Hardeman counties e, por fim, Shelby .

A programação incluía a ida a Washington, em 11 de maio, onde iriam passar a última semana, antes de voltarem para o Brasil. "O passeio é parte de um programa designado para

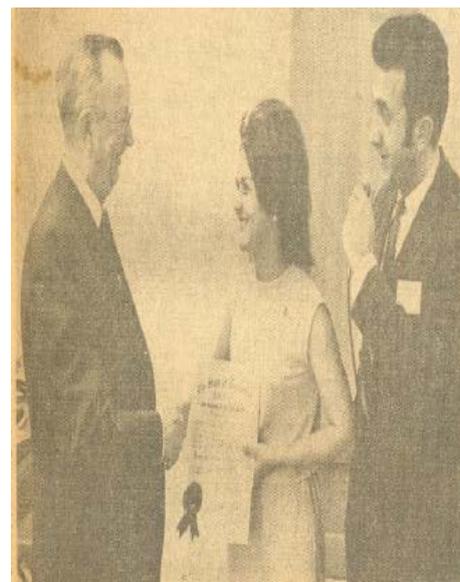


Fig. 37 - HONORARY TENNESSEAN. 10 Brazilians Start State School Tour **Dez administradores da merenda escolar do Brasil começaram uma excursão de 10 dias nas escolas do Tennessee.** J. H. Warf, Comissário do State Education, apresenta à Sra Magnolia Pessoa Figueiredo, uma dos 10 administradores da merenda escolar do Brasil, um certificado de cidadania honorária do Tennessee, conferido pelo Governador Bufford Ellington. Neif Calixto de Nova York, um dos dois intérpretes que acompanham o grupo, está à direita. Fonte: **REFERÊNCIA ILEGÍVEL**, 26/04/1968.

melhorar a efetividade da Campanha Nacional de Merenda Escolar no Brasil", dizia o informativo americano. (IBIDEM)

Pedro Almino de Queiroz nos conta algumas de suas impressões sobre a estada nos E.U.A.:

[...] A Superintendência Nacional escolheu 10 (dez) técnicos, 10 diretores no Brasil (aqui do Nordeste fomos eu e o da Bahia, se eu não me engano...o resto foi do Sul) para conhecer o funcionamento da alimentação escolar nos Estados Unidos. **O aprendizado foi muito bom**, foram quase dois meses e inicialmente houve **um ciclo de conferências em Washington (DC)**, onde ficamos uma semana (+), depois **nós fomos conhecer o programa deles lá, um programa muito avançado para a época**, eles **tinham tudo no computador** (estava iniciando aquela fase de computador), eu me lembro bem que **eram umas máquinas imensas** ((risos)), e saímos em campo conhecendo o programa nas escolas, **um programa que envolvia a comunidade, muito bom**. Algumas coisas que vimos por lá nós adaptamos aqui na região.[...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

De fato, os representantes federais voltaram surpreendidos, à época, com o que viram nos Estados Unidos. E não era pra menos, já que estava tudo organizado para impressionar os brasileiros, futuros difusores de impressões americanas por estas bandas do Sul. Aqui chegando, Pedro Almino concedeu algumas entrevistas aos jornais locais, sempre difundindo a boa imagem de vanguarda americana.

Dia 26 de maio daquele ano regressariam ao Brasil, vindo dos Estados Unidos, os técnicos da CNAE "que tinham ido estudar modernas técnicas de aplicação para o programa de alimentação escolar (com ajuda dos Alimentos Para a Paz e USAID)", noticiava um jornal cearense. (REFERÊNCIA ILEGÍVEL)

Na viagem de estudos e treinamento, os bolsistas, em cumprimento ao programa elaborado, percorreram cerca de 18 estados norte-americanos, visitando entidades educacionais e instituições relacionadas com a alimentação, além de grandes centros de produção agrícola e industrial.

Na tarde do embarque de volta, o ministro Stuart Van Dike, Diretor da USAID, e o Sr. George Warner, coordenador do programa "Alimentos Para a Paz", homenagearam os bolsistas com um coquetel realizado no salão de festas da entidade norte-americana, 20º andar do edifício do BEG.

Compareceram ao ato o general José Pinto Sombra, superintendente da CNAE, e assessores. Na noite do mesmo dia, o Sr. e Sra. George Warner ofereceram, em sua residência em Copacabana, uma recepção aos bolsistas, que dali seguiram diretamente para o embarque, no Aeroporto Internacional do Galeão. (IDEM)

Um outro jornal editaria uma entrevista com o diretor da CNAE, Pedro Almino de Queiroz, falando sobre a visita aos Estados Unidos, onde o nível operacional dos programas de assistência ao estudante seria notável, sobretudo pela participação da comunidade e pela organização.

Pedro Almino e a delegação realizaram um giro de 45 dias pelos EUA, observando os programas de assistência alimentar nas escolas norte-americanas, dizia o jornal. Em Washington, recebeu um diploma fornecido pelo Centro Internacional para Estrangeiros e, no Tennessee, o título de Cidadão Honorário, conferido pelo governador Elligton Bufford.

Sobre o Programa, Pedro Almino disse ao jornal que

As unidades de ensino possuem **uma cafeteria superior aos nossos restaurantes universitários**, servindo refeições quentes, de alto valor proteico e calórico. **Estudantes ricos pagam, pobres não.** Há um perfeito entrosamento da escola com a comunidade. **O Programa é ligado essencialmente à Educação.** Existem **superintendentes** nos condados, que **exercem um perfeito controle sobre ele.** O Governo Federal participa com alimentos, através do Ministério da Agricultura, e os governos estaduais e municipais com partes suplementares. Ressaltou que somente em Puerto Rico encontrou um programa semelhante ao do Brasil. **"Nós trouxemos dos Estados Unidos a visão de um grande país (REFERÊNCIA ILEGÍVEL)** (grifo nosso).

Não há grande mudança entre aquele discurso de Pedro Almino, de 1968 (há 48 anos), e o por nós coletado neste ano de 2016, a não ser pela riqueza de detalhes. Evidentemente aquele discurso foi produzido há poucos dias da chegada de viagem dos Estados Unidos, estando a memória dos fatos ainda fresca.

Sigamos adiante, falando agora sobre um assunto que também repercutiu na CNAE no Ceará, na época estudada, só que, desta vez, uma repercussão muito negativa. Trata-se das chamadas "Vacac Mecânicas", ou se preferir, máquinas "lida-cow".

3.3.4 *As "vacac mecânicas" importadas da Dinamarca: fiasco diplomático absorvido pela CNAE, muita tecnologia e pouca infra-estrutura*

Por todo este capítulo temos recorrido ao estudo precursor sobre Alimentação Escolar no Brasil (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982), mormente ser uma obra rica em detalhes como o que evidenciaremos agora, a questão das "vacac mecânicas", que em nenhuma outra literatura se encontra.

Segundo os autores acima, os técnicos, supervisoras e merendeiras da CNAE vinham observando que o leite em pó americano necessitava de alguns cuidados, pois a umidade levava ao "empedramento" constante do mesmo, fenômeno este que a água não conseguia diluir satisfatoriamente.

O Brasil, por força de um acordo de reciprocidade comercial com a Dinamarca, teria que adquirir máquinas e equipamentos naquele país, para diminuir o *superavit* comercial existente naquele momento em nosso favor. Os técnicos do Ministério do Planejamento resolveram adquirir máquinas reconstituídas do leite em pó, para resolver o problema de "empedramento" ocorrido na CNAE. (IBIDEM, p. 527)

Foram 2000 unidades adquiridas, distribuídas pela Campanha por todo o país, passando pelo intermédio dos representantes federais dos estados, que iriam decidir onde instalá-las.

Este fato e as remessas das máquinas se deram nos primeiros meses de 1969. Pedro Almino recebeu para o Ceará a quantidade de 33 dessas "geringonças". Escutemo-lo falar sobre essa questão:

[...] Com relação às "vacas mecânicas", foi o seguinte: **o Brasil tinha um acordo, um programa com a Dinamarca**, que tinha uma dívida comercial (+) **eles lá tinham essas máquinas de pasteurizar os alimentos e o Brasil recebeu essas máquinas** e vieram aqui **para o Ceará umas trinta e poucas** máquinas. Então nos **determinamos um critério para distribuir** essas máquinas, **municípios que tivessem um programa bom**, com interesse para utilizá-las. Distribuímos **algumas aqui na capital e o restante no interior** do estado.[...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

De início houve certa alegria, certo entusiasmo, pois naquela época era um equipamento "moderno" e, de fato, necessário para a solução do problema que vinha ocorrendo com o leite em pó. Mais uma vez, tudo não passou de um sonho. Foi um fiasco, como veremos.

As notícias de jornais que compõem o banco de dados desta pesquisa abordam a situação. Em 26 de março de 1969, o Jornal Gazeta de Notícias expõe que o Ceará recebeu máquinas para beneficiamento de leite em pó nas escolas. (In: JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, 26/03/1969)

As 30 máquinas "lida-cow", segundo aquele noticioso, foram importadas da Dinamarca pelo Ministério da Educação, com o objetivo de dinamizar os trabalhos da CNAE em todo o país, destinando quantidades diferentes de unidades para os vários Estados.



Fig. 38 - VÉM AÍ TRINTA vacas mecânicas. Fonte: **Jornal O Povo**, 24/03/1969.

As "lida-cow" seriam instaladas em escolas de Fortaleza, Crato, Sobral, Crateús e Mombaça, e cada unidade havia custado ao MEC a quantia de NCr\$ 6 mil. As máquinas convertiam leite em pó em líquido, acrescentando, simultaneamente, componentes para garantir uma maior riqueza nutritiva.

A máquina era constituída de três peças principais, destacando-se o aquecedor de água, com termostatos que mantinham a pasteurização em temperatura adequada; o depósito de leite, com bomba de alta rotação e; a serpentina, por onde corria a água para resfriamento do leite. (IBIDEM)

O Jornal O Povo, de 24 de março, complementa a notícia, dizendo que as máquinas vieram para o Ceará porque este Estado gozava de posição de destaque na CNAE. Pedro Almino, diretor da CNAE no Ceará, dizia o Jornal, "informa que as vacas serão destinadas a Fortaleza, Iguatu, Crato, Sobral e Mombaça". (JORNAL O POVO, 24/03/1969)

Ocorre que as ditas "vacas mecânicas" só trouxeram problemas. Afinal, o Brasil estava, como sempre, despreparado em sua infra-estrutura para montar, instalar e operacionalizar os ditos equipamentos.

Tratava-se de um equipamento que exigia instalações elétricas especiais, existentes em pouquíssimas escolas do país, naquele momento. Ademais, era necessário um local próprio, com altura suficiente para que o reservatório de água quente fosse capaz de gerar uma pressão adequada.

Por outro lado, a sua capacidade de reconstituição do leite era enorme, muito maior que o necessário para a imensa maioria das unidades escolares do país, gerando uma ociosidade e um alto consumo de energia quando ligada.(Cf. COIMBRA; MEIRA; STARLING, *Op cit*, 527)

Isto tudo sem falar da mão-de-obra especializada, capaz de montar adequadamente as mesmas. No Ceará, muitas ficavam meses aguardando manutenção por um técnico habilitado.

Entretanto, a CNAE distribuiu as "vacas mecânicas" às representações, passando a elogiar a aquisição como se fosse um grande progresso para o Programa. Por fim, as mesmas foram se danificando, quebrando, ficando esquecidas, até caírem em esquecimento total, por falta de uso. Foi mais um fiasco diplomático do governo, que não previu os detalhes aqui elencados, enfiando as máquinas "goela abaixo" na Campanha.

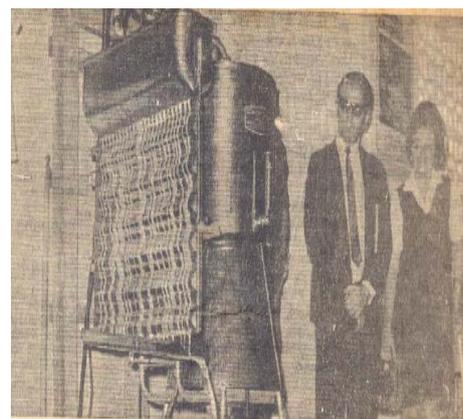


Fig. 39 - A VACA Mecânica. Fonte: **Jornal O Povo**, 15/10/1969.

3.3.5 *E tome soja americana!*

Mas, deixando de lado as "vacas mecânicas", por vezes as agências internacionais "empurravam" alimentos para o Brasil, na tentativa de substituir uma cultura alimentar local.

Foi este o caso da soja americana, pela qual se tentava substituir o nosso "feijão de corda" (macáçar- há vários anos cultivado no Nordeste), no bojo do plano de suplementação alimentar dos "Alimentos Para a Paz" para a região. Este fato também ocorreu durante o ano de 1969.

Os jornais noticiaram a reação do professor Néelson Chaves, do Instituto de Nutrição da

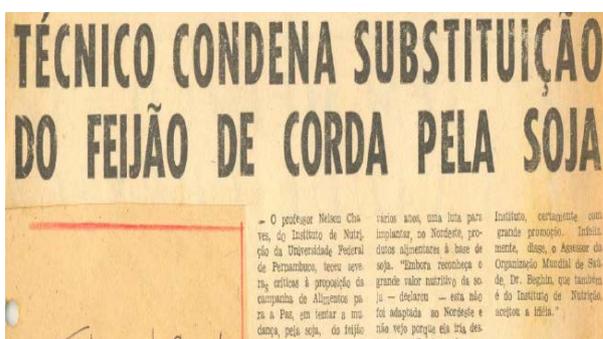


Fig. 40 - TÉCNICO condena substituição do feijão de corda pela soja. Fonte: **Jornal O Povo**, 15/05/1969.

UFPE, que teceu severas críticas à proposição da Campanha "Alimentos Para a Paz", em tentar a mudança do feijão de corda (macáçar- há vários anos cultivado no Nordeste) pela soja americana, no plano de suplementação alimentar para a região.

Segundo o professor, existia, há vários anos, uma luta para se implantar, no Nordeste, produtos alimentares à base de

soja.

Dizia o professor:

Embora reconheça o grande valor nutritivo da soja, esta não foi adaptada ao Nordeste e não vejo porque ela iria destruir o feijão de corda, com sacrifício econômico da Região. **Surgem sempre produtos alimentares fabricados nos Estados Unidos, ou subvencionados pelos norte-americanos, para se sobrepor ao nosso macáçar**" (In: **JORNAL O POVO**, 15/05/1969) (grifo nosso)

O professor, segundo o Jornal, declarou que não aceitava o nacionalismo histórico e nem tinha prevenção contra qualquer país, mas não abandonaria a linha desenvolvimentista que o Brasil traçara, visando aproveitar as matérias primas do Nordeste e utilizá-las.

A Região Nordeste possuía, naquele momento, 30 milhões de habitantes, sendo o feijão macáçar secularmente utilizado, especialmente no Ceará. Agora, continuava o professor,

aparece o 'Alimentos Para a Paz' se propondo a realizar um trabalho conosco, muito bem elaborado, mas **na fase final, surge o produto americano, à base de soja**, para ser utilizado pelo Instituto, certamente com grande promoção. Infelizmente o

Assessor da OMS, Dr. Beghin, que também é do Instituto de Nutrição, aceitou a idéia (IBIDEM) (grifo nosso)

O professor tratava de combater a tentativa dos americanos de impor sua cultura ao nosso país, pela adaptação dos seus produtos e, conseqüentemente, por meio da "formação do gosto", na pura intenção de fomentar e dinamizar os seus futuros mercados consumidores.

Passaremos a falar, brevemente, de uma campanha que aconteceu no contexto da CNAE de então, que foi a Campanha do Leite.

3.3.6 *A campanha do leite*

Este tópico é muito breve. Registramos apenas para não passar em branco, pois trata-se de uma das tentativas de se estabelecer uma política para o leite produzido no Brasil, um dos países que mais tinham gado bovino, porém sem a cultura comercial daquele produto.

O Jornal Unitário, de 21 de novembro de 1967, noticiou que o ministro da agricultura, Ivo Arzua, instituiu a Campanha Nacional do Leite, cuja finalidade seria a difusão e incremento desse alimento e seus derivados, especialmente na população infantil e juvenil.

Antes, o ministro havia criado o Grupo de Trabalho do Leite, para estudos de produção, distribuição e comércio. Quando do lançamento da Campanha, o ministro repetiu considerações de que o leite, ao lado dos cereais, havia contribuído para a formação e desenvolvimento das raças humanas mais sadias e vigorosas da terra. (JORNAL UNITÁRIO, 21/11/1967)

Acrescentou ainda que a valorização do homem tinha, por meta, medidas que assegurassem seu desenvolvimento físico, moral, mental e espiritual. Com esse propósito, entrosara a Campanha Nacional do Leite com a Campanha Nacional da Merenda Escolar e Cooperativas de Produção.

Algumas conclusões sobre o assunto: O Brasil, possuindo um dos maiores rebanhos do mundo, é dos países que menos leite e derivados consome; Aumentando o consumo de leite, a produção seria estimulada. Assim, o consumo é baixo porque é baixa a produção ou esta é pequena porque é baixo aquele?; Em suma, o maior consumo de leite seria, segundo o ministro, "deveras salutar, em benefício da pecuária e do rebanho leiteiro".

Em Fortaleza, continuava o noticioso, "estamos às vésperas da inauguração de uma moderna e ampla usina de pasteurização, que poderá servir de estímulo ao consumo desse

alimento saudável e nutritivo. Tudo o que venha a influir na melhoria do regime alimentar das populações brasileiras merece acolhida". (IBIDEM)

Pelo noticiado, percebe-se que a política e a indústria do leite estavam começando a se articular, na busca de um mercado consumidor, mas ainda tinham um longo caminho a percorrer. Tais lacunas foram sendo preenchidas com a implantação gradativa da indústria do leite em pó, principalmente da Nestlé, que até 1988 utilizou de um amplo sistema de marketing para conseguir seus objetivos comerciais. (AMORIM, 2005)

Nos encaminhamos para os tópicos finais deste trabalho, que ainda constam do manifesto dos estudantes do CESC, do assédio da indústria alimentícia e, por fim, da criação da ABAE no Ceará.

3.3.7 O manifesto dos estudantes do CESC

Também como forma de registro, trazemos esta questão que se deu durante o período estudado, muito embora não tenhamos a data precisa, mais uma vez por referências ilegíveis. Certo é que se deu depois da implantação do Regime Militar, pois há um teor político na notícia, em referência negativa aos acordos MEC/USAID, CNEG-USAID, CRUZADA ABC e à própria CNAE.

Alguns diretores de estabelecimentos oficiais apreenderam um manifesto distribuído pelo CESC- Centro dos Estudantes Secundários do Ceará, com as conclusões de um seminário de estudos, realizados em "setembro passado".

Reclama o documento que na maioria dos colégios não havia língua estrangeira e que os estudantes eram forçados a estudar Moral e Cívica, "um instrumento de alienação que serve como meio de domínio ideológico", em função de uma minoria que se encontra no poder.

Diz o documento que os estudantes são contra o pagamento de anuidades: "o pagamento de taxas é consequência da Lei Orgânica que representa a aplicação do acordo MEC-USAID e que mostra a aliança do governo brasileiro com o imperialismo Norte Americano".



Fig. 41 - ESTUDANTES repelem o manifesto do SESC. Fonte: REFERÊNCIA ILEGÍVEL

O CESC, contrário aos acordos MEC-USAID, CNEG-USAID, CRUZADA ABC e CNAE, afirmava que a infiltração imperialista nas escolas é parte do plano de dominação geral dos países sub-desenvolvidos, como já mostrava a agressão norte-americana ao Vietnã do Norte.

O Manifesto conclamava, por fim, que os estudantes e trabalhadores lutassem, fossem para a guerra. O CESC apelava para os colegas, a fim de rechaçar a tentativa dos diretores (representantes do governo nos colégios) de limitar os grêmios estudantis como simples organizadores de "festinhas", e conclamava para a "luta contra a disciplina militarizada dos colégios".

A interpretação crítica traduzida no pensamento de Cunha e Góes (1985, p. 73) ensina que os regimes ditatoriais sempre buscaram substituir as instituições livres da sociedade para, na escola, imporem ao povo a educação, moral e cívica que servisse para consolidar o seu poder.

No Brasil não foi diferente. O golpe de 1964 encontrou vivas as idéias autoritárias do Estado Novo e muitos sobreviventes de seus partidários. O general Costa e Silva, então ministro da guerra de Castelo Branco, tentou várias vezes que o Conselho Federal de Educação determinasse a inclusão dessa disciplina nos currículos escolares, porém não obteve sucesso.

Porém, em março de 1966, apesar da resistência, um Decreto do presidente Castelo Branco determinou que o Ministério da Educação estimulasse, em todo o país, a educação cívica. (IDEM, p. 74)

O papel da nova disciplina seria preencher o vácuo ideológico deixado na mente dos jovens, para que não fosse preenchido pelas insinuações materialistas e esquerdistas. Ela deveria ser uma prática educativa, visando

[...]formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres (IDEM, p. 74)

É claro que nada foi feito pelos professores para tal intento, uma vez que o bom-senso levou à resistência dessas idéias contrárias ao sentimento da maioria do povo, vítima de uma exploração econômica e de uma repressão política sem paralelo na História.

No entanto, baixado o AI-5, em dezembro de 1968, em setembro do ano seguinte a Junta Militar que ocupou a Presidência da República deixou um Decreto-Lei (nº 869) determinando que a disciplina "Educação, Moral e Cívica" deveria, obrigatoriamente, integrar os currículos escolares de todos os graus e modalidades do sistema de ensino do país.

As finalidades da disciplina incorporavam aquela prática educativa pensada antes e representavam uma sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina da segurança nacional. No ensino superior ela seria mascarada de Estudos de Problemas Brasileiros.

Na verdade, a disciplina que difundia uma imagem triunfalista do Brasil se traduzia em escárnio diante da miséria do povo brasileiro. Em suma, o ensino da moral e do civismo teria por lema Deus, Pátria e Família, como a doutrina do integralismo, o fascismo dos anos 1930. E, na prática, a disciplina foi lugar apenas de emprego preferencialmente para padres, freiras e militares, estes nos cursos superiores. (IBIDEM, p. 79)

3.3.8 *O assédio da indústria alimentícia*

Como sabemos, o potencial mercadológico dos programas de auxílio alimentar nunca foi desprezado pelas indústrias norte-americanas, nem pela indústria nacional, em desenvolvimento.

O programa "Alimentos Para a Paz", aliás, deixava transparente esse potencial mercado, até mesmo nos seus 'prospectos'. Em um deles, que trata das instruções para o uso do leite de soja, determinava claramente o propósito primaz daqueles "projetos-piloto", que era "avaliar os mesmos em termos de estabelecimento de um mercado comercial". (Cf. COIMBRA; MEIRA; STARLING, *Op cit*, p. 529)

Continuava o informativo prospectivo dizendo que fatores desconhecidos ao comércio americano poderiam ser importantes àquele mercado, e que esses fatores deveriam e poderiam ser encontrados durante a execução dos projetos de alimentação, na forma de uso dos produtos pelas empresas locais, em ingredientes e em fórmulas possíveis de distribuição em grande escala. (IDEM, p. 530)

Também a indústria nacional esteve presente em muitos momentos da execução do programa de alimentação da CNAE naquela época, muito embora o processo estivesse centralizado nas mãos da coordenação nacional, como afirma Pedro Almino, em sua entrevista:

[...] É, havia, mas **essas compras eram centralizadas, não era aqui, eu não tinha orçamento nenhum aqui, não tinha recursos**, não tinha nada. Eu era o diretor-geral, era quem comandava a coisa toda, mas não tinha nada de dinheiro aqui, porque a merenda vinha das doações e vinha de lá ((da Superintendência da CNAE)). Por exemplo, **se o general lá que era superintendente** ((José Pinto Sombra)) **recebesse dinheiro para comprar alguma coisa, ele fazia por lá a licitação** e enviava para os estados. **Não enviava nada de dinheiro para cá.**[...] (In: SOUSA, *Op Cit.*, p. 171- 178) (grifo nosso)

Não obstante o que nos revela acima Pedro Almino, as indústrias locais não deixavam de assediar a merenda escolar, em busca de um nicho de mercado para seus produtos. Afinal, a merenda escolar poderia ser uma compradora potencial, com um grande mercado e, o melhor, mercado permanente e inesgotável.

Este assunto está diretamente relacionado com nosso próximo tópico, a criação da ABAE, já no final deste período histórico da CNAE e no começo de sua fase nacional, quando cada vez mais vai ficando descentralizada.

A afirmação de Pedro Almino, acima, será realmente confirmada mais adiante no nosso estudo, mas sabemos que há sempre, em nível local, produtos a comprar, como açúcar, verduras, hortalças, ovos, etc., e que não há como se ter um controle efetivo dessas "pequenas" compras pela direção nacional.

Mas, voltemos aos trilhos da nossa narrativa para expormos alguns fatos relativos ao assunto em tela, aqui no Ceará, naquele período.



Fig. 42 - MOINHO FORTALEZA lançou o livreto "Pão- O rei da alimentação" na Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Fonte: **REFERÊNCIA ILEGÍVEL**

A indústria de massas e panificação esteve assediando a Campanha nos meses finais de 1970, por meio do Moinho Fortaleza (Fortaleza S.A.- Indústrias Gerais), empresa esta que se transformou, hoje, em uma gigante, talvez a maior do Brasil no segmento de massas e biscoitos.

Noticiava o Jornal O Povo, de 20 de novembro de 1970, que o gerente Renato Peltier Gonçalves, do Moinho Fortaleza, fez o lançamento de importante livreto, no qual se divulgava os valores nutritivos do pão, já estando o mesmo sendo distribuído aos alunos das escolas primárias de Fortaleza, por meio da CNAE.

O lançamento do livrinho, na sede da CNAE do Ceará, recebeu aplausos do diretor Pedro Almino, que ressaltou a valiosa colaboração da grande empresa Fortaleza S.A.

Indústrias Gerais, visando a melhoria do regime alimentar humano e suas qualidades nutritivas.

O livrinho "Pão - o rei da alimentação", dizia o noticioso, "presta relevante serviço à comunidade cearense, no que concerne ao uso integral do pão na alimentação diária, pelos seus valores nutritivos". (JORNAL O POVO, 20/11/1970)

O Moinho Fortaleza, dizia seu gerente, "tem em vista colaborar com o excelente programa desenvolvido no Ceará, pela CNAE, com atendimento de 380 mil crianças. Difundir conhecimentos de alimentação entre o povo é um tabalho que merece a melhor acolhida". (IDEM)

Outro segmento que assediou a Campanha naquele período foi o mercado dos granjeiros/ avicultores, com apoio da Prefeitura de Fortaleza. Este segmento conseguiu êxito mais efetivo naquele momento.

Em novembro de 1969 chegaram a realizar um festival do frango e do ovo. Inclusive as "vacas mecânicas" da CNAE foram colocadas à disposição do citado festival, para misturar ovos com leite em pó, na confecção de "gemadas" para a população.

Logo em seguida, noticiou o Jornal O Povo, de 26 de novembro de 1969, que a Secretaria Municipal de Fomento e Abastecimento "havia acertado com a Representação da CNAE, a utilização do ovo na merenda escolar, a partir do ano seguinte (1970), como forma de estímulo à avicultura cearense". (JORNAL O POVO, 26/11/1969)

Nutricionistas da CNAE instruíram sobre a preparação de alimentos à base de ovos, sobretudo "gemadas", para aproveitarem o leite em pó oriundo do Programa "Alimentos para a Paz".

O Município, em entendimento com a CNAE, determinou que uma "vaca mecânica" fosse levada à "Cidade da Criança", para exposição ao público durante o I FESTIVAL DO FRANGO E DO OVO, que se realizaria na capital, em meados do mês de dezembro. (IDEM).

Assim, realizaram o Festival entre os dias 11 e 14 daquele dezembro de 1969, oferecendo, gratuitamente, 18 mil copos de gemada, preparadas instantaneamente no próprio local da promoção, pela "vaca mecânica" da CNAE. (JORNAL O POVO, 03/12/1969)



Fig. 43 - FESTIVAL vai mostrar ao fortalezense porque se deve consumir mais ovo. Fonte: **Jornal O Estado**, 08/12/1969

A Campanha, por meio de seus nutrólogos, ajudou a consolidar a boa imagem daquele alimento. A professora Maria Aparecida, da Escola de Nutrição da CNAE, afirmou que um ovo, com sua potencialidade proteica e de cálcio, era um alimento mais adequado para os países subdesenvolvidos, tendo em vista seu baixo custo de produção e as facilidades de aquisição. (JORNAL UNITÁRIO, 05/12/1969)

Segundo a professora, "dois ovos possuem mais de trezentas calorias, sendo suficiente para alimentar um adulto por 24 horas. Nos países subdesenvolvidos, como o nosso, devemos encarar o frango como uma das principais fontes de abastecimento", enfatizava a professora. (IDEM)

Como percebemos, havia o assédio da indústria da alimentação aqui no Ceará, assim como em todo o Brasil. Portanto, não podemos descartar a possibilidade de que as indústrias vendessem "diretamente" às representações federais ou, melhor dizendo, que estas pudessem intermediar essas indústrias junto à coordenação nacional da CNAE.

No período posterior, que se iniciou em 1973, uma nova fase da Campanha já se perceberia, quando se afastam as doações internacionais, até mesmo pela justificativa do progresso advindo do chamado "milagre econômico". E, de fato, foi quando as indústrias passaram a contar com várias fontes de intersecção com o Programa de Alimentação, através das quais puderam mais facilmente colocar seus produtos naquele mercado.

Mas, para isso ocorrer houve uma fase de transição, com a criação do INAN- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Este momento, com a interrupção dos programas de cooperação internacionais, é de instabilidade na CNAE. Afinal, precisava-se reorganizar justamente essa noção do controle e logística dos programas de nutrição, agora dependentes integralmente do mercado interno.

As indústrias se ressentiam dessa falta de controle, de alguém com quem pudessem dialogar a respeito do mercado dos programas alimentares. É nesse contexto que surge o INAN.

Mas, antes, em 1968, fora criada a ABAE, pelo superintendente Sombra. Esta que seria uma sociedade civil, sem fins lucrativos, destinada principalmente a colaborar com o Governo nos seus programas oficiais de alimentação escolar, bem como "**congregar as indústrias alimentícias** e de material de cantina, educadores e todo o pessoal ligado à saúde e educação dos escolares brasileiros". (Cf. COIMBRA; MEIRA; STARLING, *Op cit*, p. 532). É o que vamos ver agora, para finalizarmos este capítulo.

3.3.9 A criação da ABAE no Ceará

Como já discutimos alhures, a ABAE seria uma inspiração da AFSA-American School Food Service Association, de que se teve conhecimento quando das viagens de formação empreendidas pelos gestores da CNAE aos Estados Unidos, em 1966 e 1968.

A ABAE encontrou condições para ser criada em 1968, em razão do contexto de expansão industrial no país, quando se procurava traçar um perfil do quadro de oportunidades oferecidas à indústria de alimentação local.

Alguns simpósios foram realizados, entre eles o "II Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição", organizado pelo Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco, dirigido pelo professor Néelson Chaves. Este simpósio fora patrocinado pela ABIA- Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, cartel que congregava, dentre outras empresas, a Nestlé, a Laticínios Mococa, SANBRA, Kibon S.A., OMS, etc. (IBIDEM, p. 530)

Outro evento foi realizado em Belo Horizonte, sob o nome de "Seminário de Educação Alimentar e Produção de Alimentos no Meio Rural", patrocinado pela Nestlé e Maggi. Nos dois eventos citados, a participação da CNAE se fez presente, com seus gestores e técnicos. (IBIDEM, p. 531)

Durante a VII Reunião Anual de Representantes da CNAE, em Goiânia, cria-se a ABAE. Frisando ser uma entidade aberta a quaisquer interessados, a ABAE expõe logo sua vinculação e incentivo às indústrias:

O Programa de Alimentação Escolar, educando **as crianças a comer certos produtos, torna-as, portanto, compradores potenciais**. O Programa de Alimentação Escolar é, no momento, **um mercado de possibilidades ilimitadas para produtos alimentícios e equipamentos**. A alimentação escolar desenvolve e expande sua técnica, servindo maior variedade de alimentos (In: Revista da CNAE, nº 10, 1968, p. 17 Apud IBIDEM, p. 533) (grifo nosso)

A ABAE seria constituída por uma diretoria eleita por 02 anos, diretorias regionais em cada capital e sub-diretorias regionais nas cidades de maior população. Era, na realidade, uma tentativa de instalar a ABAE em cada local que tivesse um setor regional da CNAE.

A primeira diretoria da ABAE nacional foi constituída naquele encontro, integrada pelas seguintes pessoas: José Pinto Sombra (presidente); Getúlio Lima Júnior (DNCr); Clóvis Mascarenhas (1º Secretário); Mauro Monteiro de Barros Fonseca (CNAE); Maria Leonor Jourdan Gomes (CNAE); Renato Xavier (CNAE); Benedito F. Silva (CNAE)

No Ceará, somente em 1970 a ABAE iria se concretizar, ainda na gestão de Pedro Almino de Queiroz.

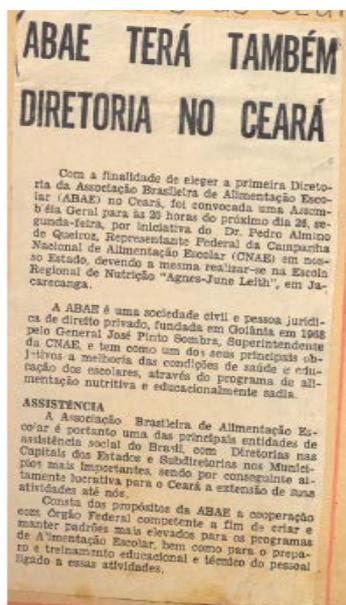


Fig. 44 - ABAE terá também diretoria no Ceará. Fonte: **Jornal Tribuna do Ceará**, 24/10/1970

Os jornais cearenses noticiaram esse fato. O *Jornal Tribuna do Ceará*, de 24/10/1970, informou que, com o objetivo de fundar e instalar a Associação Brasileira de Alimentação Escolar - ABAE -, no Ceará, o representante federal da CNAE, doutor Pedro Almino de Queiroz e Sousa, marcou uma reunião entre figuras representativas desta Capital.

O encontro seria realizado na sede da Escola Regional de Nutrição Agnes June Leith. Na oportunidade seria eleita a primeira diretoria da ABAE-Ce, órgão que se destinava a dar cooperação ao Programa de Alimentação Escolar, através da CNAE.

Por iniciativa do Superintendente da CNAE, general José Pinto Sombra, havia sido criada, há dois anos, a ABAE, instituição de âmbito nacional que já vinha funcionando em várias capitais brasileiras. A ABAE teria por finalidade, segundo aquele noticioso, "oferecer melhores condições de saúde e educação aos escolares, através de programas de alimentação nutritiva e educacional, a fim de que a criança apresente um rendimento melhor e sinta mais gosto pelo estudo". (Cf. *JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ*, 24/10/1970)

Já o *Jornal Correio do Ceará* destacava a instalação da Associação Brasileira de Alimentação Escolar no Ceará, dia 26 de outubro passado, no auditório da Escola de Nutrição Agnes June Leith. A primeira diretoria da ABAE regional ficou assim constituída: Luciano Torres Melo (presidente); Francisco Austregésilo Rodrigues Lima (vice-presidente); Manuel Gonçalves e Waldir Pessoa (secretários); Ernesto Vereza (tesoureiro). O cargo de diretor-executivo ficou, evidentemente, com o gestor maior da CNAE no Ceará, doutor Pedro Almino de Queiroz e Sousa. E, para diretoria de publicidade, o jornalista Milano Lopes.

O doutor Pedro Almino de Queiroz se desligara da CNAE em março de 1971. O general José Pinto Sombra é desligado da CNAE em 18 de maio de 1972, sendo substituído por Milton Câmara Sena. Depois deste seguiu a Campanha com Mauro Monteiro de Barros Fonseca para, em janeiro de 1973 assumir a superintendência o coronel Hélio Perillo Fleury, dando início à nova fase da CNAE, quando ocorre uma nova inflexão no processo histórico da política de alimentação escolar brasileira.

Há, neste momento, um rearranjo da Campanha, com eliminação e reorganização dos Setores Regionais, extinção das Assessorias Regionais e uma redefinição do papel das Representações Federais, que foram dinamizadas, com autorização para movimentar mais amplamente as verbas que lhes eram destinadas, podendo inclusive efetuar aquisições de gêneros para o programa, nos respectivos estados.

A intenção desse conjunto de medidas era descentralizar a operação do Programa, tendo em vista as especificidades de cada estado, reduzindo os entraves burocráticos. (Cf. COIMBRA; MEIRA; STARLING, *Op cit*, p. 560)

Mas esse momento já não faz parte do recorte espaço-temporal da nossa pesquisa, que tratou de analisar minimamente a Campanha Nacional de Alimentação Escolar-CNAE, no Ceará, do ano de 1964 até o ano de 1972, época esta em que os gestores Pedro Almino de Queiroz e Sousa (Ceará) e José Pinto Sombra (Governo Federal) estavam à frente da mesma.

Acreditando termos descrito e analisado histórico-criticamente esse período da CNAE, com base em suporte teóricos e metodológicos adequados, passaremos agora às nossas considerações derradeiras.

CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS E PROVISÓRIAS

Chegamos ao final deste trabalho, onde procuramos relatar, descrever e analisar toda a dinâmica em que se processou a História da Campanha Nacional de alimentação Escolar, durante o período que vai de 1964 a 1972, no âmbito do Estado do Ceará.

O período em questão corresponde às gestões administrativas do médico Pedro Almino de Queiroz e Souza (Representante Federal da Campanha, em nível local/ CE) e do veterinário/ general da reserva do exército José Pinto Sombra (Superintendente da Campanha, em nível nacional).

Apesar da centralização administrativa daquele período ter sido prejudicial para obtenção de quaisquer dados relativos à Campanha, uma vez que as Assessorias Regionais e Representações Federais locais, quando destituídas, não preservavam seus arquivos, apagando portanto muitas memórias que poderiam ser levantadas, fomos privilegiados quanto às fontes históricas de âmbito local, uma vez que o médico Pedro Almino de Queiroz e Sousa disponibilizou ao grupo de pesquisa *AgostoS* uma enorme coleção de notícias de jornais daquela época (968, no total), acerca da Campanha no Ceará.

A Teoria Crítica foi eleita como paradigma teórico-analítico de suporte da presente pesquisa. Quatro filósofos da área da Educação, em sua matriz crítica, nos auxiliaram para tanto: o educador brasileiro Paulo Freire; os norte-americanos Henry Giroux e Michael Apple e; o canadense Peter McLaren.

Também uma Análise de Conteúdo foi empreendida, consistindo em relacionar a frequência da citação de alguns temas, sendo medido o peso relativo atribuído a determinados assuntos pelo(s) seu(s) autor(es). Socorremo-nos, então, da quantificação para estabelecermos a frequência estatística dessas unidades de significado (temas).

Desta forma, acabamos por identificar as seguintes dimensões temáticas relativas à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, no Ceará, no recorte temporal proposto (1964-1972):

- 1) discursos sobre a dinâmica administrativo-operacional da Campanha;
- 2) discursos sobre a dinâmica pedagógica da Campanha e;
- 3) discursos sobre a dinâmica político-ideológica da Campanha.

Após analisarmos as fontes históricas disponíveis, onde se tinha o registro dos fatos acontecidos nas três dimensões acima estampadas, pudemos aferir e confirmar que a CNAE no Ceará, no período estudado, não fugiu às regras de condução das políticas públicas daquele

momento histórico, reproduzindo práticas e discursos que visavam legitimar aqueles governos militares, exarcebadamente tecnocratas e que, ao gerenciar os aparelhos estatais com rigoroso controle, almejavam, na realidade, a dominação da sociedade.

Outra hipótese verificada e confirmada dá conta de que, naquele momento, foram implementadas as ações para a formação de um futuro mercado consumidor e para a instalação da futura indústria de alimentação moderna do país, principalmente a do setor de derivados de soja, beneficiada sobremaneira pelo Regime.

Para tanto, fora criada a ABAE, em 1968, nos moldes da similar americana AFSA-American School Food Service Association, em razão do contexto de expansão industrial no país, quando se procurava traçar um perfil do quadro de oportunidades oferecidas à indústria de alimentação local.

Como nos mostram Coimbra, Meira e Starling (*Op cit.*, p.530), a indústria alimentar soube utilizar da situação para organizar uma "estratégia comercial muito mais ampla, que se tornaria viável depois de testada, nos escolares, com a aceitação dos produtos derivados da soja". Portanto, a CNAE, naquele momento, se constituiu em campo de ensaio para toda uma gama de produtos alimentícios desenvolvida desde então, como um mercado pré-teste, antes do lançamento em escala nacional.

Confirmamos também a tese de Bezerra (2003) de que a Política de Merenda Escolar foi uma das medidas inseridas dentro de um projeto amplo de intervenção do Estado junto à sociedade, visando, dentre outros objetivos, dotar a população de bons hábitos alimentares, materialidade do processo de transformação do discurso sobre alimentação em tema de política e prática governamental.

Por último, a pesquisa pretendeu contribuir na aproximação da Educação ao debate/diálogo transdisciplinar que marca essa área de saber, uma vez que nenhum campo científico abarca o fenômeno alimentar/ comensal por completo. A inserção da temática alimentar nas pesquisas educacionais é bastante salutar, uma vez que ainda não há discussão sistemática sobre o assunto e a maior parte das pesquisas foram desenvolvidas por engenheiros de alimentos, nutricionistas e médicos, o que evidencia o desinteresse dos educadores e historiadores por tão relevante estudo.

É importante deixar claro, para finalizarmos este trabalho, que é possível o exercício de certa "violência simbólica" por meio da comida, com o estabelecimento de limites identitários bastante nítidos entre as pessoas, em razão de sua cultura alimentar e comensal, uma vez que o gosto é algo que se "aprende", e não algo "natural", como muitos pensam. O gosto é, isto

sim, condicionado sócio-culturalmente. Portanto, o gosto é algo arbitrariamente imposto a indivíduos e grupos.

No trabalho que ora se encerra pudemos constatar como o "gosto" fora imposto pelos gestores da Campanha Nacional de Alimentação Escolar em determinada época a toda uma gama de alunos das escolas brasileiras e cearenses. Como nos ensina Lévi-Straus (1991), por meio da cozinha, as identidades também se consolidam. Há, portanto, uma dimensão gustativa que fora imposta "de cima para baixo", e que faz parte da identidade desse alunado.

Da lavra de Silva (2008, p. 42) aprendemos que aquilo que comemos pode nos dizer muito sobre quem somos e sobre a cultura na qual vivemos. A forma como organizamos a comida também importa e o consumo de alimentos pode indicar quão ricas ou cosmopolitas as pessoas são, bem como sobre quais são suas posições religiosas e étnicas.

Identidades também são definidas com base no que certas pessoas comem, por exemplo, quando só comem alimentos orgânicos ou só vegetais. Há também uma dimensão política no consumo de alimentos, quando nos recusamos a comer alimentos de determinada procedência geográfica, por qualquer motivo.

E há, por fim, uma dimensão material/ econômica importante, na medida em que as pessoas só podem comer o que podem comprar ou o que lhes está disponível. Enfim, comida não é só para se comer, mas para se pensar, porquanto é portadora de muitos significados simbólicos. (IDEM, p. 44).

Assim foi a História que acabamos de contar, repleta de ideologias, políticas, sociabilidades, filosofias, em torno desse complexo objeto chamado "alimentação".

Há, na contemporaneidade, um crescente reconhecimento da importância do alimento para a compreensão de tudo o mais na História. E acertadamente, pois nada importa mais que a comida para a maioria das pessoas, na maioria das culturas, na maior parte do tempo.

Os alimentos representam a ligação mais primitiva entre natureza e cultura, fazendo parte da raiz que liga um povo, uma comunidade ou um grupo à sua terra, à alma de sua História.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Cláudia Sales de. **O currículo das histórias em quadrinhos: Emília e a Turma do Sítio na Cartilha da Nutrição do Fome Zero**. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Curso de Mestrado (dissertação). Fortaleza-CE: UFC, 2008.
- ALENCAR, Francisco. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985.
- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Ed. Gernasa, 1968.
- AMON, Denise. **Psicologia Social da comida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- AMORIM, Suely Teresinha Schmidt Passos de. **Alimentação infantil e o marketing da indústria de alimentos**. Brasil, 1960- 1988. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Curso de Doutorado (tese). Curitiba, PR: UFP, 2005.
- APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- _____. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARAGÃO, Francisco José Alves de. **Ovinos e caprinos como *habitus* alimentar na história dos sertões cearenses**. Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Curso de Bacharelado em História (monografia). Fortaleza, CE: UFC, 2012.
- _____. **Uma proposta "propedêutico-transdisciplinar" de ensino jurídico na pós-modernidade: estudo de caso da cátedra de "tópicos especiais em direito I", da Faculdade Christus**. Curso de Bacharelado em Direito (monografia). Fortaleza, CE: Faculdade Christus, 2011.
- _____. OLIVEIRA, Aquila M. S; SANTOS, Alice Nayara dos; BEZERRA, José Arimatea Barros Bezerra. Práticas alimentares de sertanejos cearenses no Século XX (1920-1970). In: **XX encontro de iniciação à pesquisa**, Anais dos eventos científicos 2014. Fortaleza, CE: UNIFOR, 2014.
- _____. BEZERRA, José Arimatea Barros. Transdisciplinaridade como paradigma Pós-moderno de educação: novos tempos, sentidos novos para o ensino. In: Andrade, Francisco Ari de; Chaves, Flávio Muniz; Rocha, Luzianny Borges; Euclides, Maria Simone. (Org.). **Educação Brasileira - aportes e tendências**. 1ed. Curitiba, PR: CRV, 2015. v. 01, p. 131-143.

_____. BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimento, alimentação, comida, comensalidade: percurso histórico e embate ontológico. **Revista Educare**. Fortaleza, CE: CMF, 2012. v. 05, p. 71-90

_____. BEDÊ, Fayga Silveira; BRILHANTE, Tércio Aragão. Distraídos venceremos: laboratório de criatividade em Direito, Arte e Cultura- um estudo de caso. **Revista Opinião Jurídica**. Fortaleza, CE: CHRISTUS, 2011. v. 01, p. 34-56.

_____. Silêncio para o stress do mundo. **Revista Interagir**. Fortaleza, CE: Faculdade Christus, 2007. v. 5, p. 27-29

_____. Os impactos da globalização na soberania. **Revista Interagir**. Fortaleza, CE: Faculdade Christus, 2007. v. 5, p. 28-29.

_____. Saber é poder? A Educação e o papel da Universidade para uma formação humana global. **Revista Interagir**. Fortaleza, CE: Faculdade Christus, 2006. v. 4, p. 30-32.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Teoria da História**. V: A Escola dos *Annales* e a *Nova História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BASTOS, Tiago Sampaio. **Análise sócio-histórica de cartilhas de educação alimentar, décadas de 1930 e 1940**. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Curso de Mestrado (dissertação). Fortaleza, CE: UFC, 2011.

BEAUD, Michel. **A arte da tese: como elaborar trabalhos de pós-graduação, mestrado e doutorado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da. TAKAGI, Maia. Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo: **Revista São Paulo em Perspectiva**, 2001. n° 15(4), p. 119- 129.

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Comer na escola: significados e implicações**. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Curso de Doutorado (tese). Fortaleza, CE: UFC, 2002.

_____. Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerários da Política de Alimentação Escolar no Brasil. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia Cavalcante. **Biografias, instituições, idéias, e experiências educacionais**. Fortaleza, CE: UFC, 2003. p. 449-467.

_____. O estado da arte dos estudos sobre merenda escolar no Brasil. In: VASCONCELOS, José Gerardo. **História da Educação: instituições, protagonistas e práticas**. Fortaleza, CE: LCR, 2005. p.440-453.

_____. **Comendo e aprendendo:** merenda escolar, acumulação de capital e construção de cidadania. Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Curso de Especialização em Educação Popular em Saúde (monografia). Quixadá, Ce: UECE, 1996.

_____. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em Nutrição no Brasil, 1934- 1941. Rio de Janeiro: **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, 2012. v.19, no 1 (jan/mar), p. 157- 179.

_____. ;FROTA, Jorge Washington da Silva Frota; BASTOS, Tiago Sampaio. Análise de obras seminais sobre o saber em alimentação no Brasil. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, PR: UFP, 2011.

_____. ; LEITÃO, Maria Ivan Beserra. Regionalização dos cardápios, fortalecimento das economias locais e participação da população na gestão descentralizada da merenda escolar. **Anais do XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**. Belém, PA: UFPA, 2005.

_____. Eugenia, nacionalismo e higienismo: as bases do discurso sobre a alimentação da criança na escola. In: VASCONCELOS, José Gerardo. **Linguagens da história**. Fortaleza, Ce: Imprece, 2003.

_____. **O processo de gênese do saber em alimentação no Ceará**. Relatório de Pós-doutoramento. In: Curitiba, PR: UFPR, 2009. disponível em: <<<http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/textos/Texto%20Arimateia.pdf>>>, Acesso em 01/04/2016.

BOUTIER, Jean. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto. **Os saberes agrário-agrícolas no projeto formativo da escola rural: o currículo como uma política cultural**. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Curso de Doutorado (tese). Fortaleza, CE: UFC, 1997.

BRASIL. MEC; FNDE. **Edital de Convocação 01/2013 CGPAE**. Brasília, DF: FNDE, 01/08/2013.

_____. Congresso Nacional. **Lei 5692, de 11 de agosto de 1971**. disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>>. Acesso em: 01/04/2016.

_____. Congresso Nacional. **Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961**. disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>>. Acesso em: 01/04/2016.

CANESQUI, Ana Maria (Org.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

CARDOSO, C.; BRIGNOLI, H. P. **Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARVALHO, Maria Helena Salle de. **A merenda escolar no Brasil**. Porto Alegre, RS: UFRGS, s/ d. disponível em: <<<http://penta.ufrgs.br/edu/dee/merenda.htm>>>, Acesso em: 29/05/2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO, Josué de. **Fome**: um tema proibido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Escola Agnes June Leith**: formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação - 1944 - 1966. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Curso de Doutorado (tese). Fortaleza, CE: UFC, 2010.

COELHO, Jaime César. **Economia, poder e influência externa**: o Grupo Banco Mundial e as políticas de ajuste estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa. 2002. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Tese - Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo, SP: UNICAMP, 2002.

COIMBRA, Marcos; MEIRA, João Francisco Pereira de; STARLING, Mônica Barros de Lima. **Comer e aprender**: uma história da alimentação escolar no Brasil. Brasília, DF: MEC/ INAE, 1982.

_____. **A Alimentação Escolar no Brasil**: Política e Instituição. Brasília, DF: MEC, 1981.

COUTINHO, Antônio Osvaldo Nunes. Alimentação do Brasileiro: uma visão histórica. Rio de Janeiro: **Revista Saúde em Debate** (SEBES), 1988. n° 23, p. 32- 39.

CUNHA, Luíz Antônio. Góes, Moacyr de. **O golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1985.

_____. **Política Educacional no Brasil**: a profissionalização no Ensino Médio. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

_____. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1980.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 20-21.

FAIRCLOUGH, N. **Análise Crítica do Discurso.** Londres: Longman, 1995.

FARIAS, José Airton de. **História do Ceará.** Fortaleza: Livro Técnico, 2007.

FAUSTO, Boris. **Memória e História.** São Paulo: Graal, 2005.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Comida: uma história.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FERRER, Silvaniza Maria Vieira. **A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade-CNEC e o "entusiasmo" pela educação ginasial no Ceará no período de 1958 a 1963.** Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Curso de Mestrado (dissertação). Fortaleza, CE: UFC, 2010.

FONSECA, João Pedro da. **Merenda Escolar: uma contribuição para seu estudo.** São Paulo: USP, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1969.

_____. **História da Sexualidade.** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976. v. 1.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; FONTES, Gardênia Abreu Vieira; OLIVEIRA, Nilce de. **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura.** Salvador, BA: EDUFBA, 2008.'

FREYRE, Gilberto. **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil.** São Paulo: Global, 2007.

_____. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** 3ª ed. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FROTA, Jorge Washington da Silva. **Educação e Alimentação: ideias sociais, políticas e pedagógicas na obra de Dante Costa.** Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Curso de Mestrado (dissertação). Fortaleza-CE: UFC, 2011.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 2005.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GIROUX, Henry. **Pedagogia Radical: subsídios**. São Paulo: Cortez, 1983.
_____. **Teoria Crítica e resistência em Educação: para além das teorias de reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Memórias de professoras alfabetizadoras do Mobral em Fortaleza**. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Curso de Mestrado (dissertação). Fortaleza, CE: UFC, 2012.

GONDIM NETO, Leopoldo. **Alunos africanos de Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde na Universidade Federal do Ceará: relações culturais, alimentares e curriculares**. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Curso de Mestrado (dissertação). Fortaleza, CE: UFC, 2012.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GROSSI, Gabriel Pillar...[et al.]. **Grandes Pensadores - Nova Escola -**. São Paulo: Ed. Abril, 2009.

GRÜNNEWALD, José Lino...[et al.]. **Textos escolhidos / Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas. (Os pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HERNÁNDEZ, Jesus Contreras; ARNÁIZ, Mabel gracia. **Alimentación y Cultura: perspectivas antropológicas**. Barcelona, Espanha: Ed. Ariel, 2005.

LAMARE, Rinaldo de. **Manual de Alimentação Escolar**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001. [original: 1978]

_____; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LIMA, Eronides da Silva. Gênese e constituição da Educação Alimentar. Rio de Janeiro: **Revista Saúde Coletiva**, 1997. p. 9- 29.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

McLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K. **Livro de Mão da Pesquisa Qualitativa**. CA (Califórnia): Thousand Oaks, 2000.

_____. **Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Meneses; CARNEIRO, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. São Paulo: **Anais do Museu Paulista**, 1997. v. 5 (jan/dez), p. 9- 91.

MONTANARI, Massimo. **A fome e a abundância**: história da alimentação na Europa. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____. **Comida como cultura**. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso. [et. al.]. Desnutrição, rendimento escolar, merenda: uma querela artificial. In: VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Fome e desnutrição**: determinantes sociais. São Paulo: Cortez, 1989.

NASCIMENTO, Angelina de Aragão Bulcão Soares. **Comida**: prazeres, gozos e transgressões. Salvador, BA: EDUFBA, 2007.

NEGREIROS, Fauston. **A merenda escolar e seu potencial em face da segurança alimentar em Guaribas-PI**. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Curso de Mestrado (dissertação). Fortaleza, CE: UFC, 2009.

_____. **Educação para o gosto**: cotidiano escolar e alimentação no estado do Piauí. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Curso de Doutorado (tese). Fortaleza, CE: UFC, 2012.

ONFRAY, Michel. **A razão gulosa**: filosofia do gosto. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1983.

PALMA FILHO, J.C. (organizador). **Pedagogia Cidadã** - Cadernos de Formação –História da Educação. São Paulo: UNESP, 2005. p.75-100.

PALMER, Joy A. **Grandes educadores modernos**: de Piaget a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2006.

PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Wander. **A Educação no Estado Militar (1964-1985)**. Uberlândia, MG: UFU, Anais, s.d. p. 1942- 1951. disponível em: <<
http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.pdf>>. Acesso em: 29/05/2016.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PIMENTA, Selma G. GONÇALVES, Carlos L. **Revendando o Ensino de 2o Grau**. São Paulo: Cortez, 1992.

PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966 - 1968)**. Universidade Estadual Paulista- UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Curso de Mestrado em História (dissertação). Assis, SP: 2011.

PIPITONE, Maria Angélica Penatti. **Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992: v. 5, n. 10, p. 200-212.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2004.

PUCCI, Bruno (Org.). **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

REGO, Teresa Cristina (org). **Currículo e Política Educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RODRIGUES, Paulo da Silva. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: história e modalidades de gestão. Porto Alegre, RS: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, 2013. v. 29, no 1, p. 137- 155.

SAMARA, Eni de Mesquita. **História & Documento e metodologia da pesquisa**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

SANTOS, Alice Nayara dos. **Fome, educação e alimentação: proposta educativa de Josué de Castro**. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Curso de Mestrado (dissertação). Fortaleza, -CE: UFC, 2012.

_____.; BRANDÃO, Beatriz H. P.; BEZERRA, José A. B. A emergência de estudos sobre alimentação, currículo e cultura no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. In: SANTOS, Alice Nayara dos; ROGÉRIO, Pedro. **Currículo: diálogos possíveis**. Fortaleza, CE: Ed. UFC, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba, PR: Juruá, 2010.

SAVARIN, Brillat. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

_____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUSA, Pedro Almino de Queiroz e. **Prosas, fatos e fotos**. Fortaleza, CE: s/ref, 2009.
SPINELLI, Maria Angélica dos Santos. **Alimentação Escolar**: da centralização à descentralização. Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP. Faculdade de Ciências Médicas. Programa de Pós-graduação. Curso de doutorado em Saúde Coletiva (tese). Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. São Paulo: Paz e terra, 1988.

UFC, Universidade Federal do Ceará. Recortes de jornais cearenses, no período de 1965 a 1971, colecionados por Pedro Almino de Queiroz. In: Projeto de pesquisa "**A Política de alimentação escolar no Estado do Ceará (1954- 1973)**: uma reconstrução histórica". Fortaleza, CE: UFC/ FAGED, 2006/2008.

_____. Projeto de Pesquisa **GÊNESE DO SABER EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO CEARÁ**: ações da Política Nacional de Alimentação Escolar e do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Fortaleza, CE: UFC/FAGED, 2007.

_____. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, CE: UFC/ Biblioteca Universitária, 2013.

VALLA, Victor Vicente; STOTZ, Eduardo N. **Educação, saúde e cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Acumulação de capital, corrupção e fome. **Revista Saúde em Debate**. Londrina, PR: CEBES, 1993. n. 39.

_____. **A política social de alimentação e nutrição no Brasil**: do Estado Novo à Nova República. Dissertação (Mestrado). João Pessoa, PB: UFPB, 1988.

_____. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Campinas, SP: **Revista Nutrição**, 2005. n° 18(jul-ago), p. 439-457.

ZITTKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. Belo Horizonte, MG:Autêntica, 2010.

REFERÊNCIAS HEMEROGRÁFICAS¹¹

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ. PROGRAMA assinalará 15 anos de fundação da CNAE. Diário Oficial, 02/04/1970.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. LEITE em pó desviado é da Alimentação Escolar. Pra valer; No interior. Correio do Ceará, 18/05/1970.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. CNAE vai assistir com alimentos durante férias estudantes do interior. O plano. Dinheiro do Estado. Correio do Ceará, 16/06/1970.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. ESCOLAS terão hortas a partir do próximo ano. Correio do Ceará, 13/10/1966.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. GOVERNO renova convênios para fornecimento de almoço e merenda aos estudantes. Correio do Ceará, 10/01/1967.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. O Dr. PEDRO ALMINO está trabalhando intensamente... Correio do Ceará, 30/03/1967.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. MERENDA Escolar dividida em 10 zonas. Correio do Ceará, 09/08/1967.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Correio do Ceará, 22/11/1967.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. GENERAL Sombra diz que CNAE distribui um bilhão de refeições. Piauí e Maranhão. Correio do Ceará, 01/07/1969.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. PREFEITURAS criarão setor municipal de alimentação escolar. Integração do município. Correio do Ceará, 09/01/1970.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. SEMANA DA ALIMENTAÇÃO. Correio do Ceará, 01/04/1970.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. 30 CANTINAS na região da seca com alimentos para 100 mil crianças. Plano. Correio do Ceará, 17/06/1966.

JORNAL CORREIO DO CEARÁ. INSTALADA no Ceará a Associação Brasileira de Alimentação Escolar Correio do Ceará, s/ data.

¹¹ **Nota:** Os recortes de jornais constantes desta coleção privada não reproduzem (em sua quase totalidade) os números das páginas correspondentes. Não obstante, juntamente com as imagens obtidas/ colecionadas foram referenciadas as datas em que as notícias foram veiculadas, dados estes que legitimam as fontes e que poderão ser acessados e confirmados nas hemerotecas de instituições públicas e privadas. As notícias aqui relacionadas foram as efetivamente utilizadas na presente dissertação, no entanto, o sumário de todas as notícias pesquisadas encontram-se no **ANEXO D**. As notícias também encontram-se anexadas ao Projeto de Pesquisa **A Política de alimentação escolar no Estado do Ceará (1954- 1973):** uma reconstrução histórica. Fortaleza, CE: UFC/ FAGED, 2006/2009.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ). CRIANÇA mal alimentada não estuda - Alimentação escolar é uma meta prioritária. Desenvolvimento; Dificuldades; Atividade diversificada; Atendimento; Cooperação Geral; Alimentação Escolar: Pesquisas e Estudos; Divulgação; O Desafio do Presente e do Futuro. Diário de Notícias (RJ), 07, 08/1969.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. EDUCAÇÃO alimentar. Gazeta de Notícias, 28/10/1966.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. MERENDA Escolar aguarda 400 Ton's. de alimentos. Gazeta de Notícias, 14/12/1966.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. CAMPANHA de Alimentação planeja uso de frutas na Merenda Escolar. Execução. Gazeta de Notícias, 21/12/1966.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. CONVÊNIO IBGE-CMNE pode acabar escolas fantasmas. Fantasmas. Gazeta de Notícias, 18/01/1967.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. MERENDA ESCOLAR distribuiu alimentos até nas férias. Requisitos; Congresso. Gazeta de Notícias, 27/01/1967.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. ALIMENTOS Para a Paz estão mofando na alfândega local. Gazeta de Notícias, 18/03/1967.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. MERENDA ESCOLAR ministra curso de nutrição. Participantes. Gazeta de Notícias, 23/08/1967.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. CNAE recebe acervo. Gazeta de Notícias, 05/04/1967, p. 1.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. GOVERNO envia gêneros para as vítimas das enchentes em Sobral. Gazeta de Notícias, 10/04/1967, p. 3.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. AJUDA da CNAE prejudicará planos da Merenda Escolar. Convênios. Gazeta de Notícias, 27/04/1967, p. 3.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. CNME Já distribuiu 102 toneladas de gêneros às populações flageladas. Sobral. Gazeta de Notícias, 18/05/1967, p. 8.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. SEMANA da comunidade criará o Conselho dos Moradores. Palestras. Gazeta de Notícias, 03/09/1967.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. ESCOLA de Nutrição vai qualificar pessoal para Alimentação Escolar. Transformações; Cursos; Histórico; Turma. Gazeta de Notícias, 23/10/1967.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. ESCOLA de Nutrição será um Centro de Treinamento. Avaliação; Representantes. Gazeta de Notícias, 15/01/1968.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. CEARÁ recebe máquinas para beneficiamento de leite em pó nas escolas. As máquinas. Gazeta de Notícias, 26/03/1969.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. ALUNOS do curso primário participam do concurso sobre alimentação escolar. Gazeta de Notícias, 03/04/1969.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. CNAE na meta revolucionária da Educação Alimentar em 69. Assessorias Regionais; Inovações; Colaboração; Semana da Alimentação Escolar e retrato do presidente. Gazeta de Notícias, 30/03/1969.

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS. ESCOLAS vão estudar Alimentação Escolar. Gazeta de Notícias, 27/03/1969.

JORNAL O ESTADO. ESCOLAS só terão merenda se apresentarem cadastro. Convênio. O Estado, 18/01/1967.

JORNAL O ESTADO. GENERAL afirma: em cada vinte crianças que nascem, dez morrem. Acelerar. Os dados. O Estado, 21/12/1967.

JORNAL O NORDESTE. FISCALIZAÇÃO de alimentação escolar. Visita. O Nordeste, 04/06/1967.

JORNAL O NORDESTE. RAPADURA entra no cardápio das escolas e começa pelo Crato. O Nordeste, 05, 06/11/1966.

JORNAL O NORDESTE. DAQUI NINGUÉM ME TIRA. O Nordeste, 27/07/1967.

JORNAL O NORDESTE. MAIS FEIJÃO americano para a Campanha Escolar no Brasil. O Nordeste, 14/05/1967, p. 5.

JORNAL O POVO. CAMPANHA nacional de alimentação escolar com nova reestruturação. O Povo, 09/11/1965.

JORNAL O POVO. CONCURSO sobre alimentação para professoras primárias. O Povo, 25/05/1966.

JORNAL O POVO. ALIMENTAÇÃO escolar é na base da improvisação e esforço particular. Muita fome, poucas condições; Ouvidos de mercador. O povo, 25/05/1966.

JORNAL O POVO. RAPADURA na alimentação do escolar. Cacao. O Povo, 23, 24/07/1966.

JORNAL O POVO. CURSO de educação alimentar ainda serão quatro este ano. Arroz. O Povo, 12/08/1966.

JORNAL O POVO. ESTUDANTADA pobre vai comer melhor. Cantina. O Povo, 19, 20/11/1966.

JORNAL O POVO. A COORDENAÇÃO dos Alimentos Para a Paz...O Povo, 25/11/1966.

JORNAL O POVO. CANAE tira refeições de dezenas de "escolas" que não têm condições. Governo do Estado; Prefeitos exageraram; Novos pratos. O Povo, 13/01/1967.

JORNAL O POVO. CEARÁ presente ao Congresso Nacional da CNAE, no Rio de Janeiro. O Povo, 04/02/1967.

JORNAL O POVO. BRASIL lidera Campanha de Alimentação. Programa Modelo; Doação da USAID. O Povo, 10/03/1967.

JORNAL O POVO. ESTUDANTES terão manual para merendar melhor. Delegações; Sugestões; Duração. O Povo, 08/03/1967.

JORNAL O POVO. PARA A ZONA FLAGELADA. O Povo, p. 5, 17/05/1967.

JORNAL O POVO. A DRA. MARIA Helena Xavier Alves...O Povo, 10/06/1967.

JORNAL O POVO. PESQUISA sobre Alimentação Escolar. O Povo, 28/06/1967.

JORNAL O POVO. 23 ANOS de Escola Agnes Junes Leith. O Povo, 19/10/1967.

JORNAL O POVO. NCr\$ 500 para professoras que bem dissertarem sobre a Alimentação Escolar. Como fazer. O Povo, 15/07/1968.

JORNAL O POVO. CURSOS de Educação Alimentar. O Povo, 02/08/1968.

JORNAL O POVO. ALIMENTOS ESCOLARES bicharam e até apodreceram: nova embalagem em 1968. Programa de férias. O Povo, 21/12/1967.

JORNAL O POVO. A INCLUSÃO de Educação Alimentar... O Povo, 02/03/1968.

JORNAL O POVO. COZINHAS CENTRAIS poderão ser criadas pela CANAE. Alimentação e comunitarismo. O Povo, 04/07/1968.

JORNAL O POVO. CANAE começa hoje "Semana Comunitária" difundindo associativismo e alimentação. O Povo, 18/09/1968.

JORNAL O POVO. PEDRO ALMINO dirige CNAE em todo o Nordeste. O Povo, 03/12/1968.

JORNAL O POVO. CEARÁ comerá doces dos Alimentos Para a Paz. O Povo, 10/01/1969.

JORNAL O POVO. A MERENDA AMEAÇADA. O Povo, 13/03/1969.

JORNAL O POVO. TÁVORA, Ademar. MERENDA para engordar alunos. O Povo, 20/03/1969.

JORNAL O POVO. VÉM AÍ TRINTA vacas mecânicas. O Povo, 24/03/1969.

JORNAL O POVO. ALIMENTAÇÃO Escolar vai entrar nos currículos primário e normal. O Povo, 27/03/1967.

JORNAL O POVO. ENSINANDO a comer. O Povo, 27/03/1969.

JORNAL O POVO. HÁ MUITO tempo estado cuida da educação alimentar nos currículos primário e normal. O Povo, 14/04/1969.

JORNAL O POVO. CEARÁ receberá dos "Alimentos para a paz" roupas e bombons. O Povo, 16/04/1969.

JORNAL O POVO. TÉCNICO condena substituição do feijão de corda pela soja. Indispensável; Não aceita; Reação. O Povo, 15/05/1969.

JORNAL O POVO. EDUCAÇÃO Alimentar reúne no Ceará representantes de vários estados. O Povo, 07/08/1969.

JORNAL O POVO. MOINHO FORTALEZA divulga valores nutritivos do pão em interessante livrinho distribuído na CNAE. Pão, o rei da alimentação. O Povo, 20/11/1970.

JORNAL O POVO. PLANO Integrado para Alimentação Escolar. O Povo, 01/04/1970.

JORNAL O POVO. MERENDA ESCOLAR empregará ovos. Vaca no festival. O Povo, 26/11/1969.

JORNAL O POVO. FESTIVAL DO OVO servirá 18 mil gemadas gratuitas. Dificuldade. O Povo, 03/12/1969.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. ALIMENTOS para zona seca. Tribuna do Ceará, 16/06/1966.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. BOLSAS da USAID para cearenses. Agosto e Novembro. Tribuna do Ceará, 18/06/1970.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz vai instalar... Tribuna do Ceará, 23/10/1970.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. VAI SER FUNDADA no Ceará a ABAE. Assistência. Tribuna do Ceará, 24/10/1970.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. CNAE envia alimentos para vítimas das inundações no Sertão. Tribuna do Ceará, 26/04/1967, p. 1.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. EUA MANDA 40 toneladas de feijão para Campanha de Alimentação Escolar. Tribuna do Ceará, 17/06/1967.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. EDUCAÇÃO ALIMENTAR. Superintendente. Tribuna do Ceará, 28/09/1967.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. CONVÊNIO ANCAR- CNAE. Tribuna do Ceará, 10/07/1968.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. PRESIDENTE da CNAE: Ceará tem o melhor Programa de Alimentação Escolar do Nordeste. Ceará: O melhor do NE; Orçamento, 15 milhões novos. Tribuna do Ceará, 04/12/1968.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. VAI SER FUNDADA no Ceará a ABAE. Assistência. Tribuna do Ceará, 24/10/1970.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. CHEGA na quinta a Fortaleza...Tribuna do Ceará, 02/03/1971.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. AMERICAN FOOD. Tribuna do Ceará, 03/03/1971.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. CNAE recebe acervo da Escola de Nutrição do extinto SAPS. Tribuna do Ceará, 05/04/1967, p.7.

JORNAL UNITÁRIO. ALMOÇO escolar nos grupos do município. Unitário, 27/03/1965.

JORNAL UNITÁRIO. CAMPANHA de alimentação escolar criará setores para atender regiões do Ceará. Campanha em franca ascensão; Objetivos da viagem. Unitário, 02/12/1965

JORNAL UNITÁRIO. SOBRAL, 1: Setor da Campanha de alimentação Escolar vai atender a 34 municípios. Sobral o 1º setor; Funcionamento em fevereiro; Previsão de atendimento; Segundo setor: Crato. Unitário, 16/12/1965.

JORNAL UNITÁRIO. CURSO de Educação Alimentar em Sobral.Grande interesse. Unitário, 06/01/1966.

JORNAL UNITÁRIO. ADERALDO, Divaldo. ALMOÇO escolar. Unitário, 03/04/1966.

JORNAL UNITÁRIO. NOGUEIRA, Antônio Alcântara. RAPADURA na merenda escolar. Unitário, 30/05/1967, p. 3.

JORNAL UNITÁRIO. ESCOLAS terão hortas a partir do próximo ano. Unitário, 13/10/1966.

JORNAL UNITÁRIO. SERVIDORES do CNAE com certificados. Outros setores. Unitário, 19/11/1966.

JORNAL UNITÁRIO. CAMPANHA de Alimentação Escolar será transformada em departamento. Unitário, 23/02/1967.

JORNAL UNITÁRIO. CNAE vai estimular atividades agrícolas na escola primária. Unitário, 01/02/1967.

JORNAL UNITÁRIO. ACERVO do SAPS foi para Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Unitário, 05/04/1967, p. 8.

JORNAL UNITÁRIO. MERENDA ESCOLAR. Unitário, 19/09/1967.

JORNAL UNITÁRIO. MAIS leite. Unitário, 21/11/1967.

JORNAL UNITÁRIO. CENTRO de treinamento e alimentação para o NE. O Curso. Objetivos do Curso. Unitário, 07/12/1967.

JORNAL UNITÁRIO. CEARÁ no curso da AID sobre Alimentação Escolar. Unitário, 09/04/1968.

JORNAL UNITÁRIO. PRODUTOS REGIONAIS na pauta da Alimentação Escolar. Interesse da Campanha; Intensificando; O Diretor; Vacas mecânicas. Unitário, 11/05/1969.

JORNAL UNITÁRIO. FALTA de alimentos eleva a evasão escolar a 70%. O Aroveitamento; Cardápios Regionais. Unitário, 05/09/1969.

JORNAL UNITÁRIO. MERENDA ESCOLAR poderá funcionar nas férias. Maior assistência; Vacas. Unitário, 18/11/1969.

JORNAL UNITÁRIO. OVO É AINDA o melhor alimento. Sobre o festival; O problema do abastecimento. Unitário, 05/12/1969.

JORNAL UNITÁRIO. ALIMENTAÇÃO escolar também desviada para comércio. Enriquecimento; Desconhecimento. Unitário, 30/04/1970.

REVISTA DA CNAE. NOTICIÁRIO DOS ESTADOS. Revista da CNAE, MEC, nº 9, 1968.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) CANAE verifica que crianças não aprendiam por subalimentação. Secretaria dá o ar da graça.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) CANAE nota anomalias em quatro escolas e pode cortar alimentos. Semana da Comunidade.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) CANAE trocará o açúcar pela rapadura cearense na merenda de 4 mil alunos. Merendeiras em Icó.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) COM 50 SUPERVISORAS que preparará, a CANAE evitará desvios de gêneros.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) DIRETOR da CNAE fala sobre assistência alimentar nos EUA. O Programa americano; Boa supervisão; Recepção.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) EDUCAÇÃO ALIMENTAR. s/ref, coluna "a cidade e os fatos, 31/03/1967", p. 5.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) EM 71 todas as escolas do Ceará vão receber merendas da Campanha. Expansão; Homenagem. 05/12/1970.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) ESTUDANTES repelem o manifesto do SESC e diretor teme a volta. Repercussão negativa; Diretores não falam.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) GOOD FOOD Creates Common Bond, Breaks Language Barrier. 05/1968

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) HONORARY TENNESSEAN. 10 Brazilians Start State School Tour. 26/04/1968.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) MAIS de 10 mil litros de leite batizado apreendidos.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) OS 10 TÉCNICOS da CNAE viajaram no dia 11 de Abril de 1968.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) REGRESSA dos Estados Unidos grupo de bolsistas da CNAE.

(REFERÊNCIA ILEGÍVEL) SEMANA DA COMUNIDADE será bem comemorada.

APÊNDICES

- APÊNDICE A -

Entrevista com Pedro Almino de Queiroz e Souza

- ENTREVISTA -

Entrevistado: Pedro Almino de Queiroz e Sousa;
Diretor (Representante federal) da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará entre 1964 e 1971

Tipo: Entrevista temática; Aberta, com roteiro semi-estruturado;
Local e data da entrevista: Fortaleza, Ceará, Sexta-feira, 15 de Abril de 2016;
Entrevistador e transcritor: Francisco José Alves de Aragão;
Data da Transcrição: 20 de Abril de 2016;

LEGENDA:

(*FJAA*) - Analista/ entrevistador;
(*PEDRO ALMINO*) - Entrevistado;
(+) - Pequena pausa na fala;
(++++...) - Pausas mais longas;
(*inaudível*) - Trecho sem entendimento;
[...] - Eliminação de trecho sem relevância;
(//) - Desconexão com o tema abordado;
(()) - Comentários do Analista/ entrevistador;
() - Comentários do Entrevistado.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

(*FJAA*)__ Bem, hoje é 15 de Abril de 2016 e estou aqui com o Dr. Pedro Almino de Queiroz, que foi diretor da CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar aqui no Ceará na década de 1960 e início da década de 1970, chegando a ser também Assessor da Região Norte (Ceará, Piauí e Maranhão). O Dr. Pedro Almino colecionou, juntou muitas notícias dos jornais daquela época, notícias que tratavam da CNAE justamente na época em que era o diretor da CNAE no Ceará e Assessor Regional, e os cedeu para o Grupo de Pesquisa AgostoS (UFC/FACED/PPGEB/Lece/Currículo/AgostoS), de onde nós extraímos muitos fatos relevantes e agora pretendemos conversar um pouco com ele sobre todos esses fatos que dizem respeito à Campanha. Inicialmente, gostaria de perguntar sobre a questão da educação alimentar, dos cursos e concursos promovidos, de redação, de relações humanas, de visitadoras de alimentação, de professoras, supervisoras, merendeiras, etc. O que o Sr. teria de importante a nos dizer sobre essa temática da educação alimentar naquele contexto, naquele momento ?

(PEDRO ALMINO)___ Bom, muito obrigado pela atenção e pelo convite, na realidade quando eu assumi não era alimentação escolar, era Campanha Nacional de Merenda Escolar (+) nessa época só existia praticamente o leite nas escolas e aqueles "Alimentos Para a Paz", que vinham dos E.U.A.(+) era uma campanha em todo o Brasil e o órgão pertencia ao MEC-Ministério da Educação (+) com o tempo a Campanha foi-se ampliando, foi criado então o chamado "almoço escolar" nas escolas e o superintendente sugeriu mudança de nome, foi quando passou a se chamar Campanha Nacional de Alimentação Escolar (+++) em determinada época essa Campanha recebeu um acervo que pertencia ao antigo SAPS-Serviço de Alimentação da Previdência Social, que também tinha a Escola Agnes June Leith, cuja diretora era a Maria Semírames de Oliveira, depois passou a ser diretora a Maria José Queiroz, que é minha irmã. Esta escola passou todo o acervo, toda a parte física e estrutural, assim como os funcionários, tudo passou para a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, sob a minha coordenação, subordinados à minha pessoa (+) então, veja, sobre o que você me perguntou sobre a educação alimentar nas escolas, quem fazia isso eram exatamente as visitadoras da Escola, com todo o apoio da Campanha, entendeu, nós desenvolvíamos esses projetos de educação nas escolas (+) e o almoço escolar passou a ter em determinadas escolas que estavam mais aparelhadas.

(FJAA)___ Quando o senhor pegou essa diretoria da CNAE foi na época da ditadura militar, o senhor tinha alguma vinculação com a Ditadura?

(PEDRO ALMINO)___ Não, não, é certo que foi exatamente em 1964, mas na época eu apenas era um médico recém-formado (+) o meu antecessor era médico também, que era o Dr. Tomás Barreto (++) e com a revolução que surgiu houve uma espécie de inquérito por lá "e tal", (+) então ele foi afastado (inclusive ele era muito amigo meu, eu já o conhecia antes), mas ele saiu sem nenhum trauma e a Campanha ficou sob a intervenção de um general, que em nível nacional era o general Sombra; aqui no Ceará era o general Abimael Clementino de Carvalho, que depois foi até Secretário de Fazenda (+) ele ficou como interventor, fez lá o trabalho dele e apontou para o MEC a necessidade de um médico para assumir a pasta da Campanha (+) e o meu nome surgiu assim, nem sei como, eu não tinha nada a ver com o Regime Militar, apenas era um médico, civil, tinha apenas 02 (dois) anos de formado, fui convidado, estava praticamente sem emprego, tinha apenas um emprego no IJF (Instituto Dr. José Frota) como médico, e como dava para acumular 2 (dois) empregos (++) (inclusive eu não estava muito interessado, porque não era hospital, não era nada disso...), mas alguém me disse: "_Nada, rapaz, aceite, lá você desenvolve...", então eu aceitei, "né"! Aceitei e procurei desenvolver um trabalho, que foi considerado bom (+) inclusive,

como você falou, posteriormente houve uma abrangência para os 03 (três) estados, Ceará, Piauí e Maranhão, e o Ceará, como encabeçava a região, acabou ficando com a Assessoria Regional. Lá eu era o assessor para essa região, ou seja, eu era diretor da Região Ceará e assessor da Região Norte; chamava-se norte, não era bem norte, porque aqui é nordeste, mas o nome era esse: "norte". Então a Campanha ficou dividida no Brasil em várias assessorias, tinha a minha e tinham outras e eu acumulava esse trabalho de assessor para a Região Norte e diretor da Região do Ceará.

(FJAA)__ E o que foram as "Semanas da Comunidade", as "Semanas de Alimentação Escolar"?

(PEDRO ALMINO)__ *Isso aí foi um Decreto Federal para realizarmos trabalhos junto às escolas (isso é também educação), junto às entidades, envolvendo a comunidade (porque a Merenda Escolar quando surgiu não tinha verbas, praticamente...), pois nós precisávamos do apoio da comunidade, dos pais dos alunos (+), e tínhamos que fazê-los entender o que era aquilo, um trabalho educativo e também nutricional, explicar que o aluno indo à escola e merendando ele teria um melhor rendimento escolar, passava melhor e tudo mais (+) então surgiu essa idéia da "Semana da Comunidade", em nível nacional (não fui eu que criei aqui...), e aqui também nós desenvolvemos essa "Semana da Comunidade". A Educação Alimentar nas escolas e entidades nós procuramos desenvolver exatamente porque era uma das finalidades da CNAE- Campanha Nacional de Alimentação Escolar; um dos seus objetivos era que o povo procurasse se alimentar bem, e também procurar alimentos alternativos, fazíamos cursos com relação a isso, com apoio da Escola de Nutrição Agnes June Leith, que nos ajudava muito nesse sentido.*

(FJAA)__ Com relação ao "improvisado" da Campanha, como era isso?

(PEDRO ALMINO)__ *Era porque os recursos eram muitos limitados (+) aqui no Ceará, por exemplo, tinha o trabalho só aqui na capital, posteriormente é que nós criamos os setores regionais, que não existiam antes (+) Era o seguinte: antes vinham os prefeitos, pegavam os alimentos e levavam e ninguém sabia nem como é que eles distribuíam lá (+) tanto é que depois muitos inquéritos foram abertos para apurar devios, pois eles diziam que tinham, vamos dizer, 100 (cem) escolas (como é que uma prefeitura podia ter cem escolas?), então eles levavam alimentos para cem escolas ((risos)), e, na realidade, tinha uma meia dúzia de escolas lá (+) Então fizemos um levantamento geral sobre isso e procuramos moralizar essa coisa. Além do mais criamos os Setores Regionais, com escritórios que ficavam nas regiões mais importantes da época, que eram: Quixadá, Iguatu, Crato, Sobral e Crateús. Em todas essas cidades nós fizemos reuniões com a comunidade, explicávamos a finalidade da*

Campanha e a própria comunidade indicava, sugeria um nome para dirigir aquele escritório (+) Todas elas passaram por esse crivo, não era uma indicação política, era uma indicação da comunidade, geralmente um professor, etc... teve até um promotor que assumiu esse encargo, o Dr. Glauco Magalhães, lá em Quixadá.

(FJAA)___ Esse processo todo de logística da Merenda Escolar, como se dava?

(PEDRO ALMINO)___ Eram na forma de convênios, ou seja, ambas as partes tinham suas obrigações; tinha a parte da prefeitura, que cedia alguns funcionários (+) no caso do escritório, por exemplo, ela pagava o funcionário-chefe, e os outros ou eram do Estado (Secretaria de Educação) ou das prefeituras locais, cedidos para trabalhar ali (+) houve uma época que nós recebemos também funcionários federais de algumas repartições que foram extintas, como a LBA, alguns funcionários da Assembléia Legislativa que estavam ociosos também foram cedidos para lá.

(FJAA)___ Ainda sobre esse tema de logística e seu planejamento, como se davam os Congressos da Campanha Nacional de Alimentação Escolar?

(PEDRO ALMINO)___ Os congressos eram feitos anualmente pela Campanha, em nível nacional. No Rio, São-Paulo, Goiânia, Manaus... Nesses congressos haviam debates sobre o Programa, com apoio das entidades governamentais (+) Daí foram criados o Manual da Merenda Escolar, a Revista da CNAE, e aqui eu criei também um jornalzinho para divulgação, com o título de "A Comunidade" . ((E sobre a SUNAB, Dr., como funcionava?)) A Sunab entrou em uma época com armazenamento, eu acho, porque os armazéns, de início, eram do Ministério da Agricultura, e funcionavam ali na Rua dos Cariris [...]

(FJAA)___ O senhor lembra alguma coisa da Campanha Nacional do Leite, instituída em 1967 pelo ministro Ivo Arzua?

(PEDRO ALMINO)___ Não tô lembrando dessa campanha, mas sei que o leite nós recebíamos dos Estados Unidos, daquele programa "Alimentos Para a Paz", agora quando começou o Programa de Alimentação Escolar nós fizemos alguns convênios com algumas prefeituras, que forneciam o leite 'in natura' para as escolas. Isso dependia da região, se era produtora. Com relação às "vacas mecânicas", foi o seguinte: o Brasil tinha um acordo, um programa com a Dinamarca, que tinha uma dívida comercial (+) eles lá tinham essas máquinas de pasteurizar os alimentos e o Brasil recebeu essas máquinas e vieram aqui para o Ceará umas trinta e poucas máquinas. Então nos determinamos um critério para distribuir essas máquinas, municípios que tivessem um programa bom, com interesse para utilizá-las. Distribuimos algumas aqui na capital e o restante no interior do estado.

(FJAA)__ Fale-me em que consistiu essa viagem sua, juntamente com outros técnicos da CNAE, para os Estados Unidos em 1968?

(PEDRO ALMINO)__ *A Superintendência Nacional escolheu 10 (dez) técnicos, 10 diretores no Brasil (aqui do Nordeste fomos eu e o da Bahia, se eu não me engano...o resto foi do Sul) para conhecer o funcionamento da alimentação escolar nos Estados Unidos. O aprendizado foi muito bom, foram quase dois meses e inicialmente houve um ciclo de conferências em Washington (DC), onde ficamos uma semana (+), depois nós fomos conhecer o programa deles lá, um programa muito avançado para a época, eles tinham tudo no computador (estava iniciando aquela fase de computador), eu me lembro bem que eram umas máquinas imensas ((risos)), e saímos em campo conhecendo o programa nas escolas, um programa que envolvia a comunidade, muito bom. Algumas coisas que vimos por lá nós adaptamos aqui na região. ((E a cozinha central, o senhor sugeriu quando voltou?)) Sugeri, mas a cozinha central não deu certo porque teríamos que ter uma estrutura maior e não tínhamos recursos para isso. Com relação a essa questão, o que eu fiz foi em relação ao pão, um convênio com a 10ª Região Militar, que tinha uma padaria ali por detrás de onde é a Secretaria de Saúde atualmente, e eles distribuíam o pão em algumas escolas de Fortaleza. Nós selecionamos as escolas, eles faziam o pão e nós fornecíamos todo o trigo que tínhamos. A 10ª Região Militar colaborou muito nessa época, pois nós não tínhamos dinheiro, nós não pagávamos, nós usamos a estrutura deles lá, nós só tínhamos o alimento.*

(FJAA)__ E a merenda nas férias, como surgiu? foi idéia sua?

(PEDRO ALMINO)__ *Não, quer dizer, houve um congresso, não fui eu sozinho, mas eu participei dessa idéia com um grupo de colegas, que visava fixar o aluno na escola. Em determinadas escolas de bairros mais pobres a merenda passou a funcionar nas férias, mas não era em todo local, não, (+) a gente precisava da colaboração das pessoas, pois precisava abrir a escola, servir a merenda, etc... [...]]((O Sr. lembra de um Plano do Ministério do Interior, com a Sudene e Sebrae, com a CNAE, acerca de hortas escolares?)) Teve isso também essa parte de horta escolar, eu me lembro bem que nós procuramos desenvolver nas escolas, fizemos cursos de aperfeiçoamento sobre isso, não é, e algumas escolas tinham a sua horta escolar.*

(FJAA)__ Outro assunto interessante que emerge dos jornais são os desvios de finalidade da Campanha, tanto os lícitos, como empréstimos para socorrer vítimas de secas e enchentes, mas também os ilícitos, como furtos e desvios dos alimentos para certos comerciantes. O Sr. recorda alguma coisa?

(PEDRO ALMINO)___ Não, isso aí é porque nós tínhamos um estoque de alimentos muito grande e quando surgia esses problemas de secas e enchentes, havia sempre solicitação por parte de prefeitos e governador. O governo do Estado também liberava alimentos que vinham de fora, doados (não sei se você viu essas notícias por aí...), quando a Cia. Docas por algum motivo não liberava. Uma vez não liberou, o alimento ficou lá estocado, a imprensa "caiu em cima" de mim e eu disse que "não dependia de mim, o problema é com a Docas" (+) eu fui falar com o governador Plácido Castelo, que autorizou a Docas a liberar o alimento, que estava preso a mais de uma semana lá, estocado, e os alunos precisando dos alimentos. Até que fim deu certo. [...] quando havia qualquer desvio, furto, a gente abria inquérito, não é. O Programa era coisa muito séria, o problema mais sério que eu encontrei quando eu assumi foi a questão da distribuição, pois era "muito bom" para os prefeitos, que recebiam os alimentos, distribuía com quem queriam, a parte política e tudo mais(+) então nós procuramos moralizar isso aí, eu fui ao IBGE, inclusive, procurar saber quais eram e quantas eram as escolas em todos os municípios, eu consegui tudo isso, e precisava o prefeito trazer um atestado do IBGE para poder receber a merenda, para poder moralizar a coisa(+) e havia fiscalização também.

(FJAA)___ Como se davam as relações internacionais da CNAE com o Programa "Alimentos Para a Paz"?

(PEDRO ALMINO)___ (//) A tendência foi ficar o alimento a nível regional, porque o Programa Alimentos Para a Paz tinha um limite, ele iria se acabar, uma época ele iria se acabar; havia o problema regional também, porque as crianças não gostavam, pois o alimento que vinha não era o nosso alimento regional. O Bulgor, por exemplo, é um alimento que não existe no Brasil, eles tinham em excesso lá nos Estados Unidos e eles aqui eram aproveitados, era um alimento de qualquer forma, mas não fazia parte do nosso cardápio aqui. A gente tinha que fazer, principalmente no almoço escolar, era com nossos alimentos, e procuramos sempre introduzir alimentos da nossa região, frutas, verduras. Tudo isso também era com a colaboração da Escola de Nutrição Agnes June Leith. Enfim, O Programa "Alimentos Para a Paz" um dia iria se acabar, não íamos ficar para sempre recebendo aqueles alimentos dos Estados Unidos.[...]

(FJAA)___ Em que consistia a ABAE, que o Sr. chegou a criar aqui uma?

(PEDRO ALMINO)___ Era a Associação Brasileira de Alimentação Escolar, uma espécie de Associação, junto com pessoas da comunidade, pessoas interessadas em alimentação escolar, educação alimentar, que foi criada para conseguir recursos para melhor

desenvolver o programa nas escolas, mas essa ABAE não foi pra frente, trabalhou pouco, realmente, tanto é que eu acho que nem existe mais.

(FJAA)__ E sobre as imposições dos alimentos que vinham do exterior, por meios desses programas assistenciais?

(PEDRO ALMINO)__ *É como lhe falei, nós procuramos sempre incentivar nossos alimentos regionais. Em um desses congressos eu apresentei um trabalho sobre a rapadura, que foi muito bem aceito, nós procuramos desenvolver isso por aqui. Tinha a nossa rapadura, o cacau da bahia, o mate no Sul, etc...*

(FJAA)__ Com relação à alimentação escolar em si e a relação desta com o desempenho dos estudantes, o que o senhor pode dizer, qual era a sua visão a respeito disso?

(PEDRO ALMINO)__ *Ah, sem dúvida, isso é essencial (+) nós procurávamos explicar muito bem isso à comunidade, pois fixava o aluno na escola, o aprendizado do aluno dependia muito do alimento, pois grande parte dos alunos chegavam sem ter ((se alimentado)) nada, eram pessoas pobres, e aquela falta de alimento prejudicava, dificultava o aprendizado, então eles chegando na escola e recebendo o alimento melhoravam o rendimento escolar, melhoravam inclusive a frequência à escola, diminuía muito a evasão escolar. (//) Nós procurávamos ao máximo entrar na comunidade, em todas as instituições, na época do 7 de Setembro eu fui na 10ª Região Militar e eu sugeri dar alimentos para os alunos que iriam participar do desfile. Acho que por dois desfiles aconteceu isso, eles montavam as barracas em pontos estratégicos e os alunos que participaram receberiam o lanche.*

(FJAA)__ E sobre as empresas que se achegavam com propósito de vender seus produtos para a CNAE?

(PEDRO ALMINO)__ *É, havia, mas essas compras eram centralizadas, não era aqui, eu não tinha orçamento nenhum aqui, não tinha recursos, não tinha nada. Eu era o diretor-geral, era quem comandava a coisa toda, mas não tinha nada de dinheiro aqui, porque a merenda vinha das doações e vinha de lá ((da Superintendência da CNAE)). Por exemplo, se o general lá que era superintendente ((José Pinto Sombra)) recebesse dinheiro para comprar alguma coisa, ele fazia por lá a licitação e enviava para os estados. Não enviava nada de dinheiro para cá.*

(FJAA)__ Em 1970 as prefeituras chegaram a criar seus próprios setores municipais da CNAE?

(PEDRO ALMINO)__ *Ah, bom isso aí foi para melhor desenvolver o programa em nível local, porque cada prefeitura recebia aqueles alimentos através de um convênio e os levavam*

para as escolas (+) agora, se a prefeitura fosse mais organizada (as maiores por exemplo), que tivesse sua Secretaria de Educação, muitas criavam um setor para melhor desenvolver o programa, isso já era o começo da descentralização administrativa da Campanha. E uma das melhores coisas que eu fiz aqui no Ceará foi a criação dos Setores Regionais, para um melhor desenvolvimento do Programa ((e que também era uma espécie de descentralização local)).

(FJAA)___ Agradeço ao Dr. Pedro Almino pela excelente entrevista. Se o senhor quiser dizer mais alguma coisa, doutor, fique à vontade.

(PEDRO ALMINO)___ Bom, eu saí da CNAE em 1971, para ir ser diretor do Instituto Dr. José Frota. Fui convidado pelo Vicente Fialho, que era o prefeito, mas eu disse que não estava interessado. Ele me perguntou por que não e eu disse que teria que comunicar ao meu chefe no Rio de Janeiro. Fui telefonar lá na Pedro I (era difícil a comunicação nessa época), entrei naquela cabine telefônica e aí consegui falar com o superintendente lá no Rio. Ele me disse que eu podia assumir, que falasse com o governador, que indicasse um nome, de preferência uma professora, aí eu indiquei um substituto e assumi como diretor do IJF. Mas isso já é uma outra história, um outro momento. Agradeço o convite para esta entrevista e lamento não ter recordado alguma coisa mais que porventura pudesse ser lembrada, mas é tudo isso já faz muito tempo, não é. O que eu tinha de lembrança, enfim, foi o que falei. Desejo sucesso no trabalho que você está empreendendo. Muito obrigado!

- APÊNDICE B -

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Sua participação é importante, porém, você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos. A pesquisa terá como tema – **COMIDA E PODER: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CEARÁ (1955-1973)**, cujo objetivo geral é analisar a História da Campanha de Alimentação Escolar no Estado do Ceará entre 1955 e 1973. Se o senhor(a) consentir, na entrevista será utilizado gravador para melhor compreensão dos dados coletados. Se for permitido, gostaria também de obter algumas fotos para enriquecer esta pesquisa. Informamos que garantimos o segredo quanto às informações prestadas. Não divulgaremos qualquer informação que esteja relacionada à sua intimidade. Caso aceite participar, não haverá qualquer prejuízo para você em face das informações fornecidas.

Riscos - Não haverá riscos para o(s) sujeito(s) de pesquisa;

Benefícios - Retorno dos resultados obtidos através deste estudo para as pessoas e a comunidade onde o mesmo foi realizado.

Durante o andamento da pesquisa, se por qualquer motivo resolver desistir, terá toda a liberdade para retirar o seu consentimento. Em caso de dúvidas, favor contatar o pesquisador responsável, **Francisco José Alves de Aragão**, por meio dos telefones (085) 33667893/ 30676615/ (085)999334449. Poderá também contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Academia Cearense de Odontologia/ACO- Centro de Educação Continuada, telefone (085) 32727776.

Responsável pela pesquisa:

Nome: FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: CENTRO DE HUMANIDADES I- CAMPUS BENFICA/ Faculdade de Educação/ NUPER- Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais/ Sala 06. Rua Waldery Uchôa, 01

Bairro: Benfica - CEP: 60020-110 – Fortaleza/ Ce.

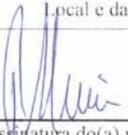
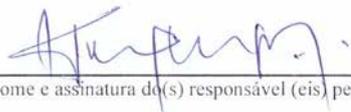
Telefones para contato – (85) 33667893 (085)30676615/ (085)999334449/

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, ligue ou dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa da Academia Cearense de Odontologia/ACO- Centro de Educação Continuada/CEC, Av. Sabino do Monte, 3580 - Bairro São João do Tauape - Fortaleza, Ce - Telefone: (085) 32727776

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu **DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.**

Local e data: Fortaleza, 15 de Abril de 2016

	
Assinatura do(a) voluntário(a) ou digital	Nome e assinatura do(s) responsável (eis) pelo estudo
Nome do(a) participante-voluntário(a): PEDRO ALMINO DE QUEIROZ E SOUSA Endereço: R. BR. DE ARACATI, 1430, AP. 1202 - TORRE AQUA Bairro/CEP: ALDEOTA Cidade/Estado: FORTALEZA -CE Telefones: (85) 32567380 (85) 999294449 Ponto de referência:	

ANEXOS

- ANEXO A -

- Parecer Consubstanciado nº 1.357.043, do Cômite de Ética em Pesquisa da ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA, aprovando a pesquisa -

ACADEMIA CEARENSE DE
ODONTOLOGIA - ACO/
CENTRO DE EDUCAÇÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COMIDA E PODER: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CEARÁ (1955-1973)

Pesquisador: FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51168815.8.0000.5034

Instituição Proponente: Academia Cearense de Odontologia - ACO/ Centro de Educação

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.357.043

Apresentação do Projeto:

A pesquisa intenta realizar uma análise histórica na tentativa de (re)construir a História da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Estado do Ceará, em parte da época de sua fase internacionalizada (1955- 1973). O levantamento de dados (fontes da pesquisa) acontecerá a partir de duas fontes principais: a do discurso dos jornais (fonte histórica secundária) que referenciam a citada Campanha na época em que o médico Pedro Almino de Queiroz era titular da pasta no Estado do Ceará (1965-1971) e; a dos discursos orais a coletar (fonte histórica primária). A forma de registro de entrevista(s) será por meio de gravações em áudio, que serão posteriormente transcritas. Para a análise dessas fontes históricas empreenderei os fundamentos teórico-metodológicos da História Nova e da História Oral, com aportes da Análise (Crítica) do Discurso. O período histórico delimitado é rico de nuances político-administrativas, coincidindo com a implantação do regime militar no Brasil (pós-1964). O projeto se justifica em grande parte pela escassez de estudos com viés histórico sobre a política de alimentação escolar no Brasil, ainda mais em recortes de tempo e de espaço mais restritos. Os principais estudos apontam o número reduzido de pesquisa dessa corrente histórica, além de trazerem várias questões que requerem estudos analíticos mais aprofundados, dentre eles a incorporação das políticas de alimentação aos mecanismos de legitimidade do Estado, a formação de classes consumidoras e

Endereço: Av. Sabino do Monte, 3580

Bairro: Tauapé

CEP: 60.120-230

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3272-7776

Fax: (85)3272-7776

E-mail: cep@aco.org.br

ACADEMIA CEARENSE DE
ODONTOLOGIA - ACO/
CENTRO DE EDUCAÇÃO



Continuação do Parecer: 1.357.043

ampliação de mercados por meio de tais programas, bem como a implementação da indústria nacional. A pesquisa pretende contribuir, ademais na aproximação da Educação ao debate/diálogo transdisciplinar que marca essa área de estudo, já que nenhum campo científico abarca o fenômeno alimentar por completo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral - Construir uma versão da História da Campanha de Alimentação Escolar no Estado do Ceará entre 1955 e 1973.

Objetivos específicos

==> Analisar as Políticas Públicas de Alimentação no Brasil, notadamente as de Alimentação Escolar, de modo a encontrar subsídios complementares à pesquisa que indiquem eventuais usos políticos de tais programas;

==> Investigar, à luz dos estudos históricos, o contexto da industrialização brasileira, como suporte de dados referentes ao desenvolvimento das indústrias de alimentação, de modo a verificar indícios de que a indústria nacional e multinacional encontraram nos Programas de Alimentação Escolar um campo de ensaio para seus produtos; e

==> Identificar, na literatura existente, outros atores que possam colaborar com a presente e com as futuras pesquisas desta área, realizando entrevistas, haja vista a idade avançada dessas pessoas;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos - Não haverá riscos para o(s) sujeito(s) de pesquisa;

Benefícios - Retorno dos resultados obtidos através deste estudo para as pessoas e a comunidade onde o mesmo foi realizado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem elaborada e será relevante para a área da Nutrição e Alimentação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos devidamente apresentados.

Recomendações:

Não existem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem pendências e nem inadequações.

Endereço: Av. Sabino do Monte, 3580
Bairro: Tauapé CEP: 60.120-230
UF: CE Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3272-7776 Fax: (85)3272-7776 E-mail: cep@aco.org.br

ACADEMIA CEARENSE DE
ODONTOLOGIA - ACO/
CENTRO DE EDUCAÇÃO



Continuação do Parecer: 1.357.043

Considerações Finais a critério do CEP:

Pesquisa relevante para a área da Nutrição e Alimentação e o projeto está muito bem estruturado. Por esses motivos, o projeto está APROVADO por esse CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_627628.pdf	18/11/2015 12:54:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	FcoJoseAAragaoTerminoAnuencia.pdf	18/11/2015 12:52:55	FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	FcoJoseAAragaoTCLE2.pdf	18/11/2015 12:52:37	FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	FcoJoseAAragaoProjetoCEP.pdf	18/11/2015 12:52:10	FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO	Aceito
Folha de Rosto	FcoJoseAAragaoFolhadeRosto.pdf	18/11/2015 12:50:51	FRANCISCO JOSÉ ALVES DE ARAGÃO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 08 de Dezembro de 2015

Assinado por:
MARLENE LOPES CIDRACK
(Coordenador)

Endereço: Av. Sabino do Monte, 3580
Bairro: Tauapé CEP: 60.120-230
UF: CE Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3272-7776 Fax: (85)3272-7776 E-mail: cep@aco.org.br

- ANEXO B -

- RELAÇÃO DAS FONTES HISTÓRICAS SECUNDÁRIAS PESQUISADAS -

Tipo	Ano	Número de notícias
Jornais		
JORNAL A AÇÃO (Crato, CE)	1968	01
JORNAL CORREIO DO CEARÁ	1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971	164
JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ)	1969	01
JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS	1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971	156
JORNAL O CRUZEIRO	1968	01
JORNAL O ESTADO	1967, 1968, 1969, 1970	
JORNAL O NORDESTE	1966, 1967	23
JORNAL O POVO	1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970	213
JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ	1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971	174
JORNAL UNITÁRIO	1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971	223
Revistas		
REVISTA DA CNAE, nº 09	1968	01
Boletins		
BOLETIM SEMANAL DO ROTARY CLUB (Quixadá, CE)	1969, 1970	01
BOLETIM INFORMATIVO DO CEARÁ	1970	02
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ	1970	06
Outros		
02 notícias de Jornais dos E.U.A. (sem referência) do acervo de Pedro Almino de Queiroz	1968	02
Total de notícias		968

- ANEXO C -

LISTA DE SUJEITOS/ ATORES REVELADOS NAS FONTES HISTÓRICAS SECUNDÁRIAS DA PESQUISA¹²

*(Para checar a data, vide nota de rodapé¹³)

Nº	Volume nº; Notícia nº.	NOME	ATIVIDADE/ CARGO/ FUNÇÃO
01	V01;n01	Pedro Almino de Queiroz	Diretor (Representante federal) da CNAE- CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR no Ceará.
02	V01;n02	Murilo Borges	Prefeito de Fortaleza, Ceará.
03		Ernando Uchôa	Secretário Municipal de Administração de Fortaleza, Ceará.
04		Conceição Bastos Peixoto	Coordenadora Estadual da CNAE no Ceará.
05		Aury Bezerra Brasil	Coordenadora Municipal da CNAE- Fortaleza, Ceará.
06	V01;n04	Cesário Barreto	Prefeito de Sobral, Ceará.
07		Olavo João das Chagas Leite	General; Assessor da Superintendência da CNAE, do DNC-Departamento Nacional da Criança, do MEC- Ministério da Educação e Cultura, Governo Federal.
08	V01;n06	Luíza Távora	1ª dama do Estado do Ceará.
09	V01;n07	Natal Teixeira Mendes	Major; Assessor da CNAE - Região Norte.
10	V01;n10	José Pinto Sombra	General; Superintendente da CNAE- Governo Federal.
11	V01;n12	Valdir Machado	Major; Assessor de manutenção e transporte da CNAE- Governo Federal.
12	V01;n14	Raimunda Aragão Carneiro	Diretora do Setor Sobral, da CNAE- Ceará.
13	V01;n16	Joaquim Pinheiro Teles	Delegado Regional de Ensino; Diretor do setor Crato, da CNAE- Ceará.
14	V01;n17	Pedro Felício	Prefeito de Crato, Ceará.
15	V01;n18	Jandira Carvalho	Nutricionista do "PROGRAMA ALIMENTOS PARA A PAZ".
16	V01;n20	Virgílio Távora	Governador do Estado do Ceará.
17	V01;n25	José Stélio Cochane Santiago	s/ref.
18	V01;n26	Cláudio Santos	Advogado; Chefe da Casa Civil do Estado do Ceará.
19		Rui Pinheiro de Oliveira	Capitão; Representante do Comando da 10ª Região Militar.
20		Leite Araújo	General; diretor do instituto "Nosso Lar".
21		João Oliveira	Coronel; Comandante da Subsistência do Exército - Ceará.
22		Salomão Alves de Moura Brasil	Professor; Supervisor de Ensino da Secretaria de Educação do Ceará.
23		Anastácio Marques	Inspetor; Representante do Comando da Guarda-Civil, Ceará.
24	V01;n28	Isabel Colares Brasil	Professora; Diretora do Grupo Escolar Humberto Castelo Branco, Fortaleza, Ceará.
25	V01;n40	"miss" Leslie Hayes	Coordenadora do Programa Americano no Nordeste.
26	V01;n54	Waldir Santos Nunes	Auditor-Chefe do Setor Administrativo da CNAE, Governo Federal.
27	V01;n60	José Mauro Ramalho	Bispo em Iguatu, Ceará.

¹² FONTES HISTÓRICAS SECUNDÁRIAS: Jornais, revistas e boletins.

¹³ Nota do Autor: Para saber as datas em que foram veiculadas as notícias, figurando os sujeitos/ atores acima (consequentemente datas correspondentes às atividades, funções ou cargos apontados), verifique o número do volume e o número da notícia e cheque na lista de sumários anexada à presente dissertação (**ANEXO D** - são 14 sumários com todas as fontes históricas secundárias numeradas e referenciadas -**968 notas**-).

28		Maria Júlia Sombra	Professora; Cursista do Curso de Educação Alimentar, Ceará.
29	V02;n67	Maria Lêda de Santana	Professora; Diretora do Grupo Escolar Edith Braga- Fortaleza, Ceará.
30		Gutemberg Braun	Vereador em Fortaleza, Ceará.
31		Tereza Ferreira Ariá	Professora; Vice-diretora do Grupo Escolar Edith Braga.
32		Carlos Ferreira	Professor do Grupo Escolar Edith Braga- Fortaleza, Ceará.
33	V02;n87	Luiz Campos Vinchon	Assessor de Transportes da CNAE- Estado da Guanabara.
34	V02;n91	Plácido Aderaldo Castelo	Governador do Estado do Ceará.
35	V02;n96	Airton Bezerra de Menezes	Agrônomo; Delegado do INDA (Ceará, Piauí, Maranhão).
36	V02;n98	Lúcio Melo	Secretário de Educação do Ceará.
37	V02;n106	Adísia Sá	Jornalista; Diretora do Colégio Estadual Justiniano de Serpa- Fortaleza, Ceará.
38	V02;n130	Charles Gil	Coordenador do Programa "Alimentos Para a Paz" no Brasil.
39	V02;n134	'Mr' A.H. Boerma	Diretor-Executivo do Programa Mundial de Alimentos.
40		Luiz Viana Filho	Ministro; Governador eleito do Estado da Bahia.
41		Edson Franco	Professor; Diretor do Departamento Nacional de Educação- Governo Federal.
42		Raimundo Moniz de Aragão	Ministro de Estado da Educação- Governo Federal.
43		'Dr' John Wowe	Chefe da Missão da Unesco no Brasil.
44		'Dr' Thomas Pompeu Acioli Borges	Diretor do escritório regional da FAO/ ONU.
45		Geremias Fontes	Governador do Estado do Rio de Janeiro.
46		Leord Wolf	Diretor da "Operação Crianças", da "Guerra Contra a Fome" na América Latina.
47	V02;n136	Danilo Arruda	Delegado Regional da SUNAB no Ceará.
48	V03;n144	Campos Leiros	Delegado do SAPS- Serviço de Alimentação da Previdência Social, no Ceará.
49	V03;n145	Aprígio Pagnez Filho	Assessor do Ministro da Educação, Tarso Dutra.
50		Clóvis Mascarenhas	Assessor Técnico da CNAE- Rio de Janeiro.
51	V03;n147	Maria Semírames de Oliveira	Professora; Diretora da Escola de Nutrição Agnes Junes Leith- Fortaleza, Ceará.
52	V03;n150	Jonathas Nunes de Barros	Secretário de Saúde do Estado do Ceará.
53		Fernando Alcântara Mota	Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado do Ceará.
54	V03;n152	Humberto Ellery	Vice-governador do Estado do Ceará.
55		Dilermundo Monteiro	General; Comandante da 10ª Região Militar, Ceará.
56	V03;n158	Clóvis Motta	Vice-governador do Estado do Ceará.
57	V03;n159	Austregésilo Rodrigues	Delegado do Ministério do Trabalho no Ceará.
58	V03;n165	Francisca Adonalde de Sousa	Diretora do Depart. de Educação de Caucaia, Ceará.
59	V03;n170	Francisco Araújo	Professor da Faculdade de Medicina, UFC- Fortaleza, Ceará.
60	V03;n175	Herbert Walthers	Diretor do Dpto. de Desenvolvimento das Américas.
61	V03;n177	Layce bonfim; Terezinha Dantas	Professoras da Escola de Aplicação do Instituto de Educação do Ceará.
62	V03;n186	Maria Bernardete Queiroz e Sousa	Chefe do Setor Técnico da CNAE, Ceará.
63		Aparecida Araújo	Chefe do Setor Fiscal da CNAE, Ceará.
64		Valquíria Ferreira Costa	Auxiliar de Alimentação da CNAE, Ceará.
65		Adília Arruda	Monitora do Setor Administrativo da CNAE,

66		José Valmir Carneiro Frota	Ceará.
67		Adonias Rodrigues Carneiro	Vice-prefeito de Sobral, Ceará.
68		Cesário Melo	Superintendente de Ensino de Sobral, Ceará.
69		Moésio Nogueira Borges	Prefeito de Groaíras, Ceará.
70	V03;n189	Maria Helena Xavier Alves	Padre; Secretário Municipal de Sobral, Ceará.
71	V03;n193	José Davi do Nascimento	Chefe do Setor Técnico da CNAE, Governo Federal.
72		Raimundo Nonato Albuquerque	Prefeito de Meruoca, Ceará.
73	V03;n199	José Dolício Pereira	Prefeito de Alcântara, Ceará.
74	V03;n202	Temístocles de Castro e Silva	Diretor do Departamento de Assistência Escolar, Ceará.
75	V03;n206	Carlos Alberto Dutra	Deputado Estadual, Ceará.
76	V03;n210	Antônio Rolim	Inspetor do MEC, Governo Federal.
77	V03;n215	Adalberto Ximenes de Mesquita	Diretor (Representante Federal) da CNAE na Bahia.
78	V03;n217	Raimundo Soares Resende	Inspetor Geral de Educação Alimentar da CNAE.
79		José de Oliveira Camerino	Prefeito de Crateús, Ceará.
80		Bernadete de Queiroz e Souza	Vice-prefeito de Crateús, Ceará.
81	V03; n219	Ênio Gratidiano Dorileo	Professora; Técnica e Coordenadora do Curso de Educação Alimentar da CNAE, Ceará.
82	V03;n220	Leilá Cabral Monte Coelho	Superintendente da CNAE, Governo Federal.
83	V03;n227	Antonieta Cals	Presidente da "Casa da Amizade" de Sobral, Ceará.
84		Angelim de Albuquerque	Diretora do Dpto. de Ensino Primário de Maranguape, Ceará.
85		Hermano Maia	Chefe da Secretaria de Agricultura de Maranguape, Ceará.
86		Eduardo Parente	Diretor da Fundação SESP, Unidade sanitária. Ceará.
87		Antônio Botelho Câmara	Diretor do Dpto. de Assistência ao Cooperativismo e Organização Rural, Ceará.
88	V04;n237	Tarso Dutra	Prefeito de Maranguape, Ceará.
89		Artur da Costa e Silva	Professor; Ministro de Estado da Educação, Governo Federal.
90	V04;n254	Teonila Felipe	General; Presidente da República Federativa do Brasil.
91	V04;n256	Humberto de Alencar Castelo Branco	Diretora do Setor Iguatu, da CNAE, Ceará.
92	V04;n261	Hélio_	General; ex-presidente da República Federativa do Brasil.
93		Raimundinha Sampaio Feijó	Delegado Especial de Polícia de Martinópolis, Ceará.
94		Dário Campos Feijó	Supervisora da Merenda escolar em Martinópolis, Ceará.
95	V04;n273	João Silva Guerra	Prefeito de Martinópolis, Ceará.
96	V04;n275	Iolanda Costa e Silva	Prefeito de Itatira, Ceará.
97	V04;n281	Joaquim Colaço Dourado	Primeira dama do país; Presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA).
98		Olívia Mota	Padre em Fortaleza, Ceará.
99		Genário Augusto de Melo	Visitadora de Alimentação- Fortaleza, Ceará.
100		Rocilda Pimentel	Padre em Fortaleza, Ceará.
101		Irene Bessa	Visitadora de Alimentação- Fortaleza, Ceará.
102		Amorim Sobreira	Assistente Social- Fortaleza, Ceará.
103		Risalva Cabral Amorim	Presidente do Rotary Clube- Fortaleza, Ceará.
104	V04;n282	Margarida Coer	Assistente Social- Fortaleza, Ceará.
105		Teógenes Gondim	Assistente Social- Fortaleza, Ceará.
106		Francisco Alves de Lima	Monsenhor em Fortaleza, Ceará.
107	V04;n284	Luiz Campos	Professor; membro do Lions Clube - Fortaleza, Ceará.
108	V04;n287	Maria Iracema Sá Cavalcante	Jornalista- Fortaleza, Ceará.
			Economista- Fortaleza, Ceará.

109		Élvia Torres	Assistente Social- Fortaleza, Ceará.
110		Elma de Abreu	Assistente Social- Fortaleza, Ceará.
111		Cleano_	Padre em Groaíras, Ceará.
112		Jerônimo Torres	Jornalista; Secretário da Prefeitura de Groaíras, Ceará.
113	V04;n304	Sebastião Praciano	Professor- Fortaleza, ceará.
114	V04;n306	João Teófilo Monte	Secretário da Prefeitura de Meruoca, Ceará.
115		Alceu Raposo	Secretário do CEP -Conselho Federal de Economia.
116	V04;n309	Francisca Peixoto Muniz	Turma de Visitadoras de Alimentação- 1967
117		Cícera Rocha Santos	(formandas)
118		Cordélia Negreiros Câmara	
119		Dagmar Bonfim Medeiros	
120		Dirce Magali C. Rolim	
121		Francisca Ferreira Braga	
122		Francisca Rodrigues Santos	
123		Ivanete Bastos Breekenfeld	
124		Irene Capelo	
125		Lisine Negreiros Câmara	
126		Maria Aparecida S. Pessoa	
127		Maria Helena Arcanjo da Ponte	
128		Maria Socorro Rodrigues	
129		Maria Eulina Zalia Ribeiro Costa	
130		Sárvia Maria Nogueira Holanda	
131		Taís Magalhães Montenegro	
132		Terezinha de Jesus Benício	
133		Vera Sílvia Sales Vieira	
134	V04;n310	Raimundo Nazion de Aguiar	Prefeito de Santana do Acaraú, Ceará.
135	V04;n317	Francisco Lopes de Aguiar	Prefeito de Massapê, Ceará.
136	V04;n323	Ivo Arzua	Ministro de Estado da Agricultura, Governo Federal.
137	V05;n329	José Walter Cavalcante	Prefeito de Fortaleza, Ceará.
138	V05;n335	Louise Harrison	Supervisora do Programa de Refeitório do Departamento de Educação dos Estados Unidos da América.
139		Frank Perkins	Administrador de distribuição de mercadorias do Departamento de Agricultura do Estado do Tennessee, Estados Unidos.
140		Emma D. Gillum	Supervisora de Refeitório da Hardison School, Estados Unidos.
141		John O. Barnes	Superintendente de Educação, Estados Unidos.
142		Tom Muse	Representante Popular, no Conselho de Educação - Estados Unidos.
143	V05;n345	Waldir Pessoa	Secretário executivo da ANCAR, Ceará.
144	V05;n356	André Camurça	Monsenhor; Secretário da Educação, Ceará.
145		Libório Gomes da Silva	Coronel; Chefe da Casa Militar do Governo do Estado do Ceará.
146	V05;n360	João Gonçalves de Lemos	do Departamento Nacional de Educação
147		Hélio Vecchio Maurício	Assessor de Educação Alimentar da CNAE, Governo Federal.
148	V05;n373	Lourival Chagas da Silva	Diretor da CNAE - Estado de Rondônia.
149		Mauro Monteiro de Barros Fonseca	Setor Técnico da CNAE - Rio de Janeiro.
150		Felisberto Vilhena	Diretor da CNAE - Estado do Rio de Janeiro
151		John Peabody	Chefe da Seção de Treinamento da USAID/Brasil
152		Honório Melo	Capitão; Diretor da CNAE - Estado do Paraná.
153		José Alberto Livramento de Abreu	Diretor da CNAE - Estado de Santa Catarina.
154		Giardino Paese	Diretor da CNAE - Estado do Rio Grande do Sul.
155		Magnólia Pessoa Figueiredo	Diretor da CNAE - Estado do Amazonas.

156		Maria José Cordeiro	Diretor da CNAE - Estado de Alagoas.
157		Stuart Van Dyke	Diretor da USAID.
158		George Warner	Coordenador do Programa "Alimentos Para a Paz".
159	V05;n385	João Alberto Gurgel	Chefe do Serviço Médico-Social do DNOCS, Ceará.
160		Adelino Alcântara Filho	Coordenador dos assuntos escolares do Sama, Ceará.
161	V05;n388	John perryman	Presidente da American School Food Service Association- Estados Unidos.
162	V06;N399	Airton Gomes de Barros	Diretor do Serviço de Fiscalização da SUNAB, Ceará.
163	V06;N400	Edilson Gurgel dos Santos	Presidente do Centro Médico Cearense- Fortaleza, Ceará
164	V06;N401	Terezinha de Jesus Linhares	Discente (rep. do Ceará) do Curso de Supervisoras de Alimentação, Escola Agnes June Leith, 1967. Fortaleza, Ceará.
165		Odinéia de Castro	Discente (rep. do Piauí) do Curso de Supervisoras de Alimentação, Escola Agnes June Leith, 1967. Fortaleza, Ceará.
166	V06;n405	Ubirajara Índio do Ceará	Professor; Secretário de Educação do Estado do Ceará.
167	V06;n408	José Liberato Souto Maior	General; Assessor da CNAE, Governo Federal.
168	V06;n411	Abimael Clementino de Carvalho	General; Secretário da Fazenda, Ceará.
169	V07;n440	Octávio Laje	Governador do Estado de Goiás.
170		Judith Grivaldi	Representante do Programa "Alimentos Para a Paz".
171	V07;n453	Graciliano Muniz	Diretor do Departamento Estadual de Saúde, Ceará.
172	V07;n470	Julietta Odete Barroso Ibiapina	Chefe do Setor Regional Sobral da CNAE, Ceará.
173	V07;n471	Humberto Macário de Brito	Prefeito de Crato, Ceará.
174	V07;n475	Alfredo Almeida Machado	Prefeito de Quixeramobim, Ceará.
175	V07;n481	J. H. Warf	Comissário Estadual de Ensino, Tennessee, Estados Unidos.
176		Buford Ellington	Governador do estado do Tennessee, Estados Unidos.
177	V07;n502	Jerônimo Medeiros Prado	Prefeito de Sobral, Ceará.
178		Eriberto Sá Ponte	Prefeito de Cariré, Ceará.
179		Vicente Alves	Prefeito de Pacujá, Ceará.
180	V07;n509	João Carlos da Silva	Tenente; Agente da Capitania dos Portos - Aracati, Ceará.
181	V07;n519	Oscar Jansen Barroso	General; Comandante da 10ª Região Militar, Ceará.
182	V08;n537	Estefânia Rocha Lima	Delegada da LBA, Ceará.
183	V08;n549	Leonel Miranda	Ministro de Estado da Saúde, Governo Federal.
184		Lino de Matos	Senador da República.
185		Getúlio Lima Júnior	Médico do Min. da Saúde, Governo Federal.
186	V09;n582	José Maria Ponte	Prefeito de Caucaia, Ceará.
187	V09;n591	José Sarney	Governador do Estado do Maranhão.
188		Helvídio Nunes de Barros	Governador do Estado do Piauí.
189	V09;n592	Epitácio Cruz	Chefe de Gabinete do Prefeito J. Walter Cavalcante, Fortaleza-Ceará.
190	V09;n603	Yara Guerra Silva	Professora do Grupo Escolar Waldemar de Alcântara - São Gonçalo do Amarante, Ceará.
191	V09;n619	Graziela Natalina de Oliveira	Assessores Regionais da CNAE, respectivamente
192		Rosemiro Rodrigues de Barros	na Região Amazônica Oriental, Região Norte,
193		Antônio Caldas Rolim	Região Centro-Oeste, Região Leste Meridional e
194		Roberto Kafuri	Região Sul.
195		Severo Barbosa	
196	V09;n633	Francisco Clineu Ferreira	Padre ; Superintendente do ensino e da CNAE em

197	V09;n634	Maria Ilza Braga	Quixadá, Ceará. Supervisora da Merenda Escolar em Itapipoca, Ceará.
198	V10;n640	José da Páscoa	Prefeito de Quixadá, Ceará.
199	V10;n641	Maria de Fátima Sampaio	Professora do Curso de Nutrição da Escola Agnes J.Leith- Fortaleza, Ceará.
200	V10;n651	Nelson Chaves	Professor; Diretor do Instituto de Nutrição da UFPE, Recife/PE.
201	V10;n661	Amália Pimentel	Nutricionista/ Dietista do escritório nacional na Guanabara, do Departamento de Orientação Alimentar da Cáritas.
202	V10;n676	Anete Bady Amed	Formandas do Curso de Supervisoras da CNAE, da Escola Regional de Nutrição Agnes June Leith, 1969, Fortaleza-Ce.
203		Aury Brasil Bezerra	
204		Aliriana Sá Cavalcante	
205		Altamira Teixeira Costa	
206		Célia Crisóstomo Monteiro Gondim	
207		Cleide Nogueira Barros	
208		Esmeralda de Sá Ribeiro	
209		Fátima Ferreira Parente	
210		Flora Maria da Silva	
211		Francisca Albuquerque dos Santos	
212		Francisca Maria de Sousa	
213		Francisca Maria da Conceição Dias	
214		Francisca Veras Magalhães Mesquita	
215		Herbênia Calíope Torres de Melo	
216		Íris Maria Moura Pimentel	
217		Láusia Maria Mgnativa Carvalho Silva	
218		Maria Aides Leite	
219		Maria Antonieta Braga de Melo	
220		Maria Celina Moreno	
221		Maria da Conceição Figueiredo	
222		Maria do Carmo dos Santos	
223		Maria Enilda Melo de Sousa	
224		Maria Edith Lima Teixeira	
225		Maria de Fátima da Silva Teixeira	
226		Maria Geralda Moreno	
227		Maria Ivanira Teles	
228		Maria Lúcia de Almeida	
229		Maria Núbia Soares	
230		Maria Núbia Passos de Queirós	
231		Maria do Rosário Caminha Cavalcante	
232		Maria do Socorro Gadelha	
233		Maria Telice Araújo de Oliveira	
234		Marilene Stela Costa	
235		Maria Eulena Pereira Cordeiro	
236		Nilze Ana Albergária Barreto	
237		Neila de Lima Mendes	
238		Noélia Fontenele Pacheco	
239		Noélia Lopes de Oliveira	
240		Sônia Maria Cordeiro Batista	
241		Valdívia Lima Teixeira	
242		Vanda Maria de Almeida	
243		Walquíria Ferreira da Costa	

244		Walda Machado dos Santos	
245	V10;n684	Manuel Dantas de Araújo	Prefeito de Missão Velha, Ceará.
246	V10;n691	Luíza Gonçalves de Sousa	Diretora do Setor Crateús, da CNAE, Ceará.
247	V10;n692	José Costa Basílio da Silva	Tenente; Diretor da CNAE (Representante Federal) no Piauí.
248	V11;n696	Marlene Trigo	Nutricionista da USAID no Recife; Integrante da Divisão de Alimentos Para o Desenvolvimento (USAID).
249	V11;n697	Raimundo Gonçalves de Negreiros	Presidente do Sindicato Rural de Itapipoca, Ceará.
250	V11;n731	Maria Elisabeth Castro de Sousa	Aluna da Escola Regional de Nutrição Agnes June Leith- Fortaleza-Ce.
251	V11;n736	Geraldo Nobre	Conferencista da "Semana da Comunidade", 1969 - Fortaleza, Ceará.
252	V11;n737	Cleanto Ancilon de Alencar	Médico em Limoeiro do Norte, Ceará.
253		Dilce Lucena de Castro	Secretária Municipal de Ensino - Limoeiro do Norte, Ceará.
254	V11;n739	Francisco Luciano Gomes	Aluno do Grupo Escolar Antônio Sales- Fortaleza, CE; Vencedor do concurso sobre o tema "O que representa para mim a alimentação escolar", promovido pela CNAE.
255	V11;n752	Maria de Lourdes Ramos; Maria Helena de Brito	Professoras do Grupo Escolar Sales Campos- Fortaleza, Ceará.
256	V11;n755	Maria Aparecida Vieira	Professora do Curso de Alimentação Escolar ministrado pela CNAE em Iracema, Ceará.
257		Ediodoro Augusto Mendes	Professor; palestrante no Curso de Alimentação Escolar em Iracema, Ceará.
258		José Maria de Sousa	Médico; palestrante no Curso de Alimentação Escolar em Iracema, Ceará.
259		Neuzemar Gomes de Moraes	Vereador em Iracema, Ceará.
260		Maria do Carmo Félix	Professora; palestrante no Curso de Alimentação Escolar em Iracema, Ceará.
261		Sônia Maria de Almeida	Secretária Municipal de Educação em Iracema, Ceará.
262	V11;n767	João Antônio da Silva	Presidente do Conselho de Bairro "Pres.Kennedy", Fortaleza-Ce.
263	V12;n781	Roberto Pessoa	Presidente da Associação dos Avicultores do Ceará.
264	V12;n783	Jaime Peixoto	Diretor da Brahma no Ceará.
265		Edson Queiroz	Proprietário da Ceará Gás Butano.
266	V12;n793	Glauco Barreira Magalhães	Diretor do Setor Quixadá, da CNAE, Ceará.
267	V12;n795	José Everardo Silveira	Presidente do Rotary Clube de Quixadá, Ceará.
268	V12;805	Gentil Barreira	Ministro_
269		Renée Dreyfus	Vereador em Fortaleza, Ceará.
270	V12;n813	Jarbas Passarinho	Ministro de Estado da Educação, Governo Federal.
271	V12;n815	José Chaves	Diretor substituto da Escola Regional de Nutrição Agnes June Leith - Fortaleza-Ce.
272	V12;n822	Agostinho Monteiro	Vereador em Fortaleza, Ceará.
273	V12;n829	Paulo Sarasate	Senador da República.
274	V12;n832	Diversos nomes são citados da cidade de São Raimundo Nonato (PI) - não elencarei aqui esses nomes, uma vez que foge à delimitação espacial da pesquisa.	
275	V12;n835	José Araken Rodrigues	General; Coordenador do Programa "Alimentos Para a Paz" no Nordeste.
276	V12;n839	William Staltz	Coordenador de setores da Alimentação no Nordeste, USAID.
277	V13;n846	Océlo Lemos	Padre; Diretor regional da Cáritas, Ceará.

278	V13;n847	Raimundo Cordeiro Pinto	Prefeito de Itapipoca, Ceará.
279	V13;n848	Huges Pessoa Amorim	Vereador- Itapipoca, Ceará.
280	V13;n853	Rubens Lemos; Josias Cordeiro	Comerciantes em Fortaleza-Ce, que desviaram o leite em pó da CNAE, doado pelos EUA.
281	V13;n855	Edelweiss Ramalho Crammer	Presidenta do GT para estudos de currículos e cursos ministrados pelas Escolas Regionais de Nutrição da CNAE.
282		Clara Paesk	Nutricionista da FAO/ONU.
283	V13;n863	Eufrosio Lira Passos	Extensionista da Ancar, Itapipoca, Ceará.
284	V13;n894	Elia Barros	Prefeita de São Gonçalo do Amarante, Ceará.
285	V14;n913	Felizardo Mendes	Coronel; Presidente da "Casa de Maria Alice", mantida pela CAPEMI- Caixa de Pecúlio dos Militares. Fortaleza, Ceará.
286	V14;n917	Edelvita Bessa; Moacira Guedes	Professoras; Diretoras de Ensino do Grupo Clóvis Beviláqua.Fortaleza, Ceará.
287		José Itermando de Paula Nepomuceno	Aluno do Grupo Clóvis Beviláqua.Fortaleza, Ceará.
288	V14;n924	Lucijane Maria Barros	Supervisora municipal do Programa da CNAE em Itapipoca, Ceará.
289	V14;n932	Luciano Torres de Melo	Diretoria eleita da ABAE- Associação Brasileira de Alimentação Escolar- Secção Ceará, em
290		Austregésilo Rodrigues Lima	26/10/1970, Fortaleza-Ceará.
291		Manuel Gonçalves	
292		José Valdir Pessoa	
293		Ernesto Vereza	
294		Pedro Almino de Queiroz	
295		Milano Lopes	
296	V14;936	Renato Peltier Gonçalves	Gerente do Moinho Fortaleza- Fort, CE.
297		Manuel Fortuna Albuquerque	Agente do Moinho Fortaleza- Fort, CE.
298	V14;n937	Maria Margarida Castro Almeida	Diretora do Grupo Escolar Clóvis Beviláqua, Fortaleza-CE.
299		Margarida Studart Gurgel Alencar Magalhães	Diretora do Grupo Escolar Juvenal de Carvalho , Fortaleza-CE.
300		Maria José Mendes Bonfim	Diretora do Grupo Escolar Dom Manuel, Fortaleza-CE.
301		Bernadeth Silveira Banhos	Diretora do Grupo Escolar Prof. Joaquim Alves, Fortaleza-CE.
302		Maria Martins Soares	Diretora do Grupo Escolar José Mário Giffoni, Fortaleza-CE.
303		Maria Conceição Pessoa	Diretora do Grupo Escolar Rodolfo Teófilo, Fortaleza-CE.
304	V14;n940	Fernando Martins Mendes	Brigadeiro-médico; Chefe do Setor Técnico da CNAE, Rio de Janeiro.
305	V14;n955	Neuda Vasconcelos	Coordenadora do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, no Ceará.
306	V14;n958	César Cals de Oliveira	Governador eleito do Estado do Ceará.

- ANEXO D -

- SUMÁRIOS DAS NOTÍCIAS PESQUISADAS NAS FONTES HISTÓRICAS SECUNDÁRIAS DA PESQUISA -

SUMÁRIO⁽¹⁴⁾ - VOLUME 01/14 (1965 - 1966 - 1967) -

Nº	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
01	INTENSIFICAÇÃO do plano da merenda escolar no estado. Almoço escolar; Distribuição de sementes; DNOCS no plano; Prefeitos assinam ajuste. Unitário , 11/03/1965.	3
02	ALMOÇO escolar nos grupos do município. Unitário , 27/03/1965.	4
03	MERENDA escolar comemora 10 anos. Tribuna do Ceará , 31/03/1965.	4
04	CAMPANHA da merenda escolar socorre flagelados de Sobral. O povo , 03/05/1965.	4
05	SMEC com amplo apoio. Dá pra todos. O Povo , 08/06/1965.	5
06	25 ESCOLAS da capital serão contempladas com almôço do Convênio firmado pelo Estado. O Povo , 30/09/1965.	6
07	28 MIL estudantes do Ceará servidos pela Campanha de Alimentação. A Assessoria; Quantos são atendidos;FAO entra na faixa; Onde entrará o Governo do Estado. Unitário , 07/10/1965.	6
08	ALIMENTAÇÃO para todos os escolares. Unitário , 07/10/1965.	6
09	700 ESCOLAS serão beneficiadas com alimentação escolar. O Povo , 25/10/1965.	7
10	CAMPANHA nacional de alimentação escolar com nova reestruturação. O Povo , 09/11/1965.	7
11	IMPORTANTE aviso da Campanha de Alimentação Escolar aos prefeitos. Unitário , 09/11/1965.	8
12	CAMPANHA de alimentação escolar criará setores para atender regiões do Ceará. Campanha em franca ascensão; Objetivos da viagem. Unitário , 02/12/1965	8
13	=== <i>Continuação da notícia anterior</i> ===	9
14	SOBRAL, 1: Setor da Campanha de alimentação Escolar vai atender a 34 municípios. Sobral o 1º setor; Funcionamento em fevereiro; Previsão de atendimento; Segundo setor: Crato. Unitário , 16/12/1965.	10
15	ALIMENTAÇÃO escolar cobrirá no próximo ano sete mil escolas: Governo dá apoio. Os setores. Correio do Ceará , 29/12/1965.	11
16	AQUINO, J. Lindemberg de. CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar este ano no Crato. Correio do Ceará , 05/01/1966, p.9.	12
17	REUNIÃO dos encarregados dos setores da Campanha de Alimentação Escolar. Pauta da Reunião. Unitário , 06/01/1966.	13
18	CURSO de Educação Alimentar em Sobral.Grande interesse. Unitário , 06/01/1966.	13
19	ABERTO ontem em Sobral o Curso de Educação Alimentar. Temário do curso; Presença do representante federal; Êxito antecipado. Unitário , 18/01/1966.	14
20	MAIS alimentos para os escolares. Unitário , 28/01/1966.	14
21	ALIMENTAÇÃO escolar. Unitário , 27/02/1966.	15
22	250 MIL escolares do Ceará receberão toda assistência da CNAE! Unitário , 27/02/1966.	15
23	200 MIL estudantes no Ceará beneficiados pela merenda escolar.Atendimento; A alimentação; A comunidade. Correio do Ceará , 24/02/1966.	16
24	DUZENTAS MIL crianças serão beneficiadas pela merenda escolar. Mais leite; Trabalho. Correio do Ceará , 24/02/1966.	17
25	ADERALDO, Divaldo. ALMOÇO escolar. Unitário , 03/04/1966.	18
26	CNAE abriu Semana de Alimentação pedindo colaboração das autoridades. O Povo , 23/03/1966.	19
27	ALMOÇO e merenda nas escolas para 250 mil alunos do Ceará este ano. Correio do Ceará ,	20

¹⁴ **Nota:** Os recortes de jornais constantes desta coleção privada não reproduzem (em sua quase totalidade) os números das páginas correspondentes. Não obstante, juntamente com as imagens são referenciadas as datas em que as notícias foram veiculadas, dados estes que legitimam as fontes e que poderão ser acessados e confirmados nas hemerotecas de instituições públicas e privadas. As notícias estão anexadas ao Projeto de Pesquisa **A Política de alimentação escolar no Estado do Ceará (1954- 1973):** uma reconstrução histórica. Fortaleza, CE: UFC/ FAGED, 2006/2009.

	23/03/1966	
28	ALIMENTAÇÃO escolar é na base da improvisação e esforço particular. Muita fome, poucas condições; Ouvidos de mercador. O povo , 25/05/1966.	21
29	ARAGÃO, Ezaclir. ASPECTO de uma classe durante a distribuição de almoço... O Povo , 17/05/1966.	22
30	22 T. DE LEITE chegaram para crianças da estiagem. Cidades-sedes. O Povo , 15/06/1966.	22
31	CONCURSO sobre alimentação para professoras primárias. O Povo , 25/05/1966.	23
32	ESCOLARES tiveram almoço e merendas aumentados. Unitário , 20/04/1966.	23
33	ALMOÇO sai de qualquer jeito. O Povo , 25/05/1966.	24
34	MERENDAS e almoço para 2438 alunos. Quadro. O Povo , 07/04/1966.	25
35	65 MIL almoços e 300 mil merendas da CNAE este ano. Situação; Início. Unitário , 20/04/1966.	25
36	AUMENTO da merenda e almoço escolares. Gazeta de Notícias , 21/04/1966.	26
37	DEZ mil refeições diárias para crianças das áreas das secas. O Povo , 17/05/1966.	26
38	ALMOÇO escolar para 65 mil estudantes este ano. Dirigente da CNAE; Rendimento sobe; Gêneros. Unitário , 08/07/1966.	27
39	RAPADURA na alimentação do escolar. Cacau. O Povo , 23, 24/07/1966.	27
40	CURSO de educação alimentar ainda serão quatro este ano. Arroz. O Povo , 12/08/1966.	28
41	===Notícia ilegível===	28
42	30 CANTINAS na região da seca com alimentos para 100 mil crianças. Plano. Correio do Ceará , 17/06/1966.	29
43	DESEMBARCADAS 22 toneladas de alimentos para regiões secas. Tribuna do Ceará , 15/06/1966.	29
44	ALIMENTOS para zona seca. Tribuna do Ceará , 16/06/1966.	30
45	CaNAE confirma duplicação do almoço escolar no Ceará. O Povo , 07/06/1966.	30
46	NOGUEIRA, Antônio Alcântara. RAPADURA na merenda escolar. Unitário , 30/05/1967, p. 3.	31
47	MERENDA escolar. O Povo , 01/06/1967.	31
48	ESTEVE na cidade... O Povo , 01/06/1967.	31
49	APÓS o sucesso do curso... O Povo , 01/06/1967.	31
50	CANAE verifica que crianças não aprendiam por subalimentação. Secretaria dá o ar da graça. ===Referência ilegível===	32
51	FISCALIZAÇÃO de alimentação escolar. Visita. Nordeste , 04/06/1967.	32
52	MERENDA escolar. O povo , 21/06/1967.	32
53	O MAJOR Nartal Teixeira Mendes... Unitário , 31/06/1967.	32
54	ESCOLAS terão hortas a partir do próximo ano. Unitário , 13/10/1966.	33
55	ESCOLAS terão hortas a partir do próximo ano. Correio do Ceará , 13/10/1966.	33
56	RAPADURA entra no cardápio das escolas e começa pelo Crato. O Nordeste , 05, 06/11/1966.	33
57	ALIMENTAÇÃO escolar será ampliada no próximo ano. Inspeção; Material. Correio do Ceará , 14/11/1966.	34
58	142 PROFESSORES já sabem ensinar bons hábitos alimentares: CANAE. O Povo , 25/08/1966.	34
59	SETOR da campanha de alimentação em Iguatu. Outros setores. Correio do Ceará , 13/10/1966.	34
60	EDUCAÇÃO alimentar. Gazeta de Notícias , 28/10/1966.	35
61	O DR. PEDRO ALMINO... Unitário , 04/11/1966.	35
62	A CAMPANHA nacional de alimentação escolar... Unitário , 30/10/1966.	35

SUMÁRIO - VOLUME 02/14 (1966 - 1967)

N ^o	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
63	MERENDA alimenta 11 milhões de crianças mas "Aliança" já pensa em subir para 15. Cantinas para escolas. O Nordeste , 06/11/1966.	4
64	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 10/11/1966.	4
65	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Gazeta de Notícias , 11/11/1966.	4
66	NOVA partida de alimentos para os escolares. O que vejo. Unitário , 19/08/1966.	5
67	ALIMENTAÇÃO gratuita para quase 500 crianças no Grupo Edith Braga. ===s/ref.===	5
68	MERENDA alimenta 11 milhões de crianças mas "Aliança" já pensa em subir para 15. Cantinas para escolas. O Nordeste , 5, 6/11/1966.	6
69	SERVIDORES do CNAE com certificados. Outros setores. Unitário , 19/11/1966.	6

70	ALIMENTAÇÃO escolar já no Crato. O Povo , 23/11/1966.	6
71	ESTUDANTADA pobre vai comer melhor. Cantina. O Povo , 19, 20/11/1966.	6
72	ESTUDANTADA pobre vai comer melhor. Cantina. O Povo , 19, 20/11/1966. ===REPETIDA===	7
73	===Imagem===	7
74	QUINTA-FEIRA última funcionários da Merenda Escolar... Unitário , 20/11/1966.	7
75	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 23/11/1966.	8
76	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 24/11/1966.	8
77	A COORDENAÇÃO dos Alimentos Para a Paz... O Povo , 25/11/1966.	8
78	SECRETÁRIO de educação precisa conhecer Pontilândia. Tribuna do Ceará , 23/11/1966.	9
79	MERENDA Escolar aguarda 400 Ton's. de alimentos. Gazeta de Notícias , 14/12/1966.	10
80	ALUNOS tem 300 mil merendas para comer no próximo ano. O Nordeste , 04/12/1966.	11
81	O DELEGADO da Merenda Escolar... Unitário , 03/12/1966.	12
82	MERENDA Escolar aguarda 400 Ton's. de alimentos. Produtos; Para o ano: Campanha. Gazeta de Notícias , 14/12/1966.	12
83	CAMPANHA de Alimentação planeja uso de frutas na Merenda Escolar. Execução. Gazeta de Notícias , 21/12/1966.	13
84	200 TONELADAS de "CSM" para Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Correio do Ceará , 31/12/1966.	13
85	PEDROSA, Paulo. CONHEÇA SEU MÉDICO. Dr.Pedro A. de Queiroz e Souza. Tribuna do Ceará , 21/12/1966.	14
86	MERENDA comprou fogões. Gazeta de Notícias , 29/12/1966.	15
87	CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar atende bairros e põe Tribuna do Ceará neste intercâmbio. Alimentos em depósito; Atendimentos; Compra de Cantinas. Tribuna do Ceará , 02/12/1966.	16
88	O MÉDICO Pedro Almino... Unitário , 07/01/1967.	17
89	A SECRETARIA de Educação... Unitário , 08/01/1967.	17
90	CNME ATENDERÁ em 67 300 mil estudantes. 200 toneladas; Plano. Gazeta de Notícias , 08/01/1967	17
91	MERENDAS: renovado o convênio. Gazeta de Notícias , 10/01/1967.	18
92	GOVERNADOR renova convênio: 300 mil refeições escolares. Tribuna do Ceará , 10/01/1967.	18
93	GOVERNO renova convênios para fornecimento de almoço e merenda aos estudantes. Correio do Ceará , 10/01/1967.	19
94	CANAE tira refeições de dezenas de "escolas" que não têm condições. Governo do Estado; Prefeitos exageraram; Novos pratos. O Povo , 13/01/1967.	19
95	GOVERNO renova convênios para fornecimento de almoço e merenda aos estudantes. Governo do Estado. O Povo , 10/01/1967.	20
96	CONVÊNIO INDA-CNME: Atendimento total aos estudantes de Crato. Levantamento. Gazeta de Notícias , 13/01/1967.	20
97	REFEIÇÕES escolares. O Povo , 10/01/1967.	21
98	CAMPANHA de alimentação planeja uso de frutas na Merenda Escolar. Execução. Gazeta de Notícias , 21/12/1966.	21
99	O DELEGADO da Merenda Escolar... Unitário , 03/12/1966.	22
100	MERENDA ESCOLAR aguarda 400 TONS. de alimentos. Produtos; Para o ano; Campanha. Gazeta de Notícias , 14/12/1966.	22
101	200 TONELADAS de "CSM" para Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Correio do Ceará , 31/12/1966. ===REPETIDA===	23
102	CONVÊNIO IBGE-CMNE pode acabar escolas fantasmas. Fantasmas. Gazeta de Notícias , 18/01/1967.	23
103	ESCOLAS só terão merenda se apresentarem cadastro. Convênio. O Estado , 18/01/1967.	24
104	CANAE só quer dar de comer a quem merece. Acordo. O Povo , 19/01/1967.	24
105	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Unitário , 15/02/1967.	25
106	A JORNALISTA Adísia Sá... Unitário , 16/02/1967.	25
107	CAMPANHA de Alimentação vai aumentar Merenda Escolar para trezentas mil diárias. VII Reunião. O Nordeste , 17/02/1967.	25
108	VIAJANDO hoje para Guanabara... Unitário , 19/02/1967.	25
109	VIAJOU, domingo que passou... Correio do Ceará , 20/02/1967.	25
110	CAMPANHA de Alimentação Escolar será transformada em departamento. Unitário , 23/02/1967.	25

111	ESCOLAS devem apresentar cadastro para benefícios da alimentação escolar. Convênio. O Estado , 18/01/1967.	26
112	CANAE só quer dar de comer a quem merece. Acordo. O Povo , 19/01/1967. ===REPETIDA===	26
113	A PREFEITURA de Fortaleza... O Povo , 02/02/1967.	27
114	CNAE vai estimular atividades agrícolas na escola primária. Unitário , 01/02/1967.	27
115	CEARÁ presente ao Congresso Nacional da CNAE, no Rio de Janeiro. O Povo , 04/02/1967. ===Matéria incompleta ===	27
116	VIAJARÁ domingo para Guanabara... Unitário , 15/02/1967.	27
117	CNME distribuiu três toneladas de alimentos. 500 mil. Gazeta de Notícias , 21/01/1967.	28
118	===Repetição da notícia anterior===	28
119	DENTRO de poucos dias... Unitário , 21/01/1967.	29
120	NOS ESTADOS do Ceará, Piauí e Maranhão... O Povo , 24/01/1967.	29
121	CEARÁ presente ao Congresso da CNME. Política. Gazeta de Notícias , 25/01/1967.	29
122	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Unitário , 27/01/1967.	29
123	===Repetição da notícia anterior===	29
124	REFEIÇÕES da CNAE para 300 mil escolares. Unitário , 20/01/1967.	30
125	ESCOLAS só serão beneficiadas se apresentarem cadastro. Convênio. O Nordeste , 20/01/1967.	30
126	MERENDA ESCOLAR distribuiu alimentos até nas férias. Requisitos; Congresso. Gazeta de Notícias , 27/01/1967.	31
127	O CIRURGIÃO GINECOLÓGICO Dr. Pedro almino... Correio do Ceará , 29/01/1967.	31
128	CAMPANHA DE ALIMENTAÇÃO inicia dia 28 distribuição de merenda. Encontro. Gazeta de Notícias , 23/02/1967.	32
129	CANAE supre quase seis mil escolas com gêneros. O Povo , 01/03/1967.	32
130	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. O Povo , 01/03/1967.	32
131	EDUCAÇÃO ALIMENTAR. s/ref, coluna "a cidade e os fatos", p. 5, 31/03/1967.	33
132	MERENDA ESCOLAR atenderá em 67 300 mil alunos. Metas. Gazeta de Notícias , 31/03/1967.	33
133	O Dr. PEDRO ALMINO está trabalhando intensamente... Correio do Ceará , 30/03/1967.	33
134	BRASIL lidera Campanha de Alimentação. Programa Modelo; Doação da USAID. O Povo , 10/03/1967.	34
135	ESTUDANTES terão manual para merendar melhor. Delegações; Sugestões; Duração. O Povo , 08/03/1967.	35
136	ALIMENTOS Para a Paz estão mofando na alfândega local. Gazeta de Notícias , 18/03/1967.	36
137	CAMPANHA de Alimentação Escolar será transformada em departamento. Unitário , 23/02/1967. ===REPETIDA===	37
138	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Unitário , 24/02/1967.	37
139	MERENDA ESCOLAR ministra curso de nutrição. Participantes. Gazeta de Notícias , 23/08/1967.	38
140	BRASIL lidera Campanha de Alimentação. Programa Modelo; Doação da USAID. O Nordeste , 29/03/1967.	39
141	A CAMPANHA Nacional de Merenda Escolar... Unitário , 29/03/1967.	39

SUMÁRIO - VOLUME 03/14 (1967)

Nº	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
142	COM 50 SUPERVISORAS que preparará, a CANAE evitará desvios de gêneros. ===S/Ref.===	4
143	CURSO de Educação Alimentar em Fortaleza de 17-22 Abril. O Povo , p. 2, 30/03/1967.	4
144	ACERVO do SAPS foi para Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Unitário , p. 8, 05/04/1967.	5
145	CNAE recebe acervo. Gazeta de Notícias , p. 1, 05/04/1967.	5
146	CNAE recebe acervo da Escola de Nutrição do extinto SAPS. Tribuna do Ceará , p.7, 05/04/1967.	6
147	REGRESSOU domingo último da Guanabara... Unitário , p. 6, 04/04/1967.	6
148	CURSO de Nutrição da CNAE para pessoal de nível médio, dia 17. O Povo , p. 6, 06/04/1967.	7
149	CNAE recebe acervo da Escola de Nutrição do extinto SAPS. Tribuna do Ceará , p. 1, 06/04/1967.	7
150	GOVERNO envia gêneros para as vítimas das enchentes em Sobral. Gazeta de Notícias , p. 3, 10/04/1967.	8

151	ALIMENTAÇÃO- De regresso do Sul... O Povo , p. 5, 10/04/1967.	8
152	ALIMENTOS seguem para o interior. Correio do Ceará , p. 6, 13/04/1967.	9
153	CURSO de Nutrição da Campanha começa na 2 ^a . Uma semana; Nutrição. Gazeta de Notícias , p. 4, 15/04/1967.	9
154	ESCOLA AGNES JUNES LEITH. Unitário , p. 6, 13/04/1967.	10
155	GOVERNO quer gêneros da Campanha para flagelados das cheias. Atento. Unitário , p. 2, 13/04/1967.	10
156	COM MAIS de 60 participantes... Unitário , p. 6, 18/04/1967.	11
157	ARAGÃO, Ezaclir. A CAMPANHA Nacional de Merenda Escolar doou... O Povo , p. 11, 22/04/1967.	11
158	ALIMENTOS. 500 não dá. Gazeta de Notícias , p. 4, 25/04/1967.	11
159	CNAE envia alimentos para vítimas das inundações no Sertão. Tribuna do Ceará , p. 1, 26/04/1967.	12
160	AJUDA da CNAE prejudicará planos da Merenda Escolar. Convênios. Gazeta de Notícias , p. 3, 27/04/1967.	12
161	GOVERNO já enviou para municípios 80 toneladas: Alimentos. Tribuna do Ceará , p. 7, 29/04/1967.	13
162	GOVERNO envia oitenta toneladas de gêneros para vários municípios. Gazeta de Notícias , p. última, 29/04/1967.	13
163	AJUDA da CNAE prejudicará planos da Merenda Escolar. Convênios. Gazeta de Notícias , p. 2, 27/04/1967. ===REPETIDA===	14
164	ALIMENTOS - O Programa Alimentos Para a Paz... Gazeta de Notícias , p. 8, 28/04/1967.	14
165	CORREA, José. CAUCAIA. Campanha de Alimentação. Gazeta de Notícias , p. 5, 06/05/1967.	15
166	ARAGÃO, Paulo Maria de. SERÁ distribuída a Merenda Escolar... Gazeta de Notícias , p. 6, 07/05/1967.	15
167	CURSO de Alimentação Escolar em Sobral. Tribuna do Ceará , p. 6, 11/05/1967.	15
168	NOS DIAS 20 e 23 em Sobral... O Povo , p. 9, 11/05/1967.	16
169	MERENDA ESCOLAR vai iniciar experiência com rapadura para alimentar estudantes. O Povo , p. 2, 11/05/1967.	16
170	MOTA, Klinger. EDUCAÇÃO ALIMENTAR. Unitário , p. 6, 11/05/1967.	16
171	ESTUDANTES de 120 municípios receberam merenda escolar. ===s/ref===	17
172	240 MIL escolares têm almoço e merenda. Alimentos. Correio do Ceará , p. 1, 11/05/1967.	17
173	RAPADURA no "menu" da Merenda Escolar. Correio do Ceará , p. 2, 11/05/1967.	17
174	O Dr. PEDRO ALMINO DE QUEIROZ, delegado da Merenda Escolar... Correio do Ceará , p. 8, 15/05/1967.	18
175	MAIS FEIJÃO americano para a Campanha Escolar no Brasil. Nordeste , p. 5, 14/05/1967.	18
176	AMANHÃ terá início em Sobral... Unitário , p. 6, 14/05/1967.	18
177	MERENDA Escolar será distribuída... Unitário , p. 6, 17/05/1967.	19
178	PARA A ZONA FLAGELADA. O Povo , p. 5, 17/05/1967.	19
179	CNME Já distribuiu 102 toneladas de gêneros às populações flageladas. Sobral. Gazeta de Notícias , p. 8, 18/05/1967.	19
180	A PROPOSITO de notícia recentemente divulgada... Unitário , p. 3, 20/05/1967.	20
181	MOTA, Klinger. TEVE início sábado... Unitário , p. 6, 21/05/1967.	20
182	MOREIRA, Nunes. MERENDA ESCOLAR. Gazeta de Notícias , p. 5, 23/05/1965.	20
183	MOTA, Klinger. A CAMPANHA Nacional de Merenda Escolar... Unitário , p. 6, 25/05/1967.	21
184	ARAGÃO, Ezaclir. O SR. PEDRO ALMINO, chefe da Campanha... O Povo , p. 9, 26/05/1967.	21
185	A CAMPANHA Nacional de Merenda escolar... Gazeta de Notícias , p. 2, 28/05/1967.	21
186	ZONA NORTE fez Curso de Merendeiras. Correio do Ceará , 06/06/1967.	21
187	NA SEXTA-FEIRA, participamos... ===S/ref===	22
188	RELATÓRIOS: Merenda ajuda estudante no rendimento, frequência e nutrição. Gazeta de Notícias , 04/06/1967.	22
189	A DRA. MARIA Helena Xavier Alves... O Povo , 10/06/1967.	22
190	NOVAS PARTIDAS de alimentos e recursos para a CNAE no Ceará. Contatos. Unitário , 13/06/1967.	23
191	MERENDA ESCOLAR para 250 mil estudantes. Tribuna do Ceará , 13/06/1967.	23
192	NCr\$ 40 MIL para ampliar Alimentação Escolar no Ceará. O Povo , 13/10/1967.	24
193	MONTE, José Gerardo. ESCOLAS municipais de Meruoca ameaçadas de perderem merenda. ===S/ref	25
194	CAMPANHA distribui fubá e aveia às toneladas. Assistência. Unitário , 15/06/1967.	26
195	EUA MANDA 40 toneladas de feijão para Campanha de Alimentação Escolar. Tribuna do	

	Ceará , 17/06/1967.	26
196	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR mantém convênio com o Governo Estadual. Contatos. O Nordeste , 16/06/1967.	27
197	QUARENTA TONELADAS de feijão para escolares. Correio do Ceará , 20/06/1967.	27
198	O SR. THEMÍSTOCLES de Castro e Silva ... Gazeta de Notícias , 20/06/1967.	28
199	ATIVIDADES DO DAE. O Povo , 19/06/1967.	28
200	EM JULHO a Campanha... Gazeta de Notícias , 18/06/1967.	28
201	40 TONELADAS de feijão para Merenda Escolar. O Nordeste , 21/06/1967.	29
202	CANAE serve bem a merenda e não tem culpa de grupos serem ruins. Educação melhorou, mas... O Povo , 22/06/1967.	29
203	40 TONELADAS de feijão da Campanha de Alimentação Escolar chegaram ontem. Tribuna do Ceará , 23/06/1967.	30
204	DEPUTADO reclamou contra falta d'água. Gazeta de Notícias , 22/06/1967.	30
205	MERENDA ESCOLAR dá curso para merendeiras: interior. Gazeta de Notícias , 27/06/1967.	31
206	ENCONTRA-SE em nossa capital... Unitário , 29/06/1967.	31
207	CURSO de Alimentação Escolar. Presença do Dr. Pedro Almino. Correio do Ceará , 13/07/1967.	32
208	MERENDA. O Nordeste , 13/07/1967.	32
209	MERENDA ESCOLAR recebe feijão. Cursos. Gazeta de Notícias , 22/06/1967.	32
210	PESQUISA sobre Alimentação Escolar. O Povo , 28/06/1967.	33
211	ALMOÇO e merenda para alunos. ===S/ref.===	33
212	MERENDA ESCOLAR está sendo distribuída... Unitário , 01/07/1967.	34
213	MONTE, José Gerardo. PREFEITURA mantém 52 escolas em Meruoca. Unitário , 02/07/1967.	34
214	CAMPANHA de Alimentação conclui programa. ===S/ref.===	34
215	LEITE, Joaquim. MERENDA ESCOLAR inspecionou Meruoca. Correio do Ceará , 03/07/1967.	34
216	VISITA. O Povo , 05/07/1967.	35
217	BEZERRA, Osvaldo. CRATEÚS. Gazeta de Notícias , 05/07/1967.	35
218	FAZENDA solta verba para CANAE transportar gêneros. O Povo , 08/07/1967.	35
219	ESTÁGIO no Sul. Gazeta de Notícias , 09/07/1967.	36
220	A CASA DA AMIZADE, sociedade composta das damas rotárias sobralenses... O Povo , 15/07/1967.	36
221	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 13/07/1967.	36
222	MERENDA. O Nordeste , 23/07/1967.	36
223	MARANGUAPE sede do curso de educação alimentar. Unitário , 12/07/1967.	36
224	EM MARANGUAPE início do curso de educação alimentar. Tribuna do Ceará , 12/07/1967.	37
225	DAQUI NINGUÉM ME TIRA. O Nordeste , 27/07/1967.	37
226	GÊNEROS para alimentação escolar: segundo semestre. Tribuna do Ceará , 22/07/1967.	37
227	VASCONCELOS, Carlos. PREFEITURA de Maranguape promove curso para professoras primárias. Gazeta de Notícias , 20/07/1967.	38
228	MARANGUAPE sede do curso de Educação Alimentar. Unitário , 12/07/1967. ===REPETIDA===	38
229	EM MARANGUAPE início do curso de educação alimentar. Tribuna do Ceará , 12/07/1967. ===REPETIDA===	39
230	DAQUI NINGUÉM ME TIRA. O Nordeste , 27/07/1967. ===REPETIDA===	39
231	GÊNEROS para alimentação escolar: segundo semestre. Tribuna do Ceará , 22/07/1967. ===REPETIDA===	39

SUMÁRIO - VOLUME 04/14 (1967)

N ^o	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
232	PESSOAL do SAPS transferido para CNAE. Prefeitos. Nordeste , 23/07/1967.	4
233	CNAE e LBA alimentando 600 crianças pré-escolares. Duzentos Mil. O Povo , 26/07/1967.	4
234	A SECRETARIA de Educação adquiriu... O Povo , 07/08/1967.	4
235	ALIMENTOS oficiais serão destinados a crianças em idade pré-escolar. ===S/ref.===	5
236	RAPADURA é o novo elemento para a Merenda Escolar. Aumento. Gazeta de Notícias , 27/07/1967.	5
237	CNAE do Ceará nas reuniões do Recife. O Nordeste , 09/08/1967.	6
238	MERENDA Escolar dividida em 10 zonas. Correio do Ceará , 09/08/1967.	6
239	O MÉDICO Pedro Almino... Unitário , 05/08/1967.	6
240	NOVO carregamento de alimentos chega ao porto do Mucuripe. Gazeta de Notícias , 08/08/1967.	7
241	O MÉDICO Pedro Almino dividiu o sistema de merenda escolar... Correio do Ceará ,	7

	09/08/1967.	
242	ALIMENTOS CHEGAM. O Povo , 09/08/1967.	7
243	MERENDA ESCOLAR. O Nordeste , 09/08/1967.	7
244	MERENDA ESCOLAR. Correio do Ceará , 11/08/1967.	7
245	O MÉDICO PEDRO ALMINO DE QUEIROZ... Unitário , 09/08/1967.	7
246	MERENDA Escolar - Liberação de verbas. Gazeta de Notícias , 11/08/1967.	7
247	EDUCAÇÃO dota os grupos de fogões e mimeógrafos. Concurso. Gazeta de Notícias , 14/08/1967.	8
248	ESCOLARES vão comer rapadura. O Nordeste , 11/03/1967.	8
249	NOVO CONVÊNIO - PMF MERENDA ESCOLAR. Unitário , 12/03/1967.	9
250	RAPADURA agora é alimento da merenda. Rapadura. Circunscrições. Gazeta de Notícias , 10/03/1967.	9
251	===Cont. notícia anterior===	9
252	===Cont. notícia anterior===	9
253	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 05/04/1967.	10
254	MERENDA ESCOLAR. Gazeta de Notícias , p. 5, 01/04/1967.	10
255	SEMANA DA COMUNIDADE será bem comemorada. ===S/ref.===	11
256	CONAE nota anomalias em quatro escolas e pode cortar alimentos. Semana da Comunidade. ===S/ref.	11
257	[...]SERÃO alimentos pela CAE. ===S/ref.===	12
258	I SEMANA Nacional da Comunidade será hoje. Órgãos presentes. ===S/ref.===	12
259	14 MIL estudantes no dia 7 serão alimentados pela CAE. Tribuna do Ceará , 02/09/1967.	13
260	I SEMANA de Comunidade será em nossa capital: Outubro. Participantes. O Nordeste , 03/09/1967.	13
261	MERENDA ESCOLAR em Martinópolis. Unitário , 02/09/1967.	13
262	ESTUDANTES terão merenda no desfile do dia sete. Unitário , 03/09/1967.	13
263	O QUE SEREMOS. O Povo , 05/09/1967.	13
264	SEMANA da comunidade criará o Conselho dos Moradores. Palestras. Gazeta de Notícias , 03/09/1967.	14
265	COLÉGIOS ultimam preparativos. Tribuna do Ceará , 05/09/1967.	14
266	ESTUDANTES terão merenda no desfile do dia sete. Unitário , 03/09/1967. ===Repetida===	14
267	51 TONELADAS de leite em pó para estudantes da capital e interior. O Nordeste , 05/09/1967.	14
268	GENERAL convida autoridades e povo para parada do dia 7. Todos Juntos. Correio do Ceará , 04/09/1967.	15
269	CHOCOLATE, leite e pão serão distribuídos... O Povo , 04/09/1967.	15
270	9 MIL estudantes alimentados e também 5 mil da Santa Casa. Tribuna do Ceará , 12/09/1967.	15
271	===Cont. notícia anterior===	15
272	INFORMAÇÕES prestadas pelo Dr. Pedro Almino... ===S/ref.===	16
273	ITATIRA. O Nordeste , 05/09/1967.	16
274	18 ESCOLAS já relacionadas para a Semana da Comunidade. Tribuna do Ceará , 13/09/1967.	16
275	PRIMEIRA DAMA saúda Semana da Comunidade. O Povo , 19/09/1967.	17
276	A SECRETARIA de Trabalho, Indústria e Comércio... Unitário , 19/09/1967.	18
277	CNAE inicia Semana da Comunidade em Fortaleza. A Campanha. O Estado , 19/09/1967.	19
278	CAMPANHA de Alimentação Escolar vai aos Conselhos de Bairros. Tribuna do Ceará , 17/09/1967.	19
279	MERENDA ESCOLAR. Unitário , 19/09/1967.	20
280	CÁRITAS promove palestras na Semana da Comunidade. Chegarão na próxima semana mais alimentos para a paz. A mercadoria. O Povo , 20/09/1967.	21
281	CNAE comemora semana da comunidade. Gazeta de Notícias , 19/09/1967.	22
282	CANAE dedica semana à comunidade, ensinando-lhe a unir-se e comer. O Povo , 20/09/1967.	23
283	CRATO terá curso de alimentação. Ampliação. Unitário , 24/09/1967.	23
284	CAMPANHA de alimentação escolar encerra hoje. Tribuna do Ceará , 22/09/1967.	23
285	CNAE iniciou comemorações da Semana da Comunidade. Tribuna do Ceará , 25/09/1967. A campanha. Tribuna do Ceará , 25/09/1967.	24
286	14 MIL alunos desfilarão e receberão merenda escolar. Cooperação. Tribuna do Ceará , (28/09/1967?).	24

287	I SEMANA da Comunidade em realização em Fortaleza. Programa. Unitário , 22/09/1967.	25
288	MERENDA ESCOLAR fornecida em todos os colégios cearenses. Cem por Cento. Unitário , 22/09/1967.	25
289	EDUCAÇÃO ALIMENTAR. Superintendente. Tribuna do Ceará , 28/09/1967.	25
290	ALIMENTAÇÃO escolar atendeu 300 mil estudantes este ano. Gazeta de Notícias , 26/09/1967.	26
291	MERENDA para centenas. O Povo , 27/09/1967.	26
292	XIMENES, Raimundo. CAMPANHA de Alimentação Escolar de Groaíras em lugar de destaque. Unitário , 04/10/1967.	26
293	CURRÍCULO da escola de nutrição vai ser alterado: maiores oportunidades. Convite; Finalidade. Gazeta de Notícias , 26/09/1967.	26
294	CAMPANHA de alimentação escolar vai criar mais cinco setores. O Povo , 08/10/1967.	27
295	CHEGARÃO na próxima semana mais alimentos para a paz. A mercadoria. O Povo , 20/09/1967.	27
296	APELO. O Povo , 19/10/1967.	27
297	CHEGOU a Fortaleza... Unitário , 19/10/1967.	27
298	SEMANA DA COMUNIDADE. Correio do Ceará , 20/09/1967.	27
299	23 ANOS de Escola Agnes Junes Leith. O Povo , 19/10/1967.	28
300	O MÉDICO Pedro Almino inteiramente voltado... Unitário , 20/09/1967.	28
301	AUDITOR da CNAE: Ceará já recebeu 4 bilhões velhos sob forma de alimentos. Tribuna do Ceará , 24/10/1967.	28
302	CNAE distribui NCr\$ 4 milhões em alimentos. O Povo , 24/10/1967.	28
303	ESCOLA de Nutrição vai qualificar pessoal para Alimentação Escolar. Transformações; Cursos; Histórico; Turma. Gazeta de Notícias , 23/10/1967.	29
304	ESTUDANTES repelem o manifesto do SESC e diretor teme a volta. Repercussão negativa; Diretores não falam. ===S/ref.===	30
305	CNAE distribui NCr\$ 4 milhões em alimentos. O Povo , 24/10/1967. ===Repetida===	30
306	MONTE, José Gerardo. CAMPANHA de Alimentação Escolar atinge Meruoca. Correio do Ceará , 26/10/1967.	31
307	ALIMENTOS. Gazeta de Notícias , 26/10/1967.	31
308	FORA DA POLÍTICA. O Estado , 26/10/1967.	31
309	TURMA de 22 visitantes de alimentação receberá diploma. Nova turma; Concludentes; Próximo ano; Contatos. Tribuna do Ceará , 14/11/1967.	32
310	SAUDAÇÃO. Gazeta de Notícias , 15/10/1967.	33
311	ALMOÇO de estudantes passará de 260 para 300 mil em 1968. Colaboração é boa; 40 mil. O Povo , 18/11/1967.	34
312	TURMA de 22 visitantes de alimentação recebe diploma. A nova turma; Concludentes; Próximo ano; Contatos. Gazeta de Notícias , 15/11/1967.	34
313	TURMA de visitantes de alimentação receberá diploma. Nova turma; Concludentes; Próximo ano. Correio do Ceará , 17/11/1967.	35
314	GOVERNO dá 70 milhões para alimentação do estudante. Colaboração é boa; 40 mil. Tribuna do Ceará , 18/11/1967.	36
315	SÁBADO estará chegando a esta capital... Unitário , 17/11/1967.	36
316	O GOVERNO do estado fez entrega da importância... Unitário , 18/11/1967.	36
317	MACHADO, Davi. ALUNOS Massapeenses têm merenda escolar. Correio do Ceará , 20/11/1967.	36
318	A PRIMEIRA turma de visitadoras de alimentação... ===S/ref.===	36
319	TURMA de visitantes de alimentação receberá diploma. Nova turma; Concludentes; Próximo ano. O Povo , 17/11/1967.	37
320	O GENERAL José Pinto Sombra... O Estado , 20/11/1967.	37
321	A PRIMEIRA turma de visitadoras de alimentação... ===S/ref.=== ===Repetida===	37
322	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... O Estado , 26/11/1967.	37
323	MAIS leite. Unitário , 21/11/1967.	38
324	MERENDA escolar inicia programa para as férias. Recursos. ===S/ref.===	39
325	O CORONEL Austregésilo Rodrigues... Unitário , 03/12/1967.	39
326	TRINTA E SEIS MIL escolares da zona sul recebem refeições. Unitário , 06/12/1967.	39
327	TRINTA E SEIS MIL escolares da zona sul recebem refeições. Correio do Ceará , 06/12/1967.	39

SUMÁRIO -VOLUME 05/14 (1965 - 1968 - 1971)

N ^o	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
328	SOCIAL - O médico Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 01/02/1968.	3
329	ALIMENTAÇÃO escolar - O prefeito José Walter... Correio do Ceará , 01/02/1968.	3
330	PREFEITURA assina convênio com a Merenda Escolar. Importância; Merenda para grupos. Unitário , 01/02/1968.	4
331	CANAE trocará o açúcar pela rapadura cearense na merenda de 4 mil alunos. Merendeiras em Icó. ===s/Ref.===	5
332	MERENDA Escolar para alunos dos grupos escolares municipais. Importância. Tribuna do Ceará , 01/02/1968.	5
333	RAPADURA para os escolares. No Ceará. Unitário , 08/02/1968.	5
334	RAPADURA para os escolares. No Ceará. Unitário , 08/02/1968. ===Repetida ===	6
335	GOOD FOOD Creates Common Bond, Breaks Language Barrier. 05/1968 ==Ref. incompleta===	7
336	O CIENTISTA Fernando Mendonça... O Povo , 02/05/1968.	8
337	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Unitário , 14/05/1968.	8
338	MERENDA ESCOLAR volta em Junho. Gazeta de Notícias , 27/05/1968.	8
339	ONTEM, às 21 horas pelo Caravelle da Cruzeiro do Sul... Unitário , 30/05/1968.	8
340	ESTE COLUNISTA vem de receber... Unitário , 02/05/1968.	9
341	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz, mesmo nos Estados Unidos... Correio do Ceará , 04/05/1968.	9
342	DIA 30, depois de um giro... Unitário , 22/05/1968	9
343	RETORNOU dos Estados Unidos... Correio do Ceará , 30/05/1968.	9
344	O DR. PEDRO ALMINO DE QUEIROZ... Correio do Ceará , 31/05/1968.	9
345	CONVÊNIO ANCAR- CNAE. Tribuna do Ceará , 10/07/1968.	10
346	HOJE, o médico Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 27/07/1968.	10
347	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Correio do Ceará , 19/07/1968.	11
348	NCr\$ 500 para professoras que bem dissertarem sobre a Alimentação Escolar. Como fazer. O Povo , 15/07/1968.	11
349	O PROGRAMA elaborado pelo Ministério da Educação... Unitário , 28/07/1968.	12
350	PRESENTES: o engenheiro João Sanford... Correio do Ceará , 29/07/1968.	12
351	MERENDA ESCOLAR. Gazeta de Notícias , 30/07/1968.	12
352	ENTRE os dias 12 a 16 do corrente... O Povo , 31/07/1968.	12
353	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz viajará dia 10 para Iracema... Correio do Ceará , 02/08/1968.	12
354	CURSOS de Educação Alimentar. O Povo , 02/08/1968.	13
355	ESCOLA de Nutrição dará cursos para merendeiras... Gazeta de Notícias , 02/08/1968.	13
356	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Unitário , 04/12/1968.	14
357	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... O Povo , 07/12/1968.	14
358	SERÁ na próxima quarta-feira às 19:30 horas... Correio do Ceará , 04/12/1968.	15
359	CHEGOU ontem a Fortaleza o general José Pinto Sombra. O Estado , 04/12/1968.	15
360	CNAE com Governador. O Povo , 06/12/1968.	15
361	PRESIDENTE da CNAE visita governador. Unitário , 06/12/1968.	16
362	ALIMENTAÇÃO. Tribuna do Ceará , 07/12/1968.	17
363	O MÉDICO Pedro Almino, que casou ontem... Tribuna do Ceará , 03/12/1968.	18
364	HOJE, dia 04, às 19:30 horas, subirão ao altar... Correio do Ceará , 04/12/1968.	18
365	MAIS MERENDA. Tribuna do Ceará , 03/12/1968.	18
366	ESTÁ sendo esperado quinta-feira... O Povo , 04/12/1968.	18
367	MERENDA ESCOLAR. Tribuna do Ceará , 04/12/1968.	19
368	BOM DIA Excelência. Tribuna do Ceará , 04/12/1968.	19
369	PRESIDENTE da CNAE: Ceará tem o melhor Programa de Alimentação Escolar do Nordeste. Ceará: O melhor do NE; Orçamento, 15 milhões novos. Tribuna do Ceará , 04/12/1968.	20
370	GENERAL da CNAE chega anunciando que estudante cearense come bem. Unitário , 04/12/1968.	20
371	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR favorece a 11 milhões. Contatos. Unitário , 04/12/1968.	21
372	MAIS UMA VEZ o primeiro. O Povo , 04/12/1968.	21
373	OS 10 TÉCNICOS da CNAE viajaram no dia 11 de Abril de 1968. ===s/Ref.===	22
374	REGRESSA dos Estados Unidos grupo de bolsistas da CNAE. ===s/Ref.===	23
375	PARA presidir o encerramento... Tribuna do Ceará , 01/11/1968.	24
376	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... O Povo , 06/11/1968.	24

377	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 08/11/1968.	24
378	O GENERAL José Pinto Sombra... Tribuna do Ceará , 11/11/1968.	24
379	=== <i>Continuação da notícia anterior</i> ===	25
380	343 JOVENS vão estagiar em diversas empresas da capital. O Povo , 12/11/1968.	25
381	O MÉDICO Pedro Almino estará subindo o altar... O Estado , 16/11/1968.	25
382	CLÁUDIA e Pedro Almino... Unitário , 19/11/1968.	25
383	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 16/11/1968.	25
384	ALMOÇO ESCOLAR, em Nazaré. Correio do Ceará , 08/05/1965.	26
385	MERENDA ESCOLAR vai alimentar alunos das escolas do DNOCS. Material Escolar; Almoço em 66. O Povo , 02/06/1965.	26
386	ALUNOS DA PMF estudam de barriga cheia! O Povo , 08/06/1965. === <i>matéria incompleta</i> ===	27
387	O GENERAL José Pinto Sombra... Gazeta de Notícias , 17/02/1971.	28
388	CHEGA na quinta a Fortaleza... Tribuna do Ceará , 02/03/1971.	28
389	ALIMENTAÇÃO. O Povo , 05/03/1971.	28
390	ALIMENTOS para 400 mil alunos pobres. Unitário , 02/03/1971.	29
391	AMERICAN FOOD. Tribuna do Ceará , 03/03/1971.	30
392	PRESIDENTE da CNAE hoje em Fortaleza. Maranguape. Correio do Ceará , 04/03/1971.	30
393	CHEGARAM ontem a Fortaleza... Correio do Ceará , 05/03/1971.	30
394	=== <i>Continuação da notícia anterior</i> ===	31
395	MERENDA ESCOLAR. Tribuna do Ceará , 05/03/1971.	31
396	SOMBRA e PERRYMAN chegaram. Correio do Ceará , 05/03/1971.	31

SUMÁRIO -VOLUME 06/14 (1967 - 1968)

Nº	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
397	A ESCOLA Agnes Junes Leith... Unitário , 06/12/1967.	2
398	A CAMPANHA Nacional de Merenda Escolar... O Povo , 11/12/1967.	2
399	MAIS de 10 mil litros de leite batizado apreendidos. === <i>s/ref.</i> ===	2
400	O MÉDICO Edilson Gurgel Santos... Correio do Ceará , 09/12/1967.	2
401	CENTRO de treinamento e alimentação para o NE. O Curso. Objetivos do Curso. Unitário , 07/12/1967.	3
402	CENTRO de treinamento em alimentação para Norte e Nordeste no CE. O Povo , 11/12/1967.	3
403	CEARÁ terá em 68 Centro de Treinamento em Alimentação para Nordeste. O Curso. Objetivos do Curso. Gazeta de Notícias , 08/12/1967.	4
404	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Correio do Ceará , 22/11/1967.	5
405	CNME distribuirá em 68 merenda para 400 mil crianças em todo Estado. Aguarda; Levantamento; Regressou. === <i>s/ref.</i> ===	6
406	ALIMENTOS ESCOLARES bicharam e até apodreceram: nova embalagem em 1968. Programa de férias. O Povo , 21/12/1967.	6
407	ALIMENTAÇÃO Escolar. Tipos de Merenda Escolar. Correio do Ceará , 26/12/1967.	7
408	GENERAL afirma: em cada vinte crianças que nascem, dez morrem. Acelerar. Os dados. O Estado , 21/12/1967.	8
409	O GENERAL José Liberato Souto Maior... O Povo , 27/12/1967.	9
410	AGRADECEMOS os seguintes votos... O Povo , 28/12/1967.	9
411	DIA 11, no "Meia". Unitário , 30/12/1967.	9
412	ESCOLA de Nutrição será um Centro de Treinamento. Avaliação; Representantes. Gazeta de Notícias , 15/01/1968.	9
413	AGRADECEMOS e retribuimos os votos... Correio do Ceará , 02/01/1968.	10
414	A ESCOLA de Nutrição do Ceará... Unitário , 04/01/1968.	10
415	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Unitário , 05/01/1968.	10
416	AINDA no setor médico... Correio do Ceará , 16/01/1968.	10
417	SR e SRA José Luís Gonzaga Neto... Unitário , 16/01/1968.	10
418	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Unitário , 24/01/1968.	10
419	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Unitário , 19/01/1968.	10
420	A FEBRE de transformar tudo em Fundação... O Povo , 24/01/1968.	10
421	SETOR EDUCACIONAL. Tribuna do Ceará , 17/01/1968.	11
422	CANAE trocará o açúcar pela rapadura cearense na merenda de 4 mil alunos. Merendeiras em Icó. O Povo , 24/01/1968.	12
423	MERENDA Escolar para 400 mil estudantes cearenses. Congresso. Unitário , 29/01/1968.	12
424	SETOR Educacional e Saúde. Tribuna do Ceará , 31/01/1968.	13

425 VIAJARÁ dia 21 de fevereiro próximo... **Correio do Ceará**, 31/01/1968. 13

SUMÁRIO -VOLUME 07/14 (1968)

Nº	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
426	CONVÊNIO garante merenda para os escolares da PMF. Importância. Gazeta de Notícias , 01/02/1968.	4
427	O Sr. Pedro Almino, delegado da Merenda... Unitário , 03/02/1968.	4
428	MEC Último Plano Trienal. O Povo , 05/02/1968.	4
429	=== <i>Continuação notícia anterior</i> ===	5
430	RENOVADO convênio para almoço e merenda nos Grupos municipais. O Povo , 05/02/1968.	5
431	O MÉDICO Pedro Almino, delegado da Merenda... Unitário , 06/02/1968.	5
432	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 10/02/1968.	5
433	RENOVADO o contrato... Unitário , 06/02/1968.	5
434	VAI DEFENDER rapadura como suplemento na alimentação. Unitário , 12/02/1968.	6
435	QUEM SE ENCONTRA hoje em Goiânia... Unitário , 12/02/1968.	6
436	O Sr. PEDRO Almino de Queiroz... O Povo , 13/02/1968.	6
437	CONSIDERADO o valor nutritivo da rapadura... Correio do Ceará , 20/02/1968.	6
438	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Correio do Ceará , 21/02/1968.	6
439	CONSIDERANDO o valor nutritivo e agradável... Correio do Ceará , 21/02/1968.	6
440	O GOVERNADOR Octávio Laje, de Goiás... O Povo , 22/02/1968.	7
441	MOURA, Agladir. RAPADURA encontra seu doce destino no cardápio da CNAE. Com rapadura e com afeto. O Povo , 15/02/1968.	8
442	RAPADURA faz parte agora do cardápio das crianças da CNAE. (Imagem). O Povo , 15/02/1968.	9
443	CNAE pede criação de 'cadeira' sobre alimentação do estudante. Tribuna do Ceará , 24/02/1968	10
444	ESCOLA renova consulta sobre a contratação de professores. Unitário , 25/02/1968.	11
445	RAPADURA do Ceará vai ser exportada para os estados sulinos. Gazeta de Notícias , 25/02/1968.	12
446	TAMBÉM prestigiaram o Náutico. Unitário , 01/03/1968.	12
447	A INCLUSÃO de Educação Alimentar... O Povo , 02/03/1968.	13
448	SETOR EDUCACIONAL. Tribuna do Ceará , 03/03/1968.	13
449	O GENERAL José Pinto Sombra... Unitário , 03/03/1968.	14
450	DE SOCIEDADE. Unitário , 05/03/1968.	14
451	ZONA DE Baturité com 638 escolas e 21656 crianças sem estudar. Outros dados. Recursos. Gazeta de Notícias , 05/03/1968.	14
452	ESCOLA de Nutrição formará supervisoras para merenda: Inscrições abertas. Primeiro. Gazeta de Notícias , 07/03/1968.	14
453	IMPORTANTE Convênio...Inicialmente. Leite. === <i>sem referências</i> ===	15
454	TEM PROSSEGUIMENTO em nosso estado... Unitário , 23/03/1968.	15
455	EDUCAÇÃO e Cultura. Tribuna do Ceará , 27/03/1968.	15
456	=== <i>Continuação notícia anterior</i> ===	16
457	REALIZAR-SE-Á a instalação... Unitário , 24/03/1968.	16
458	CNAE pede inclusão de Educação Alimentar no "Normal" para modificar mentalidades. Com o garfo e a faca. O Povo , 08/03/1968.	17
459	QUEM seguirá rumo aos Estados... Correio do Ceará , 12/03/1968.	17
460	ESSA PLATAFORMA de lançamento de foguetes.=== <i>notícia discrepante</i> === <i>refere-se à CNAE -Comissão Nacional de Atividades Espaciais</i> ===	17
461	MERENDA Escolar seleciona hoje candidatas a Curso de Formação. Gazeta de Notícias , 19/03/1968.	17
462	CEARENSE dirige CNAE em São José.=== <i>notícia discrepante</i> === <i>refere-se à CNAE - Comissão Nacional de Atividades Espaciais</i> ===	17
463	A CONVITE da Agência Internacional... O Povo , 21/03/1968.	18
464	SEMANA da Alimentação e comida para um milhão de estudantes pela CNAE. O Povo , 23/03/1968.	18
465	CNME dará merenda este ano a 400 mil crianças. Unitário , 29/03/1968.	19
466	ABERTA a Semana da Alimentação Escolar. Unitário , 26/03/1968.	19
467	ENCERRA-SE amanhã a semana de alimentação escolar. Unitário , 29/03/1968.	19
468	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Correio do Ceará , 28/03/1968.	20
469	ENCERRA-SE Semana da Alimentação Escolar. Unitário , 30/03/1968.	21

470	ALIMENTAÇÃO. O Povo , 30/03/1968.	21
471	AQUINO, J. Lindemberg de. CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar em atividades no Crato. Gazeta de Notícias , 04/04/1968.	22
472	VASCONCELOS, Carlos. MARANGUAPE terá Semana de Educação Alimentar. Gazeta de Notícias , 04/04/1968.	22
473	SEMANA de Alimentação Escolar acaba amanhã. Gazeta de Notícias , 01/04/1968.	23
474	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Unitário , 09/04/1968.	23
475	QUIXERAMOBIM aplaudiu aniversário da administração Alfredo Machado. Outras realizações; Plano para 1968. O Povo , 28/03/1968.	24
476	ENCERRA-SE amanhã a Semana de Alimentação Escolar. O Povo , 30/03/1968.	25
477	CAMPANHA Nacional de Merenda Escolar em grandes atividades. A Ação (Crato), 06/04/1968.	26
478	CEARÁ no curso da AID sobre Alimentação Escolar. Unitário , 09/04/1968.	27
479	PARA um giro de 45 dias... O Povo , 23/04/1968.	27
480	A DELEGACIA da Merenda Escolar... Unitário , 28/04/1968.	27
481	HONORARY TENNESSEAN. 10 Brazilians Start State School Tour. ===sem referência===, 26/04/1968.	28
482	DIRETOR da CNAE fala sobre assistência alimentar nos EUA. O Programa americano; Boa supervisão; Recepção. ===sem referência===	29
483	DIRETOR da CNAE fala sobre assistência alimentar nos EUA. O Programa americano; Boa supervisão; Recepção. ===sem referência=== ===repetida===	30
484	O ESTUDANTE Antônio Juvenal... O Povo , 29/06/1968.	30
485	CONVÊNIO levará Educação Alimentar a 43 municípios. Hábitos sadios; Os municípios. O Povo , 29/06/1968.	31
486	CURSO. O Povo , 02/07/1968.	31
487	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz encerrou, em Iguatu... Correio do Ceará , 04/07/1968.	31
488	CONVÊNIO levará Educação Alimentar a 43 municípios. Hábitos sadios; Os municípios. Tribuna do Ceará , 02/07/1968.	32
489	CONVÊNIO levará Educação Alimentar a 43 municípios. Hábitos sadios; Os municípios. Gazeta de Notícias , 02/07/1968.	32
490	COZINHAS CENTRAIS poderão ser criadas pela CANAE. Alimentação e comunitarismo. O Povo , 04/07/1968.	33
491	QUEM TAMBÉM aniversariou... Correio do Ceará , 09/07/1968.	33
492	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL para 43 municípios no plano conjugado da CANAE/ ANCAR Ceará. Cada um dá o que tem. O Povo , 09/07/1968.	34
493	DE 22 A 27 do mês que passa... Correio do Ceará , 12/07/1968.	34
494	CNAE ABRE interessante concurso para professoras primárias: prêmio NCr\$ 500,00. Os prêmios; Os trabalhos; Entrega dos prêmios. Tribuna do Ceará , 09/08/1968.	35
495	A REPRESENTAÇÃO federal... O Estado , 09/08/1968.	35
496	PEDRO ALMINO DE QUEIROZ, diretor... O Estado , 12/08/68.	35
497	DURANTE a estada do Governo Federal... Unitário , 07/08/1968.	36
498	MERENDA ESCOLAR. O Povo , 08/08/1968.	36
499	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR treina seu pessoal. Os cursos. O Povo , 12/06/1968.	36
500	CONCURSO sobre a Alimentação Escolar. O Povo , 14/08/1968.	36
501	CONCURSO para docentes do ensino primário... Unitário , 13/08/1968.	37
502	NUMA BONITA solenidade... Gazeta de Notícias , 13/06/1968.	37
503	A REPRESENTAÇÃO federal... O Povo , 13/06/1968.	37
504	ENSINANDO as normas da boa alimentação... Unitário , 18/07/1968.	38
505	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... O Povo , 19/08/1968.	38
506	A ANCAR, Prefeitura Municipal e Merenda Escolar... Gazeta de Notícias , 20/08/1968.	38
507	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... O Povo , 21/08/1968.	39
508	CONCURSO para docentes... Unitário , 23/08/1968.	39
509	MERENDA escolar na colônia de Aracati. O Povo , 24/08/1968.	40
510	MERENDA para escolares no desfile. Semana da Comunidade; Dia do Nutricionista. Unitário , 28/08/1968.	40
511	QUANDO setembro vier... Correio do Ceará , 31/08/1968.	41
512	ATÉ O DIA 30 deste mês... Unitário , 04/09/1968.	41
513	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Correio do Ceará , ===sem data===.	41
514	ESCOLA DE NUTRIÇÃO dá curso para merendeira. Treinamento. Gazeta de Notícias , 04/09/1968.	41

515	OS ESTUDANTES que participarão... Tribuna do Ceará , 02/09/1968.	41
516	ESCOLAS no desfile terão merenda do CNAE. Gazeta de Notícias , 05/09/1968.	42
517	COLABORANDO com as autoridades... O Povo , 05/09/1968.	42
518	BISCOITO, leite e Chocolate... Correio do Ceará , 05/09/1968.	43
519	MERENDA para oito mil escolas. Unitário , 05/09/1968.	44
520	CNAE: Merenda para oito mil escolares no desfile do dia 7. Tribuna do Ceará , 05/09/1968.	44
521	A CAMPANHA Nacional de Alimentação... Unitário , 06/09/1968.	45
522	DE 18 A 23 DO CORRENTE... O Povo , 06/09/1968.	45
523	DE 18 A 23 DO CORRENTE... Tribuna do Ceará , 09/09/1968.	45
524	A CIDADE de Iracema homenageou... Tribuna do Ceará , 12/09/1968.	45
525	TENDO À FRENTE a professora... Correio do Ceará , 11/09/1968.	45
526	EM NOVEMBRO, a Escola... Tribuna do Ceará , 11/09/1968.	45
527	ATÉ O DIA 30 deste mês... Unitário , 13/09/1968.	45
528	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 12/09/1968.	45

SUMÁRIO -VOLUME 08/14 (1968)

Nº	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
529	ANIVERSÁRIO ao trote e aviadores em terra, as atrações da parada. O Povo , 06/09/1968.	3
530	A PROFESSORA Maria Semírames de Oliveira... Tribuna do Ceará , 11/09/1968.	3
531	ANIVERSÁRIO ao trote e aviadores em terra, as atrações da parada. Do começo ao fim; Arquibancadas; Postos de socorro; Merenda; Bandeira. O Povo , 06/09/1968. === <i>continuação da notícia 529</i> ===	4
532	CANAE começa hoje "Semana Comunitária" difundindo associativismo e alimentação. O Povo , 18/09/1968.	4
533	INSTALA-SE hoje a Semana da Comunidade. Apoio; Programa. Unitário , 18/09/1968.	5
534	"EDUCAÇÃO Alimentar Obrigatória" é a grande meta... O Povo , 18/09/1968.	6
535	"EDUCAÇÃO Alimentar Obrigatória" é a grande meta... O Povo , 18/09/1968. === <i>repetida</i> ===	6
536	O MÉDICO Pedro Almino dando os últimos... Tribuna do Ceará , 18/09/1968.	6
537	MILHARES de crianças famintas voltam dos postos da LBA, onde a comida não chega.É pena; No Sertão; Parteiras. O Povo , 18/09/1968.	7
538	A REVISTA da Campanha Nacional de Alimentação Escolar... Correio do Ceará , 18/09/1968.	8
539	DE UM BOLETIM da Campanha... O Povo , 19/09/1968.	8
540	HOJE tem o seu término a organizada... Tribuna do Ceará , 23/09/1968.	8
541	ATÉ O DIA 30 do corrente... Unitário , 27/09/1968.	9
542	CONVÊNIO estado com a CNAE para a Alimentação Escolar. O Povo , 27/09/1968.	9
543	MERENDA Escolar já tem novo convênio. Tribuna do Ceará , 27/09/1968.	10
544	GÊNEROS e medicamentos em larga escala... Unitário , 28/09/1968.	10
545	A SRA. MARIA SEMÍRAMES... Tribuna do Ceará , 27/09/1968.	10
546	CURSO - No próximo dia 14... O Povo , 03/10/1968.	11
547	CNAE PROMOVE novos cursos sobre Alimentação Escolar. Quatro cursos. Gazeta de Notícias , 04/10/1968.	11
548	CNAE Promoverá cursos sobre Alimentação Escolar. Unitário , 04/10/1968.	11
549	MINISTÉRIO DA SAÚDE e a denúncia de esterilização provocada por leite. Confirma. Gazeta de Notícias , 11/10/1968.	12
550	POSSO Informar que... Tribuna do Ceará , 18/10/1968.	12
551	MAS, em se falando de casamento... Tribuna do Ceará , 21/10/1968.	12
552	AQUINO, J. Lindemberg de. ENALTECIDO SETOR Crato na Alimentação Escolar. Correio do Ceará , 26/10/1968.	13
553	NOTICIÁRIO DOS ESTADOS. Revista da CNAE, MEC, nº 9 , 1968.	14
554	EDUCAÇÃO. O Ceará amplia a rede de ensino primário. O Cruzeiro , ANO XV, nº 37, 14/09/1968.	15
555	=== <i>continuação da notícia anterior</i> ===	15
556	=== <i>continuação da notícia anterior</i> ===	16
557	DIA 04 de Dezembro, o casamento... Tribuna do Ceará , 19/11/1968.	16
558	QUEM VAI-SE tornar marido e mulher... Correio do Ceará , 19/11/1968.	16
559	NA IGREJA de Fátima... Correio do Ceará , 20/11/1968.	16
560	OUTRA de casamento... Correio do Ceará , 20/11/1968.	16
561	ESCOLA DE NUTRIÇÃO diploma turma de supervisoras para merenda escolar no dia três. Curso. Gazeta de Notícias , 23/11/1968.	17

562	A COSTUREIRA Edméia é quem... Tribuna do Ceará , 28/11/1968.	17
563	SOMBRA chegará dia 3. Tribuna do Ceará , 28/11/1968.	17
564	GENERAL José Sombra vem dia 4 a Fortaleza. O Estado , 29/11/1968.	17
565	AQUINO, J. Lindemberg de. MUNICÍPIOS não querem Alimentação Escolar. Unitário , 01/02/1968.	18
566	PRESIDENTE da Merenda Escolar chega hoje para Inspeção Estadual. Levantamento. Gazeta de Notícias , 03/12/1968.	18
567	UMAS & OUTRAS. Unitário , 03/12/1968.	19
568	GENERAL SOMBRA chegará hoje. Tribuna do Ceará , 03/12/1968.	19
569	PRESIDENTE da CNAE chega para ver Programa de Assistência Alimentar. O Povo , 03/12/1968.	19
570	PEDRO ALMINO dirige CNAE em todo o Nordeste. O Povo , 03/12/1968.	20
571	NA NOITE de quarta-feira... Tribuna do Ceará , 06/12/1968.	20
572	PRESIDENTE da CNAE agradece a Plácido. Unitário , 11/12/1968.	20
573	ENLACE Pedro Almino- Cláudia Gondim. Correio do Ceará , 11/12/1968.	21
574	OS RECÉM-CASADOS... O Povo , 12/12/1968.	22
575	DE ENLACE. Tribuna do Ceará , 12/12/1968.	22
576	AGRADECIMENTO. O Povo , 12/12/1968.	22
577	AGRADECEMOS... Tribuna do Ceará , 12/12/1968.	22

SUMÁRIO -VOLUME 09/14 (1966)

Nº	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
578	O MÉDICO Pedro Almino... Tribuna o Ceará , 09/01/1969.	3
579	MERENDA Escolar quer distribuir um milhão de refeições no Ceará. Gazeta de Notícias , 09/01/1969.	3
580	CAMPANHA ESCOLAR. Verba. O Estado , 14/01/1969.	3
581	CEARÁ comerá doces dos Alimentos Para a Paz. O Povo , 10/01/1969.	3
582	MERENDA Escolar este ano em Caucaia. Correio do Ceará , 22/01/1969.	4
583	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Tribuna do Ceará , 30/01/1969.	4
584	O DR. PEDRO Almino, Delegado... Correio do Ceará , 01/02/1969.	4
585	MINISTRO da Educação aguardado para assinar convênio com o Governo do Estado: Alimentação Escolar. A parte do Governo; O Programa. Tribuna do Ceará , 21/02/1969.	5
586	GOVERNO assinará convênio. Unitário , 21/02/1969.	5
587	O GENERAL José Pinto Sombra... Tribuna do Ceará , 10/02/1969.	6
588	MEC firmará convênio com Estado para Alimentação Escolar. Gazeta de Notícias , 21/02/1969.	6
589	CNAE com novo programa para cursos de Educação Alimentar. Escola Regional. Unitário , 25/02/1969.	7
590	MEC-CNAE e governo vão firmar outro convênio. O Povo , 25/02/1969.	7
591	CNAE espera dinheiro para trazer a Merenda Escolar. Bom programa; No Maranhão; No Piauí; Treinamento de Pessoal. O Povo , 21/02/1969.	8
592	ESTUDANTES mirins vão ganhar "Almoço-Escolar". O Estado , 28/02/1969.	9
593	MERENDA ESCOLAR para os alunos dos Grupos Municipais. Correio do Ceará , 28/02/1969.	10
594	ALMOÇO ESCOLAR para crianças de Grupos Escolares Municipais. O Povo , 28/02/1969.	10
595	PEQUENO ALMOÇO para 480 mil colegiais. O Povo , 10/03/1969.	11
596	COMIDA SEM Transporte. O Povo , 11/03/1969.	11
597	MERENDA Escolar será discutida na Guanabara. O Povo , 10/03/1969.	11
598	ALUNOS das escolas municipais recebem o almoço escolar. O que é almoço escolar; Prefeito dá todo o apoio. Gazeta de Notícias , 28/02/1969.	12
599	O MÉDICO Pedro Almino... Tribuna do Ceará , 28/02/1969.	12
600	O MÉDICO Pedro Almino... Unitário , 10/03/1969.	12
601	QUEM AVIONOU para o Rio de Janeiro... Correio do Ceará , 10/03/1969.	12
602	A MERENDA ESCOLAR... Tribuna do Ceará , ===sem data===	13
603	EM RECENTE concurso... O Povo , 22/03/1969.	13
604	GOVERNO vai liberar verbas para custear envio de alimentos. Gazeta de Notícias , 20/03/1969.	13
605	A MERENDA AMEAÇADA. O Povo , 13/03/1969.	14
606	RECURSOS para distribuir a Merenda Escolar. Unitário , 18/03/1969.	15
607	MERENDA ESCOLAR vai ser liberada. O Povo , 18/03/1969.	15
608	TÁVORA, Ademar. MERENDA para engordar alunos. O Povo , 20/03/1969.	16
609	VÉM AÍ TRINTA vacas mecânicas. O Povo , 24/03/1969.	17

610	CEARÁ recebe máquinas para beneficiamento de leite em pó nas escolas. As máquinas. Gazeta de Notícias , 26/03/1969.	17
611	HOMENAGEM a Costa e Silva. Tribuna do Ceará , 26/03/1969.	17
612	VÉM AÍ TRINTA vacas mecânicas. O Povo , 24/03/1969. ===repetida===	18
613	REFORMA. Gazeta de Notícias , 25/03/1969.	18
614	ALIMENTAÇÃO Escolar vai entrar nos currículos primário e normal. O Povo , 27/03/1967.	19
615	MÁQUINAS VÃO preparar merenda de estudantes. Unitário , 27/03/1969.	19
616	HOMENAGEM da Campanha de Alimentação Escolar a Costa e Silva. Unitário , 26/03/1969.	20
617	ENSINANDO a comer. O Povo , 27/03/1969.	20
618	ESCOLAS vão estudar Alimentação Escolar. Gazeta de Notícias , 27/03/1969.	20
619	CNAE na meta revolucionária da Educação Alimentar em 69. Assessorias Regionais; Inovações; Colaboração; Semana da Alimentação Escolar e retrato do presidente. Gazeta de Notícias , 30/03/1969.	21
620	DE MERENDA. Tribuna do Ceará , 28/03/1969.	22
621	DINHEIRO para a Educação do Paraná. O Povo , 31/03/1969.	22
622	O GENERAL José Pinto Sombra... Gazeta de Notícias , 30/03/1969.	23
623	FLAGRANTE da aposição... Gazeta de Notícias , 30/03/1969.	24
624	CONCURSO dos Alimentos Para a Paz e CNAE. O Povo , 03/04/1969.	25
625	ALUNOS do curso primário participam do concurso sobre alimentação escolar. Gazeta de Notícias , 03/04/1969.	25
626	REDAÇÃO. A Cnae está promovendo... Unitário , 06/04/1969.	25
627	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Tribuna do Ceará , 10/04/1969.	25
628	ENCERRADA Semana de Alimentação Escolar. Gazeta de Notícias , 01/04/1969.	26
629	ENCERRAMENTO da Semana de Alimentação Escolar. O Povo , 01/04/1969.	26
630	HÁ MUITO tempo estado cuida da educação alimentar nos currículos primário e normal. O Povo , 14/04/1969.	27
631	ALIMENTAÇÃO Escolar atende 250 mil alunos. Leite é básico. Unitário , 09/04/1969.	28
632	O DR. Pedro Almino... Correio do Ceará , 11/04/1969.	28
633	FERREIRA, José Jaime. QUIXADÁ ganha superintendência da Campanha de Alimentação Escolar. Gazeta de Notícias , 24/04/1969.	29
634	DISTRIBUIÇÃO de merenda escolar. Unitário , 24/04/1969.	29
635	MECANIZAÇÃO na Prefeitura de Quixadá. Superintendência. O Povo , 15/04/1969.	30
636	CEARÁ receberá dos "Alimentos para a paz" roupas e bombons. O Povo , 16/04/1969.	30
637	APOSIÇÃO. O Povo , 16/04/1969.	30

SUMÁRIO -VOLUME 10/14 (1969)

Nº	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
638	O MÉDICO Pedro Almino vai às cidades... Tribuna do Ceará , 17/04/1969.	3
639	O MÉDICO Pedro Almino... Tribuna do Ceará , 18/04/1969.	3
640	COSTA, João Eudes. CAMPANHA de Alimentação Escolar na Região de Quixadá. Tribuna do Ceará , 21/04/1969.	3
641	CURSO de Nutrição. Duração. O Povo , 18/04/1969.	4
642	VACAS Mecânicas produzirão boa merenda escolar nesses dias. Distribuição; Novo preparado. Unitário , 24/04/1969.	5
643	EXECUÇÃO de convênio de Merenda Escolar. O Povo , 25/04/1969.	5
644	SILVA, Osmar. SEMANA de Educação Alimentar (Maranguape). Correio do Ceará , 28/04/1969.	6
645	FERREIRA, José Jaime. MERENDA ESCOLAR chega a Quixadá: Criado setor. Gazeta de Notícias , 06/05/1969.	6
646	ORA, acontece que a Campanha Nacional... Unitário , 08/05/1969.	6
647	CAMPANHA de alimentação instala novas frentes. Unitário , 23/04/1969.	7
648	VACAS Mecânicas produzirão boa merenda escolar nesses dias. Distribuição; Novo preparado. Unitário , 23/04/1969. ===repetida===	7
649	MERENDA ESCOLAR cria mais um setor no ceará. O Povo , 23/04/1969.	8
650	O DR. Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 14/05/1969.	8
651	PRODUTOS REGIONAIS na pauta da Alimentação Escolar. Interesse da Campanha; Intensificando; O Diretor; Vacas mecânicas. Unitário , 11/05/1969.	9
652	TÉCNICO condena substituição do feijão de corda pela soja. Indispensável; Não aceita; Reação. O Povo , 15/05/1969.	10
653	EM SOBRAL. Tribuna do Ceará , 15/05/1969.	10

654	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Tribuna do Ceará , 17/05/1969.	11
655	EXPANSÃO do Programa Alimentar tem novo convênio com o MEC. Gazeta de Notícias , 23/05/1969.	11
656	A SRA. AURI Bezerra... Tribuna do Ceará , 22/05/1969.	11
657	O GOVERNADOR Plácido Castelo... O Estado , 23/05/1969.	12
658	O MÉDICO Pedro Almino, da Merenda Escolar... Tribuna do Ceará , 24/05/1969.	12
659	GUALBERTO, João. - ITAPIPOCA, DE 26 A 31 de Maio... Correio do Ceará , 26/05/1969.	12
660	ABAE procura um símbolo. Unitário , 01/06/1969.	12
661	CURSO de Orientação Alimentar. Tribuna do Ceará , 29/05/1969.	12
662	ALIMENTAÇÃO Escolar. Correio do Ceará , 16/06/1969.	13
663	O MÉDICO Pedro Almino... Tribuna do Ceará , 17/06/1969.	13
664	ACOPIARA diplomou merendeiros. Gazeta de Notícias , 18/06/1969.	13
665	ALIMENTAÇÃO Escolar para 400 mil alunos. Convênio; Proibições. Correio do Ceará , 09/06/1969.	14
666	P. CARNEIRO sem merenda escolar. Unitário , 10/06/1969.	14
667	O GENERAL José Pinto Sombra... Tribuna do Ceará , 12/06/1969.	14
668	EM TRÂNSITO por nossa capital... Correio do Ceará , 12/06/1969.	15
669	CNAE prepara mais uma turma de supervisores. Homenagem. O Povo , 18/06/1969.	15
670	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 22/06/1969.	16
671	AMANHÃ em Fortaleza superintendente da Campanha Nacional de Alimentação. Contatos; A CNAE no Ceará. O Povo , 25/06/1969.	16
672	VISITA DE INSPEÇÃO. Gazeta de Notícias , 26/06/1969.	17
673	DOMINGO ele decola para os estados... Tribuna do Ceará , 26/06/1969.	17
674	À NOITE, o ilustre visitante... Tribuna do Ceará , 26/06/1969.	17
675	HOJE, estará chegando... Correio do Ceará , 26/06/1969.	17
676	CNAE diplomará 43 supervisoras. Turma. O Povo , 21/06/1969.	18
677	PRESIDENTE da CNAE é esperado hoje. Tribuna do Ceará , 26/06/1969.	18
678	O GOVERNADOR Plácido Castelo receberá... Correio do Ceará , 26/06/1969.	19
679	AMANHÃ, pela manhã, o Gen. José Sombra... tribuna do Ceará , 26/06/1969.	19
680	INFORMAMOS o roteiro do General... Tribuna do Ceará , 26/06/1969.	19
681	UM CURSO de supervisoras da Merenda Escolar... Correio do Ceará , 26/06/1969.	19
682	À TARDE, em avião cedido pelo governo... Tribuna do Ceará , 26/06/1969.	19
683	O DR. Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 27/06/1969.	19
684	GOVERNADOR inaugurará obras em Missão Velha. Inspeção; Festa. O Povo , 28/06/1969.	20
685	PRESIDENTE da CNAE dinamiza programas. Correio do Ceará , 28/06/1969.	20
686	O GENERAL José Pinto Sombra... Tribuna do Ceará , 28/06/1969.	21
687	MERENDA Escolar em mais de 100 cidades. Tribuna do Ceará , 30/06/1969.	21
688	GENERAL Sombra diz que CNAE distribui um bilhão de refeições. Piauí e Maranhão. Correio do Ceará , 01/07/1969.	22
689	CNAE distribuiu um bilhão de refeições. Entregou diplomas. Unitário , 01/07/1969.	23
690	MORMACAP chega com Alimentos para a Paz. Outros; Vacas Mecânicas; Piauí e Maranhão. Unitário , 02/07/1969.	24
691	BONFIM, Nonato. MERENDA ESCOLAR em Crateús. Unitário , 06/07/1969.	25
692	A CNAE no Piauí. Gazeta de Notícias , 13/07/1969.	26
693	EM FORTALEZA o jornalista Nay... Tribuna do Ceará , 11/07/1969.	27
694	SEGUNDA-FEIRA decola para Guanabara... Tribuna do Ceará , 11/09/1969.	27
695	CAMPANHA. Gazeta de Notícias , 16/07/1969.	27

SUMÁRIO -VOLUME 11/14 (1969)

N ^o	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
696	EDUCAÇÃO Alimentar reúne no Ceará representantes de vários estados. O Povo , 07/08/1969.	3
697	BARROS, Benedito. ITAPIPOCA - O SINDICATO Rural de Itapipoca... Tribuna do Ceará , 07/08/1969.	3
698	CURSOS. Inscrições. Gazeta de Notícias , 12/08/1969.	3
699	CÁRITAS marca reunião com dirigentes. Gazeta de Notícias , 12/08/1969.	3
700	GRUPOS Escolares vão ganhar vaca mecânica. Rapidez. O Povo , 12/08/1969.	4
701	NOTÍCIAS e enchentes. O Estado , ===sem data===	4
702	UMA das vacas mecânicas... O Estado , 15/08/1969.	4
703	CNAE inicia segundo curso de supervisoras de alimentação. Vacas mecânicas. O Povo , 14/08/1969.	4

704	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 18/08/1969.	4
705	VACAS MECÂNICAS para escolares da capital e do interior. Máquinas; Instalação nos municípios. Unitário , 18/08/1969.	5
706	CURSO da Cáritas sobre Alimentação. Datas. Tribuna do Ceará , 14/08/1969.	5
707	NUTRIÇÃO e higiene na Campanha Escolar. Noções; Itapipoca; Vacas motoras. Unitário , 19/08/1969.	6
708	VACAS Encaixotadas. Unitário , 19/08/1969.	6
709	CRIANÇA mal alimentada não estuda - Alimentação escolar é uma meta prioritária. Desenvolvimento; Dificuldades; Atividade diversificada; Atendimento; Cooperação Geral; Alimentação Escolar: Pesquisas e Estudos; Divulgação; O Desafio do Presente e do Futuro. Diário de Notícias (RJ) , 07, 08/1969.	7, 8, 9
710	O HOMEM da Merenda Escolar... tribuna do Ceará , 22/08/1969.	9
711	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Tribuna do Ceará , 26/08/1969.	9
712	O DR. Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 22/08/1969.	9
713	AVISO A PROFESSORAS. Tribuna do Ceará , 22/08/1969.	9
714	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Tribuna do Ceará , 21/08/1969.	9
715	DOIS PREMIADOS numa só turma. O Povo , 27/08/1969.	10
716	PAUSA PARA MERENDA. Unitário , 27/08/1969.	11
717	MERENDA ESCOLAR tem postos para desfile. Tudo pronto. Unitário , 04/09/1969.	11
718	9 MIL estudantes na parada. Nota da Região. Correio do Ceará , 04/09/1969.	12
719	TERÃO merenda nove mil estudantes no desfile: dia 7. O Estado , 04/09/1969.	12
720	MERENDA da Campanha para estudantes no 7 de Setembro. Gazeta de Notícias , ===sem data===	13
721	CNAE distribuirá merendas aos estudantes no dia 7. As merendas. O Povo , 05/09/1969.	13
722	FALTA de alimentos eleva a evasão escolar a 70%. O Aproveitamento; Cardápios Regionais. Unitário , 05/09/1969.	14
723	ESTUDANTES. Tribuna do Ceará , 07/09/1969.	14
724	POSTOS de merenda. Os postos. Tribuna do Ceará , 05/09/1969.	15
725	SEMANA da Comunidade. Gazeta de Notícias , 04/09/1969.	15
726	DR. PEDRO ALMINO de Queiroz... O Estado , 11/09/1969.	16
727	POUCOS SABEM: o ministro José Cláudio Oliveira... Tribuna do Ceará , 11/09/1969.	16
728	PALESTRAS dão curso à Semana da Comunidade. Tribuna do Ceará , 19/09/1969.	16
729	SEMANA da Comunidade. Correio do Ceará , 17/09/1969.	17
730	SEMANA da Comunidade. Correio do Ceará , 23/09/1969.	17
731	SEMANA da Comunidade prosseguirá amanhã. Gazeta de Notícias , 21/09/1969.	18
732	SEMANA da Comunidade tem encerramento solene hoje. O Povo , 23/09/1969.	18
733	CRATO encerra hoje a Semana da Comunidade. Visitas. Tribuna do Ceará , ===sem data===	19
734	SEMANA da Comunidade encerrada em Fortaleza Unitário , 24/09/1969.	19
735	SEMANA da Comunidade em Limoeiro do Norte. Correio do Ceará , 24/09/1969.	19
736	ENCERROU-SE, ontem, com chave de ouro... Tribuna do Ceará , 24/09/1969.	20
737	LIMOEIRO encerra Semana da Comunidade. O Povo , 27/09/1969.	20
738	DIA DA CRIANÇA. Unitário , 07/10/1969.	20
739	VITÓRIA do estudante cearense. Unitário , 05/10/1969.	21
740	MAIS doze funcionários. Tribuna do Ceará , 09/10/1969.	21
741	CNAE quer a disposição de 12 servidores da Assembléia. O Estado , 09/10/1969.	22
742	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar. Unitário , ===sem data===	22
743	CNAE quer 1 dúzia de ociosos da Assembléia. Contatos. Unitário , 09/10/1969.	22
744	MERENDA quer ociosos da Assembléia. Correio do Ceará , 09/10/1969.	23
745	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Tribuna do Ceará , 10/10/1969.	23
746	O SR. PEDRO ALMINO, Superintendente... O Povo , 08/10/1969.	23
747	A CAMPANHA Nacional de Merenda Escolar demonstração com a máquina "Lida Cow"... Unitário , 12/10/1969.	23
748	VACA LEITEIRA para Escola de Nutrição. Outras máquinas. Unitário , ===sem data===	24
749	VISITADORAS do Programa de Alimentação Escolar viram "LIDA-COM" funcionar. Correio do Ceará , 11/10/1969.	24
750	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz instalando... Correio do Ceará , 14/10/1969.	24
751	TRANSITOU pelo Pinto Martins... Tribuna do Ceará , 15/10/1969.	24
752	VACA MECÂNICA na Escola de Nutrição. O Povo , 13/10/1969.	25
753	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz instalando... Correio do Ceará , 15/10/1969.	25

	==repetida==	
754	A VACA Mecânica... O Povo , 15/10/1969.	26
755	ENCERRADO Curso de Alimentação. O Povo , 22/10/1969.	26
756	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz teve seu nome... Tribuna do Ceará , 22/10/1969.	27
757	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Tribuna do Ceará , 29/10/1969.	27
758	MORAES, Neuzemar Gomes de. CURSO DE ALIMENTAÇÃO Escolar em Iracema. Unitário , 24/10/1969.	27
759	O DR. PEDRO ALMINO de Queiroz, delegado... Correio do Ceará , 05/11/1969.	27
760	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Tribuna do Ceará , 07/11/1969.	27
761	MORAES, Neuzemar Gomes de. CNAE PROMOVE CURSO em Iracema. Tribuna do Ceará , 29/10/1969.	27
762	O DR. PEDRO ALMINO de Queiroz, delegado... Correio de Ceará , 07/11/1969.	27
763	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Correio do Ceará , 12/12/1969.	28
764	PEDRO ALMINO DE QUEIROZ decola dia 29... Tribuna do Ceará , 20/11/1969.	28
765	MERENDA ESCOLAR poderá funcionar nas férias. Maior assistência; Vacas. Unitário , 18/11/1969.	28
766	80 MIL CRIANÇAS são alimentadas pela Campanha da Merenda Escolar. Crianças subnutridas. Tribuna do Ceará , ==sem data==	29
767	BAIRRO Kennedy festeja fundação. Vitorioso. Unitário , 21/11/1969.	29
768	CONSELHO de bairro Pres. Kennedy festeja 3 anos. Vitorioso. Correio do Ceará , 21/11/1969. ==notícia repetida==	29
769	CONSELHO de bairro Pres. Kennedy festeja 3 anos. Vitorioso. Gazeta de Notícias , 21/11/1969. ==notícia repetida==	30
770	MERENDA ESCOLAR empregará ovos. Vaca no festival. O Povo , 26/11/1969.	30
771	O MÉDICO PEDRO ALMINO de Queiroz, assessor regional... O Povo , 28/11/1969.	30
772	NA HORA da diplomação de mais uma turma de supervisoras... Tribuna do Ceará , 01/12/1969.	30
773	FOMENTO levará frangos, ovos e restaurante para exposição. Gastronomia em Concurso. O Povo , 27/11/1969.	31
774	ESCOLA DE NUTRIÇÃO diploma supervisoras. O Povo , 01/12/1969.	31
775	FESTIVAL DO OVO servirá 18 mil gemadas gratuitas. Dificuldade. O Povo , 03/12/1969.	32
776	ESTÁ PRONTA para entrar em funcionamento em Iracema... Gazeta de Notícias , 04/12/1969.	32
777	OVO É AINDA o melhor alimento. Sobre o festival; O problema do abastecimento. Unitário , 05/12/1969.	32
778	E AGORA? Tribuna do Ceará , 04/12/1969.	33
779	INSTITUCIONAL. Gazeta de Notícias , 05/12/1969.	33
780	VINTE e seis cidades do "hinterland" cearense... Tribuna do Ceará , ==sem data===	33

SUMÁRIO -VOLUME 12/14 (1969 - 1970)

N ^o	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
781	FESTIVAL vai mostrar ao fortalezense porque se deve consumir mais ovo. Institucional; Educação Alimentar. O Estado , 08/12/1969	3
782	DOIS OVOS alimentam um adulto por 24 horas! Coma mais ovos. O Estado , 10/12/1969.	3
783	NO FESTIVAL DO FRANGO: Prêmio para o maior comedor de ovos. Glutões. Amanhã. O estado , 11/12/1969.	4
784	FESTIVAL DO OVO e do frango vai ter início amanhã. O Estado , 12/12/1969.	4
785	VACA LEITEIRA MECÂNICA fará gemada para gurizada no festival. Restaurante. Gazeta de Notícias , 12/12/1969.	5
786	MUNICÍPIOS podem ter Alimentação Escolar. Unitário , 30/12/1969.	5
787	PREFEITURAS criarão setor municipal de alimentação escolar. Integração do município. Gazeta de Notícias , 09/01/1970.	6
788	CURSO sobre Educação Alimentar no interior. Unitário , 08/01/1970.	
789	PREFEITURAS criarão setor municipal de alimentação escolar. Integração do município. Tribuna do Ceará , 12/01/1970.	6
790	CNAE promove curso sobre Educação Alimentar. Tribuna do Ceará , 08/01/1970.	7
791	AMANHÃ segue em direção de Quixadá... Tribuna do Ceará , 08/01/1970.	8
792	CURSO sobre Educação Alimentar no interior. Unitário , 08/01/1970. ==repetida==	8
793	CNAE encerra em Quixadá orientação. O Povo , 10/01/1970.	8
794	O DR. PEDRO ALMINO de Queiroz... Correio do Ceará , 10/01/1970.	9
795	O PROGRAMA DA CNAE. Rotary Clube de Quixadá - Boletim semanal no 27 , Ano 69/70.	9

796	PREFEITURAS criarão setor municipal de alimentação escolar. Integração do município. Correio do Ceará , 09/01/1970.	10
797	OS PREFEITOS do interior cearense estão atendendo... Tribuna do Ceará , 16/01/1970.	11
798	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz recebendo... Correio do Ceará , 16/01/1970.	11
799	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz, delegado... Tribuna do Ceará , 23/01/1970.	11
800	POR TERRA, para Sobral, o coordenador... Correio do Ceará , 24/01/1970.	11
801	MERENDA Escolar para o Cariri. O Povo , 26/01/1970.	11
802	MERENDA Escolar para 400 mil alunos. Reunião; Curso. O Povo , 30/01/1970.	12
803	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar, no ano que passou... Tribuna do Ceará , 05/02/1970.	12
804	O DR. PEDRO Almino de Queiroz, delegado... Correio do Ceará , 12/02/1970.	12
805	ALOMOÇO e merenda para 10 mil crianças das escolas municipais. O Estado , 15/02/1970.	12
806	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz, delegado... Tribuna do Ceará , 16/02/1970.	13
807	O DR. PEDRO Almino de Queiroz, delegado... Correio do Ceará , 12/02/1970. ==repetida==	13
808	NOVO CONVÊNIO Prefeitura - Merenda Escolar. Unitário , 16/02/1970.	13
809	NO RIO, o Dr. Pedro Almino de Queiroz, delegado... Correio do Ceará , 20/02/1970.	14
810	DIA 28, o Dr. Austiclínio de Abreu avionará aos 'states'... Correio do Ceará , 28/02/1970.	14
811	FLAGRANTE colhido na ocasião... Gazeta de Notícias , 16/02/1970.	15
812	PLANO integrado CNAE ANCAR para levar escola à comunidade. Solenidade; Área de Execução. Tribuna do Ceará , 24/02/1970.	16
813	CONVÊNIO Estado-CNAE será renovado esta semana. Correio do Ceará , 25/02/1970.	16
814	A SRA. AURI Bezerra dando força total... Tribuna do Ceará , 10/03/1970.	16
815	ALIMENTAÇÃO Escolar inicia mais um curso. Abertura. O Povo , 02/03/1970.	17
816	ALIMENTAÇÃO Escolar inicia mais um curso. Abertura. O Povo , 02/03/1970. ==repetida==	17
817	CONVÊNIO Estado-CNAE. Unitário , 18/03/1970.	18
818	ALIMENTAÇÃO Escolar beneficia mais 400 cidades brasileiras. Gazeta de Notícias , 25/03/1970.	18
819	CONVÊNIO Estado-CNAE será renovado esta semana. Correio do Ceará , 25/03/1970.	19
820	400 MIL Estudantes do interior vão receber merenda escolar. O Estado , 25/03/1970.	19
821	SEMANA DA ALIMENTAÇÃO. Correio do Ceará , 01/04/1970.	20
822	"GRUPO Presidente Kennedy" ganha a sua "Vaca Mecânica". Unitário , 03/04/1970.	21
823	VACA MECÂNICA. 04/04/1970. Tribuna do Ceará , 04/04/1970.	22
824	O MÉDICO Pedro Almino foi quem proferiu palestra... O Povo , 09/04/1970.	22
825	CNAE completa 15 anos. Gazeta de Notícias , 31/03/1970.	23
826	PLANO Integrado para Alimentação Escolar. O Povo , 01/04/1970.	23
827	26 MUNICÍPIOS estão no Plano. Gazeta de Notícias , 02/04/1970.	23
828	PROGRAMA assinalará 15 anos de fundação da CNAE. Diário Oficial , 02/04/1970.	24
829	GRUPO Joaquim Alves: Pracinha e Parque Infantil. O Povo , 07/04/1970.	24
830	ENCERRADA Semana da Alimentação Escolar. Confraternização. O Povo , 09/04/1970.	25
831	VACA MECÂNICA no Grupo Kennedy. O Povo , 04/04/1970.	25
832	SÃO RAIMUNDO NONATO é uma cidade feliz. Merenda Escolar. O Estado , 07/04/1970.	26
833	CAMPANHA da Merenda Escolar recebeu 35 Vacas Mecânicas. Tribuna do Ceará , 07/04/1970.	27
834	ENCERRADAS festividades da Semana da Alimentação Escolar. Programa da Semana. Diário Oficial , 09/04/1970.	28
835	ALIMENTOS. Tribuna do Ceará , 14/04/1970.	29
836	"GRUPO Presidente Kennedy" ganha a sua "Vaca Mecânica". Unitário , 03/04/1970. ==repetida==	29
837	PLÁCIDO PEDIU alimento à Campanha Escolar mas não foi atendido. Consulta. Tribuna do Ceará , 15/04/1970.	30
838	CNAE INSTALARÁ mais quatro vacas mecânicas na capital. Tribuna do Ceará , 16/04/1970.	31
839	PARA viagem de inspeção... Tribuna do Ceará , 17/04/1970;	31
840	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Tribuna do Ceará , 14/04/1970.	31
841	RETORNOU do eixo São Luiz- Teresina ... Tribuna do Ceará , 27/04/1970.	31
842	ALIMENTOS para escolares do CE. Gazeta de Notícias , 29/04/1970.	32
843	325 TONELADAS de alimentos para escolares cearenses. 35 vacas mecânicas. Tribuna do Ceará , 29/04/1970.	32

SUMÁRIO -VOLUME 13/14 (1970)

N ^o	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
844	NAVIO vai atracar com 300 toneladas de alimentos. O Estado , 29/04/1970.	3
845	CNAE aguarda alimentos para estudantes cearenses. O Povo , 30/04/1970.	3
846	ALIMENTAÇÃO escolar também desviada para comércio. Enriquecimento; Desconhecimento. Unitário , 30/04/1970.	4
847	BARROS, Benedito. APROVADO setor de alimentação em Itapipoca. O Povo , 04/05/1970.	5
848	BARROS, Benedito. ITAPIPOCA. O Povo , ==sem data==	6
849	CONTINUAM os cursos da CNAE no interior. O Povo , 04/05/1970.	6
850	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar.. Tribuna do Ceará , 04/05/1970.	6
851	O "DELTA MÉXICO" aguardado amanhã... Unitário , 03/05/1970.	6
852	COSTA, João Eudes. COMUNIDADE Quixadaense ajuda merenda escolar. Unitário , 15/05/1970.	7
853	LEITE em pó desviado é da Alimentação Escolar. Pra valer; No interior. Correio do Ceará , 18/05/1970.	8
854	CÁRITAS e Campanha admitem os desvios. Os responsáveis. Fiscalização. Unitário , 07/04/1970.	9
855	CURSO de comunicação e audio-visual na CNAE. Orientadoras de Programas. Unitário , 06/05/1970.	10
856	CURSO de comunicação e audio-visual na CNAE. Orientadoras de Programas. O Povo , 08/05/1970.	10
857	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 07/05/1970.	11
858	DE 18 A 21 DO MÊS que passa... Correio do Ceará , 14/05/1970.	11
859	AMANHÃ, a primeira reunião... Correio do Ceará , 14/05/1970	11
860	DE 18 A 21 NA CIDADE de Baturité... Tribuna do Ceará , 14/05/1970.	11
861	O MÉDICO Pedro Almino, delegado da Merenda Escolar... Tribuna do Ceará , 11/06/1970.	11
862	SETECENTAS professoras beneficiadas com cursos sobre Educação Alimentar. Cursos dados. Diário Oficial , 21/05/1970.	12
863	SOARES, Joaquim A. ANCAR promoveu II Semana de Educação Alimentar em Itapipoca. Unitário , 06/05/1970.	12
864	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Correio do Ceará , 04/06/1970.	13
865	ATRASOU leite para a Merenda Escolar. Vacas Mecânicas. Tribuna do Ceará , 06/06/1970.	13
866	MERENDA ESCOLAR perde alimentos. Plano de férias. Bolsas. Tribuna do Ceará , 11/06/1970.	13
867	MERENDA ESCOLAR perde alimentos. Plano de férias. Bolsas. Tribuna do Ceará , 11/06/1970.	14
868	ALIMENTAÇÃO Escolar no esquema contra a seca. O plano. Recursos. Unitário , 14/06/1970.	14
869	==continuação da notícia anterior==	15
870	GOVERNADOR liberou recursos para estudantes: Alimentos. Navio aguardado. Correio do Ceará , 19/06/1970.	15
871	300 Toneladas de alimentos para as escolas. Cursos. Tribuna do Ceará , 04/08/1970.	15
872	FORTALEZA ganha mais 3 escolas. Polivalente, ainda não. Unitário , 05/08/1970.	16
873	ALIMENTAÇÃO Escolar no esquema contra a seca. O plano. Recursos. Unitário , 14/06/1970.==repetida==	16
874	ESTUDANTES agora terão alimentos durante férias. O Povo , 13/06/1970.	17
875	ALIMENTAÇÃO Escolar no esquema contra a seca. O plano. Recursos. Unitário , 14/06/1970.==repetida==	17
876	CNAE vai assistir com alimentos durante as férias estudantes do interior. O Plano; Dinheiro do Estado. Diário Oficial , 16/06/1970.	18
877	PREFEITURAS CRIARÃO setor municipal de Alimentação Escolar. Integração do município. Boletim Informativo Ceará , 31/01/1970.	19
878	VAI AQUI uma palavra de apoio à medida... O Povo , 13/06/1970.	19
879	O GOVERNADOR Plácido Castelo autorizou... O Povo , 18/06/1970.	19
880	CNAE vai assistir com alimentos durante férias estudantes do interior. O plano. Dinheiro do Estado. Correio do Ceará , 16/06/1970.	20
881	BOLSAS da USAID para cearenses. Agosto e Novembro. Tribuna do Ceará , 18/06/1970.	20
882	O GENERAL José Pinto Sombra... Tribuna do Ceará , 18/06/1970.	20
883	BOLSAS DE ESTUDO da USAID e UNICEF para supervisoras. Correio do Ceará , 18/06/1970.	21
884	USAID dá Bolsa. Agosto e Novembro. Gazeta de Notícias , 18/06/1970.	21

885	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Tribuna do Ceará , 26/06/1970.	21
886	CRIANÇAS recebem 132 T. de leite. O Povo , 19/06/1970.	22
887	GOVERNO liberou recursos para Alimentação Escolar. Navio aguardado. Gazeta de Notícias , 19/06/1970.	22
888	NOVA TURMA de técnicas para assistir o estudante. O Estado , 01/07/1970.	23
889	MERENDA Escolar para 100 mil crianças durante este mês. Tribuna do Ceará , 06/07/1970.	23
890	ALIMENTOS para o escolar do sertão. Interior. Unitário , 01/07/1970.	24
891	NOVA TURMA de assistentes. Gazeta de Notícias , 01/07/1970.	24
892	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz... Tribuna do Ceará , 08/07/1970.	25
893	SANTOS, José Geraldo dos. CAMPANHA da alimentação escolar em Santana e Marco. Unitário , 08/07/1970.	25
894	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar encerrou curso... O Povo , 15/07/1970.	25
895	O CEARÁ terá oito bolsas para treinamento da CNAE. O Povo , 21/07/1970.	26
896	BOLSAS DE ESTUDO para curso de alimentação. O Estado , 21/07/1970.	26
897	USAID-UNICEF concede 45 bolsas de estudos. Correio do Ceará , 21/07/1970.	27
898	QUARENTA E CINCO bolsas da USAID-UNICEF para CNAE. Gazeta de Notícias , 21/07/1970.	27
899	QUARENTA E CINCO bolsas da USAID-UNICEF para CNAE. Diário Oficial , 22/07/1970.	28
900	300 TONELADAS de alimentos para as escolas. Cursos. Tribuna do Ceará , 04/08/1970.	28
901	ALIMENTO de férias. O Povo , 06/08/1970.	29
902	CNAE ATENDE a 3 mil crianças de Quixeramobim. Mais dois cursos. Diário Oficial , 03/08/1970.	29
903	GOVERNO e CNAE farão a Semana da Comunidade. Gazeta de Notícias , 18/07/1970.	30
904	COSTA, João Eudes. INAUGURADOS melhoramentos no Colégio Estadual de Quixadá. Unitário , 19/08/1970.	31

SUMÁRIO -VOLUME 14/14 (1970 - 1971)

N ^o	DESCRIÇÃO/ HISTÓRICO	Pag
905	DR. e SRA. Pedro Almino, que movimentaram... Correio do Ceará , 22/08/1970.	3
906	DE 17 A 22 DESTES MÊS acontecerá a Semana da Comunidade... Tribuna do Ceará , 02/09/1970.	3
907	JANTANDO no Barra do Ceará... tribuna do Ceará , 26/08/1970.	3
908	ALUNAS de Escolas de Nutrição de vários estados... O Povo , 31/08/1970.	3
909	CNAE vai coordenar a Semana da Comunidade. O Povo , 16/09/1970.	3
910	COORDENADA pela Campanha... O Povo , 19/09/1970.	3
911	SOARES, José Maria. SOBRAL- A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... <i>s/ref.</i> , 08/09.1970.	4
912	SEMANA Nacional da Comunidade. Correio do Ceará , 21/09/1970.	4
913	EM SOCIEDADE a força da caridade. Correio do Ceará , 26/09/1970.	4
914	325 TONELADAS de alimentos para escolares cearenses. 35 vacas mecânicas. Informativo do Ceará , n ^o 30; 04,05/1970.	5
915	SEMANA DA COMUNIDADE tem início dia 18. Gazeta de Notícias , 15/09/1970.	6
916	QUASE 100 MIL crianças estão privadas da merenda escolar. Tribuna do Ceará , 02/10/1970.	6
917	GRUPO Clóvis Beviláqua ganha Vaca Leiteira. O Povo , 28/09/1970.	7
918	DOCAS esclarece liberação de mercadorias da CNAE. O Povo , 07/10/1970.	7
919	COMPANHIA DOCAS do Ceará expõe impasse da liberação de mercadorias consignadas à Campanha Nacional de Alimentação. Correio do Ceará , 07/10/1970.	7
920	CAMPANHA distribui 246 toneladas de alimentos. Unitário , 12/10/1970.	8
921	LIBERADAS as 246 toneladas de alimentos enviados para a CNAE. Liberação; Solucionado. Tribuna do Ceará , 12/10/1970.	8
922	FINALMENTE, a Companhia Docas do Ceará concordou... Unitário , 12/10/1970.	8
923	O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz vai instalar... Tribuna do Ceará , 23/10/1970.	8
924	BARROS, Benedito. ITAPIPOCA aguarda alimentos. O Povo , 14/10/1970.	9
925	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR no Ceará. Correio do Ceará , 22/10/1970.	9
926	MERENDA ESCOLAR distribui gêneros a alunos do interior. Gazeta de Notícias , 14/10/1970.	10
927	ABAE terá também diretoria no Ceará. Assistência. Correio do Ceará , 24/10/1970.	11
928	VAI SER FUNDADA no Ceará a ABAE. Assistência. Tribuna do Ceará , 24/10/1970.	11
929	PORTO retém merenda para 380 mil crianças do Ceará. Isenção. Tribuna do Ceará , 06/10/1970.	12
930	ALIMENTAÇÃO para os filhos dos flagelados. Unitário , 27/10/1970.	12

931	A CAMPANHA Nacional de Alimentação Escolar... Unitário , 28/10/1970.	13
932	ALIMENTAÇÃO. Tribuna do Ceará , 31/10/1970.	13
933	A ASSOCIAÇÃO Brasileira de Alimentação Escolar (ABAE)... Correio do Ceará , 05/11/1970.	13
934	CIA. DOCAS retém 300 Tns. de leite. Providências. Unitário , 06/11/1970.	13
935	INSTALADA no Ceará a Associação Brasileira de Alimentação Escolar... Correio do Ceará , =s/data=	13
936	DR. PEDRO Almino, Assessor Regional da Campanha Nacional de Alimentação, Sr. Renato Peltier Gonçalves, gerente do Moinho, fazendo uma exposição sobre a interessante publicação a respeito dos valores nutritivos do pão e o Sr. Manuel Fortuna Albuquerque, agente do Moinho Fortaleza. O Pão de cada dia. Correio do Ceará , 21/11/1970.	14
937	MOINHO FORTALEZA divulga valores nutritivos do pão em interessante livrinho distribuído na CNAE. Pão, o rei da alimentação. O Povo , 20/11/1970.	15
938	MOINHO FORTALEZA lançou o livreto "Pão- O rei da alimentação" na Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Moinho Fortaleza; Grande iniciativa. ===sem referências===	16
939	CNAE- O general José Pinto Sombra... O Povo , 02/12/1970.	17
940	PRESIDENTE da CNAE em visita ao Ceará. Chefe do setor técnico. Gazeta de Notícias , 02/12/1970.	17
941	ESPERANDO presidente da Campanha de Alimentação. Inspeção. Unitário , 02/12/1970.	17
942	LORDEANAS. Tribuna do Ceará , 03/12/1970.	17
943	PRESIDENTE da CNAE em visita ao Programa do Ceará. Chefe do setor técnico. Correio do Ceará , 03/12/1970.	18
944	MERENDA ESCOLAR vai intensificar ação nos municípios. O Povo , 04/12/1970.	18
945	CNAE homenageará hoje o presidente Médici. Curso. Unitário , 03/12/1970.	18
946	GENERAL Sombra diplomou em Fortaleza 27 moças vindas de 10 estados. Preparo; Outros cursos. Correio do Ceará , ==sem data===.	19
947	SOMBRA- O Gal. José Pinto Sombra... Tribuna do Ceará , ==sem data==.	19
948	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR tem mais supervisoras. Mais vacas mecânicas. Unitário , 04/12/1970	20
949	META DA CNAE é alimentar os estudantes do interior. Setores municipais; Alimentos não faltam; Rotina. O Povo , 04/12/1970.	21
950	EM 71 todas as escolas do Ceará vão receber merendas da Campanha. Expansão; Homenagem. s/ref., 05/12/1970.	22
951	ALIMENTAÇÃO- A Campanha Nacional de Alimentação Escolar... O Povo , 14/12/1970.	23
952	LOGO após seu retorno do Rio... Tribuna do Ceará , 15/12/1970.	23
953	VACAS MECÂNICAS. Tribuna do Ceará , 15/12/1970.	23
954	A 400 MIL no Ceará CNAE pode atender. Unitário , 16/12/1970.	24
955	JÁ FOI EFETUADO o pagamento da gratificação... O Povo , 16/12/1970.	24
956	LORDEANAS & LORDEANAS. Tribuna do Ceará , 30/12/70.	24
957	FOI O MÉDICO Pedro Almino de Queiroz quem saudou... Tribuna do Ceará , 02/01/1971.	25
958	142 PREFEITOS reúnem-se hoje em Fortaleza. Tribuna do Ceará , 11/01/1971.	25
959	O PLANO Administrativo. Tribuna do Ceará , 11/01/1971.	25
960	PREFEITOS: precupação é. Autoridades; Com o governador; Levantamentos; Debates. ===continuação da notícia anterior===	26
961	MERENDA ESCOLAR vai beneficiar este ano 432 mil estudantes. Vacas Mecânicas. Tribuna do Ceará , 05/03/1971.	27
962	A CNAE garantirá, neste estado, Alimentação Escolar a 40 mil... Unitário , 08/03/1971.	27
963	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR traz dirigentes ao Ceará. Correio do Ceará , 05/03/1971.	28
964	CNAE garante ampliação da alimentação escolar. Sub-diretoria. Unitário , 05/03/1971.	28
965	MERENDA ESCOLAR. Correio do Ceará , 06/03/1971.	29
966	O SUPERINTENDENTE da Campanha Nacional de Alimentação Escolar... Tribuna do Ceará , 06/03/1971.	29
967	PEDRO ALMINO recebe cidadania fortalezense. Homenagem à classe médica. O Povo , ==s/data==	29
968	MÉDICO MOSSOROENSE recebeu título de cidadão na câmara. Íntegra. ==sem referências==	30

- ANEXO E -

**- FOTOS DO ENTREVISTADO -
- Pedro Almino de Queiroz e Sousa -**

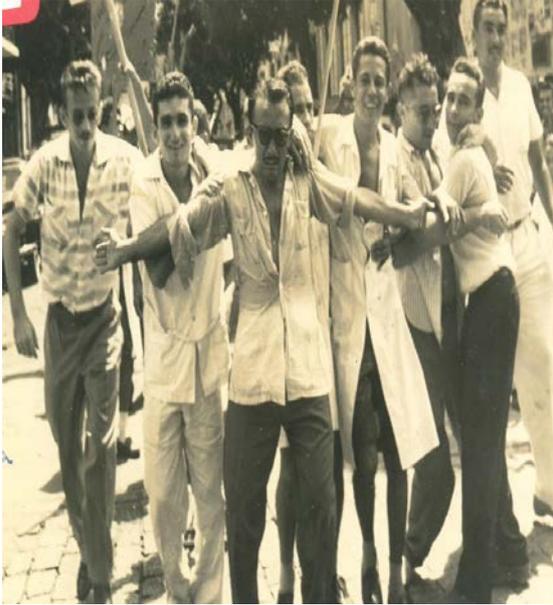


Figura 01 - (1962) Passeata dos calouros da Medicina, na Rua Senador Pompeu. Identificamos : Pedro Almino de Queiroz, Pedro Mauro, Aguiar Ramos, Tamburini, Chico Leite, Carvalho Nunes. Fonte: **ARQUIVO PESSOAL DE PEDRO ALMINO DE QUEIROZ E SOUSA.**



Figura 02 - (2001) Posse como Prefeito de Iracema, sendo cumprimentado por Danilo e Danúbio e o primo Carlos Queiroz Bessa. Fonte: **ARQUIVO PESSOAL DE PEDRO ALMINO DE QUEIROZ E SOUSA.**



Figura 03 - Em Iracema, sendo empossado na Academia Iracemense de Letras e Artes. Fonte: **ARQUIVO PESSOAL DE PEDRO ALMINO DE QUEIROZ E SOUSA.**



Figura 04 - Na inauguração da sede da COPEGO, que recebeu seu nome. Descerramento da placa alusiva a inauguração. Vemos Vera, Pedro Almino de Queiroz, Edmar T. Vieira, Danilo e Aluisio Soares. Fonte: **ARQUIVO PESSOAL DE PEDRO ALMINO DE QUEIROZ E SOUSA.**



Figura 05 - Homenagem da Câmara Municipal aos filhos de Iracema: Drs. Luis Porto e Pedro Almino de Queiroz. Fonte: **ARQUIVO PESSOAL DE PEDRO ALMINO DE QUEIROZ E SOUSA.**



Figura 06 - Em Ribeirão Preto, na Clínica Diagnosis: Dr. Luis Cesar, Professor Bailão, Pedro Almino de Queiroz e o Dr. Luis Arnaldo. Fonte: **ARQUIVO PESSOAL DE PEDRO ALMINO DE QUEIROZ E SOUSA.**